

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RODRIGO AUGUSTO CAMPOS BAPTISTA

INSTITUCIONALIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE BENS DEMOCRÁTICOS: UMA ANÁLISE  
DA OUVIDORIA DE CURITIBA

CURITIBA

2020

RODRIGO AUGUSTO CAMPOS BAPTISTA

INSTITUCIONALIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE BENS DEMOCRÁTICOS: UMA ANÁLISE  
DA OUVIDORIA DE CURITIBA

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Políticas Públicas, no Curso de Pós-graduação em Políticas Públicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Área de concentração: Estado, Economia e Políticas Públicas.

Orientador Prof. Dr. Huáscar Fialho Pessali

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
APLICADAS – SIBI/UFPR COM DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)  
Bibliotecário: Eduardo Silveira – CRB 9/1921

Baptista, Rodrigo Augusto Campos

Institucionalização e produção de bens democráticos: uma análise da  
Ouvidoria de Curitiba / Rodrigo Augusto Campos Baptista.- 2020.  
209 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Programa  
de Pós-Graduação em Políticas Públicas, do Setor de Ciências Sociais  
Aplicadas.

Orientador: Huáscar Fialho Pessali.

Defesa: Curitiba, 2020.

1. Política pública. 2. Ouvidorias. 3. Participação social. 4. Curitiba.  
I. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas.  
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. II. Pessali, Huáscar  
Fialho. III. Título.

CDD 352.88098162



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS -  
40001016076P0

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em POLÍTICAS PÚBLICAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **RODRIGO AUGUSTO CAMPOS BAPTISTA** intitulada: **Institucionalização e produção de bens democráticos: uma análise da Ouvidoria de Curitiba**, sob orientação do Prof. Dr. HUASCAR FIALHO PESSALI, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 31 de Agosto de 2020.

Assinatura Eletrônica

31/08/2020 18:01:04.0

HUASCAR FIALHO PESSALI

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

31/08/2020 19:06:53.0

BRUNO MARTINS AUGUSTO GOMES

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

21/09/2020 10:13:34.0

ENEIDA DESIREE SALGADO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Avenida Prefeito Lothário Meissner, 632 - CURITIBA - Paraná - Brasil  
CEP 80210-170 - Tel: (41) 3360-4354 - E-mail: [politicaspUBLICAS@ufpr.br](mailto:politicaspUBLICAS@ufpr.br)

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 51208

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>  
e insira o código 51208

À minha esposa, Diana; minha mãe, Dulce; meu pai,  
Paulo (*in memoriam*). Tríade existencial.



## AGRADECIMENTOS

Primeiro e maior agradecimento ao Criador, por me permitir conhecer.

À minha esposa, perseverante construtora. À minha mãe, primeira professora. Peças fundamentais em minha vida e sem as quais não atingiria o patamar em que me encontro.

Ao meu orientador, professor Huáscar Pessali, por sua paciência, dedicação e profundo conhecimento de políticas públicas. Por sua escuta sensível e disposição para o debate, algo que, reconheço, tenho a tendência de tornar infinito. Também grande agradecimento aos professores da banca, Eneida Desiree (Departamento de Direito Público) e Bruno Gomes (Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas), bem como aos professores Adriano Codato, Fabiano Dalto e Luiz Barbugiani, pela honra em poder lhes apresentar minha pesquisa. Nas pessoas destes grandes mestres, estendo os agradecimentos aos competentes Corpo Docente e Administrativo de nossa amada UFPR, sagrado solo de desenvolvimento das ciências.

Especial agradecimento à professora Marlene da Conceição Diniz, do Colégio Tiradentes de Belo Horizonte, por sua inestimável capacidade no ensino da Língua Portuguesa. Mais do que isso, me apresentou a arte de interpretar quando, de maneira enérgica e justa, incutiu o respeito pela língua, o amor ao debate fundamentado, o belo caminho do conhecimento profundo da comunicação. Sempre a tenho em mente, professora.

Ao mestre Humberto Theodoro Júnior, meu professor na graduação e primeiro orientador, ícone do respeito que se deve dar ao magistério e às ciências. Ao mestre Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes, grande fonte de inspiração ao estudo do tema e das infindáveis informações sobre o órgão estudado.

Aos amigos da Procuradoria Jurídica: Adriana, Cleisson, Juliana, Luiz Go, Márcia, Nelson, Paulo, Priscila, Ricardo, Valter, Waléria e dos setores da CMC, com destaque à Taquigrafia. Aos colegas de Legislativo Carlos Barbosa, Ramiro Luz e Paulo Salamuni, bem como ao advogado Clóvis Costa, pelos esclarecimentos das importantes batalhas realizadas em prol da participação social. Aos colegas e amigos da pós-graduação, com destaque aos debates elucidativos com Mara Angelita, Eduardo, Karoline, Ana Paula, Monica, Emanuel, Débora, Deize, Paula, Juliana, Andressa, Emerson, Renata, Marcelo. Aos caros irmãos da Vetusta Casa de Afonso Pena - Faculdade de Direito da UFMG: Adler Jovito, Bernardo Luz, Bruno Napoli e Daniel Taddei.

À Sophie, fonte de ternura e companheirismo constante nos momentos de escrita.

Vários fizeram parte desta trajetória, por vezes me acompanhando em momentos de angústia, e até aos que, de maneira mais singela, colaboraram de alguma forma no processo de escrita. Devo a todos um agradecimento por mais esta importante fase de minha vida.

## RESUMO

**Introdução:** Algumas instituições democráticas têm inovado nos últimos anos no Brasil a interlocução entre Estado e sociedade civil à formatação de políticas públicas. Por meio de processos públicos e de busca à constituição de consensos, atores sociais podem cada vez mais se posicionar em espaços participativos para interferir na condução política realizada pelos agentes governamentais. Nesse contexto, o objetivo central deste trabalho é analisar como (e se) houve institucionalização da Ouvidoria da cidade de Curitiba como um destes mecanismos de participação social, bem como analisar sua capacidade de conceder ao cidadão a voz enquanto bem democrático. **Materiais e métodos:** o trabalho compreende pesquisa sobre a natureza institucional, sendo analisados dados gerados nas décadas de 2000 e 2010 pelo Parlamento Municipal e pela Ouvidoria, parcialmente comparados aos de atividades do curto espaço de tempo na década de 1980, com base em importantes paradigmas teóricos sociais. Foram utilizados materiais bibliográficos e documentais, entrevistas semiestruturadas, um tipo de observação participante e análises de discurso. **Resultados:** observou-se inicialmente que o formato legal de três fases às eleições ao cargo é eivado de excessiva burocracia, ao mesmo tempo que omissos em importantes questões. Na prática, percebeu-se o domínio de OSC's de maior amplitude, restringindo a pretendida ampliação da participação social. A atividade da Ouvidoria, por ser precursora, não foi compreendida pelos membros do Legislativo, que a caracterizaram como concorrente. Em mesma direção, o Executivo não lhe reservou o devido espaço político. Na esfera social, características como o curto espaço de tempo, a ausência de estrutura e o impedimento de auto promoção, fez com que o órgão não alcançasse um nível palpável de confiança. Consequentemente, hábitos sociais sólidos para alicerçá-la enquanto instituição não foram inteiramente constituídos. **Discussão:** uma dúvida comum quanto à atividade da Ouvidoria aparenta ter sido respondida, na medida em que se distancia daqueles simples atendimentos ao consumidor ao salientar características como a recepção facilitada de demandas, a cobrança de quaisquer dos que planejam e executam os serviços públicos e que ficam comprometidos a responder, a promoção de diálogo entre o cidadão e a Administração Pública à resolução das questões e o tratamento sinérgico de demandas. As teorias econômicas institucionais promovem baliza teórica no intuito de situar o órgão quanto à aceitação social e a potencialidade que ele tem de contribuir à consolidação da participação social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas, Participação Social, Ouvidoria, Democracia, Curitiba.

## ABSTRACT

**Introduction:** In recent years, some democratic institutions in Brazil have innovated the dialogue between the State and civil society to shape public policies. Through public processes and the search for consensus building, social actors can increasingly position themselves in participatory spaces to interfere in the political conduct carried out by government agents. In this context, the main objective of this work is to analyze how (and if) there was the institutionalization of the Ombudsman's Office in Curitiba as one of these mechanisms of social participation, as well as to analyze its capacity to grant the citizen the voice as a democratic good. **Materials and methods:** the work comprises research on the institutional nature, analyzing data generated in the 2000s and 2010s by the Municipal Parliament and the Ombudsman, partially compared to short-term activities in the 1980s, based on important paradigms social theorists. Bibliographic and documentary materials, semi-structured interviews, a type of participant observation and discourse analysis were used. **Results:** it was initially observed that the legal three-phase format for elections to office is riddled with excessive bureaucracy, while omitting important issues. In practice, the domain of CSOs of greater amplitude was perceived, restricting the intended expansion of social participation. The Ombudsman's activity, as a precursor, was not understood by members of the Legislature, who characterized it as a competitor. In the same direction, the Executive has not reserved its political space. In the social sphere, characteristics such as the short space of time, the absence of structure and the impediment of self-promotion, meant that the organ did not reach a palpable level of trust. Consequently, solid social habits to support it as an institution were not fully constituted. **Discussion:** a common doubt regarding the Ombudsman's activity appears to have been answered, insofar as it distances itself from those simple customer services by highlighting characteristics such as the easy reception of demands, the collection of any of those who plan and perform public services and who they are committed to responding, promoting dialogue between the citizen and the Public Administration to resolve issues and deal synergistically with demands. Institutional economic theories promote theoretical framework in order to situate the organ in terms of social acceptance and the potential it has to contribute to the consolidation of social participation.

**KEYWORDS:** Public Policies, Social Participation, Ombudsman, Democracy, Curitiba.



## **LISTA DE FIGURAS**

<i>FIGURA 1 - MODELO DOUTRINÁRIO DE OUVIDORIA</i>	<i>39</i>
<i>FIGURA 2 - DIAGRAMA DE INTERSECÇÃO DAS ATIVIDADES DA OUVIDORIA DE CURITIBA</i>	<i>54</i>
<i>FIGURA 3 - FLUXOGRAMA DE RESTRIÇÃO DE DEMANDAS POR TEMAS</i>	<i>56</i>

## LISTA DE GRÁFICOS

<i>GRÁFICO 1 - ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL QUE SOLICITARAM INSCRIÇÃO</i>	75
<i>GRÁFICO 2 - ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL QUE EFETIVAMENTE PARTICIPARAM</i>	75
<i>GRÁFICO 3 - RESULTADOS DAS FASES DE ESCOLHA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL</i>	76
<i>GRÁFICO 4 - INGRESSO DE MANIFESTAÇÕES DE MAI-2015 A DEZ-2016</i>	92
<i>GRÁFICO 5 - SITUAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES EM NOV-2016</i>	93
<i>GRÁFICO 6 - TEMAS DAS MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS DE MAI-2015 A NOV-2016</i>	95
<i>GRÁFICO 7 - TIPO DAS MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS DE MAI-2015 A DEZ-2016</i>	96

## LISTA DE QUADROS

<i>QUADRO 1 - FONTES DOS DADOS UTILIZADOS</i>	<i>22</i>
<i>QUADRO 2 - SÍNTESE COMPARATIVA ENTRE MODELOS DE OUVIDORIAS</i>	<i>42</i>
<i>QUADRO 3 - TRABALHO NO PARLAMENTO MUNICIPAL SOBRE A OUVIDORIA, DE 2000 A 2012</i>	<i>51</i>
<i>QUADRO 4 - LINHA DO TEMPO NA INSTITUIÇÃO DA OUVIDORIA DE CURITIBA</i>	<i>53</i>
<i>QUADRO 5 - COMPARATIVO DE PESSOAL À DISPOSIÇÃO DA OUVIDORIA DE CURITIBA</i>	<i>58</i>
<i>QUADRO 6 - COMPARECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NAS ELEIÇÕES DE 2014 E DE 2016 À OUVIDORIA (PRIMEIRA FASE).</i>	<i>66-67</i>
<i>QUADRO 7 - TRABALHO NO PARLAMENTO MUNICIPAL SOBRE A OUVIDORIA, DE 2013 A 2019</i>	<i>79</i>

## **LISTA DE TABELAS**

<i>TABELA 1 - ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL QUE SOLICITARAM INSCRIÇÃO</i>	<i>70</i>
<i>TABELA 2 - ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL QUE EFETIVAMENTE PARTICIPARAM</i>	<i>70</i>

## LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

AMAFEMO	- Associação de Moradores e Amigos das Vilas São Fernando e Santa Mônica
ANTT	- Agência Nacional de Transportes Terrestres
CGU	- Controladoria Geral da União
CMC	- Câmara Municipal de Curitiba
COPEL	- Companhia Paranaense de Energia
e-Ouv	- Plataforma digital federal de Ouvidorias
e-SIC	- Plataforma digital do Sistema de Informações ao Cidadão
FECAMPAR	- Federação das Entidades Comunitárias e Associações de Moradores do Paraná
FEMOCLAM	- Federação Comunitária das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana
FEMOTIBA	- Federação Democrática das Associações de Moradores de Curitiba
ICI	- Instituto das Cidades Inteligentes, antigo Instituto Curitiba de Informática
IOI	- International Ombudsman Institute
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITCG	- Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná - Diretoria de Geologia (Mineropar)
OGU	- Ouvidoria Geral da União
OSC	- Organização da Sociedade Civil
PMC	- Prefeitura Municipal de Curitiba
PNPS	- Política Nacional de Participação Social
SPL	- Sistema de Proposições Legislativas da Câmara Municipal de Curitiba
SINCLAPOL	- Sindicato das Classes Policiais Cíveis do Estado do Paraná
TRT9	- Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região – Paraná
TRT14	- Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região – Rondônia e Acre
UAMCEBES	- União Das Associações Moradores Clubes Mães Entidades Beneficentes Esportivas Sociais Regional Cajuru
URBS	- Urbanização de Curitiba S.A.

## LISTA DE SÍMBOLOS

© - copyright

@ - arroba

® - marca registrada

$\Sigma$  - somatório de números

§ - parágrafo



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA DE TRABALHO .....</b>	<b>21</b>
<b>3</b>	<b>A TEORIA INSTITUCIONALISTA E O ATRIBUTO DA VOZ.....</b>	<b>24</b>
3.1	INSTITUIÇÕES .....	24
3.2	VOZ COMO UM DOS ATRIBUTOS DE INOVAÇÕES DEMOCRÁTICAS .....	32
<b>4</b>	<b>ACEPÇÕES DE OUVIDORIA.....</b>	<b>35</b>
4.1	BREVE RELATO DA ORIGEM E DA FINALIDADE DO ÓRGÃO.....	35
4.1.1	A recepção do instituto no Brasil.....	37
4.2	DISTINÇÕES ENTRE AS OUVIDORIAS.....	41
4.2.1	Modelo de Ouvidoria Interna .....	44
4.2.2	Submodelo de Ouvidoria interna com autonomia .....	44
4.2.3	Submodelo de Ouvidoria interna com participação da sociedade civil .....	45
4.2.4	Modelo de Ouvidoria de entidade de controle .....	45
4.2.5	Modelo de Ouvidoria interorgânica .....	46
4.2.6	Modelo de Ouvidoria extraorgânica .....	47
<b>5</b>	<b>A CONFORMAÇÃO DA OUVIDORIA DE CURITIBA.....</b>	<b>49</b>
5.1	HISTÓRICO DA OUVIDORIA DE CURITIBA .....	49
5.1.1	O desenho institucional da Ouvidoria de Curitiba .....	56
5.1.2	O formato de eleição do Ouvidor de Curitiba .....	61
5.2	A DISPUTA DE ATORES À CONFORMAÇÃO DA RECÉM CRIADA INSTITUIÇÃO.....	63
5.2.1	Momento de escolha do titular: reunião de Organizações da Sociedade Civil (OSC).....	65
5.2.2	Atividades da Câmara em parte da década de 2010 em que subsistiu a Ouvidoria .....	79
5.2.3	Um recorte da evolução do entendimento parlamentar sobre a Ouvidoria .....	83
5.3	RESULTADOS PRELIMINARES DA ATIVIDADE DA OUVIDORIA EM VINTE MESES .....	90
5.4	O RECENTE PROCESSO DE ALTERAÇÃO: OUVIDORIA DA CÂMARA DE CURITIBA ...	99
<b>6</b>	<b>INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO .....</b>	<b>103</b>
6.1	VOZ COMO ATRIBUTO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS .....	111
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>117</b>
<b>8</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>122</b>
<b>ANEXO 1 – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS</b>		
<b>ANEXO 2 – NOTAS TAQUIGRÁFICAS AUSENTES DO SPL-CMC</b>		
<b>ANEXO 3 - RELATÓRIO DA OUVIDORIA - LEVANTAMENTO DE MANIFESTAÇÕES</b>		

## 1 INTRODUÇÃO

A primeira Ouvidoria pública do Brasil foi a de Curitiba (OLIVEIRA, 2005, p.49), criada em 1986 e sem similar na América Latina, contando com um ideal participativo bem destacado para aquele momento em que se encontrava o país. Redefinida em 2011 por emenda à Lei Orgânica, apenas em 2013 teve aprovada sua organização por lei ordinária, passando por uma fase de estudos e três fases de sua primeira eleição, finalizada em março de 2015. Efetuando recortes informativos sobre o tema desde a década de 80 até alguns dos momentos que suscitaram sua concretização, é a experiência mais recente de 2011 a 2016 que se será foco do presente trabalho, tendo em vista que, por razões várias, após este período não mais se nomeou titular ao cargo.

Um órgão de Ouvidoria é, por essência, um instrumento de participação social. Defensor dos direitos da sociedade, é peça singular ao fortalecimento da democracia. Permite, maioria das vezes, uma efetiva comunicação entre os setores sociais e o Poder público de uma forma simples, ágil e informal. E uma das razões à sua aptidão é que “aún que perteneciendo al Estado, no forma parte del gobierno, por lo que permite posicionarse de forma diferente, complementaria, frente al conflicto y las problemáticas sociales” (BONICATTO, 2012, p.155).

Ela tem a atribuição de, sem ônus ou excessiva burocracia, promover um sistema de mediação entre o cidadão e a Administração Pública e, nos dizeres de Rubens Lyra (2009, p.36-41), tem os seguintes elementos teóricos característicos: a unipessoalidade, dependendo da força institucional e das prerrogativas de seu titular para efetivar suas propostas, não podendo ser diluído em um colegiado; a magistratura da persuasão, caracterizada por uma força moral oriunda de sua credibilidade social, haja vista a ausência de poderes coercitivos administrativos, legislativos ou judiciais; a desvinculação do poder institucional, fortalecendo o distanciamento que confere maior isenção às suas atividades; a desvinculação político-partidária, visando dotar o titular de maior isenção perante o poder fiscalizado; o mandato e as atribuições específicas, conferindo maior certeza e plano de atuação, fortalecendo a autonomia, dando conhecimento amplo e valorização de seus atos.

A Ouvidoria instituída em Curitiba tem especiais características de independência, autonomia e vinculação ao Poder Legislativo, sem similar no país, sendo a primeira iniciativa brasileira apta a ser reconhecida formalmente pelos institutos internacionais de *Ombudsman* (GOMES, 2014, não p.).

De uma forma geral, explana Rubens Lyra que em que pese a restrição de atuação da Ouvidoria apenas ao âmbito administrativo, este é mais amplo que a análise de legalidade na gestão pública, pois "diferentemente do Ministério Público, o ouvidor tem a prerrogativa de examinar o mérito dos atos praticados com base no poder discricionário do administrador, manifestando-se a respeito sempre que julgar oportuno" (LYRA, 2016, p.104). Deste modo, o âmbito de atuação do órgão pode avançar num campo em que o gestor público é dotado de certa liberdade de escolha dentro da lei, a exemplo da decisão política de implementar uma política pública X ao invés da Y fundado apenas em suas convicções políticas ou plataforma de governança, algo que pode se constituir de profunda subjetividade.

No entanto, a abrangência de atuação de uma Ouvidoria ainda é pouco conhecida. No ano de 2011, o Ministério da Justiça em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) propôs uma ampla pesquisa intitulada "Por um Sistema Nacional de Ouvidorias Públicas: possibilidades e obstáculos", sendo selecionada a Faculdade de Direito da UFMG para a execução da pesquisa. Nesta, considerou-se que o ouvidor em suas atribuições de contato direto com o cidadão tem facilidade na identificação de problemas sistêmicos na Administração Pública, o que lhe propicia sugerir novas condutas administrativas e de política públicas (SILVA, 2012, p.38). Entretanto,

Dos relatos dos ouvidores das ouvidorias pesquisadas: 57% afirmaram que a Ouvidoria auxilia na elaboração de políticas públicas, enquanto 43% disseram que a Ouvidoria em que trabalham não presta auxílio na elaboração de políticas. Pode-se afirmar, então, que 47% das ouvidorias pesquisadas possuem eficiência limitada, já que, não auxiliando na elaboração de políticas públicas, não auxiliam da maneira que poderiam auxiliar o aperfeiçoamento da Administração Pública. (SILVA, 2012, p.38).

Nesta mesma pesquisa, quanto às atitudes dos cidadãos, os dados colhidos mostraram que "53% dos entrevistados não sabiam como levar sua reclamação ao governo", e que "81,7% quererem levar suas reclamações ao governo, mas 94,7% nunca procuraram a ouvidoria" (Ibid., p.24-25).

O momento atual é bastante fértil para abordar uma atividade relacionada a sensível processo de mudança na postura do cidadão brasileiro como participante e legitimado para interferir na formulação de decisões governamentais. Nesta última década se destacaram alguns movimentos sociais reivindicando mudanças e, longe da intenção de analisar erros ou acertos de seus fundamentos, estes servem a exemplificar um importante processo de retomada de protestos, que tiveram nas décadas de 80 e 90 uma maior intensidade. É

crescente a busca por uma realidade mais consentânea ao teórico paradigma do Estado “responsável por prover o mínimo existencial indispensável à condição humana para, numa quimera mais distante, transformar essa massa de humanos em uma sociedade de cidadãos.” (JACOB, 2013, p.239). E é com o intuito de mediação entre sociedade e governo que se instituem mecanismos como a Ouvidoria.

Vários dos canais institucionais na relação entre sociedade e Estado são insuficientes para abrigar as expressões dissidentes surgidas do social (GOMES, 2011, p.82), não surtindo efeito apenas criar mais ambientes. O Brasil possui talvez o maior número de ouvidores públicos dentre os mais de 100 países que contam com a instituição do *Ombudsman* (Ibid., p.96-97) não sendo, portanto, o fato da quantidade o que mais importa. A Ouvidoria deve vir para agregar um canal de comunicação qualificado. Entretanto, não basta a instituição do órgão em formatos dissociados de um mínimo dos elementos característicos ideais, supracitados por Lyra.

O sentimento de direito à participação na Administração Pública ainda não está integrado como hábito da maior parte da população brasileira. Isto acontece por razões várias, a exemplo da ausência de mecanismos que auxiliem na comunicação entre população e governo, traduzindo as complicadas linguagens financeiras, políticas, jurídicas, o que, conforme bem alerta António M. Hespanha (2003, p.121), não podem ser objeto de monopólio interpretativo por elites detentoras da autoridade intelectual.<sup>1</sup> Outra das razões é o fato de que as melhorias econômico-estruturais dos últimos tempos não se fizeram acompanhar de homogêneos avanços de educação, consciência coletiva e efetivação de instrumentos participativos. Tal situação não é recente e, guardadas as diferenças entre momentos político-sociais, há bastante tempo se verifica em um quadro em que

De um modo geral, o Estado tem atrapalhado o processo histórico de formação da cidadania popular, sobretudo através das políticas sociais desmobilizadoras e controladas, em particular através da concepção anacrônica de tutela necessária do desenvolvimento político. [...] A comunidade tende sempre a ser tomada como ‘objeto’ da tutela governamental. (DEMO, 1992, p.21).

A importância e a justificativa do tema se concretizam pelo estudo direcionado de uma política participativa cuja essência tramita sob a égide da informalidade, da universalidade e da gratuidade, que facilitam o acesso do cidadão, como reforçava o polêmico

---

<sup>1</sup> Na ideia de tornar regra esta “tradução” da linguagem técnica para os cidadãos, foi protocolizado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 6.256/2019, visando melhorar a compreensão dos atos governamentais a partir de linguagens simples.

Decreto Federal nº 8.243, de 2014, que regia a Política Nacional de Participação Social (PNPS).<sup>2</sup> Trata-se de um importante mecanismo que, ao lado de outros espaços de participação social, robustece a permeabilidade de demandas sociais junto ao Estado.

A abordagem deste tema dentro do Programa de Políticas Públicas conta com a especial riqueza da perspectiva multidisciplinar, na medida em que os complexos fenômenos sociais são avaliados sob vários ângulos. O pluralismo de abordagens nos aproxima da realidade para atuar sobre ela, nos dizeres do Prof. Nelson Delgado (2014, não p.), com a busca por soluções baseadas em uma multicomposição similar à realidade estrutural da sociedade.

O objetivo do presente trabalho é detalhar o formato institucional da Ouvidoria de Curitiba e identificar sua capacidade de dotar o cidadão de mecanismos que transmitam a vontade social às esferas de processos decisórios governamentais.

No prelúdio de uma Ouvidoria, no século XVIII com o Ouvidor Raphael Pires Pardinho, já se apresentava uma incomum atenção às questões institucionais e urbanísticas da cidade, conforme registra Valter Cunha Filho (1998, p.92). Este autor aborda como ainda no final do século XIX e início do XX buscou-se na cidade uma evolução diversa do entendimento chamado “retrógrado” que prevalecia, com grupos organizados com vistas a uma alteração nas estruturas política, econômica e social fundada na ideologia de modernização (Ibid., p.77).

Entretanto, não se trata do mesmo instituto ora estudado. Não há identidade entre a atual Ouvidoria e aquela do Ouvidor Pardinho que, conforme Santos e Pereira (2000, p.1, 8), detinha atribuições judiciárias, fiscalizatórias e administrativas, respondendo diretamente ao rei de Portugal.

Para o efeito do presente estudo, é importante localizar a Ouvidoria historicamente, pois foram diversos os seus ambientes e, conseqüentemente, sua natureza e rol de atribuições de acordo com cada época. De igual forma no tempo, o trabalho realizado pelo poder público tem marcas que refletem muitas das aspirações que os grupos sociais, em especial os dominantes, almejam para a cidade e para si. As diferenças de valores ocorrem também entre os Poderes Executivo e Legislativo, que não raro conflitam na apresentação de soluções aos problemas da cidade.

---

<sup>2</sup> Art. 6º São instâncias e mecanismos de participação social, sem prejuízo da criação e do reconhecimento de outras formas de diálogo entre administração pública federal e sociedade civil: (...) IV - ouvidoria pública federal; (...). Revogado pelo Decreto nº 9.759, de 2019.

A pretensão de adotar a ideia sueca do *Ombudsman* é um exemplo de um dos conflitos. Em meio à década de 1980, criou-se a Ouvidoria na estrutura do Poder Executivo, como leciona Manoel Gomes (2000, p.213). No início da década de 1990, a Ouvidoria foi inserida na Lei Orgânica do Município e, ao contrário do órgão então em atividade, o texto legal o vinculava ao Poder Legislativo. Considerada à época uma vitória da oposição política, o então prefeito Jaime Lerner extinguiu o órgão na forma em que se encontrava, sob alegação de que, por ser vinculado ao Legislativo, não poderia existir junto ao Executivo (Ibid., p.213-219).

Após este fato, a Ouvidoria de Curitiba passou a figurar com um status de inspiração para outras unidades da federação, haja vista a norma modelo insculpida na Lei Orgânica e a anterior experiência concretizada junto ao Executivo. Os esforços à sua concretização não lograram êxito durante décadas, entretanto seu ideal foi continuamente lembrado dentro do Parlamento.

Em fevereiro de 2009 o momento político permitiu a formação na Câmara de um Projeto de Lei<sup>3</sup> atribuído à Comissão Executiva com a pretensão de instituir a Ouvidoria, após alguns Vereadores terem apresentado um Projeto de Resolução infrutífero para instituir o mesmo órgão.<sup>4</sup> Apesar de fundamentar-se na Lei Maior do município, que prevê sua criação, bem como contar com um trâmite agilizado, passando em menos de 11 dias pelos órgãos técnicos e Comissões Parlamentares temáticas, o projeto ficou estacionado por mais de 3 anos no ponto de ser inserido na Ordem do Dia à deliberação plenária. Naquele mês recebeu um pedido de arquivamento em razão da apresentação de outro Projeto de Lei sobre o assunto pela nova Comissão Executiva, que na Câmara tem mandado de apenas dois anos.<sup>5</sup>

Em 2011 houve uma grande reforma da Lei Orgânica do Município, de iniciativa da Câmara. Dentre os vários debates à modernização da Lei Maior do município, o artigo que disciplina a Ouvidoria obteve alguns pontuais acréscimos.

Em abril de 2012, poucos dias após o arquivamento do projeto de 2009, a Comissão Executiva realizou o protocolo do Projeto de Lei que, reiterando em grande parte o texto do

---

<sup>3</sup> Projeto nº 005.00007.2009, disponível no Sistema de Proposições Legislativas (SPL) da Câmara de Curitiba.

<sup>4</sup> Informa a Instrução Jurídica nº 005.2009 junto ao Projeto de Lei Ordinária nº 005.00007.2009 que anteriormente sobre o tema “Tramitou nesta Casa, projeto de resolução de iniciativa dos Vereadores André Passos, Paulo Salamuni e Reinold Stephanes, que não alcançou seu objetivo, tendo sido arquivado ao encerramento da Legislatura passada, por força do disposto no art. 109, do Regimento Interno, não tendo sido apreciado pelo Plenário, uma vez que a forma de apresentação adotada não se encontrava correta”, disponível no Sistema de Proposições Legislativas (SPL) da Câmara de Curitiba.

<sup>5</sup> Requerimento de Retirada de Proposição nº 073.00008.2012 com parecer favorável.



projeto de 2009, lançou a ideia central do instituto em onze artigos.<sup>6</sup> Com base nele foram apresentadas várias contribuições advindas de emendas parlamentares, que tiveram um efeito de minimizar diferenças políticas maiores, amalgamando entendimentos entre os parlamentares daquele mandato quanto ao órgão.

Com o projeto aprovado pelo Legislativo do mandato anterior em mãos, o chefe do Executivo o sancionou no início de 2013, vetando apenas um item de disposição de servidores. Com o surgimento desta norma, outras sobre o tema foram sendo aprovadas, a exemplo da Resolução da Câmara sobre os procedimentos de eleição, que permitiram o efetivo estabelecimento do órgão. Dois anos após, ao final de 2014, houve a primeira eleição para o Ouvidor nestes novos moldes preconizados pela Lei Orgânica do Município.

Através de um ambiente conturbado e, principalmente, multifacetado, o presente estudo sobre a Ouvidoria de Curitiba além de ser inédito com a abordagem nas Políticas Públicas, traz à luz aspectos de mecanismos de composição legislativa que muito dizem sobre os resultados atingidos. O foco dividido entre os momentos anteriores e posteriores à lei de 2013 auxilia o entendimento de seu processo formativo e, logo após, de sua dissolução enquanto órgão de abrangência a todo o município.

A Ouvidoria recebeu ao mesmo tempo muito apoio e objeção, o que lhe atrapalhou a formação enquanto instituto de participação social. No entanto, conforme apresenta o estudo, isto em tempo algum lhe desmerece enquanto legítimo espaço participativo.

Para atingir o objetivo de posicionar a Ouvidoria de Curitiba no espaço institucional, o estudo será composto por 7 capítulos. Após introduzir o tema e apresentar a metodologia utilizada, ele adentra à teoria institucionalista, através de referenciais nacionais e internacionais, e de bens democráticos. Iniciando análise do órgão, efetua uma apresentação histórica e um posicionamento classificatório. Em seguida, apresenta deliberações da Câmara Municipal de Curitiba e o ambiente à implementação do órgão, bem como análise do formato, da realização de suas duas eleições e de resultados. Quanto à atividade parlamentar, abrange tanto um período prévio como um posterior à implantação, visando explicar o caminho que proporcionou sua curta execução e posteriormente levou ao resultado de alteração de sua amplitude. Por fim, adentra à teoria institucionalista aplicada à Ouvidoria, aliado à análise da voz enquanto atributo de instituições participativas, para posicionar o órgão.

---

<sup>6</sup> Projeto nº 005.00061.2012.

## 2 METODOLOGIA DE TRABALHO

No presente trabalho objetiva-se verificar o desenho institucional da Ouvidoria de Curitiba e como ele é capaz de produzir bens democráticos (SMITH, 2009), em especial o de efetivação da voz do cidadão, contribuindo ao fortalecimento da participação popular e controle social junto à Administração Pública.

A pesquisa será desenvolvida na forma qualitativa, considerando a realidade complexa dos fenômenos sociais, das análises institucionais (VEBLEN, 1899; COMMONS, 1931; HODGSON, 1988, 1997, 2006; HAMILTON, 1919; NEALE, 1987; NORTH, 1991, 1995) e na especificidade da Ouvidoria da cidade de Curitiba. Utilizar-se-á de meios de investigação e análise de material bibliográfico e documental, baseados em livros, documentos históricos, relatórios e documentos governamentais, legislação, bases de dados, entrevistas semiestruturadas de ouvidores e de atores sociais importantes envolvidos no tema. Isto visa formação de um marco analítico de caráter interdisciplinar com levantamentos de modelos de Ouvidorias buscando, em um segundo momento, estabelecer marcos para possíveis comparações.

A abordagem ora trabalhada em políticas públicas é única no município de Curitiba. O desenho institucional da nova Ouvidoria difere em alguns pontos se comparado à antiga Ouvidoria estabelecida na década de 1980, que fez a cidade ser pioneira no Brasil junto ao círculo de instituições similares à figura mundial do *Ombudsmann*. O período foco do presente estudo (2011-2016) é, de certa forma, restrito em razão de não eleição do cargo ao final de 2016, o que não permitiu análises empíricas mais recentes. Entretanto, análises pontuais de momentos anteriores e posteriores que se conectaram aos resultados deste período foco serão executadas.

As citações históricas objetivam apresentar um posicionamento dentro dos processos que contribuíram à formatação do instituto da Ouvidoria. Deste modo, auxiliam à compreensão da evolução do pensamento político, da transformação deste nas alterações legislativas, bem como das necessidades sociais de novos mecanismos de controle e de participação.

Pesquisas exploratórias, de uma forma geral, permitem uma aproximação com o objeto estudado, alargando-o, construindo hipóteses, efetuando levantamentos de dados correlatos para, ao final, descrever conclusões de realidades observadas. O Quadro 1 apresenta uma síntese dos principais formatos de pesquisa ora utilizados. Cada um está centrado em diferentes aspectos do estudo, passando desde a captação de elementos

históricos até a exposição de dados sobre sua execução. Em comum, todos com o escopo de subsidiar a construção institucional da Ouvidoria.

QUADRO 1 - FONTES DOS DADOS UTILIZADOS

NATUREZA	LOCAL	FINALIDADE PRIMORDIAL	MEIO
Pesquisa Bibliográfica	Universidade Federal do Paraná	identificar teorias de fundamento institucional	Papel / Eletrônico
Pesquisa de Campo	Câmara de Curitiba	promover uma forma de observação participante	Ambiente
Entrevista (ex-ouvidor)	Escritório Particular	identificar elementos no planejamento do órgão	Áudio
Entrevista (ex-adjunto)	Assembleia Legislativa	identificar elementos na execução do órgão	Áudio
Entrevista (ex-assessor)	Câmara de Curitiba	identificar elementos na execução do órgão	Áudio
Análise Documental	Câmara de Curitiba	identificar forças políticas na atividade legislativa	Arquivo Governamental
Entrevista (ex-presidente)	Escritório Parlamentar	identificar forças políticas à conformação do órgão	Áudio
Entrevista (ex-ouvidor)	Universidade Federal do Paraná	identificar elementos históricos e de execução	Áudio
Análise de Discurso	Câmara de Curitiba	identificar forças políticas e conflitos na instituição do órgão	Arquivo Governamental

Fonte: elaborado pelo Autor.

As entrevistas foram realizadas sob a forma semiestruturada, com gravação em arquivo de áudio, cujas reanálises são importantes à compreensão. Por tal, estas foram transcritas e estão disponibilizadas na íntegra no Anexo 1 deste trabalho. Serão focados o ex-titular, o ex-coordenador e o assessor de informática da Ouvidoria, bem como o então presidente da Câmara em 2013, época das alterações legislativas mais densas que a reestruturaram.

A pesquisa de campo é constituída também por um aspecto de índole etnográfica, dada a experiência do autor com o objeto de estudo. Apesar de não ter ocorrido bem uma observação participante durante a realização desta pesquisa, o fenômeno observado contou com um acompanhamento pessoal e estreito do autor, que usou sua pessoa como principal e confiável instrumento de observação, seleção, coordenação e interpretação (RODRIGUES, 2017). O autor tornou-se referência no tratamento desta matéria junto ao Poder Legislativo de Curitiba, o que contribui imensamente à execução deste trabalho.

A análise de discurso terá importante aplicação quando da verificação de registros dos vários tipos de deliberações legislativas junto à Câmara Municipal. Serão verificadas as circunstâncias dos discursos, bem como seus elementos, incluídas análises não verbais, almejando desvendar criticamente o significado das palavras, no objetivo geral de reconstruir e confirmar a realidade. Com esta análise, “procura-se compreender a língua

fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2005, p.15).

Para fins de comparação, outros modelos institucionais projetados em níveis internacional e nacional foram também abordados visando balizar a análise e, em alguns casos, a identificação de adaptações do sistema em vigor quando se verificar adoção de transplante institucional (PESSALI, 2009, 2011). A análise de experiências, mesmo em realidades que não se assemelham à do Brasil ou de Curitiba, apesar de não estar compreendida no foco deste trabalho, permite melhor identificação de problemas a partir da situação local, utilizando-se o método comparativo que leve o pesquisador a constatar diferenças e semelhanças, extraíndo a essência conceitual que deva se perpetuar independente de variações sociais.

Conjuntamente, foram levantadas e analisadas criticamente as informações, organizando a pesquisa de forma descritiva. De tal modo, poder-se-á entender melhor as instituições para além de seu sentido literal, salientando seus bens e valores, bem como a pertinência para com a realidade social.

Procura-se analisar o contexto político dos momentos estudados, bem como algumas das articulações entre os principais atores envolvidos nas disputas, em especial dentro da Câmara Municipal de Curitiba, que viabilizaram a institucionalização da Ouvidoria no formato atualmente conhecido.

### 3 A TEORIA INSTITUCIONALISTA E O ATRIBUTO DA VOZ

Este trabalho efetuará uma análise da Ouvidoria sob a ótica institucionalista, conforme as abordagens de autores como Thorstein Veblen, John Commons, Douglass North, Geoffrey Hodgson.

Inicialmente importa expressar os contornos delimitativos da teoria institucionalista, algumas de suas definições, sua relação com a Ouvidoria, bem como formatos de participação social. Por último, apresentar um dos principais atributos democráticos de instituições participativas, que é a voz, sob a ótica de Graham Smith.

#### 3.1 INSTITUIÇÕES

A teoria institucionalista é o referencial do presente trabalho, com destaque à abordagem de Geoffrey Hodgson. Considerando o processo não uniforme de instituição do órgão estudado, fracionado por períodos, em diferentes momentos político-sociais e ambientes em que foi inserida, optou-se por uma abordagem multidisciplinar. Nesta ótica múltipla se imiscuem influências de várias escolas de pensamento socioeconômico, cuja análise recorre a uma série de tradições teóricas da sociologia, da ciência política, da antropologia, da psicologia e da filosofia (HODGSON, 1988, xv).

Deste modo, o referencial em Hodgson acentua o conhecimento do quanto há de “influência das instituições, das práticas sociais e da história em nossas ideias, percepções e actos” (Ibid.) e, com isso, compreender parte do processo de como o órgão se instituiu.

Definir instituição não é um trabalho fácil. Walter Neale (1987) informa que esta palavra nunca teve um significado preciso. David Dequech (2017) reconhece que há bastante controvérsia sobre como conceituá-la. Na mesma linha, Geoffrey Hodgson (2006) aponta que não há unanimidade em sua definição. O entendimento do que é instituição não é estanque nem tem delimitações unânimes, cobrindo cada autor um aspecto do instituto, formando definições que em alguns pontos podem até se apresentar díspares.

Partido da sugestão de Huáscar Pessali e Fabiano Dalto (2010, p. 14, 33), a instituição orienta o comportamento humano, como importante engrenagem do desenvolvimento, filtra e provê informações à resolução de conflitos, busca evitar ações destrutivas ou improdutivas, capacita indivíduos criando poder e influenciando na formação de valores. De acordo com estes autores “as instituições ganham destaque como engrenagem importante do desenvolvimento ao mesmo tempo em que podem ser vistas como uma de suas medidas”

(Ibid., p.12). O recorte pretendido com o presente estudo tem como essência a ideia de constituir-se a Ouvidoria como engrenagem de desenvolvimento apresentada por estes autores.

Quando se faz relação entre mudança institucional, desenvolvimento e participação, tem-se que "a economia e a política estão inseparavelmente relacionadas ao desempenho econômico de uma região ou de um país através da capacidade de participação de seus indivíduos na conformação de instituições." (Ibid., p. 28).

Em razão da natureza do órgão, a abordagem teórica tangencia o chamado transplante institucional. Informa Pessali (2009, p.13) que este termo é utilizado para a identificação de cópias entre entidades jurídicas diversas, que visa alcançar no destino os mesmos resultados de sua origem. É uma importação de modelo institucional que surte resultados positivos no país ou ambiente onde foi criado e que pretensamente permitiria similares resultados quando de sua aplicação em outro ambiente. Remontando ao histórico do início da Ouvidoria em 1985, que será abordado na seção 5.1, percebem-se indícios de que possa ter havido transplante institucional do *Ombudsman* em Curitiba. Muito porque, conforme explana Pessali (Ibid.), a adoção de formulação similar de institutos de países desenvolvidos pelos demais não desenvolvidos revela a intenção de “queimar etapas” ao desenvolvimento. A ideia de se trazer um mecanismo que apresentou benefícios na Europa se pode entender em Gomes (2000), quanto à Ouvidoria. Esta atitude revela uma vontade de “comprar um produto pronto”, evitando-se pretensa perda de tempo na criação e desenvolvimento de ferramentas à resolução de determinados problemas sociais, políticos, financeiros, dentre outros. Todavia, busca-se obter mesmos resultados sem que o donatário conte necessariamente com os mesmos aspectos essenciais do ambiente doador de tais instituições a serem transplantadas.

De todo modo, uma avaliação sobre o sucesso ou insucesso do transplante institucional não faz parte do presente estudo. Entretanto, este pode abordar de modo indireto e mais superficial alguma forma de *grafting*. Trata-se de adaptações às realidades do receptor que, como informa Pessali (Ibid., p.14), “podem ter fontes diversas, como especificidades históricas, geográficas, socioculturais, econômico-estruturais ou organizacionais”, pois geralmente é inviável a cópia idêntica de alguma instituição.

Considerado o precursor da escola institucionalista, Thorstein Bunde Veblen segue um caminho de contrariedade à economia liberal clássica e a neoclássica, que buscavam respostas estanques ao ganho econômico máximo, com leis imutáveis da Economia e seu



equilíbrio. Veblen (1919, p. 73) rechaça a concepção hedonista de um homem calculador de prazeres e dores, agindo sob o impulso de estímulos<sup>7</sup>.

The later psychology, reenforced by modern anthropological research, gives a different conception of human nature. According to this conception, it is the characteristic of man to do something, not simply to suffer pleasures and pains through the impact of suitable forces. He is not simply a bundle of desires that are to be saturated by being placed in the path of the forces of the environment, but rather a coherent structure of propensities and habits which seeks realisation and expression in an unfolding activity. According to this view, human activity, and economic activity among the rest, is not apprehended as something incidental to the process of saturating given desires. The activity is itself the substantial fact of the process, and the desires under whose guidance the action takes place are circumstances of temperament which determine the specific direction in which the activity will unfold itself in the given case. (VEBLEN, 1919, p.74).

Para Veblen, sob uma forma coletiva da formação de hábitos

Without discrediting the claim that class interest counts for something in the shaping of institutions, and to avoid getting entangled in preliminaries, it may be said that institutions are of the nature of prevalent habits of thought, and that therefore the force which shapes institutions is the force or forces which shape the habits of thought prevalent in the community. But habits of thought are the outcome of habits of life. Whether it is intentionally directed to the education of the individual or not. The discipline of daily life acts to alter or reenforce the received habits of thought, and so acts to alter or fortify the received institutions under which men live. And the direction in which, on the whole, the alteration proceeds is conditioned by the trend of the discipline of daily life. (VEBLEN, 1919, p.314).

Para este autor, a concepção das instituições passa fundamentalmente pelo processo que se inicia nos hábitos de pensamento que, por sua vez, são moldados de forma coletiva. Não são oriundos de uma visão individualista ou da soma destas, entendidas como uma mecânica de maximização racional de utilidades.

Assim, o autor segue uma explanação contrariando a ideia de estática e centrando na ideia de processo formativo e adaptativo:

Institutions are not only themselves the result of a selective and adaptive process which shapes the prevailing or dominant types of spiritual attitude and aptitudes; they are at the same time special methods of life and of human relations, and are

<sup>7</sup> Sobre esta parte do tema, expressa HODGSON (1988, p.74) que “A ideia do ‘homem económico racional’ dominou a teoria económica neoclássica desde a sua concepção. Fizeram-se adaptações da definição, mas a ideia central em todos eles tem sido a de que os agentes maximizam qualquer coisa, a que normalmente se chama ‘utilidade’”. Em outro ponto discorre que “Vimos que há dois tipos de críticas à hipótese neoclássica da maximização (...) A segunda baseia-se no trabalho experimental na área de psicologia e em testemunhos de outras proveniências. Sugere que a maximização está longe de ser típica e que o comportamento ‘não racional’ pode até ser dominante no mundo económico” (Ibid., p.86)

therefore in their turn efficient factors of selection. So that the changing institutions in their turn make for a further selection of individuals endowed with the fittest temperament, and a further adaptation of individual temperament and habits to the changing environment through the formation of new institutions. (VEBLEN, 1983, p.87).

John Rogers Commons apresenta já em suas primeiras linhas de um texto publicado em 1931 a ideia de instituição sob fundamento relacional. Neste sentido, afirma que

Se nos esforçarmos para encontrar uma circunstância universal, comum a todo comportamento conhecido como institucional, poderemos definir uma instituição como ação coletiva em controle, liberação e expansão da ação individual. A ação coletiva abrange desde o costume desorganizado até interesses contínuos organizados, tais como a família, a corporação, a associação comercial, o sindicato, o sistema de reservas, o Estado. O princípio comum a todos eles é o controle maior ou menor, a liberação e expansão da ação individual pela ação coletiva. (COMMONS, 1931, p.649).

As instituições, conforme Douglass Cecil North (1991, p.97), são as restrições humanamente concebidas que estruturam a interação política, econômica e social, constituindo-se em restrições informais, como sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta; e regras formais como as constituições, as leis e os direitos de propriedade.

A classificação de North auxilia um entendimento sobre a forma com que a sociedade lida com os costumes e tradições, nomeadas por instituições informais, aqui direcionadas ao âmbito dos órgãos governamentais.

¿De donde provienen las limitaciones informales? Proviene de información transmitida socialmente y son parte de la herencia que llamamos cultura. La forma en que la mente procesa información depende “de la habilidad del cerebro para aprender siendo programado con una o más lenguas naturales complejamente estructuradas que pueden cifrar conducta perceptual, moral y de actitud (conductual) así como información de hechos” (Johanson, 1998, p.176). Podemos definir la cultura como “transmisión de una generación a la siguiente, por la enseñanza y la imitación, de conocimientos, valores y otros factores que influyen en la conducta” (Boyd e Richerson, 1985, p.2). La cultura proporciona un marco conceptual basado en el lenguaje para cifrar e interpretar la información que los sentidos están proporcionando al cerebro. (NORTH, 1995, p.55).

Em trecho mais à frente nesta análise, North reforça a importância das limitações informais:

La forma en que la mente procesa información no sólo es la base de la existencia de instituciones sino una clave para entender cómo las limitaciones informales

tienen um papel importante em la formación de la elección tanto a corto plazo como en la evolución a largo plazo de la sociedad. (NORTH, 1995, p.62).

Ao questionar de onde surgem as limitações informais, North acentua o caráter de transmissibilidade cultural, algo que para a abordagem deste trabalho pode suscitar hipóteses sobre a natureza de parte dos problemas de legitimidade que a Ouvidoria enfrentou. A aceitação por parte da sociedade aparenta que ainda não tinha se tornado conduta habitual, elemento extrínseco ao órgão, melhor tratado à frente.

North entende também que instituições sobreviventes não são necessariamente eficientes, próximo ao entendimento de Veblen e Myrdal (HODGSON, 2017, p.10). Deste modo, a contrário senso, o só fato do esfacelamento da ouvidoria nos moldes preconizados desde a década de 90 não significam necessariamente sua ineficiência e, muito menos, que a sociedade dela não precise.

Veblen, abandonando o sistema mecânico de leitura da ciência econômica de sua época, entende que os agentes além de não serem meros dados, são formados e formadores ativos no processo econômico, reforçando as instituições (SALLES; PESSALI; FERNÁNDEZ, 2017, p.18). Assim, o resultado da desintegração do formato da Ouvidoria inicialmente pensado não era antecipável, em razão de fatos isolados de possível incompetência ou incômodo do Administrador Público, aliado ao desinteresse de sua defesa por parte da sociedade. Em similar modo com que criticou o determinismo expressado por Karl Marx, Veblen expressa que o resultado de um processo cumulativo aparece com novos horizontes que apresentam uma infinita trajetória de resultados não antecipáveis, “como um processo cumulativo que cria trajetórias dependentes (*path dependent*) das condições prévias” (Ibid., p.19). As condições apresentadas ao longo do processo de amadurecimento institucional da Ouvidoria, via de regra não aparentaram ser as ideais, como outrora já exposto.

No mesmo caminho de entendimento, Walton Hamilton retrata o caráter coletivo na formação das instituições:

Assim, tanto por causa de mudanças em suas relações com as outras coisas, quanto por mudanças sutis acontecendo no seu interior, cada uma dessas instituições está em processo de desenvolvimento. E, se isso for verdade para instituições em particular, é também para o complexo de instituições que, juntas, compõem a ordem econômica. (HAMILTON, p.315).

Walter Neale ao discorrer sobre a ideia central das instituições, enfatiza que a ideia de a maior parte daquilo que as pessoas fazem ser governada pelas instituições da sociedade é consenso entre os institucionalistas, e proclama que

Instituições são os “hábitos de uso e costume” (a frase é de Veblen) que permitem as pessoas agirem com um alto nível de confiança e suas expectativas sobre como as outras pessoas responderão a suas ações, e que permitem às outras pessoas interpretarem ações e responderem de maneira inteligente. Instituições dão sentido e continuidade às ações e asseguram que cada ação se encaixe a algumas das ações de outras pessoas para manter os processos em curso. É por essas razões que J. Fagg Foster caracterizou instituições como “padrões estabelecidos de comportamento correlacionados”. (NEALE, p.1179-1180).

Em um de seus trabalhos, Geoffrey Martin Hodgson (2006, p.13) elabora uma definição de instituições como “durable systems of established and embedded social rules that structure social interactions, rather than rules as such. In short, institutions are social rule-systems, not simply rules.”. Apesar de aparentemente simples, esta definição auxilia no entendimento de outros trabalhos deste autor.

Autores neoclássicos da economia entendem de que o propósito individual é um princípio universal que rege todas as ações humanas, sem diferenciar ações planejadas e os hábitos. Hodgson (1988, p.58) rebate tal pensamento, sob a ideia de que isso está em contradição com a ideia de que pode ser imputada intenção a coletivos, como as instituições e os grupos sociais. Ao tratarem esses coletivos como se fossem indivíduos, os neoclássicos elaboram simplificação, que até poderia ser legítima ao se pensar em uma decisão coletiva unânime (Ibidem).

Nesse aspecto, não há como se imputar de maneira imediata à instituição Ouvidoria o propósito de seus idealizadores, pois “o propósito individual não é a mesma coisa que o ‘propósito’ coletivo ou de grupo e, em qualquer caso, há que distinguir os dois” (HODGSON, 1988, p.59). Por mais nobres que sejam, não se pode pretender que a Ouvidoria simplesmente implemente de forma mecânica e automática as diretrizes postas em lei que justificaram sua criação.

Ao contrário das teorias que consideram as preferências e os propósitos individuais como um elemento exógeno ao sistema econômico (Ibid., p.62), Hodgson argui que

[...] as instituições não são apenas relevantes como barreiras ou restrições [...], os indivíduos podem *reagir* às instituições ao prosseguirem seus objetivos. Mas as instituições e a cultura são também importantes num outro sentido: *desempenham*

*papel ao influenciarem e condicionarem de facto esses mesmos propósitos.* (grifos do autor) (HODGSON, 1988, p.62).

Deste modo, os valores individuais são impactados por fatores como normas sociais e cultura que reagem em meio ao relacionamento com as instituições. Sem significar um determinismo, o comportamento humano quando em contato com instituições como a Ouvidoria, tende a se moldar conforme o grau de alinhamento que o indivíduo tenha com ela à realização de suas finalidades. Neste caso, de interação com as esferas decisórias do Poder Público a que ela pertence.

Neste contexto, é importante o entendimento de adequação entre os fins da instituição e os meios que lhe são proporcionados a tal, pois para a economia institucional estes são inter-relacionados. Apesar do reconhecimento de que os fins muitas vezes não são rigidamente definidos, Hodgson (Ibid., p.94) afirma que “os meios podem alterar os fins no processo de os alcançar”. E o que se verificou com a Ouvidoria de Curitiba foi exatamente isso: alguns de seus fins não foram alcançados também em razão dos meios que lhes foram disponibilizados, conforme apurado ao final do Capítulo 5. Tal situação interfere em muito a relação do indivíduo com a instituição pois, como apontado anteriormente, sua expectativa de interação será tolhida em alguns pontos, apesar de poder ser superada em outros, como observado em trabalhos técnicos realizados pelos servidores que atuaram na Ouvidoria.

Aponta Hodgson (1988, p.139) que Friedrich Hayek forjou um conceito de ordem espontânea, caracterizado pelo fato de que normas e convenções podem surgir espontaneamente através da interação dos indivíduos, resultando da adaptação dos elementos individuais às circunstâncias. A isso, Hodgson (Ibid.) somou que quer significar que o comportamento pode se adaptar conforme as informações e restrições vividas. Aproximando isso a aspectos práticos vivenciados na Ouvidoria de Curitiba, verifica-se que não foram efetivados processos de disseminação de informação institucional à mudança da percepção da sociedade que resultasse em comportamento de valorização do papel da Ouvidoria. A justificativa para isso é um claro indício de adaptação à realidade restritiva que foi vivenciada pelos executores da Ouvidoria. Estes restaram impedidos de realizar publicidade do órgão tendo em vista o estrangulamento da capacidade de recepção de manifestações (BARBOSA, 2020; LUZ, 2020; COSTA, 2020).

Ignorar a necessidade de esforços primordialmente centrados em uma alteração comportamental tanto da sociedade quanto dos próprios órgãos nos Poderes - Legislativo ou Executivo - foi, grosso modo, uma das âncoras no desenvolvimento da Ouvidoria.

Difícilmente se constrói um órgão de participação social, significando interferência em atividades decisórias, da noite para o dia e sem o apoio e a articulação com outros órgãos.

Hodgson (Ibid., p.121) alerta que “A realidade, fora de nossas cabeças, pode existir independentemente da cognição que temos dela. Mas a ‘realidade’ que ‘vemos’ e ‘compreendemos’ é em parte construída socialmente”. Ao expor que nosso enquadramento mental reflete, dentre outros, as regras sociais nas quais estamos insertos, pode-se abrir a hipótese de que há provável lapso entre a realidade e a percepção social quanto à Ouvidoria. Em parte, isso se daria na medida em que, fazendo parte do governo e construído nos moldes *top-down*, a percepção da sociedade quanto à sua eficácia resolutive teoricamente se equipararia a outros órgãos meramente formais, emperrados e descrentes no ambiente público brasileiro.

A mudança comportamental é essencial à sobrevivência do órgão no período subsequente a seu nascimento, sob pena de, sendo desconhecido, ingressar nas fileiras mentais construídas pelo antigo hábito social de classificar alguns órgãos públicos como “cabides de emprego” ou “para inglês ver”. E, de uma forma geral, pouco faz o Estado para alterar esta percepção se não houver interesse político direcionado. Na mesma forma que apresenta críticas a John Maynard Keynes, que acreditava que o governo sempre seria persuadido ao interesse comum mesmo frente à predominância egoísta da sociedade, Hodgson (Ibid., p.229) expõe que o otimismo no racionalismo do Estado não é o mais adequado.

De uma forma geral, é fundada a percepção de que a Ouvidoria de Curitiba ainda não se constituiu enquanto instituição a criar expectativas estáveis quanto ao comportamento das pessoas, possibilitar pensamento ordenado e consistência às atividades humanas. Enfim, não se firmaram constantes “escolhas e ações que, de outra forma, não existiriam” (HODGSON, 2006, p.2).

Ao explicar Hodgson (Ibid., p.7) que “Hábitos são a matéria constitutiva das instituições, proporcionando-lhes maior durabilidade, potência e autoridade normativa”, leva-se a uma comparação local negativa quanto à Ouvidoria. E nem se está a aferir responsáveis pela ausência de um esforço de efetivamente compor a instituição, mas apenas identificando no modelo teórico o que falta ao modelo vigente até há pouco na cidade de Curitiba.

Ausente a capacidade de levar à regularidade de comportamentos dentro da sociedade, hábitos concordantes não são estabelecidos na população, não levando a propósitos e crenças congruentes (Ibid.), pois



Instituições se perpetuam não simplesmente por meio das regras de coordenação convenientes que oferecem. Elas se perpetuam porque restringem e moldam as aspirações individuais, e criam uma base para sua existência em muitas mentes que influenciam com suas convenções. (HODGSON, 2006, p.7)

Deste modo, o cenário mais provável à Ouvidoria de Curitiba é seu posicionamento em um ambiente ainda desprovido de hábitos de valorização desta instância participativa. Independente das causas, este órgão não alcançou a potencialidade de moldar comportamentos estatais e individuais a justificar e fortalecer sua manutenção. As informações levantadas não permitem concluir à Ouvidoria a conquista de espaço dentre os mecanismos participativos atualmente em funcionamento.

### 3.2 VOZ COMO UM DOS ATRIBUTOS DE INOVAÇÕES DEMOCRÁTICAS

Como o próprio nome já direciona, ouvir é a ideia central do instituto da Ouvidoria. Entretanto, não se trata de uma pretensão formal de ser um órgão que colha informações, registre dados e simplesmente os transmita no âmbito administrativo do governo. Trata-se, antes de tudo, de fortalecer a ideia de que o cidadão possa, individual ou coletivamente, transitar seus anseios em um espaço de debate, qualificado com a atenção dos agentes públicos.

A efetiva participação se caracteriza não apenas com alguma formalidade pré-definida como o voto, mas também pela captação do máximo possível de argumentos a compor a diversidade (AVRITZER, 2000). Nesta busca por um complemento às instituições políticas convencionais, Graham Smith (2009) apresenta análise sobre inovações democráticas, um redesenho do trabalho político no sistema representativo tradicional, ante sua desilusão pública.

Tais inovações são avaliadas conforme o grau em que elas realizam os bens democráticos, a aferir a legitimidade democrática e a viabilidade prática delas (Ibid., p.6). Como sintetiza Christiane Santos, na abordagem de Smith

podem-se descrever os bens democráticos da seguinte maneira: o bem democrático da inclusão refere-se como a igualdade política é realizada em pelo menos dois aspectos de participação: presença e voz. O controle popular avalia o grau de influência dos participantes nos diferentes aspectos do processo de tomada de decisão. O juízo ponderado implica buscar saber qual a compreensão dos cidadãos tanto dos detalhes técnicos do problema em questão como das perspectivas dos

outros cidadãos. E, finalmente, a transparência avalia a franqueza do processo tanto para os participantes como para o público em geral. (SANTOS, 2015, p.39).

Ao presente estudo, o bem democrático da inclusão é salientado. Muito porque o fundamento primeiro de existência da Ouvidoria é a inserção qualificada dos questionamentos sociais junto ao Poder Público. Para tal, é necessária a existência de mecanismo eficiente de captação dos anseios da população que, após traduzidos a um formato institucional próprio da Ouvidoria, possa interferir em ações e políticas públicas implementadas pelos órgãos governamentais.

No que pertine à presença, a Ouvidoria acolhe a impressão de Smith (Ibid., p.21) de que essa inclusão seria melhor atendida por instituições abertas a todos, não havendo mecanismos de seleção e, portanto, minimizando a exclusão. Tal atributo, entretanto, não equivale necessariamente à voz, expressando Smith que “Presence turns our consideration primarily to the mode of selection of citizens; voice to the extent to which citizens are able to contribute to proceedings” (Ibid., p.163).

Conforme Smith, a voz deve ser caracterizada por “equal substantive opportunities to express their views and be heard on the issue under consideration and have equal chances to affect the output of the institution” (Ibidem). Em razão disto a importância de sempre avaliar as normas da instituição para não afastar a disposição em contribuir, em especial de grupos tradicionalmente marginalizados, e

Assessing the degree to which equality of voice is realised requires us to be attentive to the manner in which institutions encourage different types of contribution and offer support and resources to those citizens who have little experience and/or are intimidated by the thought of speaking in public. We can again distinguish between an institution where equality of voice is achieved in a formal sense in that all participating citizens have the equal right to contribute and one where that formal right is given substance by the provision of resources to support those with less experience and confidence. (SMITH, 2009, p.22).

A voz conta com especial destaque para a Ouvidoria, permitindo a expressão de anseios sociais que, não raro, são precursores de evoluções de pensamento que apenas tempos depois serão assimilados pela estrutura governamental. Exemplo disso foi a nota de que uma das primeiras manifestações recebidas no ano de 1986 tinha cunho ambiental, como expôs Salamuni (2020, p.5) sobre o tratamento inadequado recebido por pássaro em gaiola no saguão do prédio da prefeitura. Basta uma rápida leitura histórica para compreender o quão

precursor isso significou para um momento em que praticamente inexistia a defesa por direitos animais, hoje amplamente debatida e aceita.

A ótica institucionalista na análise ora pretendida é reforçada pela abordagem da voz enquanto bem democrático, e a natureza do órgão ora estudado detém um traço participativo que é crucial ao desenvolvimento de uma democracia. A finalidade de uma Ouvidoria passa essencialmente pela potencialização de demandas sociais e, apesar de algumas diferenças conceituais e de modelos diversos adotados, um núcleo direcionado à recepção simplificada de anseios sociais se faz presente como regra, características dentre as quais podem ser verificadas no próximo capítulo.

## 4 ACEPTÕES DE OUVIDORIA

Muitas são as teorias sobre o instituto da Ouvidoria. A maioria das explicações históricas posicionam o órgão com uma origem relativamente recente, há pouco mais de três séculos. Entretanto, alguns autores, principalmente estrangeiros, narram períodos bem mais antigos que remontam sua origem. A sua finalidade, da mesma forma, encontra variação funcional não apenas conforme o ambiente em que se encontra inserida, como também pelo lapso temporal em que for analisada.

Nas seções deste capítulo, se apresenta uma sintética exposição histórica e teleológica da Ouvidoria, finalizando com uma das classificações mais aceitas no meio especializado nacional, oriunda do primeiro Ouvidor de Curitiba em 1986, que dedicou vários estudos sobre o tema. Com isso, pretende-se dotar o leitor de uma ambiência mínima sobre o instituto.

### 4.1 BREVE RELATO DA ORIGEM E DA FINALIDADE DO ÓRGÃO

Segundo alguns autores, as raízes do que hoje entendemos como Ouvidoria são bastante antigas. Alguns, como LIVIUS (s/data) e ABBOTT (1901) citam as épocas dos *tribuni plebis* romanos, de 493 aC até o Século V; outros, como MORTON e LEWIS (2005), citam a da Dinastia Qin chinesa nos anos de 221 a 226 aC (RAYMOND e LAYDE, 2016, p.333). Viktor Pickl ([19-?] apud MAUERER, 1996) aponta que no Século VII, à época do califado, o *Muhtasib* foi instalado para monitorar autoridades, sendo até hoje *Mohtasib* o nome oficial do Ombudsman do Paquistão.

Entretanto, a maioria dos autores, talvez por uma questão de maior identificação entre características de um conceito mais moderno, cita que a Ouvidoria surge a partir de um órgão sueco denominado *Ombudsmam*, que significa “representante do povo”. Sua incumbência é a de receber críticas e sugestões da população sobre órgãos públicos na Suécia.

Informa Manoel Gomes (2000, p.82), em síntese, que a doutrina especializada no tema indica a origem em outubro de 1713. A figura do *Konungens Bogste Ombudsmännem* (Supremo Representante do Rei) foi criada pelo rei Carlos XII na Suécia com a competência de vigilância dos funcionários do governo, enquanto ele estava fora do reino.

Posteriormente tal cargo foi alterado para *Justitiekanslern* (Chanceler da Justiça) e em 1776 a competência de nomeação do titular passa ao Parlamento, fortalecido ante enfraquecimento da figura real. Com isso, a essência do cargo passa a ter um viés de controle do Parlamento sobre a Administração e a Justiça. “O chanceler, de acordo com as atividades

desenvolvidas durante esse período, pode ser visto como precedente do *ombudsman* (*Justitieombudsmannen*), que só seria previsto na Constituição sueca em 5 de junho de 1809” (Ibid, p.83).

O sítio eletrônico do *Ombudsman* no Parlamento da Suécia explana em histórico do órgão que o foco em 1809 era a proteção dos direitos do cidadão, como encorajar a aplicação uniforme da lei e indicar obscuridades legislativas sob a forma de inspeções e investigações sobre reclamações.<sup>8</sup> Estas, apesar de desempenhar papel relativamente insignificante no início, alcançaram o total de 8.000 durante o primeiro século da existência do escritório (SUÉCIA, *Riksdagens Ombudsmän*, 2019).

Em artigo junto ao *International Ombudsman Institute*<sup>9</sup>, Michael Maurerer cita que após o *Ombudsman* sueco

The ombudsman concept spread slowly in Europe. In 1919, Finland installed their parliamentary national ombudsman, followed by Denmark (1955), Norway (1962), the United Kingdom (1967), Portugal (1976), Austria (1977), Spain (1981), The Netherlands (1982), Ireland (1984), Iceland (1987), Poland (1988), Cyprus (1991) and Hungary (1992). (MAUERER, 1996, p.2)

Linda Reif (2004, p.12) aponta que o termo *Ombudsman* de origem sueca se origina e significa “representatividade” e, adotado por diversos países, sofre mudanças em cada um deles conforme características da instituição, a exemplo de *Parliamentary Commissioner for Administration* (Reino Unido, Sri Lanka), *Public Protector* (África do Sul), *Protecteur du Citoyen* (Quebec), *Mediateur de la République* (França, Senegal, Burkina Faso, Gabão e Mauritania), *Difensore Civico* (nível regional e provincial na Itália), *Citizens' Aide* (vários estados nos EUA). Há também nomes com vinculação aos Direitos Humanos: *Defensor del Pueblo* (Espanha, Argentina, Peru, Bolívia, Equador e Colômbia), *Provedor de Justiça* (Portugal), *Commissioner for Civil Rights Protection* (Polônia), *Parliamentary Commissioner for Human Rights* (Hungria), *Public Defender* (Jamaica), *Procurador para la Defensa de los Derechos Humanos* (El Salvador), *Procurador de los Derechos Humanos* (Guatemala). (Ibid.).

De forma sintética, relata Manoel Gomes (2020) que três grandes momentos mundiais marcaram tipos e amplitudes funcionais nas atividades exercidas pelas Ouvidorias. No paradigma do Estado Liberal clássico, o *Ombudsman* “nasce como um órgão voltado

<sup>8</sup> Parliamentary Ombudsmen (JO), Swedish Riksdag. Disponível em <http://www.jo.se/en/About-JO/History/>

<sup>9</sup> Disponível no sítio eletrônico oficial do *International Ombudsman Institute*, em <https://www.theioi.org/publications>

principalmente para o controle do estado. O *Ombudsman* exercia em nome do parlamento, representando o parlamento, o controle do estado” (Ibid., p.2). Assim, em meio a um ideal de que a garantia das liberdades individuais era alcançada com o controle do Estado, o órgão funcionava como um dos instrumentos deste controle, sob o espectro da legalidade. Já no paradigma do Estado de bem-estar social (*welfare state*), a ideia muda bastante, conforme explica o entrevistado. Este contexto era composto de ideais de um Estado propositivo que atua em favor dos cidadãos, sendo o *Ombudsman* dotado de uma função de órgão de defesa do cidadão em face dos atos praticados pelo Estado, rompendo os limites de análise de ilegalidades para abranger também “no plano de moralidade pública, plano que inclusive do que se convencionou chamar de poder discricionário do Estado” (Ibid., p.2). No chamado Estado neoliberal, o autor aponta que se abrem duas outras possibilidades: do *Ombudsman* funcionar como órgão de aperfeiçoamento da Administração, fundado no princípio da eficiência, ou de ser um órgão fundado no princípio da participação popular.

Em suma “Um *Ombudsman* voltado para o controle, um *Ombudsman* voltado para a defesa do cidadão, um *Ombudsman* voltado mais para a eficiência da administração e [um] *Ombudsman* voltado mais para a participação da sociedade civil” (Ibid., p.3), cada qual trabalhando sob características e racionalidades adequados ao seu ambiente.

#### 4.1.1 A recepção do instituto no Brasil

No Brasil império, houve a figura do Ouvidor-Geral com similaridade ao sueco *Konungens Bogste Ombudsmännem*, como os “ouvidos do rei”, extinto após a declaração de independência do Brasil em 1822. Com o movimento pela redemocratização do Brasil na década de 1980, a figura ressurgiu com o significado similar à instituição sueca do *ombudsman*, visando acolher as expectativas sociais e introduzi-las junto ao Estado.

A primeira ouvidoria pública brasileira foi a de Curitiba, criada na mesma época em que foi instituído o ouvidor da Previdência Social em cada Unidade da Federação. Este, exercia uma função não remunerada e autônoma em relação à administração federal.<sup>10</sup>

Em meio a esta década de 80, a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, encarregada de apresentar o anteprojeto da Constituição da República que seria promulgada em 1988, integrou ao texto o Defensor do Povo. Este, previsto no artigo 56 do anteprojeto, tinha a atribuição de apurar abusos e omissões de qualquer autoridade e indicar aos órgãos

---

<sup>10</sup> Nos termos do Decreto Federal nº 92.700, de 21 de maio de 1986.

competentes as medidas necessárias à sua correção ou punição.<sup>11</sup> Entretanto, como é amplamente cediço, este dispositivo não foi aprovado pela Assembleia Nacional Constituinte.

A partir da década de 1990, várias Ouvidorias públicas foram criadas, a exemplo da Ouvidoria Geral da República<sup>12</sup>, das Ouvidorias nas Secretarias de Estado de São Paulo<sup>13</sup>, e das Ouvidorias no Poder Judiciário e no Ministério Público no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Território, ante nova diretriz inserida na Constituição da República<sup>14</sup>.

As Ouvidorias privadas, a exemplo do precursor *Ombudsman* do Jornal Folha de São Paulo, criado ao final da década de 1980, e das ouvidorias das instituições bancárias, avaliadas em ranking qualitativo do Banco Central do Brasil, não serão tratadas neste trabalho, haja vista a preponderância da natureza comercial delas.<sup>15</sup>

Um dos últimos grandes atos do Governo Federal na matéria foi em março de 2019, quando instituiu a Rede Nacional de Ouvidorias.<sup>16</sup> A sua finalidade é integrar as ações de simplificação de trâmites administrativos da matéria, desenvolvidas pelas unidades de ouvidoria dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob coordenação da Ouvidoria-Geral da União, com adesão voluntária. Trata-se de um esforço de integração entre as unidades de ouvidoria, visando a consolidação de uma agenda nacional sobre o tema e, considerando o conteúdo tratado no decreto, para participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos. A lista de membros da Rede Nacional de Ouvidorias mostra como membros em Curitiba apenas 8 órgãos: Conselho de Biologia da 7ª Região, Conselho Regional de Corretores de Imóveis 6ª Região Paraná - Creci/Pr,

---

<sup>11</sup> Art. 56 – É criado o Defensor do Povo, incumbido, na forma da lei complementar, de zelar pelo efetivo respeito dos poderes do Estado aos direitos assegurados nesta Constituição, apurando abusos e omissões de qualquer autoridade e indicando aos órgãos competentes as medidas necessárias à sua correção ou punição. §1º – O Defensor do Povo poderá promover a responsabilidade da autoridade requisitada no caso de omissão abusiva na adoção das providências requeridas. §2º – Lei complementar disporá sobre a competência, a organização e o funcionamento da Defensoria do Povo, observados os seguintes princípios: I – o Defensor do Povo é escolhido, em eleição secreta, pela maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados, entre candidatos indicados pela sociedade civil e de notório respeito público e reputação ilibada, com mandato não renovável de cinco anos; II – são atribuídos ao Defensor do Povo a inviolabilidade, os impedimentos, as prerrogativas processuais dos membros do Congresso Nacional e os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal; III – as Constituições Estaduais poderão instituir a Defensoria do Povo, de conformidade com os princípios constantes deste artigo. Anteprojeto na íntegra disponível em <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/AfonsoArinos.pdf>.

<sup>12</sup> Lei Federal nº 8.490, de 19 de novembro de 1992.

<sup>13</sup> Lei Estadual nº 10.294, de 1999 (Lei de Defesa do Usuário de Serviços Públicos do Estado de São Paulo)

<sup>14</sup> Emenda Constitucional nº 45, de 08 de dezembro de 2004.

<sup>15</sup> Disponível em <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/rankouvidoria>.

<sup>16</sup> Decreto nº 9.723, de 11 de março de 2019, que alterou o Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018.



Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Paraná, Controladoria Geral do Paraná, Guarda Municipal de Curitiba, Ministério Público do Estado do Paraná, ParanaPrevidência, Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (Paraná).<sup>17</sup>

Com igual pretensão de melhoria no tratamento das manifestações que lhe são direcionadas, a CGU lançou em agosto de 2019 o sistema “Fala.BR”, resultado da combinação entre o e-Ouv e o e-SIC. O sistema permite o tratamento integrado de manifestações de ouvidoria e pedidos de acesso à informação em mesma plataforma eletrônica.<sup>18</sup>

Em 2008, conforme Rubens Lyra (2009, p.3), a Ouvidoria Geral da União contabilizou 979 Ouvidorias, estimando este autor que em 2009 havia entre mil a mil e duzentas ouvidorias públicas em funcionamento pelo país (Ibid., p.19). Sem especificar data, o sítio eletrônico do IPEA informa existir atualmente 896 Ouvidorias nos vários segmentos da administração pública: Poder Executivo Federal (145), Poder Judiciário da União, dos Estados e do DF (62), Poder Legislativo da União, dos Estados, do DF e dos Municípios (12), Ouvidorias Estaduais e DF (478), Ouvidorias Municipais (182), Ouvidorias de Polícias (17).<sup>19</sup>

Conforme Rubens Lyra, a dificuldade em tal aferição se dá

pela ausência de levantamentos estatísticos rigorosos a respeito; pela celeridade de seu crescimento e, sobretudo, pela inexistência de critérios para definição do que seja ouvidoria. Com efeito, as estimativas em voga consideram qualquer órgão que se autodenomine como tal, desde meras centrais de atendimento, passando por “ouvidorias” em que os seus titulares apenas repassam aos seus chefes as reclamações que lhes são encaminhadas, até as dirigidas por assessores diretos do órgão fiscalizado, como chefes de gabinete de Secretarias de Estado. (LYRA, 2009, p.53)

O presente trabalho vai considerar apenas as modernas instituições de Ouvidoria com a natureza pública. Por isso, há uma especial preocupação de não trazer a este estudo órgãos pelo só fato de denominarem-se Ouvidorias, excluindo, conforme explanou Lyra, aqueles que detêm função restrita ao simplório binômio recebimento e encaminhamento. Há que

<sup>17</sup> Disponível em <http://ouvidorias.gov.br/ouvidorias/rede-de-ouvidorias/membros-da-rede-nacional-de-ouvidorias>. Acesso em: 29 jan. 2020.

<sup>18</sup> Disponível em <https://falabr.cgu.gov.br/>.

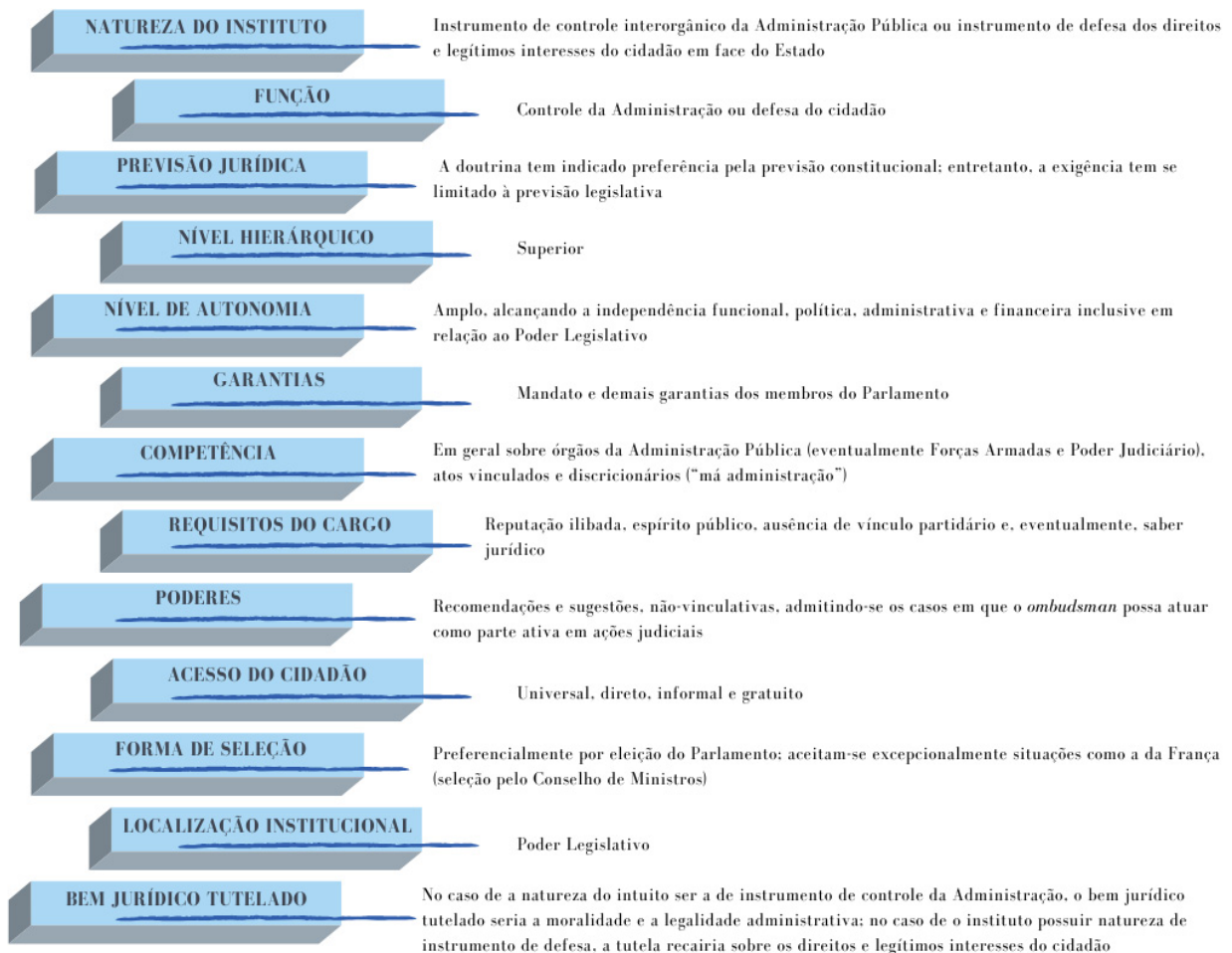
<sup>19</sup> O sítio eletrônico do IPEA informa como fonte o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, onde tal informação não se encontra disponível no momento. Acesso em: 15 ago. 2019. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/ouvidoria/index.php?option=com\\_content&view=article&id=726&Itemid=38](http://www.ipea.gov.br/ouvidoria/index.php?option=com_content&view=article&id=726&Itemid=38).



terem as características essenciais que lhe dotem de atribuições muito além de meros despachantes administrativos.

Ilustrando as principais características destacadas por Manoel Gomes (2000) com base no que ele nominou de consenso doutrinário, a figura a seguir apresenta um modelo de Ouvidorias Públicas, que pode ser assim resumido:

FIGURA 1 - MODELO DOUTRINÁRIO DE OUVIDORIA



Fonte: Figura elaborada pelo Autor a partir de GOMES, 2000, p.81-82.

Algumas destas características são lineares aos diversos modelos de Ouvidoria, como o acesso universal e gratuito e os poderes não vinculantes. Outras, como a natureza, a localização institucional, bem como o nível de autonomia do órgão estabelecem suas distinções por categorias, como à frente são analisadas.

## 4.2 DISTINÇÕES ENTRE AS OUVIDORIAS

A distinção entre as Ouvidorias atualmente em exercício pelo país é um trabalho bastante complexo. Os órgãos foram instituídos com uma multiplicidade de características que, somadas a algumas das citadas no resumo de modelo anteriormente exposto, acabam por salientar distintos papéis, dirigidos prioritariamente aos ambientes a que pertencem.

Para atingir uma classificação dos modelos de Ouvidorias públicas no Brasil, Manoel Gomes (2016, p.13) lançou mão de dois pressupostos simplificadores: a articulação de elementos característicos em preeminência da totalidade e a tipologia ideal weberiana visando uma significação coerente. Como um critério unificador utilizou a localização institucional da Ouvidoria. Com base nestes, pôde-se eleger uma categoria unificadora a conferir identidade aos modelos, resultante do conjunto dos elementos característicos de cada tipo: a razão de ser.

Optou-se pela categoria racionalidade, aqui entendida como o elemento causal e de orientação da organização e do funcionamento das ouvidorias. Nesta perspectiva, a racionalidade de cada modelo de ouvidoria seria constituída por um processo tensional entre a dimensão funcional (sujeição ativa, objeto e outros) e a estrutural (localização institucional e outros), desconsiderando as pressões burocrático-políticas provenientes do ambiente externo. (GOMES, 2016, p.14)

A racionalidade sob aspecto formal e material “favorece a identificação das ouvidorias que atuam exclusivamente no âmbito dos atos vinculados, adstritas ao princípio da legalidade, e aquelas que possuem um largo âmbito de competência, alcançando o mérito do ato administrativo com a tutela de princípios” (Ibid., p. 20). A racionalidade compreendida como racionalidade sistêmica e não sistêmica (mundo da vida)

possibilita identificar, sem grande esforço, as ouvidorias que se situam na espacialidade estatal e são informadas por princípios oriundos do mercado, como o da eficiência e o do “serviço adequado”, e aquelas que se encontram localizadas fora do espaço de vigência de uma racionalidade sistêmica, uma vez que não apenas se situam na sociedade civil, mas também são controladas por um colegiado informado por práticas dialógicas, composto por representantes que atuam como participantes efetivos do processo de controle. (GOMES, 2016, p.22)

Por sujeição ativa, compreendem-se os legitimados para o exercício do controle da Administração Pública, como os órgãos, as autoridades ou os Poderes do Estado (GOMES, 2000, p.323). Em razão do abandono da ideia de suficiência do controle do Estado pelo

próprio Estado, a Constituição da República de 1988 previu diversas espécies de controle exercidos por sujeitos que se encontram fora da esfera estatal (Ibid., p.326).<sup>20</sup> Neste quesito, a Ouvidoria pode ser classificada a partir da forma de nomeação de seus titulares: seja por modos de ocupação de cargos em comissão ou por modos de eleição ao cargo (Ibid., p.330).

Por objeto a ser tratado pelas Ouvidorias, entende Gomes que envolve todas as atuações prestadas pelo Estado direta ou indiretamente (privados em execução de serviço público), então

seria mais adequada a utilização da categoria serviço público, ou política pública, gizando o controle levado a efeito pelas ouvidorias no amplo raio em que se colocam a sua formulação e a sua execução. Isso posto, todas as condutas – omissivas ou comissivas – que, de qualquer modo, atuem no processo de formulação ou de execução de uma política pública ou de serviço público estariam incluídas como objeto do controle dos ouvidores públicos. (GOMES, 2016, p. 16)

Inúmeros autores estabelecem modelos visando sistematizar melhor as análises sobre o tema. No presente estudo escolheu-se utilizar a classificação com quatro modelos e dois submodelos de Ouvidoria estabelecidos por Manoel Gomes (2016), dado seu cunho prático e organizada metodologia.

O Quadro 2 apresenta a classificação operada por este autor.

---

<sup>20</sup> Trabalhadores e empregadores (Art.10), associações representativas (Art. 29, XII), contribuinte (Art. 31, §3º), usuário (Art. 37, § 3º), trabalhadores, empregadores, aposentados (art. 194, VII), sociedade (Art. 198, III), gestão democrática (Art. 206, VI), comunidade (Art. 216, § 1º), coletividade (Art. 225), família e sociedade (Art. 227), como alguns dos exemplos.

QUADRO 2 - SÍNTESE COMPARATIVA ENTRE MODELOS DE OUVIDORIAS

Modelo I: ouvidoria interna

- 1. Localização institucional: intraorgânica (a ouvidoria se localiza no próprio órgão, entidade ou Poder controlado).
- 2. Função preponderante: aperfeiçoamento do órgão, entidade ou Poder controlado.
- 3. Funções complementares: i) aumento da legitimidade política em razão do controle (material e formal); ii) controle do exercício da função administrativa do órgão, entidade ou Poder em que se localiza; iii) defesa dos administrados em face da conduta (omissiva ou ativa) do órgão, entidade ou Poder em que se localiza.
- 4. Natureza: instrumento de controle intraorgânico.
- 5. Tipo de controle: controle de procedimento e de resultado.
- 6. Racionalidade preponderante: material e formal.
- 7. Previsão jurídica: lei, decreto ou portaria (no caso do Poder Judiciário e do Ministério Público, há previsão constitucional – EC nº 45/2004).
- 8. Bem jurídico tutelado: princípios constitucionais administrativos, especialmente os elencados no caput do art. 37 da CF.
- 9. Nível hierárquico: subordinado ao chefe do Poder ou ao titular do órgão ou da entidade em que se situa.
- 10. Forma de seleção do titular: livre nomeação pelo chefe do Poder ou pelo titular da entidade na qual se situa a entidade na qual está localizada.
- 11. Requisitos do cargo: em geral, os requisitos são subjetivos, estabelecidos pelo chefe do Poder ou do titular da entidade.
- 12. Garantias do cargo: em geral, de livre exoneração.
- 13. Poderes: investigação e recomendação, em alguns casos, correção do ato e aplicação de sanções.
- 14. Nível de autonomia: ampliado, possuindo em geral dependência administrativa e financeira.
- 15. Competência objetiva: todos os atos administrativos (vinculados e discricionários) realizados no âmbito da função administrativa.
- 16. Competência em razão de pessoas: não alcança os agentes políticos, limitando-se aos servidores públicos situados em nível hierárquico inferior ao titular da ouvidoria e a prestadores privados de serviços públicos.
- 17. Instrumentos de atuação: estritamente administrativos na forma de recomendações, sugestões e, em raros casos, sanções.
- 18. Modo de acesso do cidadão: universal, direto, informal e gratuito.
- 19. Exemplo: ouvidorias do estado do Paraná e a grande maioria das demais ouvidorias brasileiras.

Modelo II: ouvidoria de entidade de controle

- 1. Localização institucional: intraorgânica (a ouvidoria se localiza no próprio órgão, entidade ou Poder controlado) ou que se refere ao controle da própria agência; e extraorgânica (a ouvidoria se localiza no Estado e exerce controle sobre pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público).
- 2. Função preponderante: controle da atuação administrativa interna (material e formal) e controle da adequação do serviço prestado (legal e contratual).
- 3. Funções complementares: i) legitimação do Estado decorrente especialmente do controle da execução de serviços públicos; ii) satisfação do usuário do serviço público; e iii) cumprimento das metas governamentais.
- 4. Natureza: instrumento de controle íntro e extraorgânico.
- 5. Tipo de controle: controle de atuação intraorgânica – controle de procedimento; no caso de atuação extraorgânica: especialmente controle de resultado.
- 6. Racionalidade preponderante: formal-instrumental (sistêmica).
- 7. Previsão jurídica: legal (lei ou decreto) e contratual.
- 8. Bem jurídico tutelado: serviço público adequado, envolvendo, entre outros, os princípios da eficiência, regularidade, continuidade, segurança, atualidade, incidência de tarifas, generalizável e contínuo.
- 9. Nível hierárquico: segundo escalão (em geral de assessoria).
- 10. Forma de seleção do titular: livre nomeação do titular da agência ou indicação do órgão colegiado superior.
- 11. Requisitos do cargo: em geral, os requisitos são subjetivos, estabelecidos pelo próprio órgão.
- 12. Garantias do cargo: livre nomeação e exoneração, havendo casos de fixação de período de estabilidade funcional.
- 13. Poderes: investigação e, em alguns casos, de requisição de servidores.
- 14. Nível de autonomia: reduzido ou médio, possuindo em geral dependência administrativa e financeira.
- 15. Competência objetiva: atos administrativos (vinculados e discricionários) realizados no âmbito da agência e serviços públicos prestados por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que mantenham vinculação legal ou contratual com a agência em que se situa.
- 16. Competência em razão de pessoas: não alcança os agentes políticos, limitando-se aos servidores públicos situados em nível hierárquico inferior ao titular da ouvidoria e prestadores privados de serviços públicos, que mantenham vinculação legal ou contratual com a agência.
- 17. Instrumentos de atuação: contratuais e administrativos na forma de recomendações, sugestões e, em raros casos, sanções – em geral, sanções de natureza contratual.
- 18. Modo de acesso do cidadão: universal, direto, informal e gratuito.
- 19. Exemplo: ouvidoria das agências (por exemplo, Anel e Anvisa).

Submodelo IB: ouvidoria interna com participação da sociedade civil

- 1. Funções complementares: i) aumento da legitimidade política em razão da participação da sociedade civil; ii) controle social do exercício da função administrativa do órgão, entidade ou Poder que se localiza; iii) defesa dos administrados em face da conduta (omissiva ou ativa) do órgão, entidade ou Poder em que se localiza.
- 2. Natureza: instrumento de controle intraorgânico e de instrumento ou espaço institucional de participação popular.
- 3. Tipo de controle: controle de procedimento e de resultado (preponderante).
- 4. Racionalidade preponderante: material.
- 5. Bem jurídico tutelado: princípios constitucionais administrativos, com destaque ao princípio da participação.
- 6. Nível hierárquico: sem subordinação direta ao chefe do Poder ou ao titular da entidade em que se situa.
- 7. Forma de seleção do titular: escolha por órgão colegiado com composição majoritária de representantes da sociedade civil.
- 8. Requisitos do cargo: liderança ou destaque social na área de defesa dos direitos afetos à cidadania.
- 9. Garantias do cargo: estabilidade (exoneração dependente de julgamento do órgão colegiado responsável pela escolha do titular).
- 10. Nível de autonomia: ampliado, em geral, limitado apenas pelo colegiado composto de representantes da sociedade civil.
- 11. Competência em razão de pessoas: pode alcançar, inclusive, agentes políticos.
- 12. Instrumentos de atuação: administrativos, na forma de recomendações, sugestões e, em raros casos, sanções.
- 13. Exemplo: ouvidorias de polícia e a ouvidoria da Defensoria Pública, ambas do estado de São Paulo.

Submodelo IA: ouvidoria interna com autonomia

- 1. Tipo de controle: controle de procedimento (preponderante) e de resultado.
- 2. Racionalidade preponderante: material e formal, sendo o acento à racionalidade formal diretamente relacionada ao grau de autonomia.
- 3. Nível hierárquico: primeiro ou segundo escalão, com baixo ou nenhum nível de subordinação funcional.
- 4. Forma de seleção do titular: singular (nomeação pelo chefe do Poder ou pelo titular da entidade na qual se situa) ou colegiada (colegiado governamental) ou não).
- 5. Requisitos do cargo: em geral, os requisitos são mais objetivos, estabelecidos em lei.
- 6. Garantias do cargo: mandato certo e estabilidade durante o exercício da função.
- 7. Nível de autonomia: ampliado, alcançando, em alguns casos, autonomia financeira, administrativa e funcional.
- 8. Competência em razão de pessoas: em alguns casos, pode alcançar, além dos servidores, os agentes políticos.
- 9. Modo de acesso do cidadão: universal, direto, informal e gratuito.
- 10. Exemplo: Ouvidoria-Geral do Município de São Paulo, Ouvidoria do Estado de Minas Gerais, ouvidorias criadas no estado de São Paulo por força da Lei nº 10.294/1999.

Modelo III: ouvidoria interorgânica

- 1. Localização institucional: interorgânica – atua sobre um órgão, entidade ou Poder diferente do qual se situa.
- 2. Função preponderante: controle preponderantemente formal da atuação administrativa.
- 3. Funções complementares: i) legitimação política do Estado; e ii) defesa dos direitos e legítimos interesses dos cidadãos em face de atos praticados por agentes políticos e servidores públicos.
- 4. Natureza: instrumento de controle interorgânico; quando há comissão de seleção com representantes da sociedade civil, pode ter também natureza de instrumento de participação popular.
- 5. Tipo de controle: especialmente controle de procedimento.
- 6. Racionalidade preponderante: formal, podendo também possuir racionalidade material nos limites do princípio da boa administração.
- 7. Previsão jurídica: constitucional.
- 8. Bem jurídico tutelado: princípios administrativos constitucionais, especialmente o princípio da legalidade.
- 9. Nível hierárquico: superior.
- 10. Forma de seleção do titular: escolha por representantes de outro Poder, em situações especiais, como é o caso do ouvidor do município de Curitiba, antecedido por seleção de conselho composto por representantes da sociedade civil.
- 11. Requisitos do cargo: requisitos objetivos definidos em lei, como reconhecida idoneidade moral, reputação ilibada e conhecimento da função administrativa do Poder controlado.
- 12. Garantias do cargo: mandato, com garantia de remição apenas por ação judicial ou decisão fundamentada do órgão colegiado responsável pela eleição do titular.
- 13. Poderes: investigação e recomendação.
- 14. Nível de autonomia: elevado, com autonomia funcional, administrativa e, em alguns casos, financeira.
- 15. Competência objetiva: todos os atos administrativos (especialmente vinculados) realizados no âmbito da função administrativa.
- 16. Competência em razão de pessoas: ampla, alcançando agentes políticos, servidores públicos e prestadores privados de serviços públicos.
- 17. Instrumentos de atuação: administrativos, na forma de recomendações e sugestões, sendo possível previsão legal ou constitucional que atribua legitimidade ativa para propositura de ação.
- 18. Modo de acesso do cidadão: universal, direto e gratuito.
- 19. Exemplo: Ouvidoria do Município de Curitiba.

Modelo IV: ouvidoria extraorgânica

- 1. Localização institucional: extraorgânica – a ouvidoria se localiza fora da esfera estatal.
- 2. Função preponderante: defesa dos direitos e legítimos interesses dos cidadãos em face de ilegal ou injustos cometidos pelo órgão, entidade ou Poder controlado.
- 3. Funções complementares: i) participação e consequente legitimação política do Estado, com potencial de relevantes repercussões em termos de governabilidade e de fortalecimento da democracia; e ii) defesa dos direitos e legítimos interesses dos cidadãos.
- 4. Natureza: instrumento de controle extraorgânico.
- 5. Tipo de controle: controle de procedimento e de resultado.
- 6. Racionalidade preponderante: não sistêmica.
- 7. Previsão jurídica: Constituição ou lei.
- 8. Bem jurídico tutelado: princípio da participação e outros princípios e subprincípios relacionados ao princípio da soberania popular.
- 9. Nível hierárquico: superior, subordinado apenas ao colegiado de representantes da sociedade civil.
- 10. Forma de seleção do titular: eleição por um colegiado composto de representantes da sociedade civil.
- 11. Requisitos do cargo: vínculos com entidades do terceiro setor, repatriação junto à sociedade e histórico de defesa dos direitos dos cidadãos.
- 12. Garantias do cargo: em geral, mandato é do tipo imperativo.
- 13. Poderes: investigação e recomendação.
- 14. Nível de autonomia: ampla, com independência funcional, política, administrativa e financeira.
- 15. Competência objetiva: políticas públicas e atos administrativos (sobretudo vinculados) no âmbito do órgão, entidade ou Poder controlado.
- 16. Competência em razão de pessoas: alcança os agentes políticos, funcionários públicos e prestadores privados de serviço público.
- 17. Instrumentos de atuação: recomendações, audiências públicas e outros instrumentos de participação popular.
- 18. Modo de acesso do cidadão: universal, direto, informal e gratuito.
- 19. Exemplo: Ouvidoria do Município de Santo André.

#### 4.2.1 Modelo de Ouvidoria Interna

Manoel Gomes (2016) inicia sua separação entre modelos utilizando uma forma de demarcação extra e intraorgânica, salientando o critério localização do órgão de Ouvidoria em relação à unidade fiscalizada para classificá-lo.

O primeiro modelo no formato elaborado por Gomes (Ibid.) a ser descrito é característico da maioria das Ouvidorias públicas brasileiras. Como a própria descrição já adianta, ela se caracteriza como intraorgânica. Como exemplo deste modelo, pode-se citar a Ouvidoria do Estado do Paraná, que foi instituída por Decreto no início da década de 1990.<sup>21</sup>

A classificação intraorgânica significa caracterização de ouvidorias cuja atuação se origina e se destina no âmbito de um mesmo órgão, entidade ou Poder do Estado. Por tal fato, algumas características são bastante comuns, como a livre nomeação pelo titular do órgão ou pelo chefe do Poder, e a subordinação ao titular do órgão fiscalizado. É corriqueira também a ausência de mandato específico do Ouvidor, sendo exonerável *ad nutum*, ou seja, com uma ampla liberdade do chefe do Poder ou órgão promover o desligamento, sem a necessidade de motivação do ato demissional.

Destaque é feito em relação às ouvidorias que contemplam espaços de participação, a exemplo de gestão ou de escolha do titular, em que podem deter características que as aproximam ao modelo de Ouvidoria extraorgânica.

#### 4.2.2 Submodelo de Ouvidoria interna com autonomia

Este primeiro submodelo encontra-se caracterizado pelo alcance de certos graus de autonomia, a exemplo da característica de Ouvidores com estabilidade no cargo.

Exemplo deste modelo é a Ouvidoria do Estado de Minas Gerais, que foi instituída por uma Lei Ordinária, que disciplina expressamente a autonomia administrativa, orçamentária e financeira, bem como autonomia nas suas decisões técnicas.<sup>22</sup> Ainda neste mesmo diploma normativo, o texto rege que o Ouvidor atuará com independência, não tendo subordinação hierárquica a nenhum dos Poderes do Estado ou seus membros, sendo as suas decisões terminativas em última instância administrativa.

---

<sup>21</sup> Decreto Estadual nº 22, em 15 de março de 1991.

<sup>22</sup> Lei Ordinária Estadual nº 15.298, de 06 de agosto de 2004.

#### 4.2.3 Submodelo de Ouvidoria interna com participação da sociedade civil

Este segundo submodelo compreende um maior enfoque à participação da sociedade civil a compor, como nos exemplos citados, espaços colegiados de decisão.

Neste modelo, o Ouvidor não é indicado de forma livre e direta pela Administração Pública, mas sim escolhido a partir de uma lista elaborada por uma instância colegiada, cuja composição geralmente abarca representantes da sociedade civil. O aspecto supressivo também segue mesmo raciocínio, na medida em que o titular é detentor de mandato cujo controle cabe ao colegiado, posicionado como parte integrante do órgão

A Ouvidoria das Polícias de São Paulo, instituída por Lei Complementar é exemplo deste modelo.<sup>23</sup> Como expressa Manoel Gomes (Ibid.), apesar de certas características ínsitas ao modelo principal, como a localização institucional intraorgânica, este submodelo conta com característica hierárquica de não subordinação ao titular do Poder ou órgão, detendo também uma autonomia ampliada e relativa estabilidade em decorrência da migração do poder decisivo de escolha recair sobre uma esfera colegiada.

No caso da Ouvidoria das Polícias de São Paulo, a supracitada norma rege em seu artigo 3º que o órgão será dirigido por um Ouvidor autônomo e independente, nomeado pelo governador para um período de dois anos. Ele deve ser escolhido dentre os integrantes de lista tríplex elaborada pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, não podendo integrar órgãos públicos ou privados, nem vínculo com quaisquer das polícias.

#### 4.2.4 Modelo de Ouvidoria de entidade de controle

Estando em voga à época o termo globalização, a origem deste segundo modelo se localiza temporalmente no ambiente de uma nova noção reformista na década de 1990. Conhecida como o modelo gerencialista de Estado, teve parcial adoção no Brasil sob as presidências de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Tal formato preconizava a diminuição do Estado e a entrega de vários dos serviços por ele prestados à iniciativa privada. Por esta ideia, caberia ao Poder Público apenas a regulamentação geral e a fiscalização (gerenciamento) da área em que o serviço se encontra, com o mesmo ideal de iniciativa privada.

---

<sup>23</sup> Lei Complementar Estadual nº 826, de 20 de junho de 1997.



Para tais desideratos, prestigiou-se a criação no espaço estatal brasileiro de órgãos de natureza autárquica especial como as agências reguladoras, similares às estruturas presentes nos Estados Unidos da América. Como exemplo no Brasil, cita-se a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, criada por Lei Ordinária, que lhe atribui natureza autárquica especial, ao mesmo tempo em que lhe dota de Ouvidoria, nomeada pelo Presidente da República e mandato ao titular de três anos, reconduzível.<sup>24</sup>

Neste cenário, estas Ouvidorias passaram a possuir uma competência que extrapola a esfera pública estatal para alcançar agentes privados prestadores de serviços públicos, que é, a rigor, um dos fundamentos de criação das agências a que se encontram vinculadas. O serviço público controlado, prestado por entidades privadas sob regime de delegação, é que definirá o objeto de controle. Destacam-se neste modelo o controle da execução de serviços públicos, a satisfação do cidadão (tomado agora como cliente ou usuário, nos moldes privatistas), bem como o cumprimento de metas governamentais, a exemplo de planos de ampliação de abrangências territoriais dos serviços públicos.

#### 4.2.5 Modelo de Ouvidoria interorgânica

O terceiro modelo, a Ouvidoria interorgânica, tem como primeira e mais destacada característica a vinculação a um órgão, entidade ou Poder e atuação sobre outro diferente do que se situa, ainda que este órgão e o sujeito passivo de controle encontrem-se dentro do espaço estatal.

Tal posição permite conceder-lhe maior distância do fiscalizado, geralmente o Poder Executivo, que é o detentor da atribuição administrativa como típica no modelo republicano pátrio. Por isso, o mais comum é que este Poder concentre a imensa maioria das demandas da Ouvidoria, pois é quem contrata, organiza, licita, convenia, enfim, organiza os bens, os serviços e a maioria dos servidores do ente da federação. Todavia, esta atuação não é exclusivamente centrada no Executivo, abarcando, não raro, os atos do Poder Legislativo, geralmente os administrativos quando do gerenciamento do Poder sobre seus órgãos, serviços internos e servidores.

Exemplo deste modelo é a Ouvidoria de Curitiba, objeto do presente estudo, quando tomada ante os princípios traçados pelas normas programáticas da Lei Orgânica. O vínculo

---

<sup>24</sup> Lei Federal nº 10.233, de 5 de junho de 2001, Artigos 21, 52 e 63, respectivamente.

à Câmara de Curitiba e autonomia administrativa e financeira, a faz ser considerada o modelo mais próximo do sueco instituto do *Ombudsman*.

#### 4.2.6 Modelo de Ouvidoria extraorgânica

Como quarto modelo, caracterizadas por extraorgânicas, são as ouvidorias localizadas na esfera da sociedade civil, portanto, fora da estrutura administrativa do Estado, algo raro de acontecer. Este modelo tem parcial similitude ao modelo de Ouvidoria interna com participação da sociedade civil, no que tange à importante ingerência de um espaço colegiado consultivo. Isto se caracteriza pela inserção da participação social em sua institucionalização de modo mais profundo, na medida em que um colegiado composto por representantes da sociedade civil é que elege o titular da Ouvidoria.

Um exemplo conhecido no Brasil é a Ouvidoria do Município de Santo André. Sua norma instituidora, de autoria do Poder Executivo, explicita a independência do órgão, a autonomia administrativa e funcional, sem vínculo de subordinação a nenhum poder constituído, bem como a competência do colegiado, cujos membros são detentores de mandato de dois anos, para decidir também sobre sua destituição.<sup>25</sup>

O ideal participativo da lei da Ouvidoria de Santo André pode ser percebido quando da composição dos legitimados a participar do colegiado de dezessete membros: Fórum da Cidadania do ABC, Associação Comercial e Industrial, Centro das Indústrias do Estado, Central Única dos Trabalhadores, Força Sindical, Sindicatos não filiados a centrais sindicais, entidades ligadas a classes profissionais, Ordem dos Advogados do Brasil, Federação das Sociedades Amigos de Bairro, Setor Acadêmico, Conselho Municipal do Orçamento, Conselho Municipal da Cultura, Conselho Municipal da Educação, Conselho da Saúde, Conselho Municipal de Gestão Ambiental, Conselhos Municipais de Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Como se percebe, há representatividade bastante ampla oriunda de setores sociais bem diversificados.

Informa Gomes (2020) que há entendimentos de que exista restrição de participação pelo engessamento na lei de quais entidades representativas podem participar, em especial quando comparado à eleição da Ouvidoria de Curitiba (Informação verbal). No entanto, tal visão não é a compartilhada neste trabalho. O modelo de Santo André apresenta maior estabilidade na definição do colegiado e, conseqüentemente, do Ouvidor, algo especialmente

---

<sup>25</sup> Lei Municipal nº 7.877, de 30 de agosto de 1999, Artigos 1º, 12 e 22, respectivamente.



importante àqueles órgãos ainda desprovidos de maturidade institucional. O modelo de Curitiba enfrenta uma disputa de atores cujo resultado não se pode certificar ser o de efetiva participação social, como adiante se debaterá melhor.

## 5 A CONFORMAÇÃO DA OUVIDORIA DE CURITIBA

A importância de alguns órgãos, muitas das vezes, não se afere apenas centrado no resultado, mas também pelas características dos acontecimentos que o moldaram. A adaptação da Ouvidoria desde o modelo inicialmente previsto até o efetivamente concretizado é de notável importância a este estudo.

Em razão disto, este capítulo abordará em 9 seções e subseções desde o histórico do órgão, com seu desenho institucional e formato de escolha do titular, até o histórico de disputa dos vários tipos de atores que, por fim, levaram a uma alteração de sua natureza.

### 5.1 HISTÓRICO DA OUVIDORIA DE CURITIBA

A cidade de Curitiba há muito é conhecida nos meios especializados como o berço da Ouvidoria no Brasil, não apenas pela primazia em ter criado o órgão, mas por se tornar um ambiente de discussão e desenvolvimento do tema. Nos anos seguintes que sucederam à criação da Ouvidoria de Curitiba em 1986 é que o tema se tornaria amplamente debatido, visando adequá-la aos vários tipos de Poderes e órgãos que decidiram adotá-la.

Apresentando um recorte histórico local aplicado ao tema, o ex-presidente da Câmara e um dos participantes da Ouvidoria de 1986, Paulo Salamuni (2020, p.1-3), em entrevista lembra que o momento de criação da Ouvidoria estava permeado pelo que ele denomina “ares democráticos” desde idos de 1982. Aduz que este tempo foi marcado pela distensão política do regime militar, com o aumento da presença do partido de oposição através das eleições à Câmara de Curitiba, que ocupou 22 das 33 cadeiras. Como um dos participantes à época da criação da Ouvidoria na década de 1980, ele explicou que, como promessa de campanha, o governador eleito nomeou prefeito o deputado eleito com mais votos, ao invés de indicá-lo unipessoalmente, em tempo em que ainda não havia eleições para prefeito de Curitiba. Apenas em 1985, com a primeira eleição, sagrou-se vitorioso o prefeito que tinha como uma das propostas a criação da Ouvidoria (Ibid., p.3). Explana Manoel Gomes (2000, p.212) que após as eleições de 1985 o prefeito de Curitiba, Roberto Requião, ficou interessado pelos institutos do Provedor de Justiça em Portugal e do *Defensor del Pueblo* da Espanha e propôs a Gomes uma análise de adequação à realidade de Curitiba.

Ante a complexidade de tal implantação, bem como pela inexistência de similares no Brasil, optou-se pela execução de um projeto piloto à implantação da Ouvidoria de Curitiba.<sup>26</sup> Foi iniciado então um estudo de caráter experimental por seis meses, com Manoel Gomes como o primeiro Ouvidor-geral. Luis Miguel Justo Silva (2015), segundo a assumir o cargo de Ouvidor, informou que, como balanço de quase um ano de atividades do projeto-piloto, foram protocoladas cerca de 1,4 mil demandas, resultando na abertura de 800 processos, sendo 613 deles solucionados, 4 decretos com revogação proposta e mais de 20 sindicâncias administrativas instauradas.

Em informações similares às apontadas por Manoel Gomes (2020, p.4-5), Salamuni retrata as virtudes da abertura para a população que o órgão promovia no tempo em que “não tinha, por exemplo código de consumidor, você não tinha estatuto do menor, você não tinha nenhum instrumento, ao contrário, os órgãos públicos eram algo hermeticamente fechado para a população” (2020, p.3). Ele afirma que a Ouvidoria “foi tão importante porque foi o primeiro e mais rápido, desburocratizado, acesso da população a esse tipo de mecanismo de defesa de cidadania. Qual era a grande característica dela? Era rápida” (Ibid., p.4). E relata o entrevistado que, dentre as primeiras reclamações recebidas pela Ouvidoria, houve uma requerendo atitude em respeito aos animais, tema corriqueiro na perspectiva atual de responsabilidade ambiental, mas altamente insólito àquela época.

Vencido o prazo do projeto piloto, foi elaborado um projeto de lei à sua instituição definitiva e apresentado à Câmara Municipal. Em decorrência de grave crise política entre Legislativo e Executivo, apenas em abril de 1990 o tema foi debatido e o órgão consagrou-se no texto da Lei Orgânica de Curitiba.

No entanto, em razão de diferenças entre forças políticas no mandato seguinte, o órgão foi extinto nos quadros do Poder Executivo. O fundamento teórico para este ato era de que a Lei Orgânica do Município estipulava que o vínculo deste órgão deveria ser apenas com o Poder Legislativo, como já apontado no Capítulo 1 deste trabalho.

No entanto, o Quadro 3 demonstra que a ideia, mesmo sendo tolhida na década de 1990, continuava recebendo apoio dentro do Parlamento. Neste quadro se encontra um levantamento efetuado junto ao banco de dados da Câmara Municipal de Curitiba, listando cronologicamente algumas das proposições sobre o tema, de uma forma geral. Nele se utilizou um recorte temporal específico, de início no ano 2000 até o momento de aprovação

---

<sup>26</sup> Decreto nº 215, de 21 de março de 1986, do Município de Curitiba.

da principal Lei Ordinária que concretizou a Ouvidoria, no ano de 2012.<sup>27</sup> O momento posterior será tratado na subseção 5.2.2, que analisa as atividades legislativas da Câmara ao tempo de atividade da Ouvidoria.

O levantamento considera data como a de efetivo protocolo da proposição, ao mesmo tempo em que considera apenas seu *input* no sistema legislativo, ou seja, não significa sua aprovação ou efetiva realização, conforme o caso.

---

<sup>27</sup> O início do recorte temporal ora utilizado (ano de 2000) se dá em função da limitação de conteúdo acessível no Sistema de Proposições Legislativas (SPL) da Câmara de Curitiba, disponível na internet pelo sítio eletrônico <https://www.cmc.pr.gov.br/wspl>.

QUADRO 3 - TRABALHO NO PARLAMENTO MUNICIPAL SOBRE A OUVIDORIA, DE 2000 A 2012

Data	Proposição	Conteúdo	Proponente
13/06/2000	032.00013.2000	Adita às Metas e Prioridades da administração Municipal para criar a figura do Ouvidor Municipal, para receber denúncias e críticas da população à administração, conforme estabelece o Artigo 64 da Lei Orgânica	Jorge Samak
15/06/2000	032.00148.2000	Adita ao Programa de Gestão de Políticas Públicas das Metas e Prioridades da Administração Municipal ação relativa a Criação das Ouvidorias Municipais, cujo produto é a população beneficiada e a meta é global	Jônatas Pirkiel
22/03/2001	005.00063.2001	Institui no calendário de eventos do Município de Curitiba a data de 27 de março como o dia das Ouvidorias Públicas	Alexandre Curi
28/03/2001	077.00193.2001	Voto de louvor e congratulações ao Ouvidor Geral do Estado, pelos dez anos de Ouvidor Geral do Estado	Juliete Reis
30/03/2001	005.00074.2001	Institui a Ouvidoria do Cidadão em Trânsito, vinculada ao DIRETRAN	Ney Leprevost
04/04/2001	004.00002.2001	Regulamenta o art. 64 e seguintes da Lei Orgânica de Curitiba, autorizando ao Poder Legislativo Municipal a instituir a Ouvidoria Municipal	André Passos, Paulo Salamuni, Reinhold Stephanes Jr
28/05/2001	077.00440.2001	Voto de louvor por atuação na Ouvidoria Geral do Estado	Alexandre Curi
13/06/2001	032.00067.2001	Acréscenta prioridade para a Administração Municipal criar a figura do Ouvidor Municipal, para receber denúncias e críticas da população à Administração Municipal, conforme estabelece o Artigo 64 da Lei Orgânica	Jorge Samak
13/06/2001	032.00112.2001	Adita às Metas e Prioridades do Programa de Gestão de Políticas Públicas coordenar e viabilizar a criação e o funcionamento da Ouvidoria Municipal nos moldes anteriormente adotados	Diversas bancadas
13/06/2001	032.00115.2001	Adita ao projeto de lei que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orgamentária para implantar a Ouvidoria Municipal	Jorge Bernardi
14/11/2001	032.00515.2001	Adita ao projeto de lei que estima a receita e fixa a despesa do Município de Curitiba para criar a figura do Ouvidor Municipal, para receber denúncias e críticas da população à administração municipal, conforme estabelece o artigo 64 da lei Orgânica	Jorge Samak
26/11/2001	005.00376.2001	Cria Ouvidoria que atenderá todos os Centros de Excelência em artes das escolas da rede municipal de educação	Antonio Bueno
15/04/2002	005.00057.2002	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Ouvidoria do Trânsito, vinculada ao DIRETRAN e destinada a zelar pela legalidade, eficiência e moralidade dos atos	Ney Leprevost
12/06/2002	032.00053.2002	Adita projeto de lei que dispõe sobre as diretrizes à elaboração de lei orgmentária para implementar a Ouvidoria Municipal como órgão autônomo de controle interno da administração pública, vinculado ao Poder Legislativo	André Passos
12/06/2002	032.00071.2002	Adita ao Programa de Gestão de Políticas Públicas para coordenar e viabilizar a criação e o funcionamento da Ouvidoria Municipal promovendo ações corretivas	Bancadas do PCdoB, do PDT, do PMDB, do PT
15/04/2003	077.00239.2003	Voto de Congratulações e Aplausos à eleita vice Ouvidora do Colégio OPET	João Claudio Derosso
11/06/2003	032.00033.2003	Adita na Função de Governo- Programa de Apoio Administrativo, implantar a Ouvidoria Municipal	Jorge Bernardi
11/06/2003	032.00070.2003	Adita ao projeto das diretrizes para a elaboração de lei orgmentária implementar a Ouvidoria Municipal como órgão autônomo de controle interno da administração pública	André Passos
11/06/2003	032.00208.2003	Adita às Metas e Prioridades na Administração, no Programa de Gestão de Políticas Públicas, coordenar e viabilizar a criação e o funcionamento da Ouvidoria Municipal promovendo ações corretivas	Bancadas do PDT, do PMDB, do PT
17/06/2003	005.00133.2003	Afiação de adesivos nos ônibus municipais com o número do serviço Disque-Denúncia prestado pela Ouvidoria das Políticas	Juliete Reis

Data	Proposição	Conteúdo	Proponente
26/06/2003	044.04740.2003	Requerimento de cópia de documento com manifestação da Ouvidoria Municipal	João Claudio Derosso
12/11/2003	032.00276.2003	Aditar às Metas e Prioridades na Administração, no Programa de Gestão de Políticas Públicas, coordenar e viabilizar a criação e o funcionamento da Ouvidoria Municipal, promovendo ações corretivas	Diversos Vereadores
26/11/2003	032.01404.2003	Adita ao Projeto de lei que Estima Receita e Fixa a Despesa do Município de Curitiba para o Exercício Implantar a Ouvidoria Municipal	Jorge Bernardi
12/03/2004	077.00169.2004	Voto de congratulações e aplausos ao Secretário Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral	Ney Leprevost
21/06/2004	032.00315.2004	Adita às Metas e Prioridades na Função Administração, no Programa de Gestão de Políticas Públicas, coordenar e viabilizar a criação e o funcionamento da Ouvidoria Municipal	Bancadas do PDT, do PMDB, do PPS, do PT
22/06/2004	032.00547.2004	Aditar ao projeto das diretrizes para a elaboração de lei orgmentária implementar a Ouvidoria Municipal como órgão autônomo de controle interno da administração pública	André Passos
12/11/2004	032.01699.2004	Adita ao Projeto de lei que Estima Receita e Fixa a Despesa do Município de Curitiba para o Exercício Implantar a criação do departamento de Incentivo ao esporte e promoção social, contendo uma Ouvidoria	Reinhold Stephanes Jr
16/11/2004	032.01834.2004	Adita na atividade de Administração Geral, no quadro de desdobramento da programação, elaborar estudos para a implantação da Ouvidoria Municipal	André Passos
01/03/2005	031.00006.2005	Substitutivo Geral a Projeto de lei que organiza a Ouvidoria Municipal de Curitiba	Jorge Bernardi
15/06/2005	032.00334.2005	Adita ao projeto de lei de diretrizes para elaboração da Lei Orgmentária Implantar a Ouvidoria Municipal como órgão autônomo de controle interno da administração pública, vinculado ao Poder Legislativo	André Passos, Paulo Salamuni
16/06/2005	032.00408.2005	Adita ao projeto de Diretrizes Orgmentárias para o Município promover estudos para viabilizar a implantação da Ouvidoria Municipal	Luizão Steffleid
05/12/2005	005.00304.2005	Rege a Ouvidoria Municipal com a competência receber as reclamações referentes à acessibilidade, junto ao Estado Municipal da Pessoa com Deficiência e PNE	Pastor Gilso de Freitas
07/06/2006	077.00808.2006	Votos de Louvor e Congratulações a Ouvidora do Hospital de Clínicas	Juliete Reis
19/03/2007	005.00036.2007	Institui o dia do Ouvidor no âmbito do Município de Curitiba	Paulo Salamuni
14/05/2007	005.00118.2007	Rege na Ouvidoria competência para para atender alunos, pais e professores em Programa de palestras e oficinas de prevenção às drogas, entorpecentes e DST/AIDS nas atividades das escolas	Jaír César
06/02/2009	005.00007.2009	Cria a Ouvidoria Municipal de Curitiba, instituída pelo art. 64 da Lei Orgânica do Município de Curitiba	Comissão Executiva
03/02/2010	005.00013.2010	Rege a manutenção de Ouvidoria para receber denúncias de trata e consumo de bebidas alcoólicas nas instituições de ensino no município	Professor Galdino
02/08/2011	401.00065.2011	Envia ao Executivo Municipal a sugestão de estudos para implantação da Ouvidoria Pública Regional do Meio Ambiente de Curitiba	João Claudio Derosso
18/10/2011	001.00002.2011	Altera, acrescenta e revoga vários dispositivos da Lei Orgânica do Município de Curitiba, incluindo o artigo 64 que rege a Ouvidoria	Diversos Vereadores
03/05/2012	005.00061.2012	Cria a Ouvidoria do Município de Curitiba, vinculada ao Poder Legislativo da cidade	Comissão Executiva

Tal apanhado ilustra parte do paulatino e diversificado modo de tratamento do tema entre os trabalhos da Câmara Municipal. Diz-se paulatina a recorrência pelo fato de que, apesar de esparsos, os atos legislativos se deram por todos os anos no período analisado, à exceção de 2008, com destaque aos maiores dados no início do período levantado, de 2001 a 2004.

Foi também diversificado o tratamento do tema, por constituir-se de proposições legislativas nos mais diversos tipos, dos mais complexos aos mais simples – Projeto de Emenda à Lei Orgânica (001), Projeto de Lei Ordinária (005), Emendas Aditivas a Projetos de Lei Ordinária, Lei de Diretrizes Orçamentárias ou à Lei Orçamentária (032), Emendas Modificativas (034), Projeto de Resolução (004), Substitutivo Geral de Projeto (031), Sugestão ao Poder Executivo (401), Requerimentos a outros órgãos (044), Votos de congratulações e aplausos (077), dentre outros vários códigos internos de proposições que foram se modificando e subdividindo-se ao longo do tempo.<sup>28</sup>

Em 2010, havendo entendimento político no Legislativo de Curitiba, o processo de revisão da Lei Orgânica da cidade foi finalizado com sucesso. Ao ensejo da Emenda à Lei Orgânica nº 15/2011, o Artigo 64 que rege a Ouvidoria teve sensíveis avanços.<sup>29</sup>

No exercício de mandato, Salamuni participou da Comissão de Emenda à época desta alteração e apontou em entrevista que, apesar de ter sido um aperfeiçoamento de uma conquista da década de 90, não havia um panorama para dotar à Ouvidoria de Curitiba “aquela robustez, vitalidade” (2020, p.5) que detinha o *Ombudsman* na Europa. Ele destacou para o fato de mudança diametralmente oposta de postura de um Vereador como “aquele que recebeu o nosso aplauso [em 1990] foi o nosso maior algoz em 2011” (Ibid.), referindo-se à defesa na época da inserção do órgão na Lei Orgânica, mas posteriormente empreendendo esforços à sua extinção. Trata-se, no âmbito parlamentar, de um dos primeiros indicativos da efemeridade da maioria dos entendimentos sobre a Ouvidoria, que à frente serão tratados na seção 5.2.3.

---

<sup>28</sup> As proposições legislativas na Câmara de Curitiba, no atual sistema eletrônico SPL pós 1999, são dotadas de uma numeração com 12 dígitos, sendo os três primeiros o tipo de proposição, os cinco números seguintes a ordem de protocolo e os quatro últimos números o ano de ingresso.

<sup>29</sup> Com a nova redação, o dispositivo expressa os poderes de investigação; o poder de solicitar informações; as características de independência, de autonomia administrativa e financeira; a fixação da remuneração no mesmo valor de Secretário Municipal; bem como a sujeição aos mesmos direitos e deveres aplicáveis aos servidores municipais.

Apenas em janeiro de 2013, com a aprovação de uma Lei Ordinária e de uma Resolução da Câmara é que a Ouvidoria de Curitiba conquistou efetivamente seu lugar no organograma do Poder Legislativo de Curitiba.<sup>30</sup> A primeira eleição para titular do órgão se iniciou ao final de 2014, mas foi suspensa por decisão judicial, que em poucos meses restou revogada. Por tal, apenas em março de 2015 é que se conheceu o primeiro ouvidor de Curitiba neste novo desenho institucional, Clóvis da Costa.

Para ilustrar a evolução no tempo, o Quadro 4 apresenta alguns dos principais momentos por que passou a Ouvidoria. De igual forma, demonstra a evolução teórica relativamente lenta se comparada à evolução prática levada a efeito a partir do ano de 2013, melhor tratada ao final deste capítulo.

QUADRO 4 - LINHA DO TEMPO NA INSTITUIÇÃO DA OUVIDORIA DE CURITIBA

	1986	1990	2011	2013	2019
	Criação do modelo vinculado ao Executivo	Inserção do modelo vinculado ao Legislativo na Lei Orgânica	Pequena alteração do modelo junto à Lei Orgânica	Aprovação de Lei Ordinária e Resolução da Câmara	Alteração do modelo para Ouvidoria da Câmara
Momento	Redemocratização no cenário político brasileiro.	Logo após a promulgação da Constituição da República de 1988. Instituição da Lei Orgânica do Município de Curitiba, com a proeminente busca de mecanismos de participação social.	Fortalecimento de mecanismos democráticos e modernização do texto da Lei Maior do Município, com a Emenda à Lei Orgânica nº 15.	Decisão política no Parlamento de efetiva instalação da Ouvidoria da cidade vinculada ao Legislativo, como estabelecido desde 1990 na Lei Orgânica.	Questionamento e desinformação sobre a função do instituto. Vitória da tese de restrição de atuação ao ambiente do Legislativo.

Fonte: elaborado pelo Autor.

Ao final do mesmo ano de 2013, da principal Lei que trata do assunto, houve outra inovação legislativa na matéria, com a aprovação de uma nova Lei Ordinária contendo uma correção conceitual sobre a abrangência do trabalho da Ouvidoria.<sup>31</sup> Retirou-se o termo “interno” que qualificava o controle do texto do artigo 1º, com o “fim de adequar à amplitude necessária ao instituto da Ouvidoria”.<sup>32</sup> A intenção da alteração normativa foi de não aparentar que o órgão estaria circunscrito exclusivamente ao espaço interno da Administração Pública. A abrangência da atuação da Ouvidoria a prestadores privados de serviço público é típica, conforme indica Gomes (2000, p.187; 2016, p.23-36) nos itens nº

<sup>30</sup> Lei Ordinária nº 14.223, de 07 de janeiro de 2013 e Resolução da Câmara nº 4, de 18 de dezembro de 2013, ambos do Município de Curitiba.

<sup>31</sup> Lei Ordinária nº 14.394, 27 de dezembro de 2013, do Município de Curitiba.

<sup>32</sup> Artigo 1º do Projeto nº 005.00420.2013, que foi anexada ao Projeto nº 005.00366.2013.

16 de seus modelos dispostos no Quadro 2. Sobre a abrangência dos trabalhos da Ouvidoria, a Figura 2 apresenta um diagrama ilustrativo da ideia anteriormente exposta.

FIGURA 2 - DIAGRAMA DE INTERSECÇÃO DAS ATIVIDADES DA OUVIDORIA DE CURITIBA



Fonte: elaborado pelo Autor, com base nas normas jurídicas de competência da Ouvidoria.

Como se pode perceber, além das atividades da Administração Pública direta e indireta, bem como as do próprio Legislativo a que se encontra vinculada, as atividades da Ouvidoria também abrangem os atos dos prestadores privados de serviços público. Exemplo destes estão as empresas que prestam o serviço de transporte coletivo por concessão do município.

Caso os serviços licitados não estejam sendo executados em conformidade às normas da contratação pública, cabe a atuação da Ouvidoria sobre estes privados, dentro da exata delimitação da execução dos serviços públicos delegados. Assim, não cabe, a princípio, atuação sobre os procedimentos de estrita administração interna da empresa, que não encontram ligação direta ao serviço público delegado.

Ainda, pelo diagrama, verifica-se que a Ouvidoria além de alcançar esta parcela da iniciativa privada, ainda conta com foco de abrangência bem maior no Executivo do que nas demais áreas. Isto se dá pelo fato deste Poder ter uma interferência prática bem maior e direta na vida do cidadão.

No que pertine às alterações normativas, interessante observar que nada houve de correção na lei maior do município, em que pese o esforço de alteração em nível de legislação ordinária. Até a presente data a Ouvidoria ainda se encontra como “órgão autônomo de



controle *interno* e de defesa dos direitos” (grifo do autor), no texto expresso da Lei Orgânica do Município, em seu artigo 64.

Aquela última Lei Ordinária efetuou também um complemento na lei original, visando cobrir um vão deixado por um veto prefectoral. A parte vetada dispunha que servidores do município poderiam ocupar as funções de coordenadoria técnica e assessoria da Ouvidoria. Com o novo texto, proposto pela Câmara, apenas os seus servidores é que assumiriam a incumbência em tais funções. Deste modo, restringiu-se a possível pluralidade na ocupação de funções da Ouvidoria pelo texto vetado, haja vista que a prefeitura é detentora do quadro de pessoal com a maior diversidade de formações profissionais.

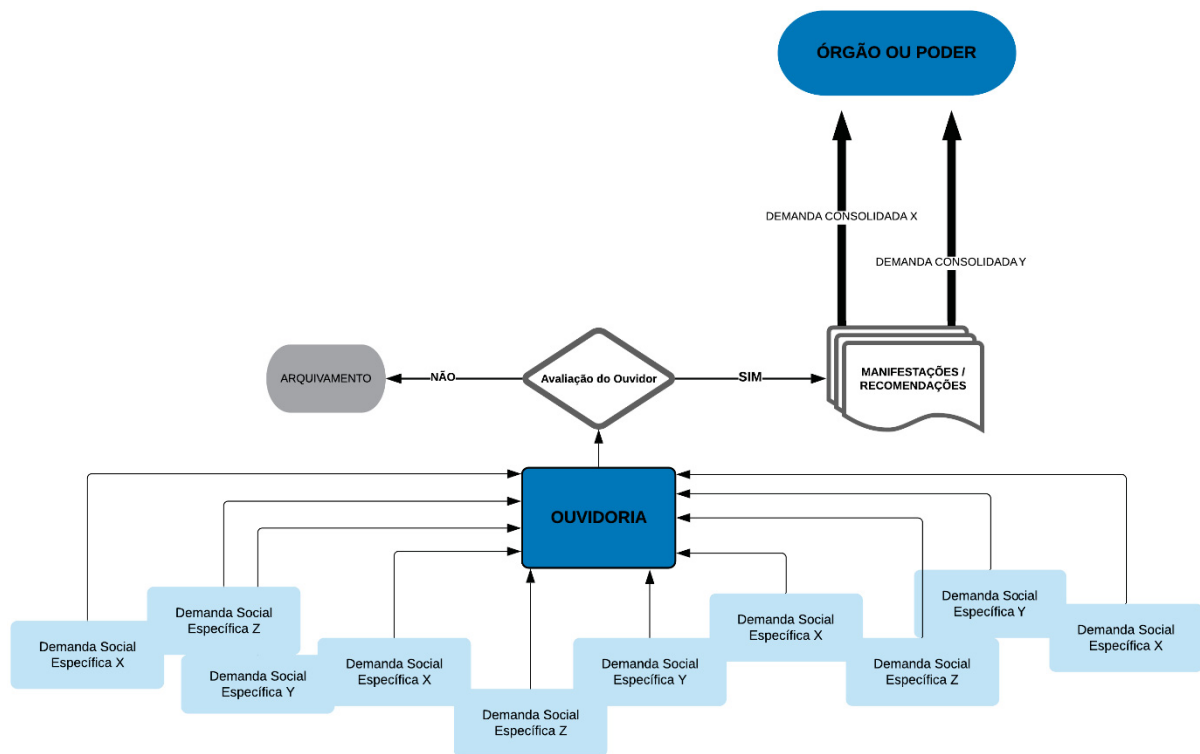
#### 5.1.1 O desenho institucional da Ouvidoria de Curitiba

Com as principais normas – Lei e Resolução, ambas de 2013 – a Ouvidoria passou a existir concretamente como órgão autônomo de controle social, vinculado ao Poder Legislativo Municipal, para defesa dos direitos e interesses dos cidadãos quanto à atuação do Poder Público Municipal. Nesta senda, as normas conferiram à Ouvidoria desde diretrizes de eleição até um reforço por detalhar suas atribuições, que abarca toda a Administração Pública Municipal, compreendida nesta a iniciativa privada executora de serviços públicos delegados.

Como principal atribuição, a lei lhe especificou o poder de recepção e apuração de reclamações e denúncias, podendo agir de ofício, recomendando à autoridade administrativa as providências cabíveis em casos como morosidade, ilegalidade, má administração, abuso de poder, omissão, negligência, erro ou violação dos princípios constitucionais, da Lei Orgânica de Curitiba e das demais leis.

Uma interessante característica da Ouvidoria quanto ao tratamento de dados, com base em uma visão integral das atividades do Poder Público, é a seguir ilustrada pela Figura 3.

FIGURA 3 - FLUXOGRAMA DE RESTRIÇÃO DE DEMANDAS POR TEMAS



Fonte: elaborado pelo Autor.

Como se pode perceber na ilustração, a essência operacional de uma Ouvidoria não é a de simplesmente receber reclamações e repassá-las, como é característica de órgãos de atendimento ao consumidor, ou central de reclamações da prefeitura. Uma das principais características em sua atividade é a forma com que pode organizar, selecionar e potencializar as demandas.

Recebidas as demandas sociais, estas serão organizadas em tratamento conjunto às demais. A reiteração e a concentração temporal ditarão o esforço no tratamento à demanda que o Ouvidor imprimirá. Assim, ao processo muito importará não apenas os dados consolidados das demandas sociais, mas também a forma e a autoridade à qual serão direcionadas e posteriormente cobradas.

Como o exemplo do fluxograma acima, as demandas X foram tratadas em conjunto, ao mesmo tempo que as demandas Y também o foram, e arquivadas as demandas Z. Dadas as naturezas similares, os dois grandes grupos podem ser também tratados em conjunto para apresentar ao órgão responsável, indicando uma fragilidade ou uma necessidade de atenção que aquele órgão possa não ter se dado conta.

Note-se que além de não serem trabalhadas individualmente cada matéria do assunto X e cada do assunto Y, estes dois grupos ainda serão trabalhados ao mesmo tempo caso haja

identificação entre eles. Tal situação pode ocorrer, v.g., por: estarem sob responsabilidade de mesmo órgão ou autoridade; versarem sobre assunto conjunto, como a ausência da iluminação pública e seu reiterado vandalismo; ou versarem sobre espaços públicos ou políticas públicas de aplicação conjunta, a exemplo de diferenciação no acesso às Ruas da Cidadania e os serviços à sua disposição nas diferentes regionais.

Trata-se, deste modo, de um processamento cuja articulação sinérgica se sobressai muito mais que a do simples ajuntamento de entrada de demandas. Em meio a este processo, são aferidas as características das demandas para, se for o caso, desenvolvê-las antes de direcioná-las ao seu destino. Este desenvolvimento pode se dar por uma fase de qualificação das informações, v.g., obtidas através de audiências públicas com representantes da sociedade civil e governo, bem como em reuniões junto a Secretários municipais ou diretorias das áreas afins para explanar sobre a matéria. Destaque-se que o requerimento de informações às autoridades públicas ou aos privados prestadores de serviços público é possível a qualquer tempo.

Ao fim de uma das cadeias de processamento interno, é possível também haver a figura da recomendação. Tratada como uma espécie de cobrança formal à autoridade pública, pode versar sobre uma vasta gama de situações: morosidade, ilegalidade, abuso de poder, omissão, negligência, erro ou violação dos princípios constitucionais e da Lei Orgânica, como prevê o texto desta última. Esta mesma norma é clara sobre a ausência de poderes decisórios, o que leva à ausência de elementos coercitivos dos expedientes da Ouvidoria.

Por tal fato, se fortalece ainda mais a necessidade da conexão social da Ouvidoria, não apenas em permanente contato com as lideranças sociais, como também com a imprensa. É com o auxílio destes que o Ouvidor age impulsionado pelo que Rubens Lyra (2009, p.37) denomina de “magistratura de persuasão do ouvidor”, caracterizado pela força moral e o respeito. Munido de suas fundamentadas recomendações, o Ouvidor demonstra que atividades do Poder Público devem ser alteradas, anuladas ou reestruturadas, tendo como apoio a imprensa e, conseqüentemente, a opinião pública. Como norte sempre o senso de justiça e os princípios fundamentais da Administração Pública na Constituição da República<sup>33</sup>.

Para tal, o Ouvidor detém amplos poderes de investigação, podendo requerer informações, que devem ser prestadas em quinze dias úteis, sob pena de responsabilidade,

---

<sup>33</sup> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

gozando de independência, autonomia administrativa<sup>34</sup> e financeira<sup>35</sup>. Verifica-se, portanto, conforme expressam as normas, que a ligação com o Poder Legislativo é essencialmente administrativo-orçamentária, não se posicionando hierarquicamente subordinado ao parlamento, mas presente o dever de lhe prestar de contas anualmente, como dispõe a lei.

No que pertine à estrutura de pessoal, o órgão foi concebido de uma forma bem enxuta: além do titular do órgão, um Coordenador Técnico de nível superior, um servidor efetivo de nível superior e mais dois servidores efetivos de nível médio, todos servidores efetivos da Câmara Municipal. Entretanto, na prática, apenas dois servidores efetivos foram disponibilizados pela Câmara ao trabalho da Ouvidoria. Tal restrição se deu em razão de não haver servidores interessados em aplicar-se ao novo órgão por ausência de contrapartida financeira (COSTA, 2020, p.4) ou até mesmo pela incerteza na realização de suas atribuições, cuja prática cotidiana demonstrou que foram misturadas (LUZ, 2020, p.2-5).

A título de comparação, informa Manoel Gomes (2000, p.216) que à época de seu primeiro formato em 1986, o Ouvidor-Geral também possuía uma estrutura pequena: além do titular, havia assessoria técnica composta por técnicos de nível superior e uma secretaria com assistentes e auxiliares administrativos. Para facilitar a análise e a comparação entre os distintos modelos, o Quadro 5 fornece alguns dados concernentes a cada momento.

QUADRO 5 - COMPARATIVO DE PESSOAL À DISPOSIÇÃO DA OUVIDORIA DE CURITIBA

Modelo do ano de 1986		Modelo do ano de 2015
Titular	Ouvidor	Ouvidor
Assessoria Principal	4 Técnicos - nível superior	1 Coordenador Técnico - nível superior 1 Servidor Efetivo - nível superior
Assessoria Auxiliar	5 Assistentes e Auxiliares Administrativos	2 Servidores Efetivos - nível médio
Total de cargos	10	5
População da cidade	1.024.975 [censo de 1980]	1.751.907 [censo de 2010]

Fonte: o Autor, com base em Gomes (2000, p.216), na Lei Municipal nº 14.223/2013, no MINEROPAR – Governo do Paraná (população em 1980) e no IBGE (população em 2010).

<sup>34</sup> Por autonomia administrativa, entende-se por sua autodeterminação funcional, trabalho de pessoal, programas de atividades e planejamentos.

<sup>35</sup> Por autonomia financeira, a relativa liberdade de execução de gastos dentro de um orçamento previamente estabelecido que, v.g., para o exercício financeiro do Legislativo de 2018 tinha o valor orçado de R\$710.000,00, mas para o ano de 2019 tal projeto atividade aparece zerado. Disponível no portal da transparência da Câmara de Curitiba em <https://www.cmc.pr.gov.br/portalttransparencia/despesa/projeto>.

Com base nas informações do Quadro 5, verifica-se que apesar de em ambos os momentos haver uma estrutura pequena, comparativamente com o tamanho da população da cidade houve um forte decréscimo no quantitativo de pessoal do órgão. Comparado à população constante nos censos oficiais, proporcionalmente a Ouvidoria de 2015 poderia contar com 70% a mais de funcionários que a de 1986, o que significam 7 funcionários de nível superior e mais 10 de nível médio, no total de 17. Por óbvio, se trata de uma conta simples e com vinculação simplória ao dado populacional. No entanto, serve para ilustrar um debate sobre a baixa preocupação do potencial de trabalho que é comumente dado a órgãos de controle social na atualidade, comparado ao aumento populacional.

Em estudo publicado pelo IPEA, Ronald Menezes (2016, p.218) aponta dados de sua pesquisa que revelou que “grande parte das ouvidorias federais possui estruturas bastante enxutas: 68% das ouvidorias com até cinco colaboradores e 88% com até dez”. Tal situação aparenta ilustrar que é comum que a Ouvidoria funcione com número reduzido de pessoal na maioria dos casos e em unidades da federação com um número maior de população a ser abrangida.

Entretanto, independentemente de qualquer cálculo de comparação objetiva, é fácil imaginar que apenas três pessoas não comportam a contento todo um trabalho de Ouvidoria iniciante em uma cidade no porte de Curitiba. Primeiro por tratar-se de um órgão em processo de formação, ainda desprovido de estrutura física adequada e rotinas administrativas eficazes, bem como ausente formação e treinamento específicos da matéria ao seu pessoal. Além do mais, a densidade de demandas não se dá apenas por ser uma capital e caminhar para dois milhões de habitantes, mas principalmente por ser Ouvidoria da unidade da federação que está mais perto da população, que é o município. Há nele uma concentração bem maior de serviços públicos de utilização cotidiana dos cidadãos, como postos de saúde, educação infantil e fundamental, transporte coletivo, cujas demandas contínuas geram uma probabilidade bem maior de contestações em suas formas de execução.

A questão do baixo número de pessoal foi relatada pelos três agentes que participaram da operacionalização do órgão (COSTA, 2020; LUZ, 2020; BARBOSA, 2020). Os relatos apontaram que, em razão do quadro diminuto, houve desvios de função para que o trabalho fosse minimamente realizado. Em consequência, isso chegou a impedir que especialistas trabalhassem naquilo para o qual foram treinados, tendo em vista a obrigação de cobrir trabalhos administrativos básicos, como a recepção de reclamações por telefone.

### 5.1.2 O formato de eleição do Ouvidor de Curitiba

As normas de 2013 optaram por estabelecer um formato peculiar à escolha do Ouvidor. São, em síntese, três fases na eleição, acontecendo no plenário da Câmara a que finaliza.

Na primeira fase, é lançado edital público de chamamento de organizações da sociedade civil (OSC) que demonstrem atuação coletivamente reconhecida em favor da sociedade curitibana há mais de dois anos. Em reunião com data e local estabelecidos e publicados pela Câmara de Curitiba, os representantes de tais entidades comparecem e votam em três instituições, permitido o voto em si própria, para a escolha das três que farão parte da Comissão Eleitoral (CURITIBA, 2013). Teoricamente se trata de uma construção bastante democrática. No entanto, como se exporá na próxima seção, este formato de votação com uma primeira fase executada pelas OSC's apresenta vários óbices à efetiva participação social como preconiza a lei.

Na segunda fase, forma-se uma Comissão Eleitoral composta pelas três entidades da sociedade civil mais votadas na fase anterior, junto a três vereadores escolhidos pelo Presidente da Câmara para representar o Poder Legislativo e mais três Secretários escolhidos pelo Prefeito para representar o Poder Executivo. Abertas as inscrições dos candidatos a Ouvidor, compete à Comissão Eleitoral receber a documentação dos concorrentes com a demonstração dos requisitos ao cargo, nomeadamente cidadania, notório conhecimento de administração Pública, idoneidade moral e reputação ilibada, para, ao final, promover votação aberta entre os membros da Comissão à escolha de três dentre os candidatos.<sup>36</sup>

Observe-se que nesta segunda fase, crucial à avaliação do público de onde sairá o novo titular do órgão, o processo é promovido por uma comissão representativamente desproporcional. Com dois terços de composição, o governo se faz presente e dominante sob a divisão Executivo e Legislativo, relegando à sociedade apenas o terço restante. Tal fato foi também observado por Rubens Lyra (2016, p.116), que complementa com outra questão ao notar “a ausência de um conselho consultivo, de importância capital para que a população possa formular diretrizes para a atuação da ouvidoria, avaliar seu desempenho, denunciar suas eventuais omissões e, se for o caso, sugerir iniciativas”. Avaliados os candidatos, a Comissão Eleitoral os restringe a uma lista tríplice.

---

<sup>36</sup> Artigo 64, §2º da Lei Orgânica do Município de Curitiba.

Na terceira fase, a Mesa da Câmara marca a data da realização da eleição, momento em que cada um dos três candidatos dispõe de até vinte minutos para expor que detém os requisitos legais, formação acadêmica, experiências administrativas, bem como defesas de valores que entendam necessários à assunção do cargo, ficando à disposição do Plenário para a arguição. Finalizada a arguição pública o plenário procede a votação nominal, resultando eleito o candidato que atingir a maioria absoluta dos votos dos vereadores (CURITIBA, 1990).

Neste ponto um item normativo ganha destaque: a Lei Orgânica rege a necessidade de se atingir a maioria absoluta à escolha. Por esta determinação legal, enquanto tal quórum não for atingido, em tese realizar-se-iam tantas quantas votações necessárias até o atingir.

Ao contrário da pretendida teoria de se erigir um titular que tivesse o assentimento de mais da metade do parlamento, a prática mostrou-se problemática. Tratando-se de um número elevado de quórum mínimo, ganha força um compromisso político individual do parlamentar, que pode agregar mais um toque subjetivo à decisão de manter-se inarredável desde seu primeiro voto ao invés de inclinar-se à maioria na deliberação seguinte. Ao contrário de um processo de votação convencional, o não atingimento do quórum trava inteiramente o andamento do feito. A dificuldade de direcionar voto a outro candidato com os semelhantes requisitos técnicos dispostos na lei, indicou na eleição de 2015 que tais requisitos não foram os únicos sopesados nas decisões. Por tal fato, é possível que se abra uma celeuma grave na medida em que os vereadores podem não querer abrir mão de seu voto, restando idênticas todas as demais votações e não se atingindo o quórum necessário de maioria absoluta à vitória de algum candidato.

Situação similar a esta ocorreu na eleição ao final de 2016, em que o Presidente da Câmara entendeu por bem suspender o processo eleitoral. Com isso, o cargo não foi preenchido com o fim do mandato do atual Ouvidor, transferindo ao mandato parlamentar seguinte a obrigação de finalizar o processo da terceira e última votação ou de reiniciá-lo, realizando-o na íntegra. Este resultado prático se deu pelo recrudescimento de críticas internas ao órgão que, por fim, tornou vitoriosa a intenção de diminuir-lhe a amplitude apenas ao ambiente da Câmara Municipal, como à frente se abordará na seção 5.4.

A potencialização de conflitos que esta escolha trouxe poderia ter sido mitigada em grande parte com a simples fórmula de exclusão do menos votado. Deste modo, considerando apenas dois candidatos, a segunda votação atingiria com maior facilidade a necessária maioria absoluta.

Três protagonistas em relação à matéria, que ocuparam funções diferentes de titular do órgão, de jurista e outro de líder político, respectivamente, concederam entrevistas para registrar suas posições sobre o tema. Questionados acerca de seus entendimentos sobre o processo eleitoral, foram uníssonos no aspecto positivo da essência das normas então em vigor.

Clóvis Costa (2020, p.2), candidato em ambas as eleições e, portanto, com uma maior vivência prática sobre este processo, entendeu que ele mitiga o viés político. Entende que na escolha das entidades na 1ª fase houve uma reunião democrática e que o processo, de uma forma geral, não se tratava de um modelo complexo, mas que apenas tinha que amadurecer mais, havendo complexidade nos processos mais em razão da novidade do órgão.

Manoel Gomes (2020, p.8) expressou que “conceitualmente esta é a forma ideal”, haja vista a legitimidade do órgão na sociedade civil. Ele entende que a ausência de êxito na experiência municipal se deve à falta de maturidade da Administração Pública em pontos como a divulgação, o treinamento e a motivação da sociedade à participação. Em razão disto, aduz que houve uma participação mais corporativa que societária nestas eleições.

Salamuni (2020, p.11) entende que a forma de eleição “precisava ser um pouco aperfeiçoada assim como mecanismos de defesa da instituição”, explicando também o fato de haver entendimentos de grupos de que era mais um cargo para indicação política quando ele foi criado. No entanto, afirmou que para ampliar a participação popular a ideia não era errada, composta por um terço de representação da Administração, dos Vereadores e da Sociedade Civil.

## 5.2 A DISPUTA DE ATORES À CONFORMAÇÃO DA RECÉM CRIADA INSTITUIÇÃO

Em abril de 2012, a Comissão Executiva realizou o protocolo do Projeto que deu origem à lei que concretizaria a Ouvidoria.<sup>37</sup> Instaurou-se neste momento um debate no parlamento que permitiu a consolidação da norma que veio a se tornar a principal sobre o tema. A partir disto, várias foram as emendas protocoladas junto a este projeto, visando sedimentar as diferenças de entendimento político na Casa legislativa sobre como deveria funcionar o órgão.

---

<sup>37</sup> Projeto nº 005.00061.2012.



Entre as proposições apresentadas neste período de sua concretização, encontram-se: a incompatibilidade ao exercício de outra atividade pública ou privada<sup>38</sup>; o acréscimo da atribuição de difundir os direitos individuais e de cidadania, bem como obrigação de apresentar relatório à Câmara a cada ano<sup>39</sup>; a não suspensão de prazos administrativos pela intervenção do Ouvidor<sup>40</sup>; o amplo acesso ao órgão, independente de nacionalidade, interesse comprovado, tempo, ou formalidades<sup>41</sup>; o necessário registro no sistema eletrônico da Câmara e a necessidade de fundamentação de despacho de arquivamento de feitos<sup>42</sup>; a supressão do requisito de conhecimento sobre direitos humanos ao candidato ao órgão<sup>43</sup>; a ampliação com editais ao maior conhecimento das Organizações da Sociedade Civil para comparecimento à primeira fase do processo eleitoral<sup>44</sup>; e a retirada da função gratificada de coordenador administrativo e de expediente na Ouvidoria, sob fundamento em recomendações do Ministério Público à redução de cargos e funções no Legislativo municipal<sup>45</sup>.

Avaliando tais emendas, fica mais claro o entendimento diversificado que o Parlamento detinha, e ainda detém, sobre o instituto. As pretensões de restringir-lhe certos atos conviveram lado a lado com as pretensões de dotar-lhe de mecanismos de liberdade de atuação.

Entretanto, o entendimento do Parlamento sobre a necessidade de criação deste órgão era dominante, o que gerou uma relativa harmonia na condução dos debates e composição de emendas. As notas taquigráficas da Câmara registram que a matéria recebeu ampla apresentação histórica e conceitual em plenário, contando com o apoio e a presença de eminentes juristas especialistas no tema.<sup>46</sup> Isto rendeu ao então presidente uma série de elogios, inclusive de Vereadores da oposição, pela condução deste projeto nomeado de “xodó

---

<sup>38</sup> Projeto nº 032.00076.2012 - Iniciativa: Diversos vereadores.

<sup>39</sup> Projeto nº 032.00077.2012 - Iniciativa: Diversos vereadores.

<sup>40</sup> Projeto nº 032.00078.2012 - Iniciativa: Diversos vereadores.

<sup>41</sup> Projeto nº 032.00079.2012 - Iniciativa: Diversos vereadores.

<sup>42</sup> Projeto nº 032.00080.2012 - Iniciativa: Diversos vereadores.

<sup>43</sup> Projeto nº 033.00023.2012 - Iniciativa: Diversos vereadores.

<sup>44</sup> Projeto nº 034.00047.2012 - Iniciativa: Diversos vereadores.

<sup>45</sup> Projetos nº 035.00009.2012 e nº 035.00016.2012, Iniciativa da Comissão Executiva e de Diversos vereadores, respectivamente.

<sup>46</sup> Notas Taquigráficas da Sessão Ordinária de 04/12/12, com parte disponível como anexo ao final deste trabalho.

desta Mesa Executiva”. Ao fim, alcançou votação com aprovação à unanimidade dos 37 vereadores presentes, como certifica o registro de atas da sessão.<sup>47</sup>

Em segundo turno, houve a consolidação das emendas junto ao projeto principal, com aproveitamento de várias das ideias individuais ou coletivas oriundas dos Vereadores. Houve também uma explicação detalhada, realizada por Vereador com maior domínio do tema, acerca dos conceitos e formatos utilizados, permitindo que o projeto continuasse sendo bem recepcionado, o que garantiu sua aprovação sem qualquer voto contrário.<sup>48</sup>

A alteração no humor de alguns dos parlamentares quanto ao novo órgão decorreu em um outro momento, prévio e concomitante ao período de sua atividade. Como cerne da questão, a interpretação de alguns é que ele adentra de forma reiterada em matéria política que tradicionalmente cabe ao Vereador realizar, como registram as notas taquigráficas de sessões plenárias à frente destacadas. Antes, contudo, de adentrar na análise do período em que o órgão esteve em atividade, é importante abordar como se realizaram as eleições, em especial suas primeiras fases.

#### 5.2.1 Momento de escolha do titular: reunião de Organizações da Sociedade Civil (OSC)

Como explicado na subseção 5.1.2, o processo é iniciado com uma reunião de escolha de um trio de entidades da sociedade civil por elas próprias. É um formato que desperta grande interesse pelo fundamento na teórica autonomia com que a sociedade civil efetua a escolha de um terço dos integrantes da Comissão Eleitoral que decide a lista tríplice dentre os candidatos a Ouvidor.

Entretanto, na prática, não foi possível concluir o nível do esperado destaque democrático. Quase totalidade das organizações da sociedade civil envolvidas nestas eleições da Ouvidoria não estavam habituadas a processos de participação como este, que não são rotineiros em nossa democracia. Na primeira eleição, as entidades apenas conseguiram compreender o formato simples e as regras de votação após muito tempo de debates e explicações do Vereador que presidia os trabalhos, um entusiasta do tema. Ainda assim,

---

<sup>47</sup> Ata Seca da Sessão Ordinária de 04/12/12, disponível na aba Sessões Plenárias do Sistema de Proposições Legislativas (SPL) no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Curitiba.

<sup>48</sup> Notas Taquigráficas da Sessão Ordinária de 05/12/12, com parte disponível como anexo ao final do trabalho.

foram promovidas por algumas OSC's ações junto ao Poder Judiciário e junto ao Ministério Público, sendo a Câmara vitoriosa em todas estas demandas.<sup>49</sup>

Na segunda eleição houve pouca diversidade de entidades se comparada à primeira, dominando o cenário os clubes de mães e, destacadamente, das associações e federações de moradores.

Para registrar os processos de eleição do Ouvidor, a Câmara de Curitiba instaurou dois Processos Administrativos, um para cada pleito, cuja primeira síntese de informações se encontra ilustrada pelo Quadro 6.<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> Mandado de Segurança 0010243-82.2014.8.16.0004, 4ª Vara da Fazenda; Agravo de Instrumento 1335754-9 / 0003118-41.2015.8.16.0000; Mandado de Segurança 0028541-95.2014.8.16.0013, 4ª Vara da Fazenda; Ação Civil Pública 0010163-21.2014.8.16.0004, 3ª Vara da Fazenda; Mandado de Segurança 0002563-12.2015.8.16.0004, 3ª Vara da Fazenda; Agravo de Instrumento 1.360.057-4; Notícia de Fato no Ministério Público nº 0046.14.035660-4.

<sup>50</sup> Processos Administrativos nº 304/2014, contendo 2.420 folhas; e nº 748-817/2016, contendo 1.717 folhas.

## QUADRO 6 - COMPARECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NAS ELEIÇÕES DE 2014 E DE 2016 À OUVIDORIA (PRIMEIRA FASE).

ELEIÇÃO DE 2014				ELEIÇÃO DE 2016			
	Organização da Sociedade Civil	Relação	Votou em		Organização da Sociedade Civil	Relação	Votou em
1	Ação Social e Escola de Futebol União Beira Linha	UAMCEBES	56,72, 82	1	Associação Moradias Serra do Mar	Dep. Mauro Moraes Ver. Beto Moraes / UAMCEBES	01,33,34
2	Associação Batista de Ação Social de Curitiba – ABASC	-	x	2	Ação Social e Escola de Futebol União Beira Linha	UAMCEBES	x
3	Associação Beneficente dos Moradores do Barreirinha	FEMOCLAM	56, 82, 72	3	Associação Brasileira de Apoio a Pessoa Surda – ABAPS	-	03, 13, 33
4	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis	-	x	4	Associação Clarice Brandão - ACB	FEMOCLAM	03, 05, 33
5	Associação Brasileira de Engenheiros Cívicos – PR - ABENC-PR	-	05, 56, 58	5	Associação Comunitária Unidos da Vila Maria e Região	FEMOCLAM	05, 13, 33
6	Associação Comercial do Paraná	-	x	6	Associação de Moradores 5 de Agosto do Xapinhã	FEMOCLAM	x
7	Associação Comunitária do Guabirota	-	56, 72, 82	7	Associação de Moradores da Comunidade União Ferroviária	UAMCEBES	x
8	Associação Comunitária Moradores do Boqueirão	UAMCEBES / União Associações da Regional Boqueirão	56, 72, 82				
9	Associação Comunitária Santo Inácio de Loyola	?	56, 72, 82				
10	Associação de Criadores e Proprietários de Cavalos de Corrida do Paraná – ACPCCP	-	56, 72, 82				
11	Associação de Moradores Alto Boqueirão – Beneficente e Assistencial	-	56, 72, 82				
12	Associação de Moradores Chama viva do Tatuquara – AMCVT	FEMOCLAM	x				
13	<b>Associação de Moradores da Vila Autódromo</b>	UAMCEBES	56, 72, 82	8	<b>Associação de Moradores da Vila Autódromo</b>	UAMCEBES	12, 33, 34
14	Associação de Moradores das Vilas Colombo I e II e Jardim Independência	FEMOCLAM	05, 45, 58	9	Associação de Moradores da Vila Betel	FEMOCLAM / UAMCEBES	12, 33, 34
15	Associação de Moradores do Conjunto Açucena	FEMOCLAM	56, 72, 82	10	Associação de Moradores do Conjunto Moradias Cajuru	UAMCEBES	12, 29, 34
16	Associação de Moradores do Conjunto Bela Vista e Vila Lorena	FEMOCLAM / UAMCEBES	56, 72, 82	11	Associação de Moradores e Amigos Atacadistas, Varejistas e Comerciantes do Bairro Portão	FEMOCLAM	05, 13, 33
17	Associação de Moradores do Conjunto Residencial Mercúrio	UAMCEBES	56, 79, 82				
18	Associação de Moradores do Conjunto Residencial Moradias Atenas I	FEMOTIBA / FEMOCLAM	56, 58, 82				
19	<b>Associação de Moradores e Amigos da Vila Jerusalém</b>	FEMOTIBA / UAMCEBES	56, 72, 82	12	<b>Associação de Moradores e Amigos da Vila Jerusalém</b>	UAMCEBES	12, 33, 34
20	Associação de Moradores e Amigos da Vila Oficinas	FEMOTIBA / UAMCEBES	56, 72, 83	13	Associação de Moradores e Amigos das Vilas São Fernando e Santa Monica – AMAFEMO	FEMOCLAM	05, 13, 33
21	Associação de Moradores e Amigos da Vila Real	União Associações Sta Felicidade / FEMOCLAM	05, 56, 82	14	Associação de Moradores e Amigos do Capão da Imbuia	FEMOCLAM / UAMCEBES	12, 32, 34
22	Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Veneza	União Associações Sta Felicidade	05, 56, 29	15	Associação de Moradores e Lideranças Comunitárias de Santa Felicidade e Adjacência	FEMOCLAM	13, 29, 33
23	Associação de Moradores e Amigos do Santa Tereza	FEMOCLAM	x	16	Associação de Moradores, Amigos e Apoiadores para Regularização Fundiária da Vila São Domingos	-	12, 33, 34
24	Associação de Moradores e Amigos Jardim Eldorado	?	56, 82, 58	17	Associação de Moradores e Amigos de Vila Centenário II	FEMOCLAM	12, 33, 34
25	Associação de Moradores e Empresários do Bigorilho e Campina do Siqueira	-	56, 72, 82	18	Associação dos Amigos da Fazendinha	FEMOCLAM	05, 13, 33
26	Associação de Moradores Saturno	União Associações Sta Felicidade / FEMOCLAM	05, 56, 29	19	Associação dos Moradores das Ocupações Moradias Vitória e Pedro Machado	FEMOCLAM / UNACIC	x
27	Associação de Moradores Vila Camargo Cajuru II	UAMCEBES	56, 72, 82	20	Associação Educacional São Luiz de Gonzaga	-	20, 25, 33
28	Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Curitiba-BPW Curitiba	SESI / FIEP	28, 56, 72	21	Associação Equipe Força em Cristo	UAMCEBES	x
29	Associação do Comércio e Indústria de Santa Felicidade-ACISF	-	05, 29, 56	22	Associação Esportiva Operário Ferroviário Cajuru	UAMCEBES	x
30	Associação dos Comerciantes da Região da Praça Espanha	-	56, 72, 74	23	Associação Estadual dos Pés Vermelhos	FEMOCLAM	x
31	Associação dos Magistrados do Paraná	-	x	24	Associação Popular Para Alimentação e Agricultura do Jardim Acrópole	FEMOCLAM / UAMCEBES	x
32	Associação dos Moradores das Ocupações Moradias Vitória e Pedro Machado	?	56, 58, 82				
33	Associação dos Moradores do Jardim Savana	FEMOCLAM / UAMCEBES	56, 72, 82				
34	Associação dos Moradores dos Conjuntos Residenciais Caiuá e Ilheus	?	72, 56, 82				
35	Associação dos Moradores e Amigos da Vila Nova Barigui	União Associação Moradores CIC / FEMOTIBA / FEMOCLAM	29, 45, 58				
36	Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial	-	x				
37	Associação Mara Ligia Cercal Apoio a Pacientes de Transplante de Medula Ossea - AMALICE	-	x				
38	Associação Metodista de Ação Social – AMAS	-	x				
39	Associação Paranaense de Reabilitação	?	x				
40	Associação Paranaense dos Advogados Criminalistas-APACRIMI	-	56, 72, 82				
41	Associação Ponto de Apoio	-	56, 72, 82				
42	Associação Profissional dos Empregados em Empresas de Vigilância e Segurança Privada, Orgânicas e Monitoram. de Alarmes de Escolta ...	-	56, 72, 82				
43	Associação Vida e Arte – AVA	-	x				

(continua)

(continuação)

44	Casa de Recuperação Água da Vida - Cravi	-	56, 72, 82			
45	Central Única dos Trabalhadores do Paraná	-	45, 60, 79	25	Central Única dos Trabalhadores do Paraná – CUT	- 20, 25, 29
46	Centro Comunitário Alto Bela Vista	identidade *47*	29, 45, 58	26	Clube de Mãe Maria Helena do Jardim União	FEMOCLAM 12, 33, 34
47	Centro Comunitário Nova Barigui	identidade *46*	29, 45, 58	27	Clube de Mães e Amigas do Bairro Santa Felicidade	FEMOCLAM x
48	Clube de Mães e Colaboradores do Conjunto Marumbi	UAMCEBES	56, 72, 82	28	Clube de Mães e Colaboradores do Conjunto Marumbi	FEMOTIBA / UAMCEBES 12, 33, 34
49	Clube de Mães Tulipas	UAMCEBES	56, 72, 82	29	Clube de Mães Estrelas	FEMOCLAM / UAMCEBES 29, 33, 34
50	Comunidade Cristã de Curitiba	-	x	30	Clube de Mães Nossa Senhora do Carmo	FEMOCLAM 12, 33, 34
51	Comunidade Cristã Reviver	-	56, 72, 82	31	Clube de Mães Tulipas	UAMCEBES 12, 33, 34
52	Comunidade Cristã Reviver – Bairro Novo	-	x			
53	Comunidade Cristã Reviver – Boqueirão	-	x			
54	Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra de Curitiba	identidade *55*	x			
55	Conselho de Ministros Evangélicos do Paraná– COMEP	identidade *54*	x			
56	Federação Comunitária das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana - FEMOCLAM	identidade *57*	56, 72, 82	32	Federação Comunitária das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana – FEMOCLAM	identidade *33* 05, 12, 33
57	Federação das Entidades Comunitárias e Associações de Moradores do Paraná - FECAMPAR	identidade *56*	56, 72, 82	33	Federação das Entidades Comunitárias e Associações de Moradores do Paraná – FECAMPAR	identidade *32* 29, 33, 34
58	Federação Democrática das Associações de Moradores e Clubes de Mães - FEMOTIBA	-	29, 45, 58			
59	Federação Nacional dos Advogados - FENAdv	identidade *76*	56, 72, 82			
60	Grupo de Apoio aos Povos Oprimidos	-	60, 05, 45			
61	Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Curitiba	-	56, 72, 82			
62	Instituto Cristão de Desenvolvimento	-	x			
63	Instituto da Comunidade Afro Brasileira	-	56, 72, 82			
64	Instituto de Engenharia do Paraná	-	05, 64, 71			
65	Instituto de Estudos Ambientais - MATER NATURA	-	x			
66	Kennel Clube da Grande Curitiba	-	56, 72, 82			
67	MOOPAR – Movimento Pró-Alto Boqueirão e Região	FEMOCLAM	72, 82, 56			
68	Moto Clube Dragões da Noite	-	56, 72, 82			
69	Núcleo dos Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador do Paraná	-	x			
70	Rotary Club de Curitiba	-	56, 72, 82			
71	Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná	-	05, 60, 64			
72	Sindicato das Classes Policiais Cíveis do Estado do Paraná - SINCLAPOL	-	56, 72, 82			
73	Sindicato das Empresas Franqueadas de Comunicação do Estado do Paraná	-	x			
74	Sindicato de Empresas de Gastronomia, Entretenimento e Similares do Município de Curitiba	-	30, 72, 74			
75	Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Curitiba	-	x			
76	Sindicato dos Advogados do Estado do Paraná - SINAP	identidade *59*	x			
77	Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas no Estado do Paraná - SINDARQ-PR	-	x			
78	Sindicato dos Psicólogos no Estado do Paraná	-	x			
79	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba – SISMUC	-	82, 45, 79			
80	Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental	-	x			
81	Transgrupo Marcela Prado	-	x			
82	União das Associações - UAMCEBES	-	56, 72, 82	34	União das Associações - UAMCEBES	- 12, 33, 34
83	União das Associações de Moradores e Clubes de Mães da CIC	?	x	35	Associação de Mulheres e Desenvolvimento Social do Paraná - AMDES	FEMOCLAM 12, 13, 33
84	União das Associações de Moradores e Clubes de Mães da Região de Santa Felicidade	FEMOCLAN	05, 56, 82	36	Casa de Recuperação Projeto Menos Um	FEMOCLAM 05, 29, 33
85	União Recreativa e Esportiva Santa Quitéria	-	x			
86	UNICAMP – União das Associações de Moradores e Lideranças Comunitárias da Regional Portão	FEMOCLAM	x			
INSCRIÇÕES INDEFERIDAS				INSCRIÇÕES INDEFERIDAS		
Clube de mães Nossa Senhora do Carmo				Associação Moradores Vila Sambaqui		
				Organização Cultural Meio Ambiente		
				Associação Moradores Aroeiras e Imbuías		
				Centro Ação Social Bairro Novo - CASBAN		
				Casa Latino Americana - CASLA		
				Clube de Mães União Acrópole		
				Associação dos Moradores Conjunto Marumbi I Uberaba		
				Clube de Mães e Mulheres Xapinhall II		
				Associação Moradores Parque Tingui		
				FEMOCLAM		
				FEMOCLAM / UAMCEBES		
				UNARBAN		
				FEMOCLAM		
				FEMOCLAM		
				Fed.Estadual Pé Vermelho		
				FEMOCLAM		

Fonte: elaborado pelo Autor com base nos arquivos da Câmara Municipal de Curitiba.

Legenda: (-) = sem identificação de ligação a entidades maiores; (?) = ausência de dados mais detalhados junto ao processo eleitoral; (x) = não participação, apesar de inscrição homologada.

Nota: destacadas em vermelho as entidades participantes em ambos os pleitos.

O Quadro 6 supra exposto apresenta a lista de Organizações da Sociedade Civil participantes em cada um dos pleitos de 2014 e 2016, que permite uma visão geral das que se inscreveram. Permite também uma comparação entre as que efetivamente participaram das fases nas quais se inscreveram.

Efetuando um paralelo entre os dois momentos, várias outras informações podem ser extraídas. O pleito de 2014 contou com o deferimento de 86 inscrições, ao passo que o de 2016 contou com apenas 36. Conforme os editais lançados, ambos momentos contaram com idênticos veículos de publicização oficial (Diário Oficial do Município e jornal de grande circulação). Outros veículos complementares de comunicação digital em massa foram mais utilizados na segunda eleição, a exemplo de Twitter, Facebook e link exclusivo dedicado junto ao sítio eletrônico oficial da Câmara na internet.

Contraditoriamente à adoção suplementar de esforços comunicativos, houve uma baixa na adesão de OSC's ao pleito de 2016, em que pese também dispor de dois dias a mais de inscrição que o de 2014.<sup>51</sup> Neste, houve a necessidade de prorrogação do período de inscrição exatamente pelo baixo número de inscrições, como demonstra documento do processo, que expressa preocupação com o déficit de legitimidade.<sup>52</sup> Àquele tempo, contudo, não se levantaram maiores preocupações pelo fato de ter sido o primeiro procedimento do tipo na história da cidade.

Como destaca a grafia em vermelho no Quadro 6, apenas oito entidades participaram novamente no segundo processo eleitoral. Neste, não se fizeram presentes algumas entidades de maior porte, como a Associação Comercial do Paraná e o Rotary Club de Curitiba, como também entidades de menor porte e representatividade, como as de moradores de regiões de periferia em Curitiba, que tiveram importante participação na primeira eleição. O Quadro 6 mostra que várias destas entidades, apesar de inscritas, já haviam desistido de participar da reunião ainda em 2014. É de se notar que as entidades que efetivamente participaram em 2014 perfazem o montante aproximado de 66,3% do total de inscritas, ao passo que em 2016 este percentual ficou em 75%.

Considerando não apenas os percentuais acima expostos, como também os números absolutos, conclui-se por um número de abandonos do processo pelas entidades em um valor

---

<sup>51</sup> No primeiro pleito o período foi de 11 a 25 de novembro de 2014 (Editais 01 e 02/14 – 14 dias); no segundo, o período foi de 24 de outubro a 09 de novembro de 2016 (Edital 01/16 – 16 dias), consideradas datas de início no dia de publicação em Diário da Câmara e em jornal de grande circulação.

<sup>52</sup> Memorando nº 188/2014, junto ao Processo Administrativo nº 304/2014.

bastante alto em 2014, ainda mais porque o número de inscrições homologadas foi de 138% a mais que em 2016. De um modo geral, observou-se que as entidades associativas de moradores apresentaram uma participação efetiva bem acima de entidades de outras naturezas, como as esportivas, as religiosas, e até as sindicais. Apesar de muitas destas associações de moradores não reiterarem participação em 2016, elas compuseram a maioria das entidades participantes.

O cenário de abstenção foi mais acentuado às entidades ligadas a temas específicos, como religiosas, representativas de classe e sindicatos, que também não reiteraram inscrição na segunda eleição.

Em ambos pleitos, observa-se um importante item capaz de alterar o processo de participação social: o momento de sua realização. Como abordado por Graham Smith (2009, p. 43-44, 65-66) em estudos sobre inovações democráticas, o momento de realização de atos da instância participativa pode ser um indicativo crucial sobre a qualidade e quantidade da participação.

Em que pese o interesse individual ou o objeto discutido se encontrarem no âmbito de atividades desenvolvidas por associações ou grupos de interesses, a participação dos representantes destes será freada em muito quando as atividades centrais se realizarem em meio à semana e em horário comercial. Poucos são os que dispõem de creches aos filhos, de liberdade laboral ou que possam ter dispensa de horário comercial fixo, dando Graham Smith (Ibid.) especial destaque à situação das mulheres e de residentes pobres. Em decorrência disto, a possibilidade de comparecimento tende a não refletir o universo de participantes em potencial. Tal restrição provavelmente aconteceu com as eleições da Ouvidoria de Curitiba, pois seus dois processos de primeira fase foram realizados em dias úteis, ambos em uma sexta-feira às 9h da manhã.<sup>53</sup>

As Tabelas 1 e 2 a seguir foram elaboradas com base nos levantamentos de dados registrados nos processos administrativos das eleições de 2014 e 2016, apontando dados de relacionamento entre as organizações. A origem das informações se encontra principalmente nos documentos apresentados por cada uma das OSC's participantes e que servem à comparação nos dois momentos similares de primeira fase.

---

<sup>53</sup> Edital nº 02/14: 28 de novembro de 2014; Edital nº 01/16: 18 de novembro de 2016.

TABELA 1 - ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL QUE SOLICITARAM INSCRIÇÃO

	Eleições de 2014	Percentual sobre o total	Eleições de 2016	Percentual sobre o total
Sem ligação identificada às maiores	51	59%	6	13%
Com alguma ligação às maiores	30	34%	39	87%
Dados ausentes à avaliação	6	7%	0	0%
Com ligação à FEMOCLAM	17	20%	26	58%
Com ligação à UAMCEBES	12	14%	16	36%
Com ligação à FEMOTIBA	5	6%	1	2%
Com ligação a outras OSC's maiores	6	7%	4	9%
Com similaridade constitutiva	4	5%	1	2%
Total	87		45	

Fonte: elaboração do Autor, com base nos arquivos da Câmara Municipal de Curitiba.

TABELA 2 - ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL QUE EFETIVAMENTE PARTICIPARAM

	Eleições de 2014	Percentual sobre o total	Eleições de 2016	Percentual sobre o total
Sem ligação identificada às maiores	27	47%	4	15%
Com alguma ligação às maiores	26	46%	23	85%
Dados ausentes à avaliação	4	7%	0	0%
Com ligação à FEMOCLAM	13	23%	16	59%
Com ligação à UAMCEBES	12	21%	10	37%
Com ligação à FEMOTIBA	5	9%	1	4%
Com ligação a outras OSC's maiores	6	11%	1	4%
Com similaridade constitutiva	2	4%	1	4%
Total	57		27	

Fonte: elaboração do Autor, com base nos arquivos da Câmara Municipal de Curitiba.

Analisando cada um dos documentos apresentados pelas entidades para participar da primeira fase de ambas eleições, foram encontradas várias referências às entidades de maior



porte. Exemplo destas são as uniões e as federações, ora nominadas apenas como “entidades maiores”.<sup>54</sup>

O processo de formalização de associações civis ou empreendedoras no Brasil é algo excessivamente burocrático e, portanto, desanimador, como é amplamente cediço. Com base no que a grande maioria dos registros constitutivos das entidades menores apresenta, é comum que as entidades maiores prestem serviços de auxílio à formalização de entidades menores. Assim, teoricamente, há apenas a solidariedade saudável entre associações. No entanto, na prática, pode haver um cenário mais complexo.

Em grande parte dos vários documentos das organizações, verificou-se que há participações profundas das entidades maiores nos principais atos das entidades menores, como sua fundação ou sua primeira eleição à diretoria e conselho. É comum encontrar referências expressas das entidades maiores em atividades e documentos essenciais das entidades menores. Exemplos disto são as citações em capas de documentos, disposições finais ou transitórias dos textos de estatutos, publicações de atos, registros de atas deliberativas de apoios. Há também registros de participações diretas em atos fundamentais ou deliberações importantes, no exercício de funções de secretaria em assembleias elaborando atas e orientando seu conteúdo, no exercício da presidência de reuniões e eleições, e até na assessoria advocatícia à composição dos estatutos.

Além de uma simples presença em reuniões, os dirigentes de entidades maiores assinam e reiteraram atos das entidades menores. Não raro se responsabilizam das publicações de realizações de assembleias destas, mesmo após passado aquele período de formação em que já estão constituídas as entidades e, em teoria, aptas a promover seus atos de forma autônoma. Há ocorrência de dirigente de entidade maior ser procurador de pequena para votar no processo eleitoral da Ouvidoria.

Enfim, são indícios que não servem à certificação da ocorrência de domínio, todavia são indicativos de que possa haver alguma influência de ações, ainda mais quando confrontados aos resultados de ambos processos de votação, que detém similaridade

---

<sup>54</sup> O rastreamento efetuado das informações foi proporcionado pelas referências a dados das entidades maiores ou seus integrantes em atos constitutivos ou decisórios das menores. Exemplos de entidades maiores e seus dirigentes: FEMOCLAM - Federação Comunitária das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana e FECAMPAR - Federação das Entidades Comunitárias e Associações de Moradores do Paraná – integrantes: Nilson Elisio Pereira, Valdirene Pereira, João Pereira, Izael Aquino da Silva e Dr. Valdenir Dielle Dias; FEMOTIBA - Federação Democrática das Associações de Moradores de Curitiba – integrantes: Edson Feltrin, Josney Edrmann e Ariane Ferraz, tendo este primeiro participado da FEMOCLAM antes de 2005 e a presidido de 2005 a 2009; UAMCEBES - União Das Associações Moradores Clubes Mães Entidades Benéficas Esportivas Sociais Regional Cajuru – integrantes: Neemias Portela, Juscelino Salles, Silvana de Souza e Regina Lima.

deliberativa. Deste modo, para o efeito deste estudo, a influência é tratada sob o aspecto formal-deliberativo, em que os vários documentos são confrontados com os resultados das manifestações das entidades dentro do processo para se inferir a existência ou não de alguma espécie de preponderância de algumas OSC's sobre outras.

Em um recorte temático, as participações das entidades maiores se fizeram presentes principalmente junto àquelas entidades de cunho representativo de moradores de regiões periféricas (associações de moradores, de amigos, de lideranças). Não se apresentaram dados reiterados de identificação junto àquelas com cunho de execução de atividades mais especializadas e ligadas a outros temas (filantropia, educação, comércio ou religião). Há entidades que, apesar de nomenclatura religiosa, contêm as mesmas finalidades que as entidades associativas de moradores, como a busca pelo desenvolvimento comunitário, a promoção de esportes, a reivindicação de direitos e a realização de atividades culturais.<sup>55</sup>

A partir de situações de fragilidade ou desconhecimento de processos participativos, que podem ocorrer àquelas entidades inexperientes, é comum nascer a influência e, até mesmo, a subordinação. Tal influência possivelmente impactou na escolha das entidades à participação na Comissão Eleitoral como segunda fase da eleição do Ouvidor. Ocorrendo um cenário em que as conexões estreitas são, inclusive, formalizadas, é consequência óbvia o reforço de uma coligação de interesses que gera uma atuação alinhada ou hierarquizada, que destoa da pretendida diversidade de participação representativa que a lei pretendia.

Nos momentos de primeira fase das eleições, observou-se que o procedimento de a entidade deter três votos abriu um ambiente propício às influências entre elas. Detendo a prerrogativa de votar em si própria, sem teoricamente abrir mão de sua autonomia, as entidades menores se depararam com uma ausência de planejamento ou vontade política para direcionar os outros dois votos. E este é o melhor dos cenários, que sequer foi concretizado à maioria dos participantes, pois das entidades menores apenas 10 em 2014 e 8 em 2016, significando respectivamente 17,5% e 29,6%, votaram em si próprias, incluindo dentre estas algumas entidades tradicionais e de maior força, em que pese tal fato não significar isoladamente um mal aspecto.

Independente da caracterização de ausência estratégica ou volitiva no elemento subjetivo de tais organizações, o resultado foi o mesmo: a ausência de uma instância que permitisse articulação entre entidades menores foi crucial à formação de um espaço de ação coordenada das entidades maiores, o que gerou um grande controle do resultado da votação,

---

<sup>55</sup> Entidade nº 21 - Associação Equipe Força em Cristo, que participou do processo eleitoral de 2016.

como demonstra o Quadro 6. A influência das entidades maiores restou afirmada na soma final de votos que, além de apresentar destacado número de votos recebidos, as reiterou vitoriosas a compor as Comissões Eleitorais nas segundas fases em ambos processos eleitorais.

Ao se observar as Tabelas 1 e 2 em perspectiva vertical, pode-se verificar que há uma grande diferença entre a vontade de participação e sua efetiva ocorrência. Isto se verifica a partir das diferenças nas caracterizações das entidades que ocorrem nos espaços correspondentes dos quadros, em especial pelo total bruto, conforme as porcentagens apresentadas em parágrafos anteriores.

No plano horizontal, as diferenças entre as eleições também demonstram um decréscimo participativo perceptível. Tal situação não se revela apenas pela diminuição dos números relativos às eleições, mas também, em uma perspectiva ampla, pelo fato de Curitiba ser uma capital que, conforme dados do IPEA (2018, p.30), tem por volta de 8.162 Organizações da Sociedade Civil, detendo uma média de 4,3 OSC's por mil habitantes, acima da média do país, que é de 4,0.

Conforme documentos da Câmara de Curitiba, a primeira fase de 2014 recebeu um total de 87 OSC's inscritas, ao passo que a de 2016 foram apenas 45, como se apresentam os dados do Quadro 6. Tais números, entretanto, ficaram restritos a 86 e 36, respectivamente, pelo fato do indeferimento de inscrições realizado pela Presidência da Câmara Municipal.

O indeferimento de inscrições pode ser dividido em duas partes, uma material e outra formal. A primeira parte promove uma exclusão mais profunda, pois desrespeita essenciais requisitos normativos, a exemplo de não se caracterizar uma entidade da sociedade civil ou ter local de atuação fora da cidade de Curitiba. A segunda parte, de índole mais procedimental, abrange entidades que atenderam os principais requisitos dispostos nas normas, entretanto não realizaram algumas formalidades do processo, v.g. a não apresentação de ata atualizada de eleição de diretoria, a ausência de procuração autenticada ou a atividade por menos que dois anos. As entidades que compuseram esta segunda parte serão analisadas no presente estudo, haja vista a pretensão de executar uma metodologia que permita analisar um maior número possível das organizações que potencialmente poderiam participar, como consta na análise da Tabela 1.

Houve ocorrências de entidades menores terem mais de uma ligação a entidades maiores. Tal situação é comum, pelo fato de uma delas auxiliar à instalação da menor e, dado momento posterior ou nova composição de diretoria, outra entidade maior auxiliar nos demais atos como eleições, ou até mesmo uma terceira entidade maior aproximar-se por

executar similar atividade na área abrangida pela menor. Na contagem de entidades com alguma ligação às maiores, nas Tabelas 1 e 2, inclui contabilização destas maiores, haja vista também deterem voto na escolha de primeira fase.

No processo de 2014 foi registrada a identidade entre 6 (seis) OSC's, o que deveria gerar apenas 3 votos.<sup>56</sup> Por identidade se entende a duplicidade de instituição para mesmo objeto, apresentando mesmos dirigentes, abrangências ou sedes, o que, por conseguinte, pesa contra um ideal participativo equânime. Em outras duas, houve criação por desmembramento, o que, para o presente estudo, avança demasiadamente em campo subjetivo para se presumir ingerências, optando-se por entendê-las regulares no processo.<sup>57</sup>

Durante o processo eleitoral, ficou clara a existência de estreita relação também entre entidades maiores, como a UAMCEBES e a FEMOCLAM, esta, como já indicado em nota, tem identidade com a FECAMPAR. Um dos indícios mais concretos desta relação é a organização dos votos, principalmente na eleição de 2014 cujas declarações de votos das demais entidades apresentaram as duas OSC's geralmente em conjunto e destacadas das demais.

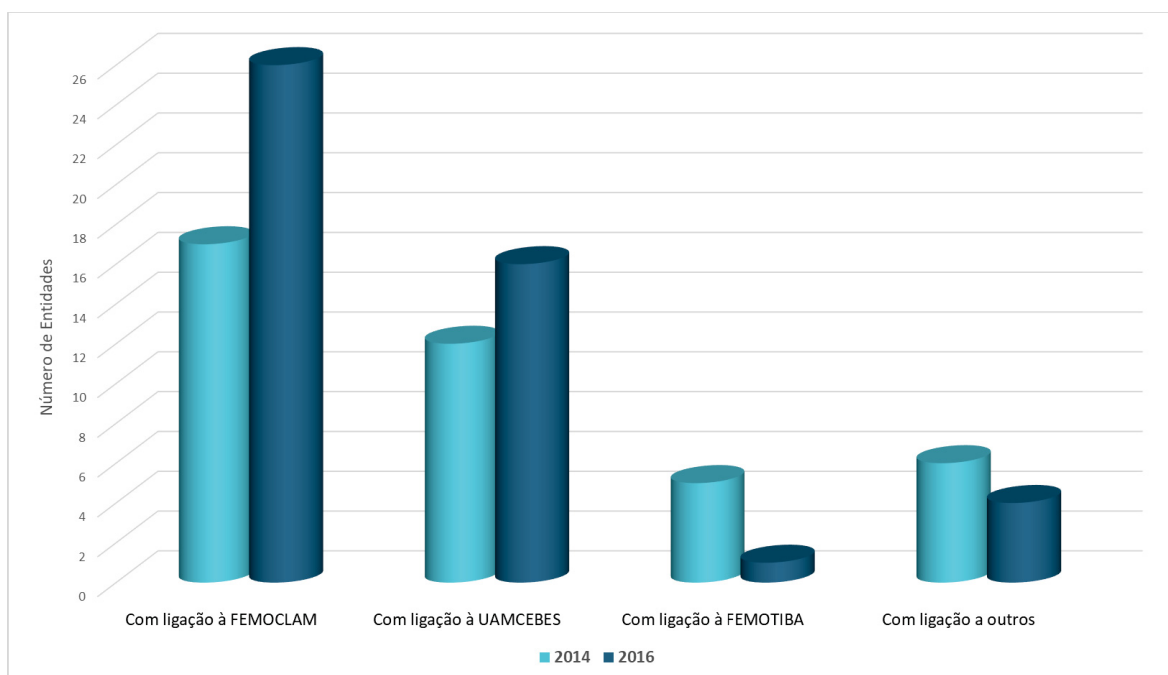
Efetuando um recorte dedicado apenas às entidades maiores, os Gráficos 1 e 2 abaixo posicionados ilustram melhor a relação dos dados apresentados respectivamente pelas Tabelas 1 e 2 nas eleições de 2014 e 2016.

---

<sup>56</sup> Centro Comunitário Alto Bela Vista e Centro Comunitário Nova Barigui; Federação Comunitária das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana – FEMOCLAM e Federação das Entidades Comunitárias e Associações de Moradores do Paraná – FECAMPAR; Federação Nacional dos Advogados – FENAdv e Sindicato dos Advogados do Estado do Paraná – SINAP.

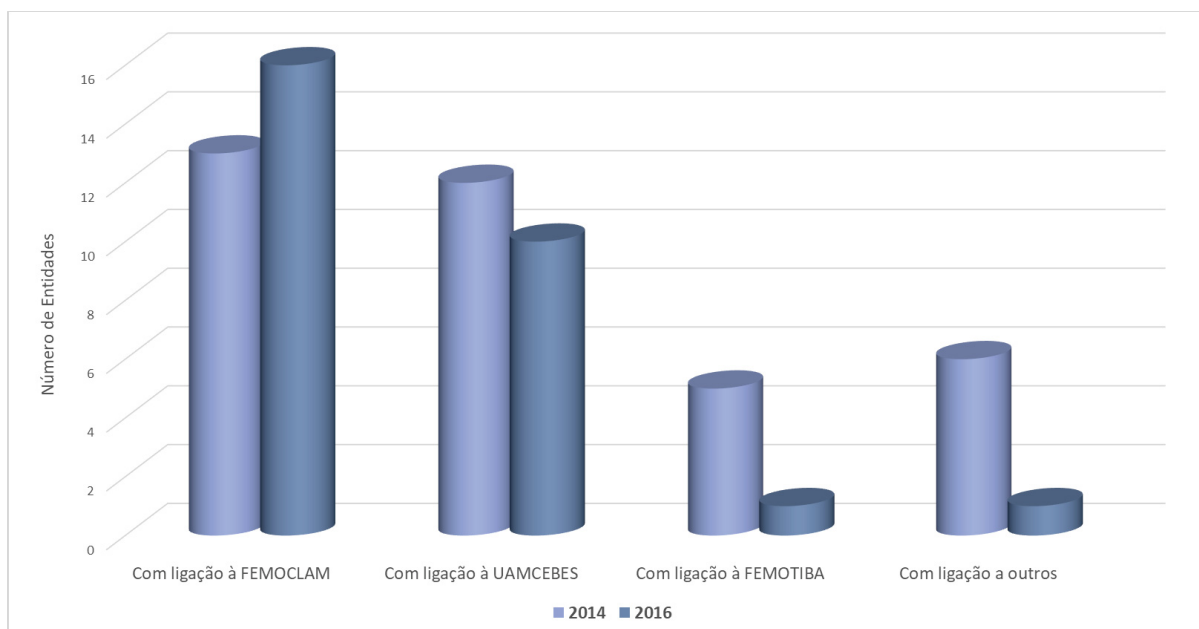
<sup>57</sup> Sindicato de Empresas de Gastronomia, Entretenimento e Similares do Município de Curitiba e Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Curitiba.

GRÁFICO 1 - ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL QUE SOLICITARAM INSCRIÇÃO



Fonte: elaboração do Autor, com base nos arquivos da Câmara Municipal de Curitiba.

GRÁFICO 2 - ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL QUE EFETIVAMENTE PARTICIPARAM



Fonte: elaboração do Autor, com base nos arquivos da Câmara Municipal de Curitiba.

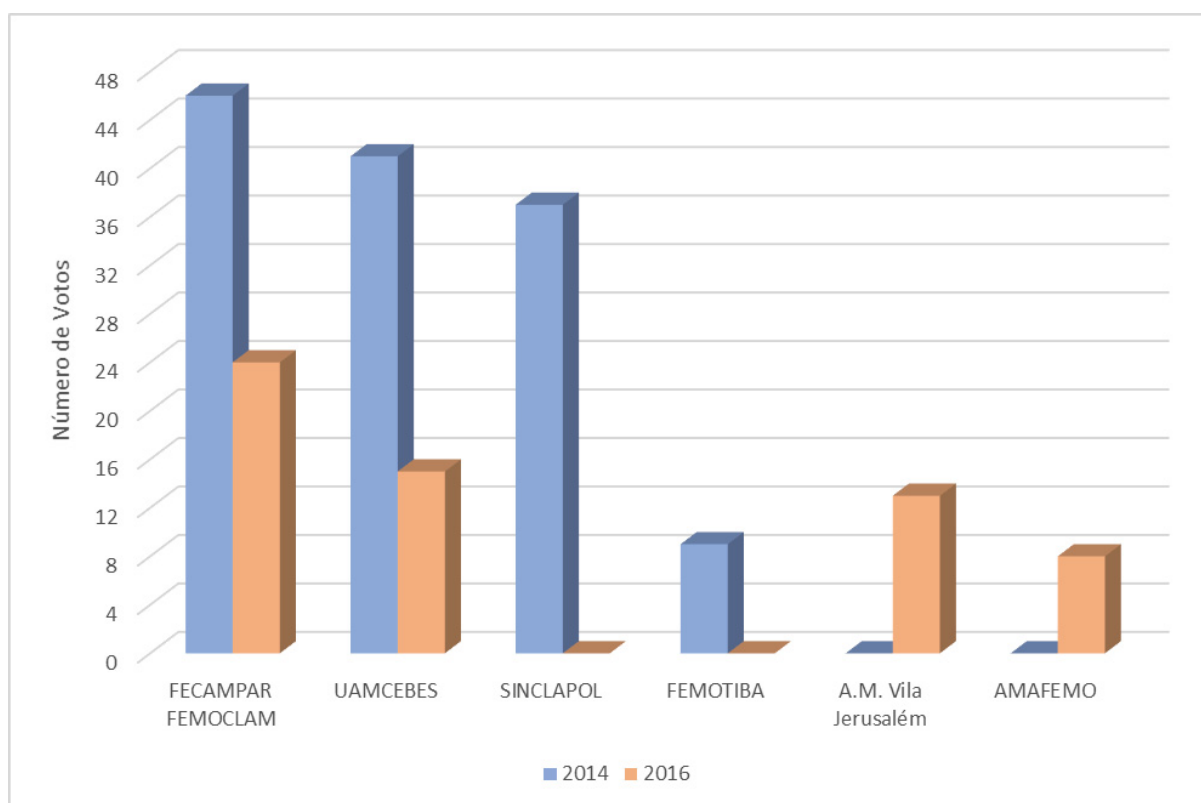
Em ambos os gráficos, percebe-se uma ascensão de influência da entidade UAMCEBES e especialmente da FEMOCLAM. Apesar de entidades inscritas acrescerem a influência de ambas, como apresenta o Gráfico 1, a prática demonstrou um ambiente de

retração da UAMCEBES ao mesmo tempo de aumento da influência da FEMOCLAM, que foi a única OSC que alcançou aumento efetivo de uma eleição para a outra, como aponta o Gráfico 2.

A FEMOTIBA aparenta não compor este quadro de articulações nos momentos das eleições, o que lhe gerou um cenário de forte diminuição de influência quando comparados os dados de 2014 e 2016, constantes nos Gráficos 1 e 2. Esta entidade aparenta ser adversária política do grupo anteriormente citado, o que foi reforçado com a observação do Vereador que presidia a sessão de votação, quando aludiu uma adversidade entre elas ao compará-las a times de futebol adversários, em tom jocoso, após o equívoco de trocar seus nomes.<sup>58</sup>

O Gráfico 3 ilustra como ficaram os quantitativos de votos recebidos pelas entidades maiores na primeira fase em ambos os processos eleitorais.

GRÁFICO 3 - RESULTADOS DAS FASES DE ESCOLHA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL



Fonte: elaboração do Autor, com base nos arquivos da Câmara Municipal de Curitiba.

<sup>58</sup> “(...) O Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, nos termos do disposto no Artigo 64 da Lei Orgânica do Município e Lei 14.223 de 7 de janeiro de 2013, torna público no processo de eleição do Ouvidor de Curitiba os três integrantes da Comissão Eleitoral que representarão a Sociedade Civil Organizada: Federação Comunitária das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana, FEMOTIBA (...), é... é FEMOCLAM. Isso é que nem chamar o Athletico de Curitiba (...)” (Parte final do áudio da reunião de 1ª fase da Eleição, em 28/11/2014).

Ao fim destas primeiras fases, atingiu-se o resultado esperado em consonância com a apontada influência das duas maiores entidades. Para a Comissão Eleitoral de 2014 foram eleitas as seguintes OSC's: FEMOCLAM, UAMCEBES e SINCLAPOL. Para a Comissão de 2016 foram eleitas a FECAMPAR, que se identifica com a FEMOCLAM, como já informado anteriormente; a Associação de Moradores e Amigos da Vila Jerusalém e a UAMCEBES. Esta última foi voluntariamente substituída pela AMAFEMO.

Visando candidatar-se ao cargo de Ouvidor, o dirigente da UAMCEBES retirou a entidade da Comissão Eleitoral, abrindo vaga à AMAFEMO participar.<sup>59</sup> Com tal ato, aparenta-se estar presente mais um item de reforço ao viés de preponderância que os dirigentes das entidades maiores promoveram nas primeiras fases dos processos eleitorais da Ouvidoria. Ingressando na segunda fase da eleição, o dirigente teoricamente teria uma maior facilidade na composição de votos da Comissão Eleitoral oriundos das OSC, haja vista a estreita ligação entre elas, como até então analisado. Na prática, o direcionamento de votos ocorreu em parte. O dirigente da UAMCEBES alcançou dois dos três votos oriundos das OSC's Associação dos Moradores e Amigos da Vila Jerusalém e da AMAFEMO, mas não da FECAMPAR.<sup>60</sup>

Em sentido oposto, a FEMOTIBA nem chegou a participar do processo em 2016. Alcançando um baixo índice de votação em 2014, cerca de um quarto de votos que recebeu o terceiro colocado, contava com apenas uma única entidade com alguma ligação no pleito de 2016, o que pode indicar um dos porquês da não participação.

As composições destas primeiras fases servem para inferir que o formato estabelecido pela lei não atinge sua finalidade participativa na íntegra. Tal fato não ocorre apenas por uma baixa demanda relativa mas, em especial, pela forma com que a maioria das OSC's exprimem sua vontade. Ou, melhor, como exprimem uma vontade multifacetada, em conjunto com entidades maiores que exercem influência.

As segunda e terceira fases dos processos eleitorais da Ouvidoria não serão abordadas com a profundidade ora efetuada à primeira. Os processos decisórios das segundas fases mesclam questões técnicas, atitudes e vieses ideológicos. Na última fase, com a votação dos vereadores, incorporam-se às questões técnicas os fundamentos políticos e os ideológicos.

---

<sup>59</sup> Ofício nº 49, de 18 de novembro de 2015.

<sup>60</sup> Votação ocorrida em 5 de dezembro de 2016, na Câmara de Curitiba, cujo resultado consta no Relatório Resumido da reunião de segunda fase, contemporâneo ao Edital nº 9/2016.

Em ambas as fases, os aspectos são somados ao ponto de impossibilitar abordagem na específica avaliação institucional que se pretende estabelecer neste trabalho.

### 5.2.2 Atividades da Câmara em parte da década de 2010 em que subsistiu a Ouvidoria

As disputas à conformação do órgão não cessaram com as realizações das eleições. Pelo contrário. Em razão disso, outro momento deve ser analisado em separado, que é aquele de parte da década que compreende o período de exercício do Ouvidor eleito.

O que se denomina período de execução do órgão sofreu um propositado alargamento para os fins deste presente estudo. Ele abarcará também o início do mandato parlamentar 2013-2016, que contou com muitas adequações das normativas sobre o tema, o que fornece informações que demonstram o clima conturbado com que a Ouvidoria estava sendo encarada pelos vereadores em exercício no Legislativo municipal.

O Quadro 7 lista cronologicamente algumas das proposições relacionadas ao tema desde o início de 2013 até o final de 2019, ano em que se ressignificou o órgão junto ao ambiente interno do Legislativo.<sup>61</sup> O levantamento efetuado considera data como a de efetivo protocolo da proposição, ao mesmo tempo em que considera apenas seu *input* no processo legislativo, ou seja, não significando a continuidade processual ou a sua aprovação. A pretensão é de primeiro esclarecer parte do embate entre as forças políticas para, em um segundo momento, se abordar o *outcome*, quando interessante ao estudo.

---

<sup>61</sup> Continuando com a mesma metodologia empregada no Quadro 3 (seção 5.1), o início do recorte temporal ora utilizado (ano de 2013) é o ano após a aprovação das principais normas que deram concretude à Ouvidoria. Disponível em <https://www.cmc.pr.gov.br/wspl>.



QUADRO 7 - TRABALHO NO PARLAMENTO MUNICIPAL SOBRE A OUIDORIA, DE 2013 A 2019

DATA	PROPOSIÇÃO	CONTEÚDO	PROponente
22/03/2013	054.00009.2013	Utilização dos horários Grande Expediente e Explicações Pessoais, destinados ao Ovidor Geral da União e a Professor da UFPR	Comissão Executiva
22/03/2013	077.00075.2013	Votos de Congratulação e Aplausos ao Professor Doutor que participou da criação da Ouidoria em 1986	Paulo Salami
22/03/2013	077.00074.2013	Votos de Congratulações ao Dr. Romão, Ovidor Geral da República	Paulo Salami
9/4/2013	001.00005.2013	Altera a Lei Orgânica para impedir a candidatura a Ovidor ao recente exercente de mandato ou cargo em conflagra	Diversos Vereadores
06/06/2013	062.00225.2013	Questionamentos à Secretaria de Saúde sobre Unidades de Saúde 24h, incluindo o número de reclamações via Ouidoria.	Cristiano Santos
26/07/2013	005.00321.2013	Rege a criação de Programa de Prevenção às Doenças, Entre pacientes e 857/2012, que a atividade das escolas de Curitiba, criando Ouidoria para assuntos especiais a orientar alunos, professores e pais de alunos	Draoz Moreira
02/09/2013	005.00366.2013	Alteração da Lei nº 14.223/2013, para impedimento de candidatura à Ouidoria daquele que tenha exercido cargo em comissão ou mandato	Tico Kuzma
07/10/2013	005.00420.2013	Alteração da Lei nº 14.223/2013, para alteração textual, parte do processo de eleição e assessoria do Ovidor	Comissão Executiva
08/10/2013	004.00004.2013	Cria a Resolução que disciplina os procedimentos, prazos e requisitos para a escolha do Ovidor de Curitiba, conforme a Lei	Comissão Executiva
22/10/2013	031.00045.2013	Substituto geral para alteração da Lei nº 14.223/2013, para impedimento de candidatura à Ouidoria daquele que tenha exercido cargo em comissão ou mandato	Tico Kuzma
11/11/2013	034.00049.2013	Emenda modificativa à alteração da Lei nº 14.223/2013, para alteração textual, parte do processo de eleição e assessoria do Ovidor	Comissão de Legislação, Justiça e Redação
12/12/2013	031.00063.2013	Substituto geral à alteração da Lei nº 14.223/2013, para alteração textual, parte do processo de eleição e assessoria do Ovidor	Comissão Executiva
13/12/2013	036.00020.2013	Subemenda ativa ao substitutivo geral de alteração da Lei nº 14.223/2013, para alteração textual, parte do processo de eleição e assessoria do Ovidor	Tico Kuzma
13/12/2013	036.00021.2013	Subemenda ativa ao substitutivo geral de alteração da Lei nº 14.223/2013, para alteração textual, parte do processo de eleição e assessoria do Ovidor	Tico Kuzma
13/12/2013	034.00061.2013	Emenda modificativa ao Projeto de Resolução que disciplina os procedimentos, prazos e requisitos para a escolha do Ovidor	Tico Kuzma
17/02/2014	062.00053.2014	Requerimento de informações ao Prefeito Municipal, solicitando as seguintes informações sobre a implantação do Canal Cidadania e indicação de Ovidor à fiscalização	Professora Josete
04/04/2014	064.00005.2014	Requerimento de informações sobre a implantação da Ouidoria	Tico Kuzma
05/05/2014	005.00110.2014	Altera o período a eleição do Ovidor na Lei 14.223, de 07 de janeiro de 2013, que cria a ouvidoria	Comissão Executiva
19/05/2014	005.00123.2014	Rege a implantação de medidas de informação à gestante e a parturiente sobre a política nacional de atenção obstétrica e neonatal, com facilitação de acesso à Ouidoria hospitalar	Jorge Bernardi
08/12/2014	054.00015.2014	Requerimento de utilização do horário do Ordem do Dia, Grande Expediente e Explicação Pessoal para realização da eleição do Ovidor do Município	Comissão Executiva
16/03/2015	001.00001.2015	Revoga o artigo 64 e seus incisos da Lei Orgânica do município de Curitiba	Diversos Vereadores (21 proponentes)
16/03/2015	005.00049.2015	Revoga a Lei Ordinária nº 14.223 de 07 de Janeiro de 2013, que cria a ouvidoria do município de Curitiba	Diversos Vereadores
17/03/2015	071.00002.2015	Requerimento de regime de urgência à proposição que revoga a Lei Ordinária nº 14.223/2013, que cria a ouvidoria do município de Curitiba	Diversos vereadores proponentes (20)
17/03/2015	071.00003.2015	Requerimento de regime de urgência à proposição que revoga a Lei Ordinária nº 14.223/2013, que cria a ouvidoria do município de Curitiba	Diversos vereadores proponentes (20)
07/10/2015	054.00015.2015	Requerimento de utilização do horário do Grande Expediente à Audiência Pública da Ouidoria Municipal, para que fique a prestação de contas das atividades realizadas até o momento	Comissão Executiva
21/03/2016	005.00015.2016	Dispõe sobre a estrutura organizacional da Câmara Municipal de Curitiba, inserindo a Ouidoria como órgão autônomo de controle	Comissão Executiva
21/03/2016	004.00002.2016	Dispõe em Resolução sobre a estrutura organizacional da Câmara Municipal de Curitiba, inserindo a Ouidoria como órgão autônomo de controle	Comissão Executiva

Fonte: elaborado pelo Autor, com base no Sistema de Proposições da Câmara Municipal de Curitiba.

DATA	PROPOSIÇÃO	CONTEÚDO	PROponente
11/04/2016	076.00010.2016	Requerimento de utilização do espaço da Tribuna Livre para que o Ovidor faça uso da palavra	Comissão Executiva
31/05/2016	099.00001.2016	Sugestão legislativa à Câmara para plano de incentivo do sistema de transporte coletivo para Curitiba, disponibilizando aos usuários acesso às Ouidorias	Fundação Wilson Marcolino Filho
16/11/2016	062.00348.2016	Requerimento à Ouidoria Municipal de Curitiba de acesso integral aos registros circunstanciados das atividades e resultados obtidos	Professora Josete
27/01/2017	005.00078.2017	Altera a Lei nº 14.223/2013, que cria a Ouidoria, para estabelecer o registro em sistema eletrônico da Câmara e igualar subsídios do Ovidor aos dos Vereadores	Dr. Wolmir
27/03/2017	062.00158.2017	Requerimento de informações sobre o funcionamento e o desempenho da Ouidoria	Diversos Vereadores proponentes (05)
03/04/2017	064.00008.2017	Requerimento de informações sobre a situação de vacância na Ouidoria de Curitiba	Professora Josete
29/05/2017	201.00387.2017	Sugestão ao Executivo Municipal para a criação da Ouidoria do Servidor, a recepcionar sugestões e soluções para pequenos problemas cotidianos na execução dos serviços	Maria Letícia
26/11/2018	203.00182.2018	Sugestão de ato administrativo ou de gestão ao Executivo de criação de Ouidoria e acolhimento, no âmbito da Casa da Mulher Brasileira, de mulheres que sofrem violência obstétrica	Maria Letícia, Gaura
06/12/2018	302.00004.2018	Emenda ao Projeto de Lei Ordinária que Estima a Receita e Despesa do Município em 2019, contendo os valores à manutenção da Ouidoria no legislativo	Diversos vereadores
26/03/2019	001.00002.2019	Revoga o art. 64 da Lei Orgânica Municipal, extinguindo a Ouidoria	Diversos vereadores
26/03/2019	005.00051.2019	Revoga a Lei Municipal nº 14.223/13, extinguindo a Ouidoria de Curitiba e criando a Ouidoria do Legislativo na estrutura da Câmara	Comissão Executiva
26/03/2019	004.00001.2019	Regulamenta por Resolução atribuições da estrutura organizacional da Lei Municipal nº 10.131/00 disciplinando sobre a função do Ovidor do Legislativo	Comissão Executiva
22/04/2019	033.00004.2019	Emenda Supressiva ao Projeto de Resolução que regulamenta atribuições da Ouidoria na estrutura organizacional da Câmara Municipal de Curitiba	Comissão de Constituição e Justiça
27/05/2019	031.00033.2019	Substituto geral ao Projeto de Lei que dispõe sobre as atribuições da Ouidoria na estrutura organizacional da Câmara Municipal de Curitiba	Comissão Executiva
03/06/2019	036.00007.2019	Subemenda supressiva ao substitutivo geral no Projeto de Lei que dispõe sobre as atribuições da Ouidoria na estrutura organizacional da Câmara Municipal de Curitiba	Diversos vereadores
03/06/2019	036.00008.2019	Subemenda supressiva ao substitutivo geral no Projeto de Lei que dispõe sobre as atribuições da Ouidoria na estrutura organizacional da Câmara Municipal de Curitiba	Diversos vereadores
03/06/2019	036.00001.0.2019	Subemenda ao substitutivo geral no Projeto de Lei que dispõe sobre as atribuições da Ouidoria na estrutura organizacional da Câmara Municipal de Curitiba	Diversos vereadores
03/06/2019	036.00001.3.2019	Subemenda modificativa ao substitutivo geral no Projeto de Lei que dispõe sobre as atribuições da Ouidoria na estrutura organizacional da Câmara Municipal de Curitiba	Diversos vereadores
03/06/2019	036.00001.4.2019	Subemenda ao substitutivo geral no Projeto de Lei que dispõe sobre as atribuições da Ouidoria na estrutura organizacional da Câmara Municipal de Curitiba	Diversos vereadores
04/06/2019	033.00009.2019	Emenda supressiva ao Projeto de Lei que dispõe sobre as atribuições da Ouidoria na estrutura organizacional da Câmara Municipal de Curitiba	Diversos vereadores
04/06/2019	032.00010.2019	Emenda ativa ao Projeto de Lei que dispõe sobre as atribuições da Ouidoria na estrutura organizacional da Câmara Municipal de Curitiba	Diversos vereadores
04/06/2019	032.00009.2019	Emenda ativa ao Projeto de Lei que dispõe sobre as atribuições da Ouidoria na estrutura organizacional da Câmara Municipal de Curitiba	Diversos vereadores
14/06/2019	035.00004.2019	Emenda substitutiva ao Projeto de Resolução que regulamenta atribuições da Ouidoria na estrutura organizacional da Câmara Municipal de Curitiba	Comissão Executiva
02/09/2019	004.00005.2019	Regulamenta por Resolução artigo da Lei Municipal nº 10.131/00 disciplinando sobre a função do Ovidor do Legislativo	Comissão Executiva
30/10/2019	062.00540.2019	Requerimento de informações à Ouidoria da Fundação Estadual de Atenção à Saúde - FEAS	Diversos vereadores
30/10/2019	062.00024.2019	Requerimento de informações à Ouidoria da Central de Atendimento da Prefeitura Municipal de Curitiba	Diversos vereadores
11/12/2019	031.00081.2019	Substituto geral ao Projeto de Resolução que regulamenta atribuições da Ouidoria na estrutura organizacional da Câmara Municipal de Curitiba	Diversos vereadores

Com as informações que este Quadro 7 apresenta, percebe-se que o número de proposições e, em especial, de emendas a projetos centrais em relação à matéria remetem a um embate de forças. É comum ao ambiente legislativo a conciliação de forças políticas, uma espécie de resultado político após debates internos quando há matérias com espectro de maior exposição social. Ausente o consenso preliminar, o debate é levado diretamente à reunião e votação plenária. Exemplo disso são as 11 emendas supressivas, aditivas, modificativas e subemendas apresentadas entre o final de abril e o meio de agosto de 2019.

Tal situação retrata um debate complexo e, ao mesmo tempo, a inexistência de uma composição política interna, tendo em vista que não houve outra saída aos proponentes além de protocolar formalmente um projeto junto ao sistema, na pretensão de prosperarem suas ideias através do debate amplo em sessão plenária.

Em alguns pontos desde o debate da Emenda à Lei Orgânica em 2011 já não era totalmente claro aos parlamentares como seria o funcionamento do órgão. E após aprovada a Lei Ordinária que lhe deu concretude, algumas forças políticas no Parlamento entenderam por bem propor alterações de alguns itens, bem como inserir requisitos eletivos complementares.

Em comparação com o Quadro 3 da seção 5.1, verifica-se um grande aumento de atos parlamentares sobre o tema, ainda mais quando salientado o lapso temporal de ambas. De 2000 a 2012 somam-se 41 eventos para um período de 13 anos, ao passo que de 2013 a 2019 foram 55 eventos no interregno de apenas 7 anos.

Foram as preocupações dos parlamentares quanto à introjeção do Ouvidor na seara política um dos principais motivos ao crescimento de proposições sobre o tema. Exemplificam esta preocupação de não estreitar a relação de membros do Legislativo com a Ouvidoria um Projeto de Lei Ordinária<sup>62</sup> e outro de Emenda à Lei Orgânica<sup>63</sup>, ambos de 2013, para impedir candidatura ao cargo de Ouvidor àquele que nos últimos 12 meses antes do pleito tivesse exercido mandato eletivo, cargo em comissão ou de confiança na administração pública direta e indireta em quaisquer dos Poderes e entes da federação. Houve ainda a

---

<sup>62</sup> Projeto nº 005.00366.2013, Iniciativa: Vereador Tico Kuzma (PROS). Entretanto, o texto apresentado pelo parlamentar não logrou êxito, sendo substituído pelo Projeto nº 031.00063.2013, de Iniciativa da Comissão Executiva, que tratou de outros assuntos.

<sup>63</sup> Projeto nº 001.00005.2013, de iniciativa de diversos Vereadores: Beto Moraes (PSDB), Carla Pimentel (PSC), Chicarelli (PSDC), Colpani (PSB), Helio Wirbiski (PPS), Julieta Reis (DEM), Mauro Ignácio (PSB), Mestre Pop (PSC), Noemia Rocha (PMDB), Pier Petruzzello (PTB), Professor Galdino (PSDB), Rogério Campos (PSC), Sabino Picolo (DEM), Tiago Gevert (PSC), Tico Kuzma (PROS), Valdemir Soares (PRB). O projeto apresentado não logrou êxito em razão de arquivamento por final de legislatura.

apresentação de projeto pretendendo acréscimo de mais uma restrição ao cidadão candidatar-se ao cargo: se estiver for filiado a partido político no momento da inscrição.<sup>64</sup> Os textos de justificativa das primeiras proposições, consignaram que

[...] A Ouvidoria deve ser um órgão autônomo de controle interno e de defesa dos direitos e interesses dos cidadãos. A função do ouvidor esta [sic] vinculada ao Poder Legislativo, mas deve ser independente e o objetivo da proposta apresentada é garantir essa independência, impedindo motivações de natureza política [sic] na escolha do ouvidor.

Sabemos que o Poder Legislativo também tem a função de defender o interesse e os direitos dos cidadãos, assim como sabemos que fiscalizar também é uma das funções dos vereadores. Com a proposta apresentada, pretende-se que o "ouvidor" também exerça estas funções, mas que seja feita de uma natureza mais técnica do que política.

[...] (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2013)

Há algum tempo já se têm sinais no Legislativo sobre a preocupação da confusão de atribuições entre Vereadores e Ouvidor. O cerne da questão foi o mesmo: a ideia de que os vereadores é que detinham a primazia na defesa dos direitos do cidadão e uma função institucional fiscalizatória, como, de fato, preconiza a Constituição da República. Observando a justificativa do projeto acima citada, aparenta-se poder concluir que o exercício de tais funções não eram o cerne da questão, mas sim o cariz político que as atividades da Ouvidoria poderiam absorver.

A preocupação do proponente acima citada é razoável sob certo aspecto. Na sociedade brasileira ainda pairam grandes dúvidas sobre a quem recorrer quando da ocorrência de fatos graves: delegacia policial, Ministério Público, disque denúncia, Tribunal de Contas, dentre outros. Há uma multiplicidade de esferas que levam, não raro, o cidadão à confusão.

Neste mar de possibilidades, encontrando o cidadão um órgão ou autoridade que lhe auxilie ou efetivamente resolva sua demanda, certamente lhe creditará certa valoração. E é bastante possível que esta valoração detenha uma natureza política, quando for o caso, a exemplo de tratar-se de órgão ou autoridade que dependa do voto do eleitor à sua manutenção. Neste sentido aparenta-se crível o fundamento político genérico como o que fora utilizado na justificativa do projeto acima citada.

---

<sup>64</sup> Projeto nº 031.00045.2013, de iniciativa do Vereador Tico Kuzma (PROS). Entretanto, o projeto foi retirado pelo autor, havendo substituição do principal pelo Projeto nº 031.00063.2013, de Iniciativa da Comissão Executiva, que tratou de outros assuntos.

### 5.2.3 Um recorte da evolução do entendimento parlamentar sobre a Ouvidoria

Como fora abordado na seção 5.2, a disputa entre os vários atores no cenário político em 2012 foi branda, permitindo-se a composição entre as diversificadas representações políticas para se conseguir aprovar a Lei principal da Ouvidoria, haja vista a compreensão parlamentar ao encontro da importância que o órgão detém. Entretanto, poucos anos após a aprovação das principais normas no período supramencionado, o entendimento foi alterado em razão da assunção dos membros do novo mandato, com opiniões bem diversas acerca do tema. Ao mesmo tempo, alguns parlamentares se converteram de favoráveis a contrários, passando a fomentar junto aos demais seu particular entendimento sobre as atribuições da Ouvidoria.

Dentro deste entendimento contrário de alguns membros, não estava incluída apenas a inadequada avaliação de custo-benefício à sociedade curitibana, mas também se encontrava presente uma gama de questionamentos acerca de possível introjeção indevida do órgão nas atividades dos parlamentares daquela Casa. Antes mesmo do início de atividades do órgão, que se deu em 2015, a disputa política sobre a matéria cresceu em muito no Parlamento. Ainda em 2013, foram discutidos aprimoramentos nos formatos de trabalho da Ouvidoria, de modo a deixá-lo mais objetivo, haja vista que as normas da Ouvidoria lhe titularizavam atividades que, em tese, poderiam também ser exercidas pelos Vereadores. Um dos registros de debate em sessão plenária aponta a cobrança neste sentido, pois há titularidade também do Vereador à defesa do interesse e os direitos dos cidadãos e para fiscalizar, devendo o Ouvidor exercer também estas funções, mas de forma mais técnica que política.<sup>65</sup>

Nesta mesma sessão plenária, os registros apontam o debate de vários itens sobre a principal Lei à matéria: intenção de manter a independência do cargo, com a restrição temporária de candidatura aos ex-detentores de mandato eletivo e cargo comissionado, evitando motivações de natureza política na escolha do Ouvidor, comparando-a à eleição ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas<sup>66</sup>; pedido de realização de audiência pública para debate com autoridades e sociedade<sup>67</sup>; defesa contra a restrição de ex-parlamentares

---

<sup>65</sup> Ver. Tico Kuzma (PROS) - Notas Taquigráficas da Sessão Ordinária de 16/12/13. As notas taquigráficas mais recentes se encontram disponíveis na aba Sessões Plenárias do Sistema de Proposições Legislativas (SPL) no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Curitiba.

<sup>66</sup> Ibid.

<sup>67</sup> Ver. Chico do Uberaba (PMN).

concorrerem ao cargo, feita por Vereador que concorreu à eleição de 2016<sup>68</sup>; alegação de que o maior ouvidor da Câmara é o Vereador<sup>69</sup>; realização de vários esforços de adiar a análise e a aprovação do projeto<sup>70</sup>; entendimento de despesa sem o respectivo benefício à cidade<sup>71</sup>; mecanismo para tirar poder dos Vereadores<sup>72</sup>; modificação de entendimento de Vereador que defendeu a inserção da Ouvidoria na Lei Orgânica em 1989 quando era presidente da Câmara, mas com a pretensão de extinguir o órgão<sup>73</sup>. Por outro lado, houve defesa direta e indireta do órgão por alguns dos Vereadores<sup>74</sup>.

Ao final de 2013, na seguinte sessão à anteriormente explanada, houve a reiteração de mudança de opinião de um Vereador, que agora entende que o papel do Ouvidor pode ser feito pela Câmara, pedindo a realização de audiência pública para debater o tema, defendendo a extinção e citando outros vereadores em mesmo entendimento.<sup>75</sup> Outro Vereador, que três anos após concorreria ao cargo de Ouvidor, reiterou a defesa do órgão com embate de alegações pela aprovação de projetos<sup>76</sup>.

Semanas antes da eleição de 2015, um dos Vereadores contrários à Ouvidoria fez efusiva explanação em sessão, informando a preocupação de maioria dos Vereadores em terem aprovado a criação da Ouvidoria, nomeando-a de “furada”, reiterando que o Ouvidor são os vereadores da Casa.<sup>77</sup> Em tom conciliador, outro Vereador a defendeu mas esclareceu que se não houver a realização do papel a que foi criada, nas próximas legislaturas poderia ser extinta<sup>78</sup>.

Semanas antes da fase final da eleição de 2015, um dos Vereadores contrários à Ouvidoria apresenta cálculo de um milhão e duzentos mil reais de custo em salários e encargos, conclama os demais a assinarem seu projeto de extinção da Ouvidoria e informa o

---

<sup>68</sup> Ver. Pedro Paulo (PDT).

<sup>69</sup> Ver. Valdemir Soares (PRB).

<sup>70</sup> Ver. Jorge Bernardi (REDE), Ver. Chico do Uberaba (PMN).

<sup>71</sup> Ver. Jorge Bernardi (REDE), Ver. Aldemir Manfron (PP).

<sup>72</sup> Ver. Aldemir Manfron (PP).

<sup>73</sup> Ver. Jorge Bernardi (REDE).

<sup>74</sup> Ver. Tico Kuzma (PROS), Ver. Paulo Salamuni (PV), Ver. Professora Josete (PT), Ver. Jonny Stica (PT), Ver. Serginho do Posto (PSDB).

<sup>75</sup> Ver. Jorge Bernardi (REDE), citando o Ver. Mauro Ignacio (PSB) e o Ver. Chicarelli (PSDC) - Notas Taquigráficas da Sessão Ordinária de 17/12/13.

<sup>76</sup> Ver. Pedro Paulo (PDT).

<sup>77</sup> Ver. Jorge Bernardi (REDE) - Notas Taquigráficas da Sessão Ordinária de 10/03/15.

<sup>78</sup> Ver. Pedro Paulo (PDT).

alcance de 22 Vereadores já aderentes à ideia.<sup>79</sup> Em razão da proximidade da data programada e por estar na lei, houve defesa por integrante da Comissão Executiva para que se realizasse a eleição.<sup>80</sup>

Na sessão de eleição do Ouvidor em 2015 houve apresentação histórica e institucional da Ouvidoria por Manoel Gomes.<sup>81</sup> Apesar disto, um dos Vereadores reiterou a intenção de extingui-la após a fala dos candidatos, sob argumento de que “a Casa já tem 38 ouvidores”, em alusão aos Vereadores, que ouvem os cidadãos.<sup>82</sup> Outro Vereador informou que não votaria em nenhum dos candidatos porque não concordava com as despesas que estavam sendo criadas.<sup>83</sup> Outro vereador alerta que se houvesse interesse de extinção, esta deveria ter sido levada a cabo na legislatura anterior, que criou o cargo, nada havendo o que se fazer àquele momento além de votar.<sup>84</sup> Em resposta a questionamento com a mesma essência do que já havia respondido na sessão do dia anterior, o Vereador que presidia a sessão informou que se fossem realizadas três votações em que não se alcançasse a maioria absoluta, seria considerado que nenhum dos três candidatos foi referendado pelos Vereadores, havendo que encerrar o processo e reiniciá-lo oportunamente.<sup>85</sup> Todavia, tais providências não se encontram expressamente dispostas em lei ou resolução.

No período de execução do órgão, nos anos de 2015 e 2016, os entendimentos contrários ao órgão ganharam força sob certos aspectos. Com questionamentos baseados em conceitos indeterminados, como baixa produtividade, não se levou em conta a normal dificuldade operacional que qualquer órgão sofre no momento inicial de existência, ainda mais quando ausentes paradigmas à sua atuação.

Com o paulatino aumento do conhecimento da Ouvidoria pela população, várias demandas lhe foram canalizadas. Estas, não sendo apresentadas diretamente ao parlamentar, aparenta ter sido um dos grandes descréditos que o órgão sofreu perante os Vereadores.

---

<sup>79</sup> Ver. Jorge Bernardi (REDE), informando já contar à extinção da Ouvidoria com 22 assinaturas: Ver. Dona Lourdes (PSB), Ver. Carla Pimentel (PSC), Ver. Noemia Rocha (PMDB), Ver. Sabino Picolo (DEM), Ver. Dirceu Moreira (PSL), Ver. Jairo Marcelino (PSD), Ver. Tito Zeglin (PDT), Ver. Hélio Wirbiski (PPS), Ver. Professor Galdino (PSDB), Ver. Tiago Gevert (PSC), Ver. Mauro Ignacio (PSB), Ver. Chico do Uberaba (PMN), Ver. Chicarelli (PSDC), Ver. Mestre Pop (PSC), Ver. Tico Kuzma (PROS), Ver. Aldemir Manfron (PP), Ver. Colpani (PSB), Ver. Beto Moraes (PSDB), Ver. Zé Maria (SD), Ver. Valdemir Soares (PRB), Ver. Toninho da Farmácia (PDT) - Notas Taquigráficas da Sessão Ordinária de 17/03/15.

<sup>80</sup> Ver. Paulo Rink (PR).

<sup>81</sup> Notas Taquigráficas da Sessão Ordinária de 26/03/15.

<sup>82</sup> Ver. Valdemir Soares (PRB).

<sup>83</sup> Ver. Sabino Picolo (DEM).

<sup>84</sup> Ver. Mestre Pop (PSC).

<sup>85</sup> Ver. Ailton Araújo (PSC).

Neste momento do início de atividades da Ouvidoria, Ramiro Luz (2020, p.6) expressou em entrevista entender por uma divisão em três grupos de Vereadores com opiniões diferentes. Sob mesmo questionamento estimulado, concordou Salamuni (2020, p.7) que, a grosso modo, neste primeiro momento as forças políticas se agrupavam da seguinte forma: 20% eram a favor de sua instituição, 20% eram contrários e os restantes 60% não esboçavam contrariedade à Ouvidoria, mas não entendiam o valor da participação. Entretanto, com o início das atividades do órgão, a preocupação com uma pretensa identidade de funções foi sentida por alguns dos Vereadores que compunham o grupo majoritário.

De forma positiva na semana seguinte à eleição, já houve manifestação de Vereador convidando o Ouvidor para apoiar um trabalho seu em questões que há anos se arrastavam na região da Rodovia do Barigui.<sup>86</sup> Por outro lado, outro Vereador denominou o Ouvidor como o super-vereador que iria trabalhar na Câmara.<sup>87</sup>

Com cinco meses de atuação, um Vereador em sessão plenária registrou a presença do Ouvidor no recinto e, demonstrando uma postura de aceitação e cobrança, o convidou para usar da tribuna para relatar seu trabalho. O Vereador colocou-se à disposição para ouvir e auxiliar e, por fim, informou que não havia sido recebido relatório de atividades da Ouvidoria.<sup>88</sup>

Em sessão plenária com audiência de prestação de contas ao final de 2015, o Ouvidor absorveu a ideia supramencionada e resolveu explanar seu trabalho nos seis meses de atividade em plenário. Após ouvir sobre o trabalho realizado, foram recebidos elogios de alguns Vereadores, havendo quem expressasse sua atividade como exatamente o mesmo procedimento que os Vereadores realizam.<sup>89</sup> O Ouvidor informou sobre a primeira recomendação ao Executivo, que tratava sobre a criação de sistema a coibir a falta de boas práticas de posturas urbanas, como o barulho excessivo e a ocupação dos espaços. Outra das recomendações foi sobre o serviço funerário em que se verificou não haver informações nítidas, visíveis sobre serviços obrigatórios e facultativos, dos preços e condições. Explanou sobre a realização de convênios com o Tribunal de Contas, com a OAB, com a Procuradoria Geral de Justiça, com a Corregedoria do Estado e a Ouvidoria Geral do Estado. Por fim, informou sua dificuldade financeira referente à divulgação e, na mesma forma que extraído

---

<sup>86</sup> Ver. Toninho da Farmácia (PDT) - Notas Taquigráficas da Sessão Ordinária de 30/03/15.

<sup>87</sup> Ver. Professor Galdino (PSDB).

<sup>88</sup> Ver. Zé Maria (SD) - Notas Taquigráficas da Sessão Ordinária de 10/08/15.

<sup>89</sup> Ver. Mauro Ignacio (PSB) - Notas Taquigráficas da Sessão Ordinária de 21/10/15.



de uma das entrevistas concedidas neste trabalho, de haver grande problema em potencializar a divulgação em razão de o órgão não deter estrutura para fazer frente à demanda (BARBOSA, 2020). Um dos Vereadores sugeriu que a Ouvidoria não mandasse sugestão ao Executivo diretamente, mas através dos Vereadores, sob o fundamento de dotá-la de mais força.<sup>90</sup>

Em uma sessão em março de 2016, um dos Vereadores contrários ao órgão informou em plenário os gastos da Ouvidoria referentes a viagem, efetuando comparação de que este órgão teve um custo equivalente a quinze vereadores. Este mesmo Vereador informou que a Ouvidoria estava assumindo o papel dos Vereadores realizando audiências públicas, função de parlamentar.<sup>91</sup>

Em sessão prévia à eleição de 2016, um dos Vereadores apresentou o relatório emitido do trabalho da Ouvidoria neste primeiro período de atividade e reiterou que vários dos itens ali dispostos eram, na verdade, trabalho do Vereador. Ainda, que o Ouvidor era o 39º Vereador, aludindo que este estava, em realidade, usurpando-lhes funções. Expressou o desejo da ausência de quórum na sessão seguinte de eleição ou que, fracassada a tentativa de alcançar maioria absoluta, iniciaria um projeto com apoio de vários Vereadores pela extinção do órgão.<sup>92</sup> Em defesa do órgão, falou um dos Vereadores que dominavam o tema.<sup>93</sup>

Na sessão de eleição do Ouvidor em 2016 um dos candidatos em sua sustentação indicou uma Vereadora com a pretensão de extinguir o cargo.<sup>94</sup> Um grupo de Vereadores concordou em transferir ao próximo mandato a escolha do titular, em razão de não se ter atingido maioria absoluta nas duas primeiras votações. Um dos Vereadores, defendendo a continuidade do processo eleitoral, alerta de que os Vereadores não queriam votar e havia algum motivo para não quererem votar<sup>95</sup>, entendendo este autor de que a forma implícita de não ter alcançada a maioria absoluta em duas votações serviu apenas de um estratagema ao atingimento de uma pretensão não expressa. Com a terceira rodada de votação sem atingimento da maioria absoluta a algum dos candidatos, foi suspensa a eleição pois, dos 30

---

<sup>90</sup> Ver. Sabino Picolo (DEM).

<sup>91</sup> Ver. Jorge Bernardi (REDE) - Notas Taquigráficas da Sessão Ordinária de 09/03/16.

<sup>92</sup> Ver. Jorge Bernardi (REDE) - Notas Taquigráficas da Sessão Ordinária de 07/12/16.

<sup>93</sup> Ver. Paulo Salamuni (PV).

<sup>94</sup> Direcionado à Ver. Julieta Reis (DEM) - Notas Taquigráficas da Sessão Ordinária de 08/12/16.

<sup>95</sup> Ver. Pier Petruzzello (PTB).



presentes, apenas 9 votos foram contrários à suspensão<sup>96</sup>. Apesar dos protestos de alguns Vereadores<sup>97</sup>, isto significou na prática um sobrestamento do instituto. E o resultado após tal decisão não foi positivo.

Poucos dias após a suspensão do processo eleitoral, a Casa Legislativa ainda debatia o feito em plenário, havendo Vereadores que pugnavam pela irregularidade da decisão tomada.<sup>98</sup> Um dos Vereadores contrários ao órgão alertou o equívoco da ausência de representante da oposição na Comissão Eleitoral, justificado pelo fato de um dos candidatos a Ouvidor ser atualmente Vereador e líder do Prefeito na Casa. Aquele, por fim, reiterou a necessidade de extinção da Ouvidoria, sob alegação de ser uma central 156, um gabinete de um Vereador que anota reivindicações, um Vereador de luxo que ganha mais que todos os Vereadores, tem 13º salário, férias, e fazer um trabalho insignificante em razão do custo. Relembrou que no passado defendeu a inserção do órgão na Lei Orgânica enquanto era presidente da Câmara mas, mudada sua compreensão, percebeu que a Ouvidoria é um jogo de cartas marcadas e que em nada contribui ao aperfeiçoamento da democracia.<sup>99</sup>

Quatro protagonistas relacionados à época da concretização e da efetiva atividade da Ouvidoria foram entrevistados sobre a compreensão dos Vereadores sobre o órgão, bem como sobre a composição de setores sociais ou políticos contra. Todos foram unânimes em apresentar respostas pouco positivas no que se refere à compreensão no Parlamento.

À época da aprovação das principais normas da Ouvidoria, era presidente da Casa Paulo Salamuni que, em entrevista, explicou que “os vereadores não conseguiam compreender com profundidade esta importância histórica que nós nos referimos da ouvidoria” (2020, p.6), haja vista que boa parte são leigos em termos de legislação e de instituições. Informou que eles imaginavam que seriam substituídos pelo Ouvidor, com uma função que seria deles. Apontou que havia um grupo contrário e “os que não eram contrários, necessariamente não eram favoráveis ao extremo à instituição porque também tinham dúvidas sobre o funcionamento” (Ibid.), havendo um processo de compreensão com o tempo. Entretanto, afirma que ao final do mandato em 2016, os parlamentares contrários ao órgão cooptaram os duvidosos e, por tal, a segunda eleição ao cargo não foi finalizada.

---

<sup>96</sup> Votação no Requerimento Verbal formulado pelo Ver. Chico do Uberaba (PMN) visando transferir a votação para o próximo mandato. Tratando-se de procedimento simbólico, não há como se identificar nominalmente.

<sup>97</sup> Ver. Professora Josete (PT), Ver. Paulo Salamuni (PV), Ver. Pier Petruzzello (PTB).

<sup>98</sup> Ver. Professora Josete (PT), Ver. Paulo Salamuni (PV) - Notas Taquigráficas da Sessão Ordinária de 12/12/16.

<sup>99</sup> Ver. Jorge Bernardi (REDE).

No momento de concretização do órgão, três pessoas assumiram o encargo de torná-lo real, apesar de inexistirem parâmetros anteriores a servir de paradigma. Como assessor aplicado à área de informática, Ramiro Luz (2020, p.6) expressou que o entendimento dos parlamentares era “bem diverso, porque alguns vereadores encaravam a Ouvidoria como um outro vereador concorrendo às eleições. Encaravam como se fosse uma usurpação do poder de vereador.”. Luz complementa que outros a entendiam como só um desperdício financeiro, mas outros apoiavam, ao ponto de ela ser criada, concordando que eram três opiniões diferentes.

Como ex-coordenador do órgão, o entrevistado Carlos Barbosa (2020, p.5) respondeu um não como pronta resposta ao ser questionado se os Vereadores entenderam o que é a Ouvidoria. Para ele, alguns Vereadores a perceberam como algo diferente, mas outros sentiram como uma tentativa de lhes tirar espaço ao receber demandas da sociedade, em especial quando a localidade (bairros ou regiões) em que o Ouvidor estava atuando era base eleitoral do parlamentar. Reiterou a fala de parlamentares de que o Ouvidor seria mais um Vereador e que alguns entendiam o trabalho, mas eram a minoria. Como ex-titular e responsável pelo órgão, o entrevistado Clóvis Costa (2020, p.8) acredita que a maioria não compreendeu e que, provavelmente, apenas 40% tenham compreendido.

Complementando o tema com um ponto de vista externo à Administração, Manoel Gomes (2020, p.7) respondeu em entrevista não imaginar haver setores sociais contra, ao contrário de políticos. Analisando o longo período desde a inserção na Lei Orgânica, aduz que “todo esse período ela esteve latente, precisamente por conta de uma certa resistência da classe política porque se confunde, entende-se que o ouvidor, de alguma forma, competirá com os vereadores, com os membros do legislativo” (Ibidem).

Numa análise paralela a realidades observadas em outro importante mecanismo de participação social - o Orçamento Participativo - Wagner Romão (2011) apresenta um quadro com similar característica encontrada na relação entre o Poder Legislativo e a Ouvidoria de Curitiba. Em uma experiência no interior do RJ, sustenta que

O OP é inicialmente visto como expressão da cultura política democrática, mas que teria perdido força por pressão dos vereadores. Na articulação do OP com a sociedade política local, “os representantes da sociedade civil [...] se contaminaram pela lógica do favor existente como prática habitual” (Neves, 2008, p. 178). Instituiu-se o chamado Mutirão Democrático, pelo qual uma vez que não fosse possível a execução do que fora aprovado no OP, havia um “apadrinhamento” das obras pelo vereador de base política no bairro, em concordância com a associação de moradores local e a prefeitura. (...) Permanece a explicação do fracasso ou equívoco dos OPs pelas carências da sociedade civil ou pela ausência de vontade política dos governos municipais, tíbios no confronto com os ranços da política tradicional. (ROMÃO, 2011, p. 225-226)

A seção 5.4 deste trabalho, além de continuar o raciocínio sobre o entendimento negativo que foi se construindo no Parlamento, ainda aborda a consequência prática da adoção de uma compreensão equivocada. Antes disto, faz-se uma análise de partes do caminho trilhado pelo órgão com o fito de aferir a adequação do meio ao resultado prático alcançado após todo o processo: sua dissolução enquanto órgão do município.

### 5.3 RESULTADOS PRELIMINARES DA ATIVIDADE DA OUVIDORIA EM VINTE MESES

Empossado em 1º de abril de 2015, o Ouvidor eleito iniciou imediatamente os trabalhos, mas não encontrou uma estrutura minimamente adequada à demanda que viria. Com vinte meses em sua titularidade, Clóvis Costa (2020, p.2) explicou que o órgão iniciou do zero em uma sala do pátio de garagem da Câmara, estruturando-o aos poucos e com apoio mínimo do presidente à época.

Para iniciar suas atividades, o pessoal especializado (informática e coordenação) oriundo do quadro da Câmara teve até que carregar móveis para o local disponibilizado à Ouvidoria (LUZ, 2020, p.2). Entretanto, mesmo não detendo conhecimentos específicos, as expectativas e motivações estavam em excelentes patamares. Estavam direcionadas ao que os entrevistados presumiam ser a essência do instituto - conciliar (Ibid., p.1) - somadas ao sentimento de desafio e pretensão de agilizar o atendimento às necessidades sociais (BARBOSA, 2020, p.1).

Como canais de comunicação disponíveis aos cidadãos, havia o sistema de atendimento presencial, o número telefônico, o portal e a rede social na internet, em ordem crescente de maior utilização, sendo que o primeiro contava apenas com 5 a 10% (BARBOSA, 2020; LUZ, 2020; COSTA, 2020). O formulário no sítio eletrônico continha um sistema de *feedback*, em que a cada resposta adicionada à demanda gerava um e-mail automático ao solicitante (LUZ, 2020).

Na entrevista, dois dos três agentes que atuaram na Ouvidoria expuseram entendimentos diferentes sobre o tema cujo tratamento foi mais bem-sucedido no órgão. Carlos Barbosa (2020, p.3) citou a iluminação pública, apoiando a central 156 e cobrando da Secretaria de Obras o desencontro de informações e sobre a realização ou não dos serviços. Clóvis Costa (2020, p.5) citou as discussões sobre o transporte público e atribuições da

URBS, questões de educação, da juventude, das periferias, bem como o de iluminação pública.

Para efeito de comparação, Paulo Salamuni (2020, p.7) discorreu sobre o tema mais bem-sucedido à época de 1986, afirmando ter sido o debate dela mesma. Para tal, explanou sobre um congresso de *Ombudsman* realizado em Curitiba e que atraiu profissionais de várias partes do mundo. Alertou que o debate sobre esta instituição não era usual, não era do dia-a-dia do cidadão, mas começou a se incorporar nele. De forma paralela, interessante trazer em análise a observação feita por Carlos Barbosa (2020, p. 8-9) sobre a propaganda da Ouvidoria de 2015 sobre si. O entrevistado alertou para uma linha muito tênue sobre o esforço de propaganda do órgão e a exaustão de recursos. Explicou que com este aumento, muito provavelmente haveria mais demandas, o que, por sua vez, esbarraria no limite estrutural do órgão, gerando atrasos ou incapacidade de respostas.

Questionados quanto à existência de metas institucionais e a execução da atividade com base em relatórios de atividades realizadas por outros órgãos, Ramiro Luz (2020, p.4) afirmou desconhecer. Carlos Barbosa (2020, p.4) direcionou para a ideia de que a prefeitura não deu importância à Ouvidoria, o que atrapalhou contato para acesso a relatórios de outros órgãos, como o 156. Clóvis Costa (2020, p.6) informou que havia o acompanhamento de prestações de contas da saúde, educação, transporte coletivo, dentre outros, buscando questionar a prefeitura sobre aquelas metas.

Quanto à relação com a imprensa, Costa (2020, p.8) afirmou que ela abriu as portas, ajudando bastante na divulgação e efetuando várias cobranças de posicionamentos para problemas da cidade. Barbosa (2020, p.9) informa que acompanhavam o dia-a-dia da Ouvidoria, reiterando como necessária ao atingimento do objetivo do órgão.

Importante questionamento foi efetuado aos operadores da Ouvidoria quanto à avaliação da estrutura, de capacitação e de pessoal. Luz (2020, p.2,3,5) explana de forma assertiva sobre a falta de pessoal, salientando até uma espécie de desvio de funções, na medida em que para atendimento de telefonemas tinham que parar seus trabalhos especializados, objetivo de suas posições no órgão. Quanto à capacitação, negou a existência de treinamento específico para Ouvidorias, direcionando-se a curso gratuito no sítio eletrônico do Senado Federal. Em mesma sintonia quanto a pessoal, Barbosa (2020, p.1) reiterou a questão como precária, acrescentando o inadequado espaço físico ao órgão. Sobre capacitação, Barbosa usou a mesma forma que Luz, buscando cursos gratuitos no sítio eletrônico do Senado, também participando de encontros e seminários sobre atendimento no serviço público (Ibidem). Costa (2020, p.3) direcionou a resposta à ideia de que apesar da

teórica autonomia financeira da Ouvidoria, na prática isso não se confirmou. Explica que havia análise prévia das necessidades da Ouvidoria pelo presidente da Câmara, que as dispunha de acordo com sua própria avaliação, seu bom humor. Em similar posicionamento dos demais, Manoel Gomes (2020, p. 10) entende que a Câmara “não levou a sério o instituto, não deu ao instituto a merecida atenção, merecida infraestrutura, de modo a viabilizar que a ouvidoria realmente fosse para os cidadãos curitibanos o que em princípio ela deveria ser”.

De forma paralela à estrutura, houve o questionamento sobre a receptividade das demandas administrativas da Ouvidoria feitas à Câmara, cujas respostas pouco positivas foram unânimes. Barbosa (2020, p.2) qualificou de péssima, em primeira palavra. Costa (2020, p.3) também salientou a dificuldade, informando que praticamente não realizou gastos, a exemplo de panfleto explicativo, duas viagens a Brasília e uma capacitação em Florianópolis. Salientando sobre o fornecimento de insumos de escritório, Luz (2020, p.5-6) afirma que a Ouvidoria, respeitando as regras da Câmara, tinha restrição de cotas igual a todos os outros setores, tratada como um gabinete de Vereadores, não de forma autônoma mas subordinada.

A ausência de meios geralmente tem impacto nos resultados. Questionados sobre o grau em que isso se concretizou na Ouvidoria, Costa (2020, p.4) respondeu que “evidentemente que atrapalhou bastante, a gente poderia ter feito muito mais se houvesse respeito ao que a própria lei orgânica determina, mas não foi o caso”. Barbosa (2020, p.3) afirma que a estrutura reduzida sem dúvida atrapalhou o trabalho.

Perguntados sobre o volume de recomendações emitidas pela Ouvidoria, os entrevistados não souberam dar o número exato, tramitando no montante aproximado de cinco (LUZ, 2020, p.4) a dez (BARBOSA, 2020, p.4) recomendações emitidas.

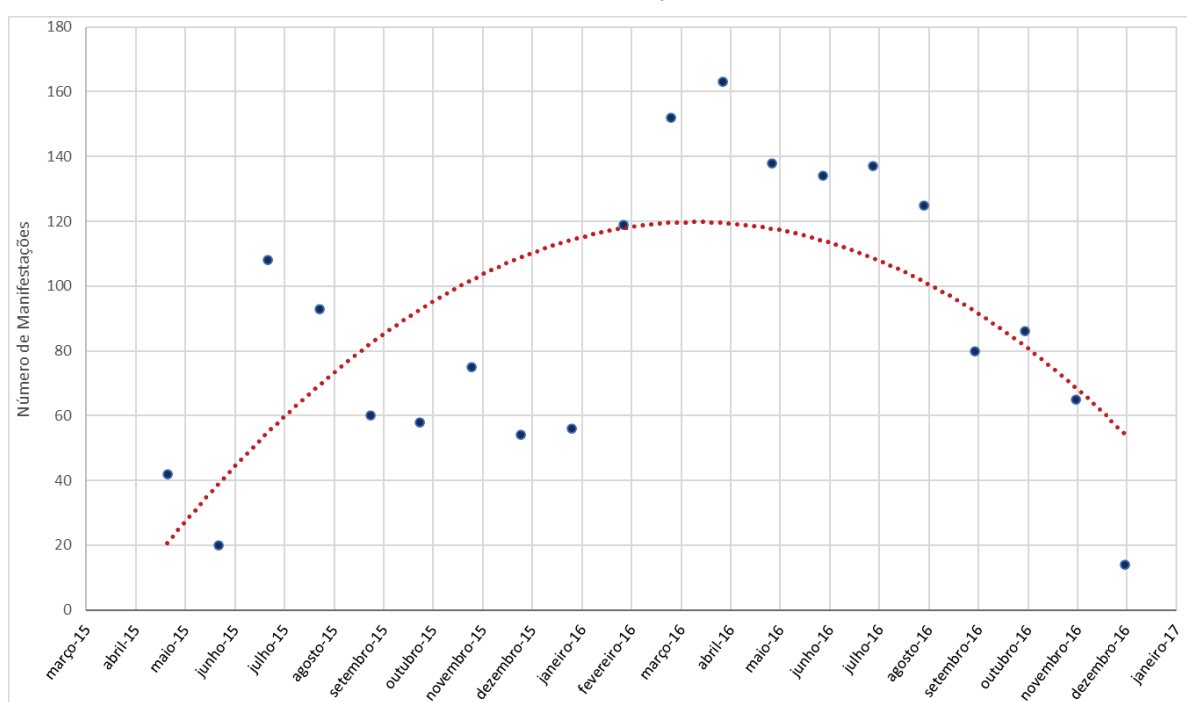
Questionados os entrevistados sobre a compreensão acerca de problemas operacionais, de âmbito interno, Barbosa (2020, p.5) reitera o fato de inadequação de pessoal, uma formação continuada, ao mesmo tempo que citou o não entendimento dos Vereadores sobre o trabalho realizado. Em mesma direção remeteu-se Luz (2020, p.5) quanto à falta de pessoal.

Questionados os entrevistados quanto às áreas de desenvolvimento e potencialidades que tinha a Ouvidoria para tal, Luz (2020, p.6) deu destaque à sua área, informática, com destaque ao software que ele auxiliou a construir, com potencialidades de melhores mecanismos de relacionamento com a imprensa e de disponibilização facilitada dos dados tratados na Ouvidoria. Barbosa (2020, p.7) responde que o desenvolvimento do assessor de informática rendeu uma recomendação muito bem-feita e, de um modo geral, os executores

estavam com um “mapa na cabeça”, referindo-se à aquisição de traquejos para a captação de informações e tratamento das demandas.

Trafegando através dos dados obtidos durante as atividades da Ouvidoria, importantes informações podem ser extraídas. Seu relatório oficial emitido em 6 de dezembro de 2016, denominado Levantamento de Manifestações, contém a síntese das manifestações recebidas no período de maio de 2015 a novembro de 2016. Tais dados serão analisados parcialmente, através dos Gráficos 4, 5 e 6.

GRÁFICO 4 - INGRESSO DE MANIFESTAÇÕES DE MAI-2015 A DEZ-2016



Fonte: elaborado pelo Autor com base nos dados oriundos do Levantamento de Manifestações (dez/16).

Este Gráfico 4, de recorte temporal, ilustra o *input* mensal das manifestações, não ilustrando a demanda acumulada. Tal ilustração ajuda a compreender que a Ouvidoria iniciou suas atividades com uma demanda baixa, mas crescente.

Mesmo ainda desconhecida, a Ouvidoria recebeu um total de 42 manifestações protocoladas no primeiro mês. Houve queda no segundo mês, com crescimento estável em seguida até o nono mês. Houve crescimento novamente do décimo ao décimo terceiro mês, atingindo o número de 163 manifestações no mês de abril de 2016, ápice de todo o período de execução do órgão.

A partir daí, como ilustra a linha de tendência, houve decréscimo contínuo, até se chegar ao número de 14 novas manifestações em dezembro de 2016, último mês de sua

atividade (o relatório oficial teve em dezembro um apanhado de apenas seis dias). Mesmo ao se efetuar cálculo de proporção para projetar uma possível demanda, descontados feriados, se chegaria à média de mesmo valor do mês de novembro, o que, como explanado, seguiria a linha de decréscimo.

O Gráfico 5 tem um recorte situacional, apresentando dados da posição das manifestações recebidas junto ao sistema de processamento interno do órgão em seu penúltimo mês de funcionamento.

GRÁFICO 5 - SITUAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES EM NOV-2016



Fonte: elaborado pelo Autor com base nos dados oriundos do Levantamento de Manifestações (dez/16).

Conforme se observa no Gráfico 5, o acúmulo no trâmite dos processos internos é de se destacar ao se relembrar que o instituto da Ouvidoria deveria ter uma especial celeridade, uma vez que um de seus princípios reitores é a informalidade. Aparenta-se desarrazoada a proporção de trâmites resolvidos (406) em comparação com a soma dos aceitos (153), dos pendentes (133) e dos em trâmite (970), que chega à proporção de apenas 32,32%, já excluídas do cálculo as 117 manifestações rejeitadas. O relatório apresentado não estabeleceu a distinção conceitual entre aceitos, pendentes e em trâmite que, em teoria, podem ter similares significados à presente análise.

Em que pesem os momentos distintos, é interessante comparar a Ouvidoria atual àquela da década de 80 quanto aos resultados alcançados. Como consta na seção 5.1, com quase um ano de atividades, a Ouvidoria da década de 80 recebeu 22% a mais de demandas em comparação ao primeiro ano da atual Ouvidoria. Aquela realizou a abertura de 800



processos, com 76,6% de solução, apresentou quatro propostas à revogação de decretos e instaurou mais de 20 sindicâncias administrativas (SILVA, 2015, não p.).

A princípio, sob a ótica dos dados apresentados, a comparação direta revela certas limitações. Entretanto, os dados frios devem ser aferidos em conjunto com uma série de características que, ao longo do trabalho, vão sendo esclarecidas.

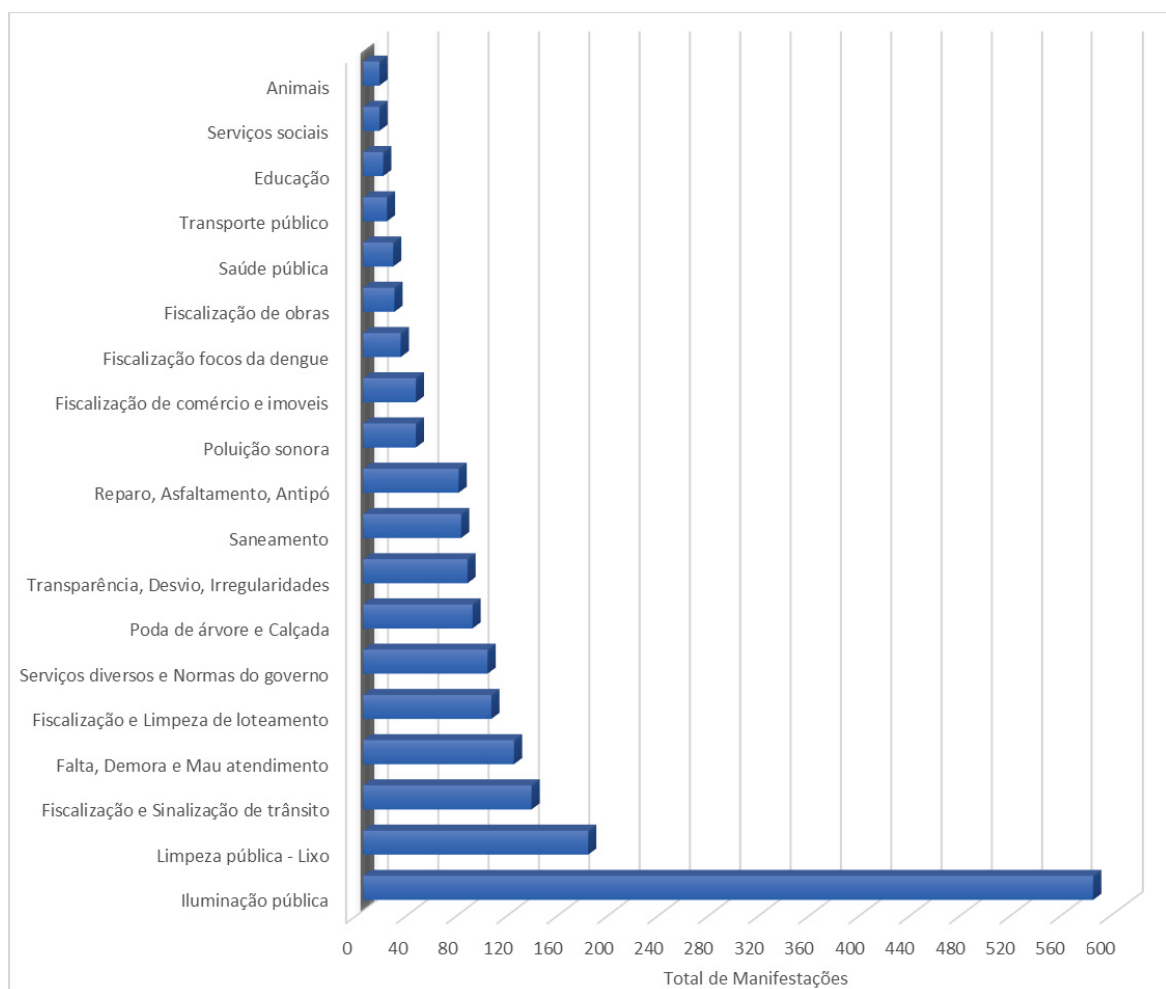
Uma das principais características que devem ser salientadas na aferição da Ouvidoria na década de 1980 é o fundamento político de criação: o prefeito à época é que se convenceu da necessidade e abraçou o instituto, criando-o e resguardando seu espaço político para a realização de seu trabalho. Outra característica é o local: o desejo de criar o órgão foi oriundo do chefe do Poder que mais se submeteria à fiscalização da Ouvidoria, nele se localizando e recebendo recursos regulares à realização de seu trabalho, até mesmo em consequência da característica anteriormente indicada. Uma terceira característica, de índole estrutural, relaciona-se à capacidade de recebimento de demandas: a população a ser atendida era bem menor à década de 80, além de a equipe ser composta de um número razoável de integrantes, conforme análise elaborada ao entorno do Quadro 5, na subseção 5.1.1 deste trabalho.

Acompanhando a ordem do raciocínio anterior, a Ouvidoria da década de 2010 teve raízes no Parlamento. Este espaço, como demonstra a Figura 2 na seção 5.1, é o menos demandado pela Ouvidoria em razão da diminuta atividade administrativa, alvo primário de suas demandas. Por tal, na leitura do ambiente político, a Ouvidoria foi instituída sem iniciativa do principal fiscalizado (Executivo) que, em razão também disso, tende a não reconhecê-la de pronto, como relatou o ex-Ouvidor Clóvis Costa (2020, p.7). Em outra característica, o que lhe foi concedido para o trabalho era inferior à da Ouvidoria de 1986, com menos servidores e estrutura para atender uma população maior. Isso fez com que a capacidade de recebimento de demandas fosse restringida e, como consequência, a obrigou mitigar a realização de publicidade. Não havendo capacidade de atendimento, ocorria fundado risco de excessivo represamento no atendimento das demandas se estas aumentassem mais, como bem observou o entrevistado Carlos Barbosa (2020, p.8-9), então coordenador técnico do órgão.

Como terceiro ponto de debate de resultados, vêm-se as demandas por categoria. O Gráfico 6 traz mais clareza sobre alguns dos objetos trabalhados no dia-a-dia pela Ouvidoria de Curitiba.



GRÁFICO 6 - TEMAS DAS MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS DE MAI-2015 A NOV-2016

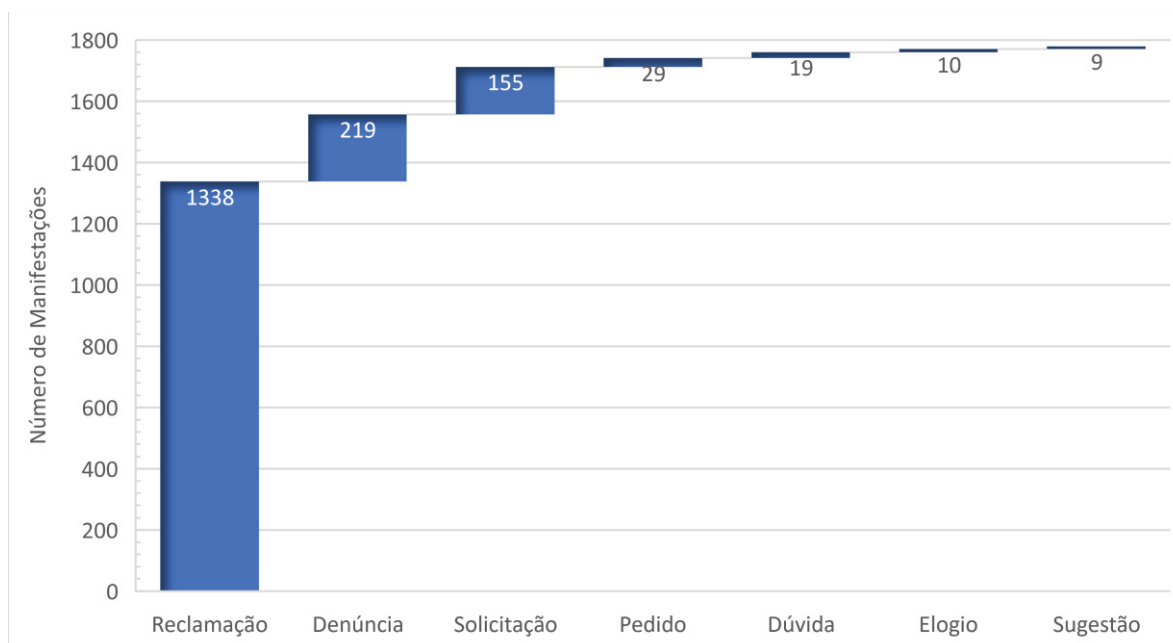


Fonte: elaborado pelo Autor em compilação de dados oriundos do Levantamento de Manifestações (dez/16).

O Gráfico 6 utilizou apenas as categorias que obtiveram uma média próxima a uma demanda mensal no período abrangido pelo relatório, com um mínimo de 13 eventos. Em comparação com o relatório emitido pela Ouvidoria, tais tipologias e valores foram reagrupados visando aproximar-se mais da realidade, haja vista um excessivo fracionamento na metodologia apresentada naquele relatório. O Gráfico concentra os tipos sob a ótica de grandes áreas de demandas mais comuns da população, em cotejo com a divisão das pastas responsáveis por elas junto ao Poder Executivo.

O Gráfico 7 apresenta o quantitativo das manifestações recebidas na Ouvidoria por tipologia, com a mesma nomenclatura utilizada no relatório.

GRÁFICO 7 - TIPO DAS MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS DE MAI-2015 A DEZ-2016



Fonte: elaborado pelo Autor com base nos dados oriundos do Levantamento de Manifestações (dez/16).

O Relatório emitido pela Ouvidoria de Curitiba não estabeleceu distinções entre os sete tipos, dentre os quais pedido e dúvidas são conceitos facilmente abarcados pelo de solicitação (material ou de informação). A título de comparação, no conceito de ouvidoria pública federal adotado pela Ouvidoria Geral da União, há o tratamento de apenas cinco tipos: reclamações, solicitações, denúncias, sugestões e elogios (MENEZES, 2016, p.215).

Pretende-se com tais gráficos apenas avaliar uma parcela dos acontecimentos, ou seja, um “recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão ocorrendo na mesma” (JANUZZI, 2002, p.55). Assim, aproveitando o alerta deste autor, não se pretende mitificar ou certificar adequação plena no uso de medidas.

De uma forma geral, os resultados da Ouvidoria de 2015 apresentaram dados que indicam que o órgão detinha potencial de enquadrar-se no hábito social da cidade. Apesar de recente a criação do órgão e, por tal, ausentes propagandas institucionais, foi sensível o número de manifestações recebidas. Apesar de diminuta equipe, a qualidade pessoal dos integrantes foi crucial para estabelecer procedimentos de trabalho à Ouvidoria, ora desenvolvendo softwares junto à plataforma INTERLEGIS do Senado Federal, ora coordenando ações de destaque e buscando capacitação por si próprios. Especialmente porque àquele momento os trabalhos estavam sendo iniciados do zero (COSTA, 2020, p.7).

Seu início de execução contou com os meses intermediários de elevação da demanda, mas havendo aos meses finais uma vertiginosa queda registrada pelos dados. Apesar da simplicidade dos dados apresentados, é crível levantar a hipótese de que um baixo nível de resolução e publicização das demandas possa ser relacionado como uma das causas à diminuição no *input* de manifestações.

Conforme as informações colhidas nas entrevistas, foi percebido o esforço de fazer com que o órgão apresentasse respostas as mais completas possíveis, ainda que demandassem aumento de trabalhos complexos (COSTA, 2020; BARBOSA, 2020; LUZ, 2020). Exemplos disto citados pelos entrevistados foram as demandas sobre iluminação pública, em que ao invés de a Ouvidoria simplesmente repassar as demandas à pasta responsável ou à COPEL, realizou contatos com os responsáveis pelo setor na prefeitura para colaborar à solução. Após várias reuniões, descobriu-se que um dos focos do problema estava na licença expirada de um software proprietário (pago) que auxiliava o controle da vida útil das lâmpadas por toda a cidade. Em reunião com os dirigentes do ICI, a Ouvidoria além de interceder pela celeridade no processo de regularização, ainda pugnou pela adoção de software livre, gratuito, evitando não apenas gastos futuros com aquisição de softwares como também que o serviço não mais se interrompesse por expirar o prazo de utilização de um software comprado. Similar situação com software de bilhetagem ocorreu à época com a URBS, o que levou a Ouvidoria a emitir uma recomendação a toda a Administração Pública incentivando a adoção de softwares livres (Ibid.).

Foram realizadas audiências públicas, reuniões em secretarias, participações em palestras, desenvolvimento de software específico de Ouvidoria, prestação de contas em plenário do Legislativo, emissão de relatório operacional, dentre os vários atendimentos presenciais e telefônicos por uma equipe composta de apenas três pessoas (Ibid.).

Neste sentido, aparentou-se correto o caminho inicialmente trilhado pela Ouvidoria de Curitiba, que não detinha paradigmas hábeis à comparação e auxílio de sua atuação. Em grande parte, seus atos foram condizentes com o que se ressalta doutrinariamente sobre a atuação do órgão. Há que se ter boa exposição pública, relacionamento com a comunidade, talento para o diálogo e trânsito político que “transformará uma simples reclamação em algo público e oficial” (OLIVEIRA, 2005, p.49), com especial destaque à atuação eletrônica numa nova era de revolução digital (Ibid., p.53).

A parte que possivelmente se tenha trilhado fora desta concepção, muito provavelmente, se atrela mais à questão dos restritos limites operacionais da estrutura que lhe foi concedida do que à capacidade epistêmica e à dedicação de seus integrantes.

#### 5.4 O RECENTE PROCESSO DE ALTERAÇÃO: OUVIDORIA DA CÂMARA DE CURITIBA

Em que pese seu formato contemplar alguma participação social, o sistema de eleição do Ouvidor de Curitiba apresenta um emaranhado rol de procedimentos que se revelaram pouco práticos. Estes requerem muita atenção às sucessões de fases, aos prazos curtos e peremptórios, às possibilidades de recursos que, ao fim, promovem excessiva burocracia em questões simples e simplificação de questões complexas.

Este sistema de eleição foi um dos motivos ao questionamento do órgão, dado o esforço para o preenchimento do cargo, bem como sua operação no dia-a-dia. Tal cenário se deu não por parte do cidadão, que nem teve tempo suficiente para habituar-se ao instituto, mas especialmente pelos parlamentares, que vislumbraram na figura do Ouvidor mais um parlamentar à disputa da atenção da sociedade, como tratado na subseção 5.2.3.

Os registros de uma das sessões ordinárias já demonstravam o desconforto no Parlamento à época de eleição do Ouvidor.<sup>100</sup> Nesta sessão ordinária, foi defendida a necessidade de manter o modelo de eleição pelo plenário a garantir amplo debate de escolha, apesar de se debater o momento de eleição como um terrível desgaste, erigindo-se como exemplo o posicionamento contrário a ex-vereador que concorria ao cargo.

Em consequência, o Parlamento entendeu por uma profunda alteração estrutural do instituto. Em junho de 2019 foi aprovada a revogação da Lei de 2013, que havia concretizado o órgão em seu moderno formato.<sup>101</sup> A Ouvidoria foi substancialmente alterada, para atuar de forma restrita ao ambiente interno da Câmara Municipal de Curitiba.

A atividade parlamentar à composição desta Lei de 2019 foi relativamente complexa, com a apresentação de várias proposições de emendas, subemendas, bem como um substitutivo geral. Dentre as emendas ao projeto principal, tramitaram: a pretensão de que o Ouvidor fosse escolhido e nomeado por ato da Mesa<sup>102</sup>; a pretensão de garantir que a eleição permanecesse ao instituto, sendo seu funcionamento regulamentado por Resolução<sup>103</sup>; a

---

<sup>100</sup> Notas Taquigráficas das Sessões Ordinárias de 03/06/19 e 04/06/19.

<sup>101</sup> Projeto de Lei nº 005.00051.2019, que gerou a Lei Ordinária nº 15.454, de 11 de junho de 2019, alterando e revogando dispositivos da Lei Municipal nº 10.131, de 28 de dezembro de 2000, e revogando a Lei Municipal nº 14.223, de 07 de janeiro de 2013, todas do Município de Curitiba.

<sup>102</sup> Projeto nº 032.00009.2019 - Iniciativa: diversos vereadores.

<sup>103</sup> Projeto nº 032.00010.2019 - Iniciativa: diversos vereadores.

supressão de atribuições do órgão<sup>104</sup>; a supressão de dispositivo de eleição, sob o fundamento da dificuldade de se obter o quórum de maioria absoluta à eleição do Ouvidor, para que a escolha fosse promovida pela Mesa<sup>105</sup>.

No substitutivo geral, dentre outras justificativas de atingir adequação às normas federais, encontra-se a substituição da eleição do Ouvidor pela nomeação através de um cargo em comissão, indicado pela Mesa.<sup>106</sup> Uma das subemendas posteriores, visando manter o caráter democrático de eleição do Ouvidor, regia provimento do cargo mediante voto da maioria absoluta dos Vereadores, após arguição pública, entre cidadãos de notório conhecimento em Administração Pública, de idoneidade moral e reputação ilibada.<sup>107</sup> Requisitos, atribuições e forma eletiva da subemenda anterior foram melhor detalhados por outra subemenda aprovada<sup>108</sup>, visando que a escolha fosse realizada por deliberação de todos os Vereadores, apesar de outra subemenda pretender o contrário<sup>109</sup>.

Apesar de inicialmente prevista no projeto legislativo, a Resolução de 2013 não foi revogada pelo texto final desta recente Lei. Nem mesmo o Projeto de Resolução para regulamentar a Ouvidoria do Legislativo previu tal revogação.<sup>110</sup> De igual modo, a modificação normativa completa se encontra ainda pendente, pois depende de alteração no texto da lei máxima da cidade, que é a Lei Orgânica do Município de Curitiba, não finalizada até o momento de fechamento desta dissertação. Este processo de alteração, chamado de Emenda à Lei Orgânica, já está em curso.<sup>111</sup> Entretanto, ele é mais demorado e demanda um processo legislativo mais complexo e com quórum qualificado de membros do parlamento.<sup>112</sup>

Conforme a Lei Ordinária de 2019, a Ouvidoria deixa de ser órgão autônomo para se tornar um órgão administrativo no organograma da Câmara de Curitiba, vinculado à Controladoria do Legislativo.<sup>113</sup> A citada norma utilizou o termo “vinculado” que, em teoria,

---

<sup>104</sup> Projeto nº 033.00005.2019 - Iniciativa: Comissão de Constituição e Justiça.

<sup>105</sup> Projeto nº 033.00009.2019 - Iniciativa: diversos vereadores.

<sup>106</sup> Projeto nº 031.00033.2019 - Iniciativa: Comissão Executiva.

<sup>107</sup> Projeto nº 036.00008.2019 - Iniciativa: diversos vereadores.

<sup>108</sup> Projeto nº 036.00013.2019 - Iniciativa: diversos vereadores.

<sup>109</sup> Projeto nº 036.00014.2019 - Iniciativa: diversos vereadores.

<sup>110</sup> Projeto de Resolução nº 004.00005.2019 e Substitutivo Geral nº 031.00081.2019, visando regulamentar o Artigo 10-B da Lei Municipal nº 10.131, de 28 de dezembro de 2000. Projetos e norma disponíveis no Sistema de Proposições Legislativas (SPL) da Câmara de Curitiba.

<sup>111</sup> Projeto de Emenda à Lei Orgânica de Curitiba nº 001.00002.2019, cujo estado atual consta como em análise pelas Comissões do Legislativo.

<sup>112</sup> Lei Orgânica do Município de Curitiba, artigo 51.

<sup>113</sup> Artigo 2º, §4º da Lei Ordinária nº 15.454/19 do Município de Curitiba.

retira a subordinação que geralmente caracteriza as Ouvidorias internas, como visto na subseção 4.2.1.

Com a alteração, deixará de ser um órgão do Município para ser um órgão da Câmara, sem autonomia à atuação sobre a maioria dos serviços públicos municipais ou atribuições amplas. O fundamento é de que há determinação em norma federal para que cada Poder disponha sobre a organização e o funcionamento de sua respectiva Ouvidoria.<sup>114</sup> Sob tal tese, considerando que cada Poder deve instituir sua própria Ouvidoria, a atual Ouvidoria na forma em que se encontrava sob regência da lei de 2013, levaria teoricamente o Poder Público a incorrer em dispêndio de recursos em duplicidade para consecução do mesmo objetivo.

Na prática, apesar da criação do órgão no Legislativo, o projeto deixa o Executivo sem uma Ouvidoria Geral.<sup>115</sup> O Executivo, maior campo de atuação de uma Ouvidoria autônoma em razão da função típica administrativa deste Poder, é que promoverá a própria regulamentação, em face de sua independência e na conformidade de sua interpretação da norma federal.

O entendimento dos entrevistados é uníssono: o claro retrocesso em extinguir um órgão de ampla abrangência. Explana Salamuni que “não tem sentido o poder [Legislativo] ganhar uma Ouvidoria e a cidade perder a sua” (2020, p.9), cortando do Poder Público um órgão de dimensão geral como até então estava atribuído. Costa (2020, p.9) destaca a interrupção do processo em formação de consciência do que serve a Ouvidoria, na mesma forma que Barbosa (2020, p.7-8), reiterando sua compreensão de que nem a Câmara nem a Prefeitura abraçaram a ideia da Ouvidoria. Por fim, Manoel Gomes (2020, p.9-10), contra a ideia de similaridade funcional que cresceu entre os parlamentares, expõe que a Ouvidoria tem uma função não convencional em relação a outros órgãos, não se confundindo com eles, atipicidade esta fundada em uma especial capacidade de promover a voz do cidadão nos espaços de formulação, execução e controle das políticas públicas.

Observa-se, guardadas as devidas proporções, uma similaridade de fundamentos utilizados nos dois momentos de supressão da Ouvidoria. Sob a alegação de que se trata de Poderes separados, o recurso à interpretação literal da lei serviu de fundamento duas vezes para se findar o órgão de Ouvidoria da cidade.

A prefeitura na década de 90 utilizou-se do texto na Lei Orgânica que vinculava o órgão ao Legislativo, como se isso impedisse a existência do órgão no Executivo até a

---

<sup>114</sup> Os projetos de lei trazem como fundamento o art. 17 da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017.

<sup>115</sup> Existem atualmente apenas Ouvidorias Setoriais de Guarda Municipal, de Saúde e de Recursos Humanos.

constituição do novo no Legislativo. Na recente alteração, a Câmara entendeu que a Lei Federal que rege a participação dos usuários no serviço público demanda uma Ouvidoria para cada Poder, como se quem tivesse o mais fosse obrigado ao menos. Única diferença é que esta última alteração pelo menos dotou o órgão do Legislativo de um mecanismo de controle social, o que sempre se entende adequado. Haja vista que a amplitude e a natureza de interpretações jurídicas se encontram fora do objeto do presente trabalho, descabido para o momento o desenvolvimento do trabalho neste sentido.

## 6 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO

Para o entendimento da natureza que foi desejada à Ouvidoria, importante evidenciar seu histórico, sintetizado na seção 5.1. Dadas as circunstâncias políticas e sociais que permeavam o país à época, abre-se um ambiente propenso ao caminho de outros mecanismos distintos dos então adotados. À época da composição do texto constitucional de 1988, as instâncias de participação social não tinham contornos totalmente definidos. O instituto da Ouvidoria chamou a atenção por apresentar-se como defensor de direitos e interesses dos cidadãos em face da Administração Pública, de uma forma que a nenhum outro órgão cabia.

É possível que às instituições em seu início haja alguma reação à adoção ou desconfiança na eficácia de seus meios. E este cenário ocorreu à Ouvidoria de Curitiba. Analisar o caminho da formação do hábito social de adesão à novidade pode auxiliar no esclarecimento se a adoção de determinada instituição está a caminho ou, até mesmo, se nunca se consolidará.

Em Curitiba, como explana Manoel Gomes (2000, p.216), o projeto piloto da Ouvidoria foi pensado em caráter experimental de seis meses e, após a implementação de um sistema de avaliação qualitativa, apresentou resultados altamente positivos, como a satisfação da integralidade dos cidadãos atendidos no que pertine à coerência de seu papel social e estrutura de funcionamento. Com um modelo inspirado em Portugal e Espanha, Gomes (2020, p.5) informa que havia “intenção de abrir espaço dentro da administração pública para recepcionar as demandas populares. E ao recepcionar essas demandas populares, defendê-las dentro do espaço público”. Outro dos executores da Ouvidoria à época expõe que

[...] o grande diferencial desta ouvidoria para outros órgãos? Primeiro, havia muito poucos ou praticamente nenhum órgão de tamanha abertura para a sociedade, para o município, para o concidadão. [...] os órgãos públicos eram algo hermeticamente fechado para a população. Quase como se fosse extensão das suas casas. Era obviamente extensão daquele regime que estava lá, detalhes, você não sabia onde ir [...] Mas então a ouvidoria, além do papel institucional, foi tão importante porque foi o primeiro e mais rápido, desburocratizado, acesso da população a esse tipo de mecanismo de defesa de cidadania. (SALAMUNI, 2020, p.4).

Efetuada uma abordagem com base nas áreas de neurologia, psicologia, sociologia e publicidade, Charles Duhigg (2012) apresenta uma série de análises na mesma forma multidisciplinar do presente trabalho. Com forte base em estudos teóricos e empíricos, expõe este autor que



Talvez não nos lembremos das experiências que criam nossos hábitos, mas, uma vez que estão alojados dentro dos nossos cérebros, eles influenciam o modo como agimos – muitas vezes sem percebermos. [...] Os hábitos são poderosos, mas delicados. Podem surgir fora da nossa consciência ou ser arquitetados deliberadamente. Muitas vezes acontecem sem a nossa permissão, mas podem ser remodelados se manipularmos suas peças. Eles dão forma a nossa vida muito mais do que percebemos – são tão fortes, na verdade, que fazem com que nossos cérebros se apeguem a eles a despeito de todo o resto, inclusive o bom senso. (DUHIGG, 2012, p.42-43).

Geoffrey Hodgson (1988, p.127), ao abordar o significado das instituições, centra no hábito, dentre outras funções, a de lidar com a complexidade da vida diária, passando os processos da ação humana organizar-se hierarquicamente, facilitando controle em diferentes graus da informação recebida. Talvez esse seja um dos fundamentos da facilidade de constituir o apego explicado por Duhigg àquele mecanismo que nos permita facilitar a complexidade cada vez mais crescente na vida moderna.

Analisando as necessidades dentro de uma abordagem institucional quanto à política, Hodgson (Ibid., p.251) defende que a democracia participativa “não é um simples meio, mas um fim – necessário como tipo de quadro institucional em que as pessoas possam ser educadas e consciencializar-se para as suas necessidades”. Este autor ainda conclui que é falha a intenção de centrar as necessidades no enquadramento econômico, devendo-se estabelecer “instituições flexíveis e abertas, através das quais as necessidades humanas se articulem, clarifiquem, sejam avaliadas e sujeitas a uma escala de prioridades” (Ibidem). Este modo é que se conclui coerente dentro da teoria institucionalista cuja primordial característica é o evolucionismo e não a estática orientada a equilíbrios (Ibid., p.242).

Hodgson (Ibid., p.242) reitera por vezes a necessidade de se enxergar as instituições não como fatores de rigidez, mas como estruturas que “afectam a dispersão e a cognição de dados, moldando as preferências e os actos”. Ele destaca a importância no tratamento das informações, pois

Na sociedade, o conhecimento está implantado numa rede de instituições estruturadas e, além disso, a própria informação tem vários graus de generalidade. [...] Um sistema de mercado descentralizado reflecte o carácter disperso de muita informação na sociedade, mas para que um sistema funcione são também precisas instituições de recolha e abastecimento centralizado de informação. (HODGSON, 1988, p.268).

Resquícios de práticas pouco democráticas ainda persistem em vários órgãos públicos brasileiros, em especial aqueles pouco familiarizados a questionamentos sociais. Entretanto,

em sintonia com outras instâncias que também tratam informações, a exemplo dos Sistemas de Informação ao Cidadão<sup>116</sup>, a Ouvidoria significa uma grande abertura nos muros da Administração Pública arcaica.

Assim como a Lei de Acesso à Informação proporcionou um novo paradigma no trato de informações governamentais, a normatização da Ouvidoria lhe proporcionou um qualificado canal de comunicação. E o mecanismo não se encontra apenas na natureza dialógica deste órgão, mas também por seu poder de abastecimento de informação. À Ouvidoria de Curitiba foi dada a faculdade de questionar o Poder Público, que fica obrigado a responder no prazo de 15 dias, sob pena de responsabilidade, como também o exercício de investigação ao cumprimento de sua função.<sup>117</sup>

Analisando a importância da confiança, Hodgson (Ibid., p.168) entende que ela é essencial para que o sistema de mercado funcione. Além de um misto de conhecimento e ignorância, como apontado por Niklas Luhman, os atos de confiança são processos de pensamento, deliberação consciente e hábitos e rotinas inconscientes, sendo aprendidos a partir da experiência em que se pode depositá-los (Ibidem). Hodgson (Ibid.) explica que “Embora a confiança no seu sentido mais significativo seja consciente e deliberada, é também importante na medida em que a sua confirmação repetida por acontecimentos e símbolos conhecidos dá origem ao hábito e à rotina”.

Com base no apontado caminho, questiona-se: como constituir a Ouvidoria como hábito se não houve tempo de previamente constituir uma confiança mais sólida? Na atividade da Ouvidoria de 2015-2016 não restaram consolidados quaisquer hábitos internos processuais sequer, como apontaram seus executores. Como à frente se explica melhor, não foi oportunizada a construção ao menos de um plano teórico à constituição destes hábitos.

Rotinas são o análogo organizacional de hábitos individuais, constituindo-se vitais para todas as organizações e seu significado é amplamente apreciado (HODGSON, 2004, p.1). Como se pôde observar de informações colhidas dos responsáveis pelo órgão, a ausência de rotinas formais e estáveis na atuação da Ouvidoria foi uma característica clara. Em que pese haver algumas convenções em relação a certos caminhos burocráticos de manifestações,

---

<sup>116</sup> Criados em razão da Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regulamentou o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas, aplicável aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Conforme decisão do Supremo Tribunal Federal, ainda que vigente decretação de pandemia, não pode haver suspensão dos prazos que tem o gestor público à entrega de informações (Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 6.347, nº 6.351 e nº 6.353, julgadas em abril de 2020).

<sup>117</sup> Artigo 64, §1º, da Lei Orgânica do Município de Curitiba.

não havia uma rotina consolidada e de domínio amplo dentro do órgão. Não a havia para os gestores exercerem com mais eficiência as atividades, nem também a ponto de repassá-la às gerações futuras de titulares e servidores à sua disposição.

Em certo ponto, registrou-se uma incipiente formação de rotina nas atividades da Ouvidoria de 1986. Tais indícios foram apresentados por Gomes (2020, p.7-8), sobre a implantação de agentes de informações em órgãos e as atividades de atendimento regionalizado em periferia e em conjunto com o Poder Judiciário. Da mesma forma, expressou Salamuni (2020, p.5), sobre a desburocratizada recepção da reclamação do cidadão e do fluxo processual que ia da secretaria da Ouvidoria à cobrança do secretário no Executivo. Constatou, de igual forma, como grande característica da Ouvidoria, que ela “era rápida” (Ibid., p.4), em alusão ao interstício entre ingresso e conclusão de reclamações, algo que se alcança com planejamento processual. Ainda assim, não se constatou a solidez na formação de hábitos.

Hodgson (1988, p.132) explica que a importância do estudo de hábitos na economia reside na relação de uma quantidade importante de comportamentos rotinizados na economia, de uma forma geral. Ele cita como exemplo que “toda a atividade económica se realiza no enquadramento da legislação tradicional, que é recepcionada não através de um conhecimento detalhado dos textos legais, mas pela observação casual da sua aplicação” (Ibid.), em que os agentes avaliam a viabilidade de contratos e consequências de seus atos. Daí que se aparenta fortalecer parte da hipótese de que não haver rotinas observáveis na Ouvidoria também contribuiu ao seu desconhecimento por parte da sociedade que, não tendo parâmetros práticos a se basear, não se sentiu impelida à participação.

Da mesma forma, os hábitos nos ambientes de trabalho devem ser atentados, haja vista que o conhecimento prático é adquirido e rotinizado ao longo do tempo, e um

papel positivo, na medida em que é impossível uma deliberação total e consciente sobre todos os aspectos do comportamento, dada a quantidade e complexidade da informação envolvida. Assim, para o agente individual, os hábitos e rotinas têm um significado funcional no sentido em que reduzem a quantidade de deliberação implicada nas complexidades do comportamento quotidiano. (HODGSON, 1988, p.133).

Por um outro lado prático de disseminação do conhecimento, expõe Hodgson que

Uma importante função viabilizadora das rotinas institucionalizadas tem a ver com a informação que proporcionam a outros agentes. [...] Não é apenas o uso directo da informação recolhida por agentes que fazem parte da instituição. [...] O

comportamento estabilizado e rotinizado estabelece e reproduz um conjunto de regras e normas ‘fixadas pelo hábito, pela convenção, pela aceitação ou conformidade social tácita ou legalmente apoiada’ (Kornai, 1982, p.179). [...] as rotinas e as instituições formais, ao estabelecerem padrões mais ou menos fixos, ou fronteiras, ou regulamentos, ou restrições à acção humana, na realidade fornecem informação a outros agentes. (HODGSON, 1988, p.134).

Assim, um dos motivos para que a Ouvidoria estivesse em seu limite de trabalho possivelmente se deu também pela ausência de rotinas definidas para potencializar a utilização do tempo. Não contando com rotinas definidas, por outro lado, não se permitia aumento da capacidade deliberativa para propiciar espaço ao aumento da demanda. Com este cenário, segue plausível a ideia de que o próprio órgão contribuiu para que não se firmassem balizas mais palpáveis à avaliação deste mecanismo participativo pela sociedade. Tal fato, ao mesmo tempo diminuiu o potencial formador de hábitos sociais sobre o órgão, como à frente se aborda.

Com este aspecto informacional que auxilia a tomada de decisões por outros agentes, a instituição Ouvidoria contém também um importante potencial disciplinador. Isto se dá na medida em que as ações dos agentes públicos possam receber certo nível de interferência de acordo com a vontade social. Esta emerge de um processo que permita a aferição de um interesse coletivo e que promova atos processuais, no sentido de alteridade na troca de ideias, e gerando um compartilhamento de benefícios e deveres no trato com a coisa pública. E não se está a concluir pela necessidade de adoção cogente pelo Poder Público de todas as informações advindas de participação social, mas centrar na existência de canal comunicacional que viabilize a transmissão contínua destas informações aos agentes públicos, pois

Uma consequência desta função das instituições é que, num mundo altamente complexo, e apesar da incerteza, complexidade e sobrecarga de informação, é possível um comportamento regular e previsível. [...] a informação criada e distribuída pelas instituições sociais tem um carácter social e não puramente subjectivo. É estabelecida pelo comportamento rotinizado de um grupo de indivíduos, que se torna tanto mais significativo quanto mais disseminado, estável e estabelecido for. (HODGSON, 1988, p.134-135).

Por outro lado, focando em hábitos vigentes na atualidade, é clara a possibilidade prática de que a sociedade dispensa certa desconfiança em instâncias governamentais com a potencial função de atuar de encontro às pretensões governamentais. O entendimento generalizado é de que ao Poder Público não interessa promover em seu próprio seio um

mecanismo de autocrítica, no caminho do que expressou Barbosa (2020, p.9) sobre o desprestígio do órgão por seu não acolhimento pela Administração Pública. A este aspecto negativo das propensões, Hodgson (Ibid., p.130) diz que “os hábitos mecânicos podem privar certas acções importantes do devido exercício da deliberação e da capacidade criativa” que salienta o perigo de desenvolver hábitos de pensamento rígidos (Ibidem).

Seguindo este caminho, a importância de se fomentar a funcionalidade do órgão e, além disso, trabalhar uma comunicação que esclareça a efetividade potencial da instância participativa são vitais. Apesar de que isto possa se constituir uma realidade mais ou menos linear, Hodgson (Ibid., p.140) analisando o que titularizou por potencial da instabilidade cumulativa, esclarece que os hábitos podem mudar.

Hodgson (Ibidem) expõe que no entendimento de Veblen (1899) “A situação actual molda as instituições de amanhã através de um processo selectivo e coercivo, actuando sobre a visão habitual das coisas dos homens e deste modo alterando ou reforçando um ponto de vista ou uma atitude mental transportada do passado”. Para o caso de Curitiba, é possível que crenças sociais atuais como as de contenção de custos financeiros a qualquer preço, as de defesa de um Estado mínimo ou as de críticas generalizadas aos órgãos estatais, estejam dentre os valores de classes, segmentadas ou não, que permitiram o avanço do processo de alteração da natureza da Ouvidoria, como outrora abordado na seção 5.4.

Por outro lado, esta mesma explanação sobre mudanças em cotejo com a alteração político social na década de 1980, pode explicar o surgimento da Ouvidoria, na medida em que

As instituições mudam, e até a mudança gradual pode acabar por exercer uma tal pressão sobre um sistema que dá origem a surtos de conflito ou crise, que por sua vez conduzem a uma mudança nas acções e nas atitudes. Portanto, há sempre a possibilidade da ruptura da regularidade: ‘Haverá situação de crise ou rupturas estruturais, quando as convenções ou práticas sociais vigentes sofrem rupturas’(Lawson, 1985, p.921). (HODGSON, 1988, p.140-141).

E em mesmo sentido, explica Veblen que a necessidade de harmonia de instituições aos hábitos de pensamento presentes alimenta o processo de mudança:

The institutions — that is to say the habits of thought — under the guidance of which men live are in this way received from an earlier time; more or less remotely earlier, but in any event they have been elaborated in and received from the past. Institutions are products of the past process, are adapted to past circumstances, and are therefore never in full accord with the requirements of the present. (VEBLEN, 1983, p. 88).

Serve de exemplo o momento de transição política e social por que passava o Brasil na década de 1980, como exposto no Capítulo 5. Citando Veblen, que explica o sistema econômico não como mecanismo que se auto equilibra, mas como um processo que se desenrola cumulativamente, Hodgson (Ibid., p.141) expõe que “o caráter cumulativo do desenvolvimento econômico pode significar crises ocasionais, mais do que transformações ou avanços contínuos ou graduais”. Pelo conjunto de abordagens destes dois autores, de uma forma generalizada, poder-se-ia entender certa similaridade de momentos sociais e rupturas quando da criação da Ouvidoria e de sua recente alteração.

Nos períodos em que funcionou, anos de 1986 e 2015 a 2016, a Ouvidoria promoveu uma atividade cuja pretensão era de estabelecer uma pequena redistribuição de poder, mesmo que de forma incipiente. Alteraram-se práticas de resposta governamental ao cidadão, tendo em vista principalmente que os questionamentos intermediados pela Ouvidoria deveriam ser respondidos em prazo fixado em lei. Com o mesmo fundamento legal, o órgão conta com poderes de investigação, característica bastante diversa do tradicional controle interno formal da Administração Pública. Em razão disto, pressões de estratos sociais contrários ao órgão iniciaram reação às suas atividades, promovendo resistência a algumas das práticas trazidas por ele (COSTA, 2020; LUZ, 2020; BARBOSA, 2020; SALAMUNI, 2020), bem como alegando o baixo benefício em comparação a seu custo<sup>118</sup>.

Sob uma análise mais holística, verifica-se a presença de dois tipos de reação. A primeira, mais direta, caracterizada por reações abertas, como as oriundas de setores da sociedade ou representantes parlamentares (Ibid.). A segunda, indireta, atenta contra a efetividade do órgão, concorrendo ao emperramento administrativo de suas atividades. Ao se efetuar recorte mais recente do órgão, exemplos de inadequação de meios podem ser encontrado no desenho institucional com diminuta estrutura de pessoal (Quadro 5), na impossibilidade de autopromoção e na dotação orçamentária de difícil utilização (COSTA, 2020; LUZ, 2020; BARBOSA, 2020).

Não se pode negar que a pressão social exerce influência na formulação de políticas, pois os decisores políticos são sensíveis às opiniões dos grupos e indivíduos que os ajudaram a conquistar o cargo (KRAFT e FURLONG, 2010, p.8). Conclui-se, deste modo, aparentar

---

<sup>118</sup> Manifestações expressadas por Vereadores, registradas nas notas taquigráficas constantes na subseção 5.2.3.

mera acomodação de pressões existentes tanto na década de 1980 quanto no início da década de 2010, como se entende em Salamuni (2020, p.5, 7, 9).

Klaus Frey (2000, p.230) critica a análise política tradicional que erroneamente atribui uma importância maior aos conteúdos da política do que às condições institucionais na análise de processos políticos. Deste modo, explana o autor a necessidade de salientar:

a função estabilizadora de instituições para sistemas político- administrativos. As teorias institucionais como a de Parsons atribuem às instituições um significado estratégico e uma função relacional, regulatória e cultural, uma vez que as instituições ordenam as redes de relações sociais, regulam a distribuição de gratificações e posições sociais pela definição de metas e da determinação e destinação de recursos, e finalmente, sendo elas intermediadas por valores, representam a índole espiritual da sociedade como um todo. (FREY, 2000, p.231).

Além de entender que certos anseios sociais auxiliaram o surgimento, pode-se levantar a hipótese de que a ausência de um hábito de participação da sociedade em certos processos políticos pode ter contribuído para a recente alteração da natureza da Ouvidoria.

O estudo do Ministério da Justiça citado na introdução pode ilustrar uma das possíveis respostas. Vários fatores podem estar mitigando a formação de hábitos, a começar pelo desconhecimento da população sobre qual mecanismo administrativo buscar à resolução de seu problema. Os citados percentuais de quase 82% de entrevistados querer levar suas reclamações ao governo, mas pouco mais de 94% nunca ter procurado uma ouvidoria é um importante dado indicativo. Tais dados se encontram consentâneos aos dados colhidos neste trabalho com alguns dos executores da Ouvidoria de Curitiba. Questionados sobre se houve tempo à constituição de hábitos de operacionalização nos trâmites internos de solicitações e de padrões de resolução destas solicitações, a resposta foi diversa.

Costa (2020, p.90) respondeu que quanto aos trâmites internos, estavam sendo construídos, aperfeiçoando com auxílio de software desenvolvido sem custo pelo assessor de informática. Quanto aos padrões de resolução, foi imediata a afirmação de que não houve tempo. Quanto ao hábito interno, Luz (2020, p. 4) informa que às demandas frequentes havia certos costumes e, exemplificando com algumas delas, listou as possibilidades de audiência pública, contato direto com o secretário, contato com o 156, havendo dois procedimentos: o cotidiano e o mais abrangente, referindo-se ao que engloba mais pessoas. Barbosa (2020, p.6) citou o hábito de lançamento de dados em sistema, a comunicação com a Secretaria e o fechamento das demandas na sexta-feira.



Respondendo a questionamento sobre a prática no órgão, num espectro de possibilidade de ter a sociedade constituído hábito em relação à Ouvidoria de 2015, Manoel Gomes entende que

estávamos em um processo de popularização desse canal de reclamação junto a população, [...] Então a participação popular como um todo e a ouvidoria é um instrumento de participação, foi sendo apropriada progressivamente pela população, especificamente em relação a ouvidoria, como nós tivemos em 88 a Constituição e a nossa intenção era que a ouvidoria fosse institucionalizada junto ao legislativo. Estava no projeto da lei orgânica. Houve a interrupção desse processo. Obviamente, os curitibanos não tiveram a oportunidade de se apropriar dessa instituição até para que diante do absurdo que aconteceu recentemente na câmara de vereadores reduzindo, deturpando, talvez mutilando aquilo que foi posto na lei orgânica, [...]. (GOMES, 2020, p.12-13).

Por motivos vários não se consolidou na Ouvidoria uma cultura institucional definida por rotinas claras e conhecidas pela sociedade. É certa a contribuição desta ausência não apenas ao seu enfraquecimento, mas também ao estrangulamento de sua capacidade resolutiva. Como apontou Costa (2020, p.13), “a gente estava em um processo, um início de um processo de formação da consciência [social] do que serve uma ouvidoria, isso foi interrompido”. No mesmo passo expressou Gomes (ibid., p.13) que “as instituições democráticas, para vigerem, precisam ter esse processo de apropriação. Porque a partir desse processo de apropriação e essa cidadania que exerce a defesa”. Ao fim, é crível o entendimento de que esta ausência de rotinas foi decisiva não apenas para impedir a formação de *know-how* às gerações de futuros agentes do órgão, mas principalmente por dificultar a constituição de hábitos na sociedade.

## 6.1 VOZ COMO ATRIBUTO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS

Como já fora apontado no Capítulo 3, exercer a voz não é simplesmente permitir ao cidadão verbalizar suas ideias. Trata-se, além disso, de fazer com que as pretensões apresentadas tenham trânsito nas arenas de debate, tenham atenção dos agentes públicos responsáveis pela execução e pelo planejamento das políticas públicas.

Constituir-se como canal que efetive a voz do cidadão é essencial à ideia de uma Ouvidoria. E o sucesso do órgão perpassa preponderantemente pelos atributos que lhe permitam gradualmente aumentar a participação social no passo da progressiva solidificação da democracia. Com uma leitura histórica, Manoel Gomes expressou que na década de 1980



a abertura à participação social foi um processo de construção, iniciado em momento que o Poder Público não era aberto a questionamentos, sendo que

administrado que antes era tratado de uma determinada forma militar, em um regime democrático deveria ser tratado de outra forma. Inclusive, especialmente, de uma forma que desse voz. [...] a ideia do Ombudsman era ouvir o cidadão, conferir voz ao cidadão e fazer com que essa voz do cidadão fosse internalizada dentro da administração pública. Especialmente nos espaços de formulação, controle e execução de política pública. [...]

O objetivo da ouvidoria, conceitualmente ideal, seria aquela que você colocasse a voz do cidadão sobre a proteção do servidor público em condição ideal de diálogo com os servidores públicos. Essa condição ideia de diálogo parto da ideia do Habermas, de você de fato incluir, procedimento de inclusão da vontade popular dentro da administração pública e essa inclusão ser monitorada para que você tenha uma isonomia entre vontade própria e vontade popular. (GOMES, 2020, p.5-6).

A ampliada valorização da voz junto à Ouvidoria aparenta-se complementada com a potencialidade de presença nas reuniões parlamentares no Legislativo, Poder ao qual se vincula<sup>119</sup>. A mitigação de um dos atributos não torna necessariamente mais fraca a natureza participativa. No caso da Câmara e da Ouvidoria, atributos não contidos em uma podem ser ampliados na outra, a possibilitar sinergia de trabalho entre elas. Daí a possível leitura de ser este um dos fundamentos teleológicos da vinculação normativa desta àquela.

Hodgson (1988, p.243) avalia a dificuldade não apenas do conhecimento de nossas próprias necessidades, mas também da expressão destas, o que fundamenta o ceticismo de propostas autoritárias cuja convicção é a de conhecer as necessidades da sociedade como um todo. Este argumento se reforça pelo fato de que

qualquer tentativa séria de dar expressão a carências e necessidades envolve uma quantidade de informação tal que se torna impossível enunciar-la de forma completa e conveniente quer para casos isolados, quer múltiplos. [...] é inconcebível que a informação relativa ao conjunto das necessidades possa ser centralmente captada e processada para a sociedade no seu todo. (HODGSON, 1988, p.244).

Transportando esta análise à instituição da Ouvidoria, várias observações podem ser efetuadas. Primeira delas, de cunho funcional, indica a impossibilidade de perfeita construção normativa sobre todas as formas com que a Ouvidoria atuará e realizará suas funções. Em

---

<sup>119</sup> A ideia de complementação não será desenvolvida, pois adentraria em aspectos atinentes ao Poder Legislativo, que não é o foco do trabalho. Observa-se, contudo, que a voz detida pela Ouvidoria foi por vezes potencializada pela presença do Ouvidor no Parlamento, em audiências públicas ou audiências em reunião plenária, explicando da tribuna atividades ou relatório de sua atuação periódica.

razão do mesmo caminho, inadequada é a mera adoção de transplante institucional sem levar em conta o *grafting* face às características locais (PESSALI, 2009).

A forma de atuação da Ouvidoria deve ser dada em razão bem maior dos hábitos sociais do que pela letra fria da lei, de diretriz *top-down*. Neste ponto, se torna essencial o processo contínuo de transmissão de informações, como abordado na seção 3.1, que constitui rotinas a partir de hábitos, que são oriundos de uma cultura social que possibilita a legitimidade de atuação do órgão.

Sob um aspecto prático, há que se garantir a existência de instâncias que possibilitem a expressão da voz. Possibilidade esta não apenas aos cidadãos que acionem o órgão diretamente, mas também àqueles que se expressem através da sociedade civil organizada. Sob tais características, a Ouvidoria não funcionaria com uma índole centralizadora de necessidades da sociedade, como acima alerta Hodgson. Sua essência funcional estaria direcionada à difusão de informação e compartilhamento de responsabilidades, como canal de coordenação, intermediação de conflitos, e não tendo por fim a pretensão de constituir-se via resolutoria cogente, como o Poder Judiciário.

A concessão da voz de uma forma qualitativa é uma das características que distingue a Ouvidoria daqueles setores de recepção de reclamações, a exemplo da Central 156 da Prefeitura de Curitiba. A peculiaridade da Ouvidoria se deve ao envolvimento que ela proporciona entre o cidadão e a Administração Pública na resolução do problema. Formas de atuação com recepção facilitada da manifestação, seu direcionamento a órgãos que ficam legalmente comprometidos com a resposta, o tratamento sinérgico de demandas similares e o possível diálogo na resolução de problemas são também características que a afastam do simples trabalho de recepção de informações.

Constituir órgãos de mera recepção de informações de forma unilateral e descompromissada, nada mais é do que repetir com outra roupagem o caminho histórico de atuação corporativista e clientelista do Poder Público brasileiro. Ao abordar a composição histórica do Brasil, Lenaura Lobato (2006, p.299) expressa o costume do direcionamento de todas as demandas ao interior do Estado, que é inábil às demandas diversas dos canais tradicionais, com formas plurais de representação de interesses.

Com a voz em instituições participativas como a Ouvidoria, se ampliam os atores sociais que se fazem presentes a interferir na formulação de políticas públicas, constituindo novos canais de comunicação com o Estado. Explana a autora que

O processo político é tanto mais amplo, quanto mais atores sociais dele fizerem parte, sejam institucionalizados ou não, estejam ou não representados em grupos formais de interesse. Mesmo sob as mais variadas formas organizacionais, com interesses os mais diversos e, portanto, com diferentes graus de poder, o processo político engloba tantos atores sociais quantos dele quiserem fazer parte, ao menos onde existirem canais democráticos de manifestação de demandas. Das relações estabelecidas entre esses atores, resultará a política pública em si, sendo essa apenas uma das etapas de todo o processo. A representação de interesses não pode ser vista como restrita ao acesso de diferentes grupos ao aparelho estatal. (LOBATO, 2006, p.302).

Um outro ponto à adoção da pluralidade justifica-se pelo que posicionou Patrício Netto et al. (2010, p.83), para quem “Cada secretaria ou órgão de governo ainda ‘enxerga’ toda a problemática da gestão pública sob a perspectiva setorial e apresenta muita dificuldade em enxergar ‘o todo’ para resolver um problema que aflige a sociedade”. E tais ideias multilaterais e dialógicas se alinham com mais adequação à formação de deliberações construídas de forma argumentada.

Leonardo Avritzer (2000, p.26) aponta que o entendimento dominante desde o século XX era que a deliberação na democracia tinha como cerne o momento decisório, encontrado em autores como Rousseau e Schumpeter. Entretanto, aponta Avritzer que desde os anos 70 tal centralidade vem perdendo espaço para a valorização argumentativa que, sendo recuperada por Rawls e encontrando em Habermas sua formulação mais completa, foca no processo de debate entre os agentes (ibid., p.41). Graham Smith (2009, p.10) informa que “we can understand the emergence of participatory democracy in the late 1960s and 1970s [...] More recently, deliberative democracy emerged as a corrective to the perceived focus on aggregative forms of democracy (Bohman 1998)”. Deste modo, depreende-se que se trata de uma visão relativamente nova, se comparada à tradicional que tanto Avritzer como Smith nomeiam de elitista.

Avritzer (2000, p.38) analisando a partilha de significados à construção da ordem social, cita a ideia habermasiana de que “em um processo cooperativo de interpretação ninguém possui o monopólio da interpretação correta”. Admitindo interpretações diversas, Habermas entende que as formas de argumentação são próprias ao mundo social, se afastando de Rousseau quando este entende que aqueles que divergem da vontade da maioria estão errados (Ibidem). Avritzer (Ibid., p.43-44) conclui que o local da democracia deliberativa deve ser os fóruns entre Estado e sociedade, pois dotados de características como a cessão de espaço decisório pelo Estado, o tratamento público da informação e a possibilidade de teste de múltiplas experiências, em que o elemento central é a diversidade, não a sua unidade.

A Ouvidoria de Curitiba pode se inserir tanto na primeira (com mesmo direito de contribuir), como também na segunda distinção de instituição (com apoio aos menos capacitados) exposta na seção 3.2 sobre o grau de realização de igualdade (SMITH, 2009, p.22). Os recursos de apoio àqueles cidadãos com menos experiência e confiança estavam se desenvolvendo no órgão. A praticidade de manifestações anônimas, sua apresentação *online*, a qualquer momento nos 365 dias por ano e a possibilidade de apresentar questionamentos via telefone foram algumas das aptidões que aparentaram contribuir ao ambiente de facilitação. E tais possibilidades não se apresentam apenas àqueles desprovidos de habilidade de comunicação, mas também àqueles impedidos de manifestar-se nos horários de trabalho ou deslocados de sua residência. Soma-se a tais esforços também a realização de atividades da Ouvidoria fora de sua sede física, promovendo paralelamente uma incipiente, mas contínua, propaganda institucional aos diversos públicos.

Smith efetua uma análise sobre mini públicos, em uma montagem de assembleias por seleção aleatória. Conclui que, apesar de haver presença, a utilização da voz não se fez equânime pois “Most citizens do not feel able or willing to speak in front of large groups where debates tend to be ‘dominated by a small number of skilled and charismatic speakers ... who count on rhetoric rather than argument’ (Elster 1998: 107)” (SMITH, 2009, p.84). Em razão disso, os maiores mini públicos têm sessões em que se dividem os participantes e grupos menores para incentivar discussões.

Na Ouvidoria, geralmente os atendimentos são individuais e reservados. Entretanto, quando há audiências públicas, atenta-se ao trabalho direcionado a grupos específicos de interesse. O parcelamento ao número menor possível visa não apenas organizar os debates, como também incentivar a liberdade de manifestação do cidadão, na forma como salientou Graham Smith. Apesar de serem comuns as audiências públicas envolvendo temas mais controversos, também cabe ao Ouvidor funcionar como uma espécie de facilitador quando realiza reuniões. Tal posição, atenta à dinâmica emocional, visa promover a igualdade de oportunidades sem ser liberal à dominação dos mais confiantes, nem intervencionista igualando oportunidades, que pode levar à mesma dominância (SMITH, 2009, p.87).

A atividade de facilitador que pode exercer o Ouvidor é bastante sensível. Ao mesmo tempo em que tem o poder de constituir os hábitos organizacionais que tanto importam à formação da instituição pode, de igual forma, influenciar negativamente, v.g., pela não adequação da comunicação ao público a ser atingido, ou pela não participação de grupos minoritários. Neste sentido explica Smith

But ensuring voice is not sufficient to ensure considered judgement on the part of participants. While facilitators are trained to be aware of marginal voices, we have already noted that their methods and techniques can themselves at times act as a barrier to voice. (SMITH, 2009, p.99).

Deste modo, a Ouvidoria detém formatos definidos ou, quando não, detém forte potencial de agir como moderador e facilitar a igualdade de voz aos cidadãos, ao encontro do que explana Smith (Ibid., p.168). Exemplos disso são as prioridades de atendimento individuais às manifestações, como a recepção presencial; os mecanismos de facilitação da manifestação de classes sociais de baixo poder aquisitivo, como reuniões regionais em bairros; as reuniões de exclusivo acesso a específicos grupos marginalizados, como os cidadãos em situação de rua; a atuação ativa do Ouvidor como facilitador em reuniões públicas, dentre outros.

Considerando estas suas características, a Ouvidoria visivelmente situa-se dentre aquelas que compõem o quadro de instituições participativas dotadas de efetivo potencial de interferência na arena política. Como várias destas, a Ouvidoria não detém traços de certeza, como a de garantir igualdade de voz a todos na contribuição de tomada de decisão e influência da decisão final, algo que Smith (Ibid., p.167) expressa que apenas a legislação direta (iniciativa popular e referendo) detém. Entretanto, suas qualidades como a facilidade de acesso, a promoção da voz a qualquer cidadão ou grupo, somados ao dever legal da Administração Pública em lhe responder, promovem um saldo claramente positivo quando sopesados na balança de concretos benefícios que podem ser trazidos à sociedade.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou verificar o desenho institucional da Ouvidoria de Curitiba e como ele é capaz de promover sobretudo a voz do cidadão enquanto bem democrático. A pretensão desta estrutura é contribuir ao fortalecimento da participação popular e do controle social junto à Administração Pública.

O instituto da Ouvidoria tem muito a colaborar com a cidade de Curitiba. Apesar das alterações que vem sofrendo, sua potencialidade em fomentar a participação social é um ponto de alto valor à democracia. Sua essência de atuação ágil, simples e informal lhe credencia vigorar dentre os avanços sociais que alcançam a efetividade da resposta governamental.

Como qualquer outro órgão, a Ouvidoria ainda carece de adequação a vários de seus mecanismos, a começar pela forma de escolha de seu titular. O formato de eleição no sistema de três fases demonstrou-se excessivamente burocrático e bastante aberto a questionamentos, inclusive judiciais, em que pese o sucesso unânime da Câmara de Curitiba quando isto ocorreu.

Como fora expresso na seção de disputa de atores, a pretendida participação social através de escolhas entre Organizações da Sociedade Civil não alcançou a integralidade do objetivo democrático propugnado em lei. Comparando as OSC's que participaram de ambas as eleições, percebe-se clara repetição de protagonistas, entidades de maior amplitude como as federações, que influenciaram entidades sociais de menor capacidade de interferência para serem escolhidas na 1ª fase. Em ambas eleições uma grande parte das OSC's realizaram inscrição mas não participaram.

A complexidade do pleito, aliado à ausência de regras bem definidas, até mesmo em virtude da novidade, afastaram não apenas OSC's mas principalmente potenciais candidatos a Ouvidor. Autoridades de grande reconhecimento não estavam dispostas a participar de arenas de embate cujas regras estavam pouco claras, nas palavras de Manoel Gomes. Igualmente inadequada é a omissão da lei em disciplinar caminhos à resolução de questões como o não atingimento do quórum de maioria absoluta do plenário, utilizado como justificativa à não finalização do segundo pleito.

O desestímulo do processo foi mais perceptível na segunda eleição, em que houve não apenas uma acentuada diminuição de entidades dispostas a participar, mas também foram sentidas ausências de entidades importantes de maior representatividade. Houve também pouca repetição de entidades que participaram do primeiro pleito.

Os dados demonstraram que na repetição de OSC's houve um perfil: as mesmas entidades de maior amplitude, como Uniões e Federações, que exerceram influência em outras entidades. Em razão disto, aquelas alcançaram vagas em ambas Comissões Eleitorais à avaliação dos candidatos a Ouvidor.

Enfim, compreende-se que a finalidade do legislador em promover a maior amplitude possível na participação social quedou-se claramente limitada o que, invariavelmente, demandaria alterações pelo Parlamento, mais cedo ou mais tarde. Entretanto, não é justo debitar ao desenho institucional a integralidade dos problemas sofridos. Condições como a maturidade participativa da sociedade ou a abertura a mecanismos de controle por parte de agentes públicos podem ser também alguns dos elementos que contribuíram ao entrave do órgão.

Em seu momento de executar as atribuições pela qual existe, a Ouvidoria encontrou vários óbices. Um dos principais foi o desconhecimento de seu funcionamento por parte dos parlamentares, fato que desencadeou as ausências de apoio político, de estruturação e de articulação administrativa.

A execução cotidiana expôs alguns dos problemas, na medida em que, ausentes planos de constituição de rotinas institucionais, não se delimitaram caminhos necessários a um desenvolvimento interno mais efetivo. A partir disto, a ausência de mecanismos que permitissem conhecimento de si própria, o diminuto quadro com a dificuldade de especialização de pessoal e a impossibilidade temporal de consolidação do processamento das informações produzidas pelo órgão, contribuíram à incapacidade de conquistar seu reconhecimento junto à Administração Pública.

O peso da percepção do Parlamento está paralelamente relacionado com a percepção que teve a sociedade sobre o órgão. O baixo entendimento da Câmara Municipal trouxe um viés competitivo à relação entre os órgãos quando o titular da Ouvidoria passou a ser visto como um vereador especial, que adentrava nas atribuições parlamentares. A relação que deveria ser de complementaridade de funções acabou por tornar-se competição. A separação em grupos demonstrou um grave dado quanto ao entendimento dos parlamentares. Independente do posicionamento contra ou a favor, destacam-se os dados de que por volta de 60% deles não compreendeu o que era a Ouvidoria ou não entendiam o valor da participação social. Trata-se de algo grave, ainda mais se levar em conta que o órgão é funcionalmente vinculado ao Parlamento.

Similar a este complicado cenário junto ao Parlamento, a Ouvidoria deteve pouca ou nenhuma capacidade de autopromoção junto à sociedade. Os dados coletados indicaram uma



linha muito tênue entre o esforço de propaganda do órgão e a exaustão de recursos. A realidade da Ouvidoria naquele momento não a permitia executar uma autopromoção, pois, com esta, haveria aumento da demanda social e a estrutura instalada não suportaria a manutenção dos índices de respostas. Ocorrendo atrasos ou incapacidade em responder, certa seria a forte deslegitimação do órgão perante a sociedade.

A comparação entre os momentos da Ouvidoria foi evitada. Tal fato se deve aos ambientes diversos em que ambas estiveram inseridas. Entretanto, duas das características auxiliam a compreensão do tema. A Ouvidoria de 2015 se originou de iniciativa do Parlamento, não do chefe do Executivo, Poder que mais se submete à fiscalização da Ouvidoria. Não à toa se evidenciaram os vários problemas na comunicação com os órgãos do Executivo, que não planejou espaço político àquilo que não foi de sua iniciativa, ao contrário do que ocorrera à Ouvidoria de 1986. Desde a aprovação da lei de 2013 já se demonstrava pouco interesse da prefeitura que, com um veto, isentou-se de contribuir com a cessão de servidores à Ouvidoria, impedindo cooperação com experiências oriundas de seus quadros, que detém qualificações mais diversificadas que o do Legislativo.

Todavia, aparentou-se atingida a pretensão de diferenciar a Ouvidoria daqueles simples sistemas de atendimentos a reclamações. A recepção facilitada da manifestação e a cobrança dos órgãos que ficam comprometidos com a resposta são características legais, já previstas. Mas conceder a voz de uma forma qualitativa ao cidadão, promovendo o diálogo entre ele e a Administração Pública à resolução do problema e executar um tratamento sinérgico de demandas similares estão dentre as características que a tornam peculiar.

O cenário conturbado em que a Ouvidoria esteve inserida pode ser ilustrado por algumas das alterações legislativas que sofreu. Primeiro, na década de 1980, após ser erigida à Lei Orgânica foi, contraditoriamente com base neste mesmo dispositivo, extinta dos quadros do Poder Executivo. Em seu segundo momento, na década de 2010, foi contemplada por Lei e Resolução da Câmara com uma reestruturação para, poucos anos após, ser dissolvida como órgão do município para abranger apenas a Câmara de Curitiba.

Em que pesem algumas das últimas alterações operadas por Lei Ordinária, observa-se que o instituto não teve a correspondente alteração na Lei Orgânica do Município, que é a norma de maior hierarquia do município. De acordo com esta, a Ouvidoria ainda é órgão de controle *interno* e de defesa dos direitos dos cidadãos com abrangência em todo o serviço público de Curitiba. Em igual forma, apesar de aprovada Resolução da Câmara para regulamentar o novo órgão de abrangência exclusivamente interna, não houve revogação da Resolução que prevê a Ouvidoria como órgão de amplitude municipal.



O histórico de atividades legislativas expostas nos Quadros 3 e 7 evidenciam que o Parlamento tem ciência da importância do instituto, razão pela qual pode se presumir que há na pretensão de evitar os debates que alterações como as de Lei Orgânica geram, uma das causas à inércia. Mas, ainda assim, isso demonstra a inadequação com que o tema foi tratado. Situações como estas podem evidenciar que a decisão do Administrador Público está direcionada não ao ponto em que se quer chegar, mas sim do ponto em que se quer sair.

Considerando a história como um processo cumulativo de trajetórias dependentes, como expressa Veblen, não era antecipável o resultado de dissolução da Ouvidoria, em razão de possível incapacidade ou incômodo do Administrador Público. Apesar da potencialidade em promover espaço de voz enquanto bem democrático, não se pode também concluir pela eficácia das realizações dela ao aumento da capacidade de participação social, muito porque este trabalho não se aprofunda na análise de processo decisório. No entanto, o que se pode concluir é que a constituição de espaços de participação social não pode ficar à mercê exclusiva de forças políticas oriundas do governo. A característica da transitoriedade dos agentes políticos faz com que espaços de participação social criados unilateralmente pela instância governamental também sofram com a periodicidade de processos políticos (*politics*) em curso.

A apropriação destes espaços pela sociedade é fundamental à sua consolidação, na medida em que fixa nos hábitos sociais a imprescindibilidade das esferas que se demonstrarem hábeis aos fins democráticos. A aferição de sucesso ou fracasso depende, dentre outros fatores, de seu exercício ao longo do tempo, algo que foi obstado à Ouvidoria de Curitiba. Não lhe foi concedida uma oportunidade qualitativa de estrutura e quantidade efetiva de tempo que lhe permitisse demonstrar sua capacidade de atingir a confiabilidade de cada usuário. Ato contínuo, obter aceitação enquanto instância participativa e, por fim, estabelecer hábitos sociais.

A ausência de rotinas formais e estáveis na atuação da Ouvidoria foi uma característica clara. Em que pese haver algumas convenções em relação a certos caminhos burocráticos de manifestações, não havia rotina consolidada e de domínio amplo dentro do órgão. É certa a contribuição desta ausência não apenas ao seu enfraquecimento, mas também ao estrangulamento de sua capacidade resolutiva. Por motivos vários não se consolidou na Ouvidoria uma cultura institucional definida por rotinas claras e conhecidas pela sociedade, que se convencionou nomear de maturidade organizacional.

Ao fim, é crível o entendimento de que esta ausência de rotinas foi decisiva não apenas para impedir a formação de *know-how* às gerações de futuros agentes do órgão, mas

principalmente por dificultar a constituição de hábitos na sociedade, pilar essencial à construção de uma instituição.

De uma forma geral, é fundada a percepção de que a Ouvidoria de Curitiba ainda não se constituiu enquanto instituição a criar expectativas estáveis quanto ao comportamento das pessoas, possibilitar pensamento ordenado e consistência às atividades humanas. Enfim, de posicionar-se pelo entendimento social como um órgão indispensável à democracia.

Como um exercício crítico, todavia, impende expressar algumas das limitações do presente trabalho que, se executadas, ampliaria bem mais o escopo. Várias análises não puderam ser levadas a efeito, parte em razão do tempo, parte motivada pela necessidade de focar no objeto delimitado. Além disso, também houve uma limitação de informações do órgão pois, além de recente sua implementação vinculada ao Legislativo, teve curta atividade, que foi descontinuada desde a não finalização de sua segunda eleição. Houve a intenção de adentrar o estudo em processos decisórios, algo que enveredaria em um flanco diverso da abrangência desejada. Do mesmo modo, não se pôde estudar os tipos de hábitos instituídos na interação dos atores envolvidos.

Para além deste trabalho, em razão da amplitude da matéria, salienta-se o encontro de tema para relevante pesquisa: analisar a contribuição da Ouvidoria de Curitiba ao ambiente de participação social e sua capacidade de interferência nos processos decisórios. Há tema interessante também na aferição de contribuição do instituto à melhoria dos modelos escolhidos nos Municípios, nos Estados e na União, indicando os vários pontos em que o modelo instituído em Curitiba pode contribuir à democracia. Que os esforços científicos auxiliem no fortalecimento de nossa cidadania!

## 8 REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. (Org.). Cultura política, atores sociais e democratização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 10, p. 7-28, 1995.

AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática e deliberação pública. **Lua Nova** [online]. 2000, n.50, pp.25-46. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ln/n50/a03n50.pdf>. Acesso em 01 jul. 2020.

BARBOSA, Carlos. Entrevista concedida na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Conteúdo transcrito em anexo à dissertação. Curitiba, 03 de março de 2020.

BONICATTO, Carlos Eduardo. La ciudadanía de los migrantes en sudamérica: una mirada desde las defensorías del pueblo. In: CONSTENLA, Carlos R.; LYRA, Rubens Pinto. **Defensorías del Pueblo y Ouvidorías: nuevos conceptos y perspectivas**. João Pessoa: Ed. Universitária UFPR, 2012.

BRASIL. Portal Ouvidorias. Disponível em <https://www.ouvidorias.gov.br/cidadao/conheca-a-ouvidoria/historia-das-ouvidorias>. Acesso em 06 ago. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Brasília: Assembleia Nacional Constituinte, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 7 ago. 2019.

BRASIL. Lei Ordinária nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Dispões sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da Administração Pública. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm). Acesso em: 7 ago. 2019.

BRASIL. Participação Social no Brasil: entre conquistas e desafios. **Secretaria-Geral da Presidência da República**. Brasília, 2014.

COMMONS, John R. Institutional economics. **American Economic Review**, vol. 21, nº 4, p. 648-657, JSTOR, 1931.

COSTA, Clovis Augusto Veiga da. Entrevista concedida no Escritório Romanelli, Panizzi, Costa & Schroeder Advogados Associados. Conteúdo transcrito em anexo à dissertação. Curitiba, 27 de fevereiro de 2020.

CUNHA FILHO, Valter Fernandes da. **Cidade e sociedade**: a gênese do urbanismo moderno em Curitiba (1889-1940). 171f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Curitiba, 1998. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/27079>. Acesso em: 12 ago. 2019.

CURITIBA. Ouvidoria do Município. **Relatório Levantamento de Manifestações - Maio de 2015 a Novembro de 2016**. Disponível em:

<http://www.ouvidoria.curitiba.pr.leg.br/institucional/noticias/publicado-levantamento-2015-2016>. Acesso em: 11 ago. 2017.

CURITIBA. **Lei Ordinária nº 14.223**, de 7 de janeiro de 2013. Cria a Ouvidoria do município de Curitiba. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/fphnb>>. Acesso em: 18 maio 2018.

CURITIBA. **Lei Orgânica do Município de Curitiba**, de 5 de abril de 1990. Disponível em: <http://leismunicipa.is/sdtim>. Acesso em: 18 nov. 2019.

CURITIBA. **Resolução da Câmara nº 4**, de 18 de dezembro de 2013. Disciplina os procedimentos, prazos e requisitos para a escolha do ouvidor do município de Curitiba, em conformidade à lei nº 14.223, de 07 de janeiro de 2013 e respectiva alteração. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/bnhtr>>. Acesso em: 18 maio 2018.

DELGADO, Nelson Giordano. Os desafios acadêmicos da interdisciplinaridade. Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR, Curitiba, 04 abr. 2014. Palestra.

DEMO, Pedro. Cidadania menor: algumas indicações quantitativas de nossa pobreza política. Petrópolis: Ed. Vozes, 1992.

DEQUECH, David. O conceito de instituições e algumas tipologias. Cap. 6. In: SALLES, Alexandre Ottoni Teatini; PESALLI, Huáscar; FERNÁNDEZ, Ramón García (Orgs). **Economia Institucional**: fundamentos teóricos e históricos. São Paulo: Unesp, 2017.

DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. 13 ed. USA: Pearson Education, 2011.

DUHIGG, Charles. **O Poder do Hábito**. Por que fazemos o que fazemos na vida e nos negócios. Trad. Rafael Mantovani. 1ªed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, jun. 2000.

GOMES, Manoel Eduardo Alves Camargo e. Ouvidoria pública: o protagonismo curitibano. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 nov. 2014. Caderno Opinião, p. 14.

GOMES, Manoel Eduardo Alves Camargo e. A adequação jurídica e política do Ombudsman como instrumento de controle e de proteção do cidadão. In: LYRA, Rubens Pinto (Org.). **Do Tribuno da Plebe ao Ouvidor Público**: estudos sobre os defensores da cidadania. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

GOMES, Manoel Eduardo Alves Camargo e. O regime jurídico das ouvidorias públicas brasileiras: causalidade de sentido e adequação estruturo-funcional. 511 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

GOMES, Manoel Eduardo Alves Camargo e. Modelos de Ouvidorias Públicas no Brasil. Cap 1. In: MENEZES, Ronald do Amaral; CARDOSO, Antonio Semeraro Rito (Orgs). **Ouvidoria pública brasileira**: reflexões, avanços e desafios. Brasília: IPEA, 2016.

GOMES, Manoel Eduardo Alves Camargo e. Entrevista concedida no Escritório Camargo e Gomes Advogados. Conteúdo transcrito em anexo à dissertação. Curitiba, 28 de fevereiro de 2020.

HAMILTON, Walton. The Institutional Approach to Economic Theory. **The American Economic Review**, Vol. 9, N. 1, Supplement, Papers and Proceedings of the Thirty-First Annual Meeting of the American Economic Association. pp. 309-318, Mar., 1919.

HESPANHA, António Manuel. Pluralismo Jurídico e Direito Democrático. São Paulo: Annablume, 2013.

HODGSON, Geoffrey. **Economia e instituições**: manifesto por uma economia institucionalista moderna. 1ª ed. Portuguesa. Oeiras: Celta Editora, 1994. (Trabalho original publicado em 1988).

HODGSON, Geoffrey. The ubiquity of habits and rules. **Cambridge Journal of Economics**, n. 21, p. 663-84, 1997.

HODGSON, Geoffrey. What are institutions? **Journal of Economic Issues**, v. 40, n. 1, p. 1-25, 2006.

HODGSON, Geoffrey. Prefácio In: SALLES, Alexandre Ottoni Teatini; PESALLI, Huáscar; FERNÁNDEZ, Ramón García (Orgs). **Economia Institucional**: fundamentos teóricos e históricos. São Paulo: Unesp, 2017.

HODGSON, Geoffrey. **The Nature and Replication of Routines**. The Business School, University of Hertfordshire, 2004. Disponível em <http://www.gredeg.cnrs.fr/routines/workshop/papers/Hodgson.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.

JACOB, Cesar A. A reserva do possível: obrigação de previsão orçamentária e de aplicação de verba. In: GRINOVER, Ada P.; WATANABE, Kazuo. **O controle jurisdicional de políticas públicas**. Rio de Janeiro: Forense, 2ª ed., 2013. p. 237-284.

JANUZZI, Paulo M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **RAP** Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 51-72, Jan./Fev. 2002.

KRAFT, Michael E.; FURLONG, Scott R. **Public Policy: politics, analysis and alternatives**. 3 ed. USA: CQ Press, 2010.

LOBATO, Lenaura. Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas. In: SARAVIA, Henrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas públicas: Coletânea**, v. 1, p. 289-313, 2006.

LUZ, Ramiro Batista da. Entrevista concedida na Câmara Municipal de Curitiba. Conteúdo transcrito em anexo à dissertação. Curitiba, 12 de fevereiro de 2020.

LYRA, Rubens Pinto; PINTO, Eliana (Orgs.). **Modalidades de Ouvidoria Pública no Brasil**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2009.

LYRA, Rubens Pinto. Propostas de parlamentares e do Governo Federal para um sistema nacional de ouvidorias. In: LYRA, Rubens Pinto (Org.). **A Ouvidoria Pública no Brasil: modelos em disputa**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

LYRA, Rubens Pinto. Paradigmas de ouvidoria pública e proposta de mudança. In: MENEZES, Ronald do Amaral; CARDOSO, Antonio Semeraro Rito (Orgs). **Ouvidoria pública brasileira: reflexões, avanços e desafios**. Brasília: Ipea, 2016.

MAUERER, Michael. **Equity – The Supplementary Function of The Ombudsman**. International Ombudsman Institute. Occasional Paper #55, 1996. Disponível em: <https://www.theioi.org/publications/occasional-papers-1979-2008> Acesso em: 15 ago. 2019.

MENEZES, Ronald do Amaral. Projeto coleta OGU 2014: um retrato das ouvidorias federais brasileiras (Cap.11) In: MENEZES, Ronald do Amaral; CARDOSO, Antonio Semeraro Rito (Orgs). **Ouvidoria pública brasileira: reflexões, avanços e desafios**. Brasília: Ipea, 2016.

NEALE, Walter. Institutions. **Journal of Economic Issues**, vol. 21, n. 3, 1987, pp. 1177–1206. New York (USA): JSTOR, 1987.

NORTH, Douglass C. Institutions. **Journal of Economic Perspectives**, v. 5, n. 1, p. 97-112. Pittsburgh (USA), 1991.

NORTH, Douglass C. **Instituciones, cambio institucional y desempeño económico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

OLIVEIRA, João Elias de. Ouvidoria Pública Brasileira: A evolução de um modelo único. In: VISMONA, Edson Luiz (Org.). **A ouvidoria brasileira: dez anos da Associação Brasileira de Ouvidores / Ombudsman**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2005.

PATRICIO NETTO, Bernardo; RISSETE, Cezar; PUPPI E SILVA, Heloisa; FARAH JUNIOR, Moises Francisco. Instrumentos de gestão pública. In: SILVA, Christian Luiz da; LIMA, José Edmilson de Souza. (Org.). **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. 1ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010, p. 69-92.

PESSALI, Huáscar; DALTO, Fabiano. A mesoeconomia do desenvolvimento econômico: o papel das instituições. **Revista Nova Economia**, UFMG, Belo Horizonte, v.20, n.1, p. 11-37, abr. 2010.

PESSALI, Huáscar. **Nanoelementos da mesoeconomia: uma economia que não está nos manuais**. Curitiba: UFPR, 2015.

PESSALI, Huáscar. Transplante institucional e especificidades dos receptores locais. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental, IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, nº 2, p. 13-18, jul. 2009.

PESSALI, Huáscar. Novas Institucionalidades: ideias e conceitos orientados à Política pública. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Estrutura produtiva avançada e regionalmente integrada: diagnóstico e políticas de redução das desigualdades regionais**. Brasília: IPEA, 2010, Livro 5, v. 2.

PESSALI, Huáscar. Public policy design in developing societies: beyond transplantation. **Journal of Developing Societies**, v. 27, p. 11-28, 2011.

RAYMOND, John R; LAYDE, Peter. Three-Year Experience of an Academic Medical Center Ombuds Office. **Academic medicine: journal of the Association of American Medical Colleges**, vol. 91, n. 3, March 2016.

REIF, Linda C. **The Ombudsman, Good Governance and the International Human Rights System**. International Studies in Human Rights. Volume 79. The Netherlands: Koninklijke Brill Nv, Leiden, 2004.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Etnografia na Avaliação de Políticas Públicas**: limites e possibilidades. **POLÍTICA & TRABALHO**, Revista de Ciências Sociais, nº 47, jun./dez. 2017, p. 229-245.

ROMÃO, Wagner de Melo. Conselheiros do orçamento participativo nas franjas da sociedade política. São Paulo: **Revista Lua Nova**, nº 84, 2011, p. 353-364.

SALAMUNI, Paulo. Entrevista concedida no Escritório Parlamentar. Conteúdo transcrito em anexo à dissertação. Curitiba, 14 de fevereiro de 2020.

SALLES, Alexandre Ottoni Teatini; PESSALI, Huáscar; FERNÁNDEZ, Ramón Garcia (Orgs). **Economia Institucional**: fundamentos teóricos e históricos. São Paulo: Unesp, 2017.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. "Para o bom regime da república: ouvidores e câmaras municipais no Brasil colonial". **Revista Monumenta**, v. 3, nº 10. Curitiba, inverno/2000. p.01-19.

SANTOS, Christiane Luiza. **Democracia e participação no sistema único de saúde: desenho institucional e voz nas conferências municipais de saúde de Curitiba – PR em 2011 e 2013**. 141 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

SILVA, Adriana Campos et alli. **Por um sistema de ouvidorias públicas: possibilidades e obstáculos**. Série Pensando o Direito, vol. 42. Brasília: Ministério da Justiça, 2012. Disponível em <http://pensando.mj.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/Volume-423.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2020.



SILVA, Luis Miguel Justo. Entrevista à Diretoria de Comunicação da Câmara de Curitiba em 23 mar. 2015. Disponível em [https://www.cmc.pr.gov.br/ass\\_det.php?not=24407#&panel1-1](https://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=24407#&panel1-1). Acesso em: 7 ago. 2019.

SMITH, Graham. **Democratic innovations**: designing institutions for citizen participation. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias** nº 16, jun./dez. 2006, p. 20-45.

SUÉCIA. Parliamentary Ombudsmen (JO), **Swedish Riksdag**. Disponível em <http://www.jo.se/en/>. Acesso em 13 jan. 2020.

VEBLEN, Thorstein. A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições. Tradução de: KRÄHENBÜL, Olivia. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [1857-1929]. Título original: **The Theory of the Leisure Class**.

VEBLEN, Thorstein. **The Place of Science in Modern Civilization and Other Essays**. New York: Huebsch, 1919.



## **ANEXO 1 – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS**

### **TRANSCRIÇÃO 1**

#### **Entrevista – Ramiro Luz**

12 de fevereiro de 2020

NOTA: em razão da adoção de diferentes mecanismos de gravação, os textos transcritos apresentam omissões e falhas ortográficas, em especial de pontuação, que podem interferir em sua interpretação. Em razão do grande volume de dados tratados ao presente trabalho, algumas revisões não puderam ser promovidas.

Áudios originais disponíveis para verificação em <  
<https://drive.google.com/file/d/14v-TyWDa-5CYmAKyo8lOnlsoJ7s2zkfg/view?usp=sharing>> )

## **PARTICIPANTES**

Ramiro Batista da Luz

Rodrigo A. C. Baptista

## **TEMPO DE GRAVAÇÃO**

30 minutos e 39 segundos

## **MODALIDADE DE TRANSCRIÇÃO**

OTranscribe – Sistema Manual

## **LEGENDA**

... → pausa ou interrupção.

(inint) [hh:mm:ss] → palavra ou trecho ininteligível.

(palavra) [hh:mm:ss] → incerteza da palavra transcrita / ouvida.

Rodrigo - Boa tarde, Ramiro Batista da Luz. 12 de fevereiro de 2020, agradecemos a disponibilidade do Ramiro para nos conceder esta entrevista. Ramiro, muito obrigado. Primeiramente informar que está sendo gravada esta nossa entrevista para que possa ser feita uma gravação e organização melhor das ideias, para a gente não perder algumas das coisas que a gente vai conversar aqui. As perguntas são, de uma forma geral, sempre direcionadas à Ouvidoria, como que foi aquele período de execução da Ouvidoria do qual você também acompanhou um pouco trabalhando na ouvidoria àquela época. Sua atividade lá era sobre...

Ramiro - eu fui cedido pela Câmara para atuar na ouvidoria como assessor técnico de tecnologia para a ouvidoria.

Rodrigo - Era aplicado mais à parte de informática?

Ramiro - Isso.

Rodrigo - Você junto com o Carlos e o Clóvis, qual eram as expectativas de vocês executores de como deveria atuar uma ouvidoria?

Ramiro - Eu não sei bem na concepção deles, mas na minha concepção de como a Ouvidoria deveria atuar era num papel de conciliador entre os diversos órgãos, como é uma ouvidoria municipal o âmbito dela a cidade toda, deveria atuar de forma a conciliar os interesses, os cidadãos tem as demandas deles e a prefeitura tem os limites financeiros e tem todos os limites possíveis que qualquer administração de qualquer organização tem. Então conciliar esta situação de forma a arranjar as melhores soluções para a cidade, criar harmonia e fazer com que, até servir de interlocutor entre estas partes. Esta é a minha concepção de Ouvidoria, minha opinião de como uma Ouvidoria de deveria atuar. Então, por exemplo, conciliar os

interesses administrativos da prefeitura até a parte fiscalizatória e regulatória da Câmara. Esta interlocução para que todos funcionem bem. Por que eu digo isso? Pelo contexto da Ouvidoria ter sido criada como municipal, então abrange todo o município. Uma ouvidoria da secretaria da saúde é outra história: ela trabalha com a situação específica da ouvidoria de saúde com problemas relacionados à secretaria de saúde, já é um outro contexto, uma outra concepção.

Rodrigo - Você esteve desde o início que ela foi operacionalizada ali no anexo III?

Ramiro - Sim, o que aconteceu foi que após a eleição do Ouvidor, ele escolheu um assessor, o Carlos, e aí foi feita uma busca por pessoas da área administrativa da Câmara pra atender a Ouvidoria e eu me candidatei a uma das vagas, fui selecionado para trabalhar lá e assim que ela começou a ser implantada eu fui até carregar móveis para operacionalizar a Ouvidoria.

Rodrigo - Ao longo do tempo a operação da Ouvidoria foi ficando melhor ou pior? A ideia é a seguinte: em quais aspectos mais concorreram a um problema de funcionamento? Ela foi ficando melhor, ou pior, ou a mesma coisa; e quais os aspectos mais concorreram a um problema de funcionamento?

Ramiro - Então, eu não sei bem, assim, tudo o que eu falo é minha opinião minha visão das coisas. O que eu percebi é que a Ouvidoria começou com um gás, três funcionários, o Ouvidor e creio que uma estagiária, ou algo parecido.

Rodrigo - Teve uma estagiária de início, então?

Ramiro - Eu não lembro se teve de início, mas depois teve. Mas logo no início tinham quatro pessoas, aí uma das pessoas acabou recebendo uma proposta proposta melhor e resolveu mudar e aí ficou

só três pessoas até que conseguimos um estagiário mas eu acho que, ao longo do tempo, por conta desta falta de estrutura, uma deteriorização da estrutura própria da Ouvidoria ela foi decaindo. Outra coisa que eu acho que pode ter contribuído é que ela também começou ao mesmo tempo que a estrutura foi decaindo, a estrutura administrativa da Ouvidoria mesmo, a demanda cresceu porque a população começou a conhecer a Ouvidoria e começou a cobrar mais.

Rodrigo - Eu vi, inclusive eu fiz um gráfico em que a demanda aumentou bastante depois de, salvo engano, cinco, seis meses depois da criação da Ouvidoria. Ela aumentou bastante, em que pese posteriormente ter diminuído. Por isso um dos porquês da pergunta, uma operação interna, talvez ter um foco em publicidade, ou coisa parecida.

Ramiro - Assim, eu não tenho esta percepção. A percepção que tenho é esta: de que a estrutura interna administrativa foi deteriorando, tinha mais pessoas, tinha mais motivação, tinha mais apoio e ela foi deteriorando e aí também foi sendo mais conhecida, teve mais demanda e a demanda ficou represada na falta de estrutura da Ouvidoria. Uma das coisas que eu vejo.

Rodrigo - Esta falta de estrutura, o que você avalia como mais sensível? É questão de pessoal, capacitação, espaço físico, publicidade, o que você avalia mais?

Ramiro - Eu creio que falta de pessoal. A gente conheceu outras ouvidorias, é claro que tem outras realidades, outros orçamentos, mas a Ouvidoria do Senado tem um *callcenter* inteiro para atender toas as ligações. E ali a gente mesmo é que precisava atender. Então as pessoas que estavam atendendo presencialmente também precisavam atender telefone e resolver outras demandas, que

no meu caso, é a parte técnica de informática. Então, além de atender telefone e atender as pessoas presencialmente, eu ainda tinha que fazer a parte de informática que era na verdade o objetivo final da minha posição ali. Então eu acho que uma das piores coisas foi a falta de pessoal.

Rodrigo - Com relação à capacitação e quaisquer outros gastos, como era a receptividade de requerimentos de gastos aos setores da CMC, por exemplo: precisamos de uma mesa, ou precisamos de algum treinamento, como era a receptividade destes gastos?

Ramiro - Eu na verdade não ordenava estes gastos, então eu não sei bem responder esta pergunta porque eu não tinha esta relação direta. Normalmente eu solicitava ao Carlos, que era o coordenador da Ouvidoria, e ele fazia a demanda para a Câmara. Então talvez ele tivesse melhor esta percepção da receptividade das solicitações. Um gasto que eu posso falar foi um curso de programação que a gente pediu, a Administração percebeu que este era um curso interessante para a Diretoria de Informática, a Administração da Câmara contratou para a Diretoria de Informática e cedeu uma vaga para a Ouvidoria, então fez um caminho diferente. Então foi o único curso que eu tive uma experiência de contato de contratação de treinamento.

Rodrigo - Mas era da área de informática mesmo?

Ramiro - Era da área de informática mesmo.

Rodrigo - E treinamento específico pra Ouvidoria, houve?

Ramiro - Não. Não houve nenhum treinamento específico pra Ouvidoria. A gente, se eu não me engano, a gente fez só um gratuito do Senado.

Rodrigo - Quais que eram os canais disponíveis ao contato do cidadão com a Ouvidoria?

Ramiro - Era pelo formulário eletrônico no portal, por telefone, e por telefone a gente registrava no portal também, e presencial, que a gente também registrava no portal. Qualquer canal que chegava a gente ia até o registro no portal.

Rodrigo - E quais eram mais utilizados?

Ramiro - O portal. Seguido por telefone, bastante.

Rodrigo - O pessoal que comparecia presencialmente, qual era a porcentagem mais ou menos do pessoal que comparecia presencialmente?

Ramiro - Não tenho ideia, mas acho que no máximo chegaria a 5%, no máximo. Algumas pessoas presencias eram pessoas que já conheciam o Ouvidor e já tinha entrevista marcada, várias pessoas já tinham reunião para uma demanda específica, por exemplo de alguma associação que tinha alguma demanda e vinha falar com o Ouvidor. Algumas pessoas presenciais eram neste sentido. E algumas poucas pessoas chegavam por via de querer fazer uma reclamação presencial.

Rodrigo - Contando com todos, site, telefone e presencial, qual era a composição média de classe social, você tem alguma ideia disso?

Ramiro - Não tenho essa informação, não fazia esse filtro

Rodrigo - No seu entendimento qual é o tema mais bem-sucedido que a Ouvidoria tratou?

Ramiro - Não sei muito bem se teve algum tema de destaque em relação aos outros.

Rodrigo - Você sabe quantas intervenções, recomendações foram feitas junto ao Poder Municipal?

Ramiro - Olha, recomendações eu creio que foram umas 5 recomendações.

Rodrigo - Você sabe os temas?

Ramiro - Eu lembro de um tema que na verdade eu ajudei a elaborar sobre o software livre. Da recomendação da utilização do investimento do dinheiro público em software livre, software público.

Rodrigo - Havia meta, por exemplo base em relatório de outros órgãos indicando problemas do município para poder averiguar.

Ramiro - Não. Assim, no meu conhecimento não tinha meta alguma. Talvez até a meta era implantar a Ouvidoria, fazer funcionar, para que noutro ano alguém possa aumentar a meta.

Rodrigo - Houve tempo para poder constituir hábito de operacionalização no tratamento dos problemas? A ideia é mais ou menos a seguinte: para o problema X eu tenho o caminho de resolução X; para o problema Y eu tenho o caminho de resolução Y. Houve tempo de criar algum hábito neste sentido?

Ramiro - A gente fez um procedimento de atendimento das solicitações que foi mais ou menos assim: algumas demandas eram muito frequentes, muito volumosas, bastantes demandas, um dos problemas: um software proprietário de iluminação pública. O software expirou a licença e não se podia mais utilizar, e ele avisava onde estavam as lâmpadas que estavam com a vida útil no final. Então as lâmpadas começaram a queimar pela cidade inteira e a secretaria de iluminação pública teve que fazer um grande esforço para tentar atender todas as demandas de iluminação pública. Fizemos o procedimento de agrupar essas demandas de iluminação em escritórios direto para a secretaria municipal de iluminação pública, não sei se é de obras, acho que é secretaria de obras. Aí esses escritórios chegavam lá

com todas as demandas que vinham de pessoas de reclamação de iluminação pública e aí a secretaria dava o andamento lá e nos respondia quais puderam ser feitas, quais não puderam quais as solicitações que tinham. Normalmente a gente mandava já com o protocolo do 156, então a secretaria podia usar o sistema e saber qual demanda era. E esse era um procedimento. Outro que a gente tinha bastante era a coleta de galhos e podas, também era outro ofício agrupando estes todos e aí alguns casos, por exemplo, a gente percebeu o que estava gerando o problema de iluminação pública era na verdade o software proprietário e a gente descobriu que estava sendo feita nova solicitação para um novo software proprietário de novo para resolver o problema de iluminação pública. Fizemos uma reunião com o pessoal do ICI, tentamos reverter a situação para que eles abrissem a licitação para um software livre. Ou seja, se vai gastar muito dinheiro público, gaste-se com o software que se tenha acesso ao código fonte, que aí pode se dar continuidade que não vai parar daqui a 4 anos quando vencer o contrato, para não dar este tipo de problema. Então a gente recomendou, fez isso, não tivemos sucesso e escrevemos graças esta averiguação, escrevemos a recomendação para o Município de que usar software livre, fizesse licitações com o software livre, pra evitar este tipo de problema. Na mesma época foi a época que estourou o problema do software proprietário da URBS de bilhetagem, então a gente teve por coincidência várias situações envolvendo a cidade inteira que foram causadas por software proprietário. Aí a Ouvidoria reconheceu isso como um problema para a cidade e escreveu uma recomendação. Tem o procedimento do dia a dia e tem este procedimento de observar algo que já é abrangente, já um negócio que abrange a cidade inteira e escrever uma



recomendação baseada nesta percepção. Então tem dois procedimentos: o dia a dia operacional e este mais municipalizado, mais abrangente.

Rodrigo - Com relação às podas, foi feito algo além do repasse das informações que cegavam na Ouvidoria? Por exemplo desta reunião da qual você falou.

Ramiro - Na verdade foram feitas reuniões para tentar resolver os problemas, pra tentar descobrir quais eram as demandas, porque que as coisas não estavam funcionando direito. A causa das podas foi uma coisa parecida, parecia que estavam entre contratos de empresas terceirizadas que fazem a coleta. Então as empresas queriam aumentar os contratos e o prefeito não conseguia aumentar os contratos então algumas coisas foram deixadas a desejar. Não era comentado tão frequentemente, foi causando uma deteriorização nos serviços.

Rodrigo - No seu entendimento quais foram os principais problemas operacionais internos ao funcionamento da Ouvidoria e, a segunda pergunta, é os externos ao funcionamento da ouvidoria. Interno operacional e externo organizacional.

Ramiro - Uma das coisas que eu vi quanto ao funcionamento interno foi a falta de a gente ter esta condição de atender a população principalmente por telefone. A estrutura da Ouvidoria para atendimento telefônico não estava bem dimensionada. Havia muitas ligações para poucas pessoas anteder, inclusive as funções das pessoas não era atender telefone. Quem tem a função de atender telefone, normalmente tem horário reduzido, então as pessoas que estavam lá estavam em desvio de função e em horário estendido atendendo telefone. Isso aí é um problema que gera estresse, gera dificuldade operacional, gera dificuldade de fazer as outras coisas que você é

especialista. As coisas que o o coordenador deveria fazer em vez de ficar atendendo telefone. Então assim, beleza, pode atender as pessoas por telefone, mas ele ser a pessoa que atende todas as pessoas que ligam para lá não dá certo, ele não pode ser o coordenador, não consegue atuar como coordenador porque ele está sempre ocupado como telefonista. Isto dificulta a operacionalização interna, bastante. E a parte externa, eu vejo que a Ouvidoria, para uma espécie de economia de dinheiro, ela foi criada numa estrutura cedida pela Câmara. Ela dependia do orçamento da Câmara, ela dependia de varias coisas da Câmara, só que ela deveria ser um órgão independente. Se ela era uma Ouvidoria municipal haveria de ser um órgão independente, podendo fazer o papel de forma sem vínculo, sem depender da Câmara para poder ter sua isonomia.

Rodrigo - Teoricamente, está na lei, era para ser. E por isso que é esta pergunta: de como que era a receptividade dos requerimentos que a ouvidoria fazia para os setores administrativos da Câmara. Exemplos simples do tipo caneta e papel, insumos de escritório de uma forma geral, treinamento, cursos.

Ramiro - De certa forma foi como um setor da Câmara, como qualquer outro setor da Câmara. Então respeitando os orçamentos, respeitando as regras da Câmara, restrição de cotas igual a todos os outros setores, mais ou menos tratada como um gabinete de vereadores, de certa forma. Não teve assim um problema nenhum, sei lá, em relação com a Câmara por isso, mas foi tratada de uma forma que era um setor. E um setor, digamos, na hierarquia da Câmara está subordinado. Isto que eu digo: como uma Ouvidoria municipal, ela deveria ser um órgão independente, ter um orçamento próprio que decide aonde que vai o dinheiro, decide como as coisas são feitas,

deve ter uma sede própria, deve ter toda uma estrutura independente para que ela possa ser independente, porque senão ela não é realmente independente. Não pode decidir onde que vai ser gasto o dinheiro porque o orçamento não é dela, tem que respeitar o orçamento da Câmara, ou se fosse da prefeitura. Ela deveria ter uma previsão de orçamento legal. Eu acho que a Ouvidoria com, talvez, 0,05 do orçamento da cidade conseguia sobreviver, porque é um orçamento alto e isso aí não é um negócio tão caro de ser feito. Mas precisaria ser assim, para ser independente. Quando é Ouvidoria de órgão, por exemplo, a Ouvidoria da secretaria municipal de saúde, de educação, aí ela tá no orçamento do órgão, beleza, é outra história. Tem que ter uma certa hierarquia para poder ser independente dentro do órgão, mas não necessariamente ela precisa ter um orçamento próprio separado do órgão.

Rodrigo - E a pergunta é dentro destes organizacionais que você falou aí que era tratado como um gabinete, qual que é sua percepção com relação ao entendimento dos vereadores quanto à Ouvidoria?

Ramiro - Era diverso. Bem diverso, porque alguns vereadores encaravam a Ouvidoria como um outro vereador concorrendo às eleições. Encaravam como se fosse uma usurpação do poder de vereador. Não entendiam a Ouvidoria como esse conciliador que mencionei antes. Alguns entendiam deste jeito. Outros entendiam como desperdício financeiro. Não viam a importância do papel da Ouvidoria e achavam que era só um desperdício de dinheiro. E alguns apoiavam a ideia da Ouvidoria, tanto é que ela foi criada. Houve vereadores que votaram para que ela fosse criada, então alguns

apoiavam, gostavam da ideia de existir a Ouvidoria. Então era esse comportamento diverso entre os vereadores.

Rodrigo - Então no seu entendimento eram três grupos?

Ramiro - É, três opiniões diferentes. Não que eles se juntaram em grupos, mas três opiniões diferentes que eu percebi.

Rodrigo - Entendi, bacana, interessante esta tua abordagem. Havia algum sistema de feedback aos requerentes?

Ramiro - Dentro do formulário eletrônico é um sistema de Ouvidoria, um tanto quanto simples, mas cada reposta adicionada gera um e-mail automático. Cada reposta que adicionava vai uma notificação: houve uma nova resposta.

Rodrigo - Em que você entende que a Ouvidoria se desenvolveu e em quais áreas que ela estava caminhando e tinha potencialidade para se desenvolver?

Ramiro - Então eu, da minha parte, estava caminhando no sentido de colocar este software que a gente utilizava, o software livre, estava no caminho de colaborar com este software para que ele tivesse alguns recursos e mais legais. Por exemplo: a gente tinha muita demanda de relatório pra imprensa, órgãos de imprensa, então se tivesse lá um relatório em tempo real que eles pudessem pegar os dados automaticamente seria muito melhor, aí isso era uma das tarefas que eu estava desenvolvendo, mas principalmente meu caso só consigo falar desta área assim que era mais as coisas que tinham no meu planejamento, em minhas ideias, pra fazer e deixar como legado ou até continuar na Ouvidoria. Que seria esta contribuição com esse sistema. A gente entrou na Ouvidoria e usou esse sistema gratuitamente e ao longo do tempo eu consegui fazer algumas contribuições com ele. Então eu dei certo retorno e neste sentido a

Ouvidoria desenvolveu isso, na área tecnológica a Ouvidoria colaborou com o software livre usado por outras ouvidorias.

Rodrigo - Este software livre de ouvidorias é de algum lugar?

Ramiro - É do Interlegis.

Rodrigo - Esta é a mesma plataforma da Ouvidoria da União?

Ramiro - Não, é diferente.

Rodrigo - Mas é livre e do governo federal?

Ramiro - Isso, é livre e integrado ao portal Interlegis, a gente já tem o sistema de ouvidoria integrado ao portal, inclusive hospedagem gratuita, manutenção, backup, todas estas coisas da parceria da Câmara com o Interlegis.

Rodrigo - Você falou aí com relação à imprensa. Como era mais ou menos a relação com a imprensa?

Ramiro - A gente recebia demandas através da imprensa, Diretoria de Comunicação da Câmara, que solicitava. Então certo órgão de imprensa entrou em contato com a gente e a gente precisa de tal relatório aí pra enviar pra eles.

Rodrigo - Mas era através da Diretoria de Comunicação da Câmara?

Ramiro - Sim.

Rodrigo - A imprensa não fazia direto?

Ramiro - Não, a imprensa raramente entrava em contato e não me lembro de terem entrado em contato direto com a Ouvidoria pedindo estes relatórios. Normalmente, a gente fornecia para a Diretoria de Comunicação da Câmara. Por exemplo, isso já é uma certa dependência. A Ouvidoria é um órgão independente, se alguém tinha que solicitar alguma coisa podia ser diretamente para a

Ouvidoria, não precisaria passar pela Diretoria de Comunicação da Câmara.

Rodrigo - Qual sua opinião sobre a alteração, na extinção do modelo da cidade e alteração de Ouvidoria da Câmara ou qual o porquê desta alteração, você tem alguma opinião?

Ramiro - Bom, na minha opinião, eu não sei por que, nunca ouvi ninguém dizer porque alguém tem esta vontade de fazer isso, mas minha opinião sobre esta mudança é que na verdade ela não precisaria existir necessariamente. Na verdade, o município poderia ter uma ouvidoria e o órgão do legislativo poderia ter uma ouvidoria e elas se conversarem. Não necessariamente precisaria extinguir uma ouvidoria para... deveria ter as duas. Eu vejo assim: minha opinião é esta não haveria necessidade de extinguir a municipal, na verdade seria mais legal ter as duas.

Rodrigo - Alguma coisa que você deseja completar, complementar alguma ideia?

Ramiro - Na verdade, assim, agradeço a oportunidade de falar um pouco sobre ouvidoria, que foi um momento de minha carreira que gostei de trabalhar, tenho orgulho deste pedaço, fiquei feliz o tempo que estava lá, meio estressado por causa do dia a dia porque era meio tenso, pesado, mas foi uma experiência legal e até hoje tenho histórias para contar, então acho legal isso aí ter participado e agradeço a oportunidade

Rodrigo - Eu que agradeço sua disposição. Muito obrigado.



## **TRANSCRIÇÃO 2**

**Entrevista – Paulo Salamuni**

14 de fevereiro de 2020

NOTA: em razão da adoção de diferentes mecanismos de gravação, os textos transcritos apresentam omissões e falhas ortográficas, em especial de pontuação, que podem interferir em sua interpretação. Em razão do grande volume de dados tratados ao presente trabalho, algumas revisões não puderam ser promovidas. Áudios originais disponíveis para verificação em <  
[https://drive.google.com/file/d/1nrIDDonePdjkG6\\_t5tXZhxHIWRYDB7KA/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1nrIDDonePdjkG6_t5tXZhxHIWRYDB7KA/view?usp=sharing)> )

## **PARTICIPANTES**

Paulo Salamuni

Rodrigo A. C. Baptista

## **TEMPO DE GRAVAÇÃO**

57 minutos e 28 segundos

## **MODALIDADE DE TRANSCRIÇÃO**

Sistema Audiotext

## **LEGENDA**

... → pausa ou interrupção.

(inint) [hh:mm:ss] → palavra ou trecho ininteligível.

(palavra) [hh:mm:ss] → incerteza da palavra transcrita / ouvida.

Rodrigo: Sexta-feira, 14 de fevereiro, às 15 horas, na presença do ex-presidente vereador Paulo Salamuni, a quem agradecemos imensamente a cordialidade de nos receber aqui para conversar sobre o tema. Presidente, posso chamá-lo assim?

Salamuni: Pode.

Rodrigo: Presidente. Eu gostaria de primeiro informar que a gente está gravando, com a sua permissão, óbvio. E é uma série de umas 10, 11 perguntas aqui que vão ser feitas a respeito da ouvidoria. Primeiramente o presidente participou na época da ouvidoria da década de 80 junto com o professor Manoel Eduardo Gomes. Sucintamente, como que era o momento político da ouvidoria da época? Dessa da década de 80.

Salamuni: Para mim é uma satisfação poder falar de um assunto que me é caro e é mais caro ainda a sociedade que é um instrumento democrático próprio de países democráticos, republicanos, enfim, democracias, que é a ouvidoria. Eu tive a honra e o privilégio junto com dois colegas advogados, o Professor Doutor Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes, o primeiro ouvidor, e também o Doutor Luis Miguel Justo Silva, colega procurador municipal. E nós três implantamos, por solicitação do então prefeito, o primeiro eleito na nova república porque... imperioso lembrar que as capitais e municípios considerados de segurança nacional, de divisa, não tinham já há muito tempo eleições diretas para prefeito, eram nomeados pelo governador. E obviamente, desconsiderado de segurança nacional com aval do

governo central da república, enfim. Então veio a primeira eleição, houve abertura democrática nos idos de 1982. Ali sim os estertores da ditadura do estado de exceção que foi a primeira eleição mais ampla no ano de 1982. Então ali é um marco do final do processo ditatorial, embora ainda não houvesse a eleição para presidente da república.

Rodrigo: Ali começou mais ou menos a distensão política da época do Figueiredo.

Salamuni: Isso. E ali, por incrível que pareça, foi uma eleição geral a exceção das capitais que ainda não tinha a legislação e dos municípios considerados entre aspas de segurança nacional, fronteiricos e outros estratégicos. Então, essa eleição de 82 foi, por incrível que pareça, foi vereador, deputado estadual, deputado federal, senador governador. Inclusive de Curitiba, aí sim eram eleitos, os vereadores não eram nomeados. Então, e é até interessante um fato pitoresco. Eu particularmente no ano de 1982, estava no meio do meu curso de direito na Universidade Católica, hoje Pontifícia Universidade Católica, era dirigente estudantil. Nós criamos o tal do comitê do primeiro voto. Então o que significava isso? Que todo mundo na vida que ia votar pela primeira vez, e ali o voto era só aos 18 anos, não tinha possibilidade de voto aos 16, nem facultativo. Então se reuniu nesse comitê. Foi um comitê muito grande e participativo e de pessoas já com uma certa idade para cima, com 25, até 30 anos que nunca tinham votado para nada porque não tinha eleição. Ali foi o primeiro despertar e houve uma grande vitória do partido então da oposição, ali já era

pluripartidarismo, mas ainda havia dois partidos fortes. Eu posso usar como exemplo a câmara de Curitiba que nessa época tinha 33 cadeiras e 22 foram do PMDB, e 11 do PDS que eram o sucessor da Arena que era o partido da ditadura. Diante disso, nós começamos a respirar ares democráticos e até no Paraná, para contextualizar, o próprio governador eleito da época pelo PMDB era o José Richa tinha um slogan Richa eleito, eleição para prefeito, alguma coisa assim. Ele dizia que como não havia eleição para prefeito de Curitiba, e caberia a ele nomear o prefeito, que ele nomearia alguém que tivesse muito voto. E nesse contexto ele nomeou o então deputado federal Maurício Fruet prefeito de Curitiba porque o Maurício Fruet foi o deputado federal mais votado no Estado do Paraná e da cidade de Curitiba. Então foi uma analogia, um simbolismo, e o Maurício Fruet foi nomeado prefeito para governar a cidade de 83 a 85, era um mandato tampão. E aí sim depois de legislação vigente, veio no ano de 1985 a primeira eleição para prefeito das capitais e de municípios de segurança nacional. Salvo engano ali também, naquele rol de eleições, eleições para vereadores e prefeitos em 82. Foi uma eleição geral no país, a exceção de presidente da República que ainda era via colégio eleitoral e desses municípios capitais considerados de segurança nacional. Então por que eu contextualizo isso tudo? Porque aí veio a eleição de 85, foi algo assim até extraordinário, aí vem um deputado de primeiro mandato sem ter sido vereador chamado Roberto Requião de Melo e Silva, com dois anos, ele vence uma eleição saindo com 3% na cidade de Curitiba contra

60% já do ex-prefeito por duas vezes Jaime Lerner que já era um ícone do urbanismo e havia sido duas vezes o prefeito nomeado da cidade de Curitiba.

Rodrigo: O Jaime Lerner não foi eleito?

Salamuni: Não, duas vezes nomeado, depois teve uma que ele foi eleito. Quando o Requião ganha a eleição para um mandato tampão, a exemplo dos outros também, para acertar calendário, o Maurício Fruet fica nomeado de 82 a 85 e o Requião eleito toma posse em 86 para governar até 88. Então era exatamente onde se estava se respirando todo o ar democrático. Eu, particularmente, a exemplo dos dois outros advogados e militantes, participantes da juventude do então MDB, todos clamando por democracia. Em uma das propostas do Roberto Requião como prefeito era a implantação de uma ouvidoria que até chamou atenção porque a ouvidoria era coisa ainda do tempo do império, do tempo dos reis, o ouvidor Pardinho, enfim. Então as pessoas desacostumaram, sem nenhum pleonasmo, a ouvir a palavra ouvidor, era algo que dava uma conotação de passado, de nostalgia e na verdade ele tinha o nome ouvidor, mas era uma prática parecida, mas um instituto um pouco diferente do que se era. Eu me lembro como se fosse, já no início da gestão que coincide exatamente com o meu início de caminhada dentro do município de Curitiba que foi em janeiro a posse e depois eu ingresso em fevereiro já na sequência.

Rodrigo: Janeiro e fevereiro de 86?

Salamuni: 86. E salvo engano, quase que no dia dos meus 34 anos de Prefeitura, que foi no dia 16 de fevereiro de 1984. Então começamos a organizar, sobre a coordenação do advogado Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes, a ouvidoria de Curitiba. Isso chamou a atenção de toda a cidade, do estado do Paraná e do Brasil porque hoje, tanto na esfera privada, quanto na pública, em todos os aspectos, mesmo economia mista, jornais, etcetera, todos têm a figura ou do Ombudsman ou do ouvidor. Então veja como uma ideia, vai muito além da questão prática dela, da burocracia do dia-a-dia, as ideias se espalham. E às vezes são até aperfeiçoadas, às vezes mal interpretadas, mas o fato é o seguinte. Para registro histórico, a ouvidoria do município de Curitiba, inaugurada a partir de janeiro de 1986, foi a primeira ouvidoria na nova república, ou no processo democrático do Brasil. Então ela foi sendo organizada e qual era o grande diferencial desta ouvidoria para outros órgãos? Primeiro, havia muito poucos ou praticamente nenhum órgão de tamanha abertura para a sociedade, para o município, para o concidadão. Não havia, você não tinha, por exemplo código de consumidor, você não tinha estatuto do menor, você não tinha nenhum instrumento, ao contrário, os órgãos públicos eram algo hermeticamente fechado para a população. Quase como se fosse extensão das suas casas. Era obviamente extensão daquele regime que estava lá, detalhes, você não sabia onde ir.

Rodrigo: Difícil a gente compreender hoje isso. Realmente fazendo essa leitura histórica.

Salamuni: A grande preocupação é se as pessoas pudessem participar de uma mesa redonda dessas como essa que nós estamos aqui, para entender o que é conquistista, hoje todos estariam de olhos abertos porque depois... é conselho para todo lugar, para habitação, de usuários do transporte coletivo. Foi se espalhando a participação popular que em última análise é o legítimo proprietário de tudo isso que está aí. Mas então a ouvidoria, além do papel institucional, foi tão importante porque foi o primeiro e mais rápido, desburocratizado, acesso da população a esse tipo de mecanismo de defesa de cidadania. Qual era a grande característica dela? Era rápida. Se alguém fosse no centro, ela ficou em um primeiro momento no saguão da prefeitura do Palácio 29 de março. Eu me lembro, eu fui testemunha, ainda no período ditatorial um dos prefeitos de plantão... o povo foi reivindicar algo como moradia, e o prefeito dessas escadas do Paço Municipal, grita do átrio “saíam da minha casa.” Não precisa falar mais nada. “Ninguém entra na sua casa assim, então na minha também não.” Eu vi. Então se as pessoas entenderem a dimensão, o simbolismo disso no começo, e o que nos impressionou é que foi muito bem recebido pela sociedade curitibana, desburocratizado, no sentido de qualquer pessoa, até acima de 16 anos, uma criança, ia ali, sentava, preenchia uma ficha dependendo, já dizia qual era o seu problema, imediatamente já estava tudo elaborado, um fluxograma ia para secretária, nós ali já cobrávamos do secretário, e íamos tendo respostas rápidas. Eu me lembro uma passagem entre várias, dá para escrever um livro.

Rodrigo: A sua memória Presidente.

Salamuni: Do lado da ouvidoria, ainda hoje funciona lá, não a ouvidoria mais, mas a secretaria de finanças no prédio da prefeitura, no saguão. Olha a ideia, a questão de proteção dos animais ninguém falava, ambiental então era russo, grego, falar isso. Tinha um funcionário ou funcionários, do lado do balcão de atendimento do IPTU, do ISS, uma gaiola com um pássaro dentro, preso, e o pássaro ficava cantando. E era muito engraçado que eles atendiam o cidadão no balcão e tiravam a caneta da orelha e cutucavam o pássaro. E uma das primeiras reclamações exibidas na ouvidoria foi que o cidadão foi lá “olha, eu não consigo compreender, o servidor me atende e depois pega a caneca e fica cutucando o passarinho na gaiola.”

Rodrigo: Uma das primeiras se não a primeira foi de cunho ambiental? Mas que precursor isso.

Salamuni: É. De proteção dos animais. As pessoas até para reclamar disso que era uma coisa tão básica, podia falar com o diretor, o receio de entrar e tocar de um assunto que não fosse o assunto burocrático funcional. Foi genial. Muitas demandas, eu me lembro também uma médica que se acidentou, o carro dela capotou ali próximo do Jockey Club por causa de um buraco na rua, ela veio, fez, foi atendida obviamente, mandamos imediatamente reparar, enfim. E não parou mais depois disso. Então foi algo diferente e assustou também um pouco os servidores porque vinha reclamação de eventuais desvios de condutas, eram todos os



assuntos atinentes. E isso despertou também uma animosidade com os secretários, com a sindicância, com a controladoria. Sai da zona de conforto, mas de qualquer forma o simbolismo foi muito grande. Então por esse aspecto valeu sobre todos os títulos. A única coisa de sempre era uma autocrítica que nós tínhamos é que o Ombudsman como veio lá da Suécia e de países europeus, eles tinham muita força por causa da sua eleição pelo parlamento e da sua estabilidade. Então nós não podíamos imaginar que o Ombudsman em qualquer lugar, podia ser alguém que na primeira reclamação que fizesse, ia ser demitido. Então é óbvio que nós sabemos que esse é um processo inicial, e depois disso começou ouvidoria em todo lugar, Copel, Sanepar, a Folha de São Paulo, o governo do estado, e veio uma atrás da outra. Elas se espraiaram em todo o lugar, de todas as formas. Então esse foi o início, a ideia, da implantação da primeira ouvidoria que se tem notícia nesta nova fase do Brasil que foi a partir do município da cidade de Curitiba.

Rodrigo: Após essa época que a ouvidoria ingressou na lei orgânica em 1990 foi feito uma alteração só posteriormente em 2011, com aquela emenda lei orgânica, foi feito um trabalho bem complexo de debate na Câmara Municipal. Como que era esse momento político de 2011 na época de alteração da lei orgânica.

Salamuni: Foi muito interessante porque ela veio revestida de um simbolismo muito grande porque se você pega quase 25 anos depois de implantada, ela prevista foi uma grande conquista, ter sido inserida na constituinte municipal porque houve a constituinte federal da república, um ano depois do estado e um ano depois dos

Municípios. Então ela ter sido inserida foi uma grande conquista. E depois veio a emenda constitucional, emenda lei orgânica em 2011 para aperfeiçoar o processo, mas é algo que estava na lei orgânica e é previsto na Constituição da Cidade de Curitiba. Então essa emenda veio para aperfeiçoar e para permitir que aquele sonho, entre aspas, lá atrás, a experiência lá de trás, de duas décadas e meio atrás pudesse ser realidade a partir de cidade pela escolha do parlamento, ter uma ouvidoria que não fosse a décima nona, vigésima secretaria do prefeito. Porque nunca teria aquela robustez, vitalidade, a ossatura, para ser uma ouvidoria independente como a gente imaginava no estilo do ombudsman suíço ou de outros países que o parlamento é quem escolhe o ouvidor ou o ombudsman. Então foi um momento, para mim particular. E é muito engraçado como é a vida porque o vereador que colocou na lei orgânica de 90 foi o mesmo que fez a maior oposição contra a lei orgânica, contra o instituto de uma forma geral e a forma da eleição no ano de 2011, obviamente não vou declinar o nome, nem me interessa, mas para você ver como a vida é sazonal, aquele que recebeu o nosso aplauso foi o nosso maior algoz em 2011. E lutou demais para que não houvesse a reeleição, não houvesse a segunda eleição do ombudsman, ou do ouvidor municipal de Curitiba.

Rodrigo: Essa pergunta sobre o momento político tem a ideia de trazer um processo de como a ouvidoria está hoje, entender como ela estava, como ela foi construída historicamente. Em especial políticos, os grupos políticos, os grupos sociais, o senhor

falou que teve um grupo político formalmente apresentado por um vereador, uma bancada, que em um momento estava a favor, e em outro estava contra. Na construção da ouvidoria, seja em 2011, seja naquelas leis ordinárias que foram aprovados em 2013, como que era mais ou menos composição da câmara desses grupos políticos, favor, contra, centro. Como era mais ou menos.

Salamuni: O que eu percebia é que de uma forma geral, os vereadores não conseguiam compreender com profundidade esta importância histórica que nós nos referimos da ouvidoria, não conseguiam entender que era mais um mecanismo, mais um passo importante para aperfeiçoamento, para manutenção da transparência do processo democrático, escancarando a democracia. Não consegue porque o vereador e a vereadora, de uma forma geral, boa parte leigos em termos de legislação, em termos de instituições, isso é perfeitamente normal porque uma eleição é o extrato da sociedade, nenhuma crítica quanto a isso. Imaginavam que em determinados momentos seriam substituídos por esse ouvidor, que ele exerceria uma função que seria deles e como que eles tinham que ser eleitos e tinha um ouvidor que na verdade era para ser eleito, veja o tamanho da legitimidade do ouvidor, porque era eleito pelos eleitos. E ninguém, acho, conseguiu compreender esta dimensão disso. Aí a gente aprendia que tinha grupos contrários que eram contrários por ser contrários, não conseguiam justificar democraticamente porque que eram contrários, mas eram contra, isso é natural dentro do parlamento, mas os que não eram contrários, necessariamente não eram

favoráveis ao extremo a instituição porque também tinham dúvidas sobre o funcionamento dessa linha muito tênue, mas mal sabiam eles que eles eram tão importantes que eram eles que escolheriam o ouvidor, porque eles tinham o poder de escolher o ouvidor dentro da máxima que todo poder emana do povo e seus representantes eleitos. Como não havia uma determinação arraigada, eles foram compreendendo, mesmo aqueles que não eram entusiasmados pela ouvidoria, mas o momento era de muita participação. E entendiam, voltavam, não resistiam. Os que resistiram, resistiram por outros objetivos, ou por ser oposição, porque queria atingir alguém que imaginassem, o prefeito, alguma outra autoridade que eventualmente eles imaginassem que estivessem por trás disso. Então a câmara era muito heterogenia e idiossincrática, mas com uma maioria que ainda entendia a importância da participação popular, ou não se opunha a ela, ou seja, deixava a coisa fluir. O que aconteceu no final? Na segunda eleição era período eleitoral, os ânimos já estavam bem aflorados, de final de legislatura, final de gestão. Aproveitaram para dar, entre aspas, dar certos trocos políticos, atingindo uma instituição que no meu entendimento era maravilhosa, que era uma demonstração de maturidade para uma casa legislativa, a câmara só ganhava com isso, não perdia nada. Uma estrutura absolutamente enxuta que não representava nada de custo, enfim, o ouvidor tinha um cargo em comissão e a câmara tinha vários outros daquele tipo de cargo, então era nada de extraordinário, um custo mínimo para o tamanho do retorno democrático da instituição. Então era heterogenia, dividida, mas

compreendia até determinados momentos, só que daí foi chegando próximo do processo eleitoral, os que eram contra meio que computaram esses que tinham dúvida e o processo acabou não tendo quórum na votação.

Rodrigo: Então a grosso modo, a gente poderia falar mais ou menos o seguinte, de composição era mais ou menos uns 20% contra, 20% a favor porque entendia e uns 60% que estavam ali que não obtavam, mas não compreendiam o valor da participação. Poderíamos?

Salamuni: Pode.

Rodrigo: Que aí em um segundo momento houve a computação, como o senhor acabou de falar.

Salamuni: Em um primeiro momento esses 60%... pode ser. Quando eles caíram para o lado do a favor, teve. E quando caiu para o lado, não atingiu o quórum. Foi bem assim, muito pela situação política local momentânea. Então era mais ou menos essa a divisão.

Rodrigo: Entendi. Bom presente, voltando a época de 86, o senhor conhece o tema mais bem-sucedido de atuação da ouvidoria naquela época?

Salamuni: O tema mais bem-sucedido na época, no meu entendimento, foi ensinar o debate dela. Tanto é que nós cedíamos aqui, talvez isso eu já tenha dito, um congresso internacional do ombudsman, vindo autoridades da Europa, de todos os lugares do

mundo, veio o debate aqui. Para mim esse foi o ponto fulcral, a novidade, isso foi chamando a atenção, as pessoas já começaram a prestar mais atenção nos seus atos, na gestão da coisa pública. Talvez assim, naquele momento, o grande debate sobre uma instituição que não era usual, que não era do dia-a-dia do cidadão e que começou a se incorporar no dia-a-dia. Então eu acho que isso, eu me lembro que o congresso que teve aqui foi maiúsculo, de apresentação, de teses, de defesa da instituição, de acadêmicos, muita gente participando. Foi um momento raro de participação. E muitos atendimentos, foram centenas ao longo dos anos, milhares, com índice de resolução, salvo engano de 70%, 80%. Resolução do que chegava lá porque às vezes tinham questões muito burocráticas que não dependiam de nós, envolvia tribunal de contas, tribunais, ministério público. O que dependia do município.

Rodrigo: Sim, e voltando a atual. Qual o seu entendimento sobre a atual forma de eleição? Aquela forma de eleição três em um.

Salamuni: Ela precisava ser um pouco aperfeiçoada porque sempre assim como mecanismos de defesa da instituição. Em última análise é a defesa do cidadão. Abrindo um parêntese, vale dizer assim, quando o ministro põe em dúvida e a maioria das pessoas também a estabilidade do servidor, na verdade eles não estão atingindo o servidor, eles estão atingindo a sociedade, porque você imagina dentro desse parêntese, o presidente, o ministro atual, tem uma animosidade com o meio ambiente. Vamos imaginar que o servidor, a servidora, fossem suscetíveis a demissão, ele ia



demitir todo o quadro. E quem em última análise estaria sofrendo? Exatamente o cidadão, que esse servidor quando vai autuar alguém que está desmatando, que está pondo fogo na Amazônia. Em última análise quem está sendo atingida é a sociedade. Então fechando esse parêntese e voltando, o que que acontece? Acontece exatamente o fato da ouvidoria, quando ela estava ali posta para ser um órgão fiscalizador, etcetera, os grupos políticos já se articularam achando que era mais um cargo, que em vez de ser nomeado pelo prefeito, pelo governador, seja lá quem for, é um cargo que nós podemos nós, de alguma forma nos articularmos, para indicar alguém nosso. Quer dizer, isso atrapalha e atrapalhou sobremaneira. Agora, para ampliar a participação popular, a ideia não era errada, tinha um terço da administração, o terço dos vereadores, o terço da sociedade civil.

Rodrigo: E antes tinha o terço da sociedade civil se protegendo.

Salamuni: E ainda isso porque a sociedade civil fazia indicação de membros. Essa comissão eram vários que se candidatavam, essa comissão tirava três, e três com dois turnos, por isso que não saiu a eleição. Se não atingisse a maioria.

Rodrigo: Maioria absoluta em plenário.

Salamuni: Isso. E lembrar que a última eleição que ficou um impasse, foi por duas ou três vezes votada e não atingiu a maioria absoluta. E aí ficou em stand by e depois aos poucos, para alegria dos algozes da ouvidoria, foram desmontando, separando e

não fazendo mais em um esvaziamento total. Talvez também tenha tido um pouco de falta de habilidade do ouvidor que estava lá, de as pessoas entenderem o que é, todo mundo se reverte de muita autoridade, e começa a perder apoios pontuais por conta disso. Mais ou menos o que aconteceu. Porque tinha que o tempo inteiro utilizar aquele espaço para valorizar.

Rodrigo: Uma das últimas perguntas. Nesta primeira fase desse trabalho está sendo feito uma análise sobre a participação, o comportamento das entidades e o que foi observado é que algumas entidades maiores tiveram o domínio bem grande de toda a realização. A exemplo da (inint) [00:40:36].

Salamuni: Você pergunta grande em que sentido, em número de participação? Porque tiveram outras que até tiveram um comportamento muito democrático, republicano, como o caso da OAB, o caso dos conselhos de engenharia, a Fecomércio. Esse pessoal teve uma posição republicana. As associações de moradores, etcetera, que queriam colocar um representante lá, também não entendendo a dimensão, como “vamos rápido para eleger o ouvidor.” Não era esse o sentido. Para isso tem eleição de vereador, separar alguém, filia alguém no partido e trabalha para ele. Não dá para abreviar esse caminho, então de modo que um pouco do desvirtuamento e da não compreensão da dimensão do papel de um ouvidor na ouvidoria acabou acontecendo um pouco isso, que ensinou, que vinha ao encontro ao que esses vereadores que eram contrários falavam. E veio de encontro a tese que não

havia política partidária, que era independente, que era tudo que esse grupo grande precisava para que não acontecesse.

Rodrigo: Bom presidente, agora em 2019 teve uma grande operação, a ouvidoria de Curitiba vou transformada em ouvidoria da câmara, restringindo a área de atuação.

Salamuni: A ouvidoria pensada para cidade de Curitiba, não era cidade para supor a cidade inteira, cidade que tem dois poderes, o legislativo exercício pela câmara e o executivo pelo prefeito e seus auxiliares. Quando é ouvidoria da câmara, ela se restringe a burocracia de um dos poderes, mas não era esse o sentido. Se funciona a recepção, não, a questão da cidade inteira. “Tive um problema, o viaduto está caindo, onde que eu posso reclamar?” Nesse sentido. Por que que vai na ouvidoria da câmara? Que não cabe a câmara mexer com viaduto. Então quando é problema tudo bem, podia até ter uma ouvidoria na câmara. Mas não tem sentido o poder ganhar uma ouvidoria e a cidade perder a sua. Então eu tenho uma dimensão clara, essa mudança venceu aqueles que lutaram contra, e assim como foi mudado em um dia, esperamos que mude em um outro dia, em um outro alvorecer, outro amanhecer que possa a cidade um dia ter um ouvidor que não expire ciúme no prefeito e em seus assessores, nos agentes públicos do município, sejam eles diretos ou indiretos do legislativo e do executivo, e muito menos os agentes políticos. Então de modo que lógico que apequenou e a câmara como burocracia pode até ter ganho uma ouvidoria, a cidade perdeu a dela. No meu modesto ponto de vista.

Rodrigo: Mais alguma coisa, presidente, que você quer falar?

Salamuni: O importante, vamos fazer uma metáfora de que ouvidoria é quase como um aquecedor, hora está acesso, hora está no piloto automático. Então vamos imaginar que esta acendeu e voltou para o piloto automático. Vamos aguardar que ela reacenda, com os mesmos ideais, princípios e tal que ela foi esposada lá há mais de 30 anos, em 86, 34 anos, que ela retome principalmente na cabeça de gestores, de agente políticos, entendam da importância que é ter uma ouvidoria para a cidade inteira. Então por exemplo, hoje tem falta de vaga na creche, não importa se ele pode ir direto lá na secretaria de educação, mas teria que ter um órgão, ou ir direto em um vereador ou vereador, não há problema, ou na câmara, não há problema. Eu até ousar dizer que, entre aspas, o que a bunda não prejudica. Quanto mais defesa de cidadania, melhor, mas falta uma que tenha esse sentido de dimensão geral sobre todas. E esse seria o papel da ouvidoria da cidade de Curitiba a partir da escolha da câmara municipal. É uma pena, os legisladores nossos, locais, municipais, não terem a dimensão da importância que é ter uma ouvidoria. Eu fiquei muito tranquilo porque foi na minha presidência, no período em que presidi a câmara municipal de Curitiba, que aconteceu esta eleição. Então eu que ajudei a implantar lá atrás, não desisti. Eu fui até o final e conseguimos implantar com os nossos sonhos e a melhor doutrina de direito em relação a matéria. Falasse que era desse tipo, é lógico sujeito com imperfeições, com problemas, que ao longo do tempo a ideia é

sanar esse tipo de problema para manter a instituição. Hoje no meu entendimento particular, respeito as decisões, enfim. Mas no meu entendimento houve um retrocesso, apequenou, virou a ouvidoria burocrática, exemplo de várias ouvidorias que você tem das secretarias de saúde, de educação, a câmara entra nesse rol. Ela poderia ser uma ouvidoria para a cidade inteira.

Rodrigo: Agradeço imensamente a sua disposição, o tempo despendido, eu sei que é complicado em uma sexta-feira. Mas foi, como é sempre sabido, excelente, a sua memória como sempre exemplar.

Salamuni: É uma matéria interessante. Eu começo a perceber, e você veja Rodrigo, como a gente tem a vocação para a coisa pública. Eu também tive o privilégio de votar e fazer acontecer a ouvidoria na nossa presidência, se não foi, foi ali, nós dirigindo a câmara. Bom, tive outro momento que muito me emocionou porque eu, no meio da ouvidoria, fui chamado pelo prefeito para assumir a secretaria de desenvolvimento social que era de todas as creches da cidade, inclusive por insistência hoje eu entrei em contato com a Roberlane que era a nossa secretária, que ela me passou uma vez, eu não estou achando onde eu pus, onde eu registrei, quantas creches foram construídas desde o Lerner para cá, quantas em cada governo. No governo que eu fui secretário, hoje tem 200 e poucas creches, seguramente 50% dessas creches foram construídas naquele período de dois anos. Eu saí no meio do processo da ouvidoria, ficou o Manoel Eduardo e o Luiz Miguel, e eu saí. Até interessante, qualquer dia, essa segunda eu acho que eu

não vou poder porque vou estar com o senador, talvez na outra segunda, não sei qual é o prazo, nós almoçamos quase sempre no Curitiba, eu, o Manoel Eduardo, o Luiz Miguel e mais o filho do Miguel, o irmão do Manoel. Os três que fundaram. Eu tenho certeza que em uma conversa nossa, você estando lá para gravar, você vai pegar coisas... porque o Manoel foi o primeiro ouvidor e depois o Luiz Miguel foi o segundo.

Rodrigo: Gostaria sim, muito.

Salamuni: Eu vou ver, essa segunda não vai dar. Talvez na outra. Mantenha contato comigo.

Rodrigo: Sim.

Salamuni: Você vai almoçar conosco lá, leva o seu gravador e nós ou durante o almoço, ou depois,

Rodrigo: Relembrar questões práticas.

Salamuni: Era curta, era de 86 a 88, eu em 87 me desloco para a secretaria. Foi o tempo em três anos de construir metade das crechês da cidade que são os CMEIs hoje. O que muito me gratificou. E aí eu como presidente da câmara, 30 anos depois praticamente, eu voto em uma sessão transformando todos os servidores de creche, depois de um longo e tenebroso, que fez parte do plano de carreira. Primeiro, eu auxiliei quando a dona Fani Lerner, sugeri para tirar as creches do desenvolvimento social porque só o departamento de creche, eram três departamentos, de ação comunitária. Todo o início de processo com associações, que

nem tinha, nós pegamos todo o início dessa história. Nós ajudamos a montar os palanques das primeiras eleições, inclusive da eleição para presidente. Então hoje pode ser até assustador, exemplo do que eu lia das coisas de política lá, eu hoje participei desse processo estando lá, como juventude, vendo todos os atores, participei acompanhando a constituinte, foi toda uma coisa. Então a Fani Lerner aceitou e criou a secretaria da criança. Ali era assim, ação comunitária, alternativas habitacionais, imagina alternativas habitacionais, nós tomamos umas invertidas do ministério público porque a gente dava permissão de uso para o povo ficar e o ex-secretário que eu substituí. Dava e não era registro, era certificado que os caras emitiam luz e água em todo o lugar, é um horror porque não tem nada de urbanismo, mas o povo estava sem luz, sem água. E foi uma guerra nessa cidade isso. Imagina para os urbanistas, lógico, hoje eu também não faria isso.

Rodrigo: É momento histórico.

Salamuni: E aí separou em três porque a ação comunitária foi para a FAS depois, e nisso tudo o Lerner, respondendo a sua pergunta, o Mauricio Fruet ia voltar eleito, estava praticamente eleito prefeito de Curitiba em 88, depois de três anos, ele ajudou na eleição do Requião como não tinha reeleição, ele ia voltar no lugar do Requião. Em 12 dias o Jaime Lerner ganha a eleição aqui em Curitiba. Ele não tinha domicílio eleitoral, se o superior eleitoral não desse na hora por um monte de acerto, ratificaram ele a disputar, em 12 dias, foi uma avalanche. Imagine nós com tudo

pronto, pronto para governar mais quatro anos, daqui a pouco passa aquele tsunami, não fica pedra sobre pedra.

Rodrigo: Inclusive a própria ouvidoria.

Salamuni: Inclusive a ouvidoria. Ele chegou a nomear no começo um ouvidor. Acho que é falecido. Não me lembro qual era o nome dele. Branco, era um delegado aposentado. Então o Lerner até nomeou, mas era outro, era mais uma secretaria ali para acertar um cargo.

Rodrigo: Entendi.

Salamuni: E como era tudo do Requião já foi cortado, por isso que foi acabando. E um fato pitoresco que depois, eu já tinha saído, o Manoel saiu, ficou o Luiz Miguel, aí o Luiz saiu também. E por um tempo ficou, até não sei por onde anda, o Paulo Tropicinski como ouvidor da cidade, mas tinha uma ironia do destino que o Paulo era surdo de um ouvido. Você imagina no governo do Requião, o ouvidor era surdo. Nós ainda pegamos no pé “só o Requião. O único caso que o ouvidor dele é surdo.” Tinha aparelho, muito gente boa, cara inteligente, mas era surdo.

Rodrigo: É isso então presidente, agradeço novamente.

[00:57:28]

### **TRANSCRIÇÃO 3**

#### **Entrevista – Clóvis Costa**

27 de fevereiro de 2020

NOTA: em razão da adoção de diferentes mecanismos de gravação, os textos transcritos apresentam omissões e falhas ortográficas, em especial de pontuação, que podem interferir em sua interpretação. Em razão do grande volume de dados tratados ao presente trabalho, algumas revisões não puderam ser promovidas. Áudios originais disponíveis para verificação em <  
[https://drive.google.com/file/d/1y8tbsh\\_UMjbQW1hj2F3SZNRvPoqb1oQe/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1y8tbsh_UMjbQW1hj2F3SZNRvPoqb1oQe/view?usp=sharing)> )



## **PARTICIPANTES**

Clóvis Costa

Rodrigo A. C. Baptista

## **TEMPO DE GRAVAÇÃO**

29 minutos e 18 segundos

## **MODALIDADE DE TRANSCRIÇÃO**

Sistema Audiotext

## **LEGENDA**

... → pausa ou interrupção.

(inint) [hh:mm:ss] → palavra ou trecho ininteligível.

(palavra) [hh:mm:ss] → incerteza da palavra transcrita / ouvida.

Rodrigo: Boa tarde, hoje é dia 27 de fevereiro de 2020. Estamos aqui com o doutor Clóvis Costa, ex-ouvidor da então ouvidoria de Curitiba, a quem agradeço a imensa gentileza de parar o seu tempo aqui em escritório, precioso tempo, para poder auxiliar nessa pesquisa sobre ouvidoria que a gente está fazendo agora. Bem doutor Clóvis, primeira questão é com relação a entrada na ouvidoria, o que que vocês como executores na época entendiam como deveria ser, como deveria atuar a ouvidoria de uma maneira ampla, uma expectativa.

Clóvis: A expectativa era que de fato se desse cumprimento ao que estabelece até hoje a lei orgânica do município de Curitiba, ou seja, um órgão de controle externo das atividades, tanto do executivo como do próprio legislativo. Porque a lei orgânica estabelece até hoje que a ouvidoria deve ser um órgão autônomo com independência administrativa, independência financeira. Então a gente esperava que o apoio viesse para que a gente pudesse institucionalizar a ouvidoria de acordo com o perfil estabelecido pela lei orgânica. Ou seja, um órgão realmente de controle para que a população tivesse esse recurso para além daqueles tradicionais que a prefeitura já dispõe como o serviço 156, por exemplo.

Rodrigo: O senhor foi um dos poucos a participar das duas eleições, qual é a sua avaliação a respeito do sistema de eleição três em um que primeiro as sociedades civis se escolhem, depois elas

entram na comissão eleitoral para poder chegar em essa tríplice e depois essa tríplice vai a plenário. O que o senhor acha? Compensa essa complexidade, salienta ou mitiga o viés de indicação política, dentre outras coisas.

Clóvis: Eu entendo que mitiga. O que estava estabelecido na resolução que regulamentou a lei municipal é que em um primeiro momento iriam se escolher as entidades da sociedade civil que participariam desta comissão. Então as entidades interessadas em participar do processo se reuniram e escolheram três entidades para que fossem as representantes da sociedade civil na comissão eleitoral que além dessas três entidades, tinham três representantes do próprio legislativo, e três do executivo. Então essa comissão eleitoral era composta por nove, aí sim recebia as inscrições e essa comissão fazia as entrevistas e daí a partir de então escolhia três, e aí ia para plenário. Então até no começo eu lembro que ficou uma confusão que as pessoas entendiam que as entidades da sociedade civil que indicariam os ouvidores, ou os candidatos, cada entidade indicando um. Na verdade, não era isso. As entidades da sociedade civil, interessadas em participar do processo seletivo, se reuniram e de modo democrático escolheram entre si três para compor essa comissão eleitoral composta por mais três do executivo e mais três do legislativo. Eu acho que é um processo interessante, os três do legislativo indicados pelo presidente da casa, da maneira que eles bem entendessem. Os outros três pelo prefeito e três da sociedade civil, me parece um modelo interessante. Eu não acho que foi complexo, acho que era um modelo que a gente tinha que

amadurecer um pouco mais. A complexidade talvez se deu por conta da novidade que estava sendo implementada, mas me parece que é um modelo interessante.

Rodrigo: Tanto é que na segunda eleição o número da entidade organização sociedade civil diminuiu bem.

Clóvis: Sim, exatamente. Diminuiu bem. Assim como também o número de candidato a ouvidor, não lembro quantos foram, na primeira eleição, mas creio que passaram no primeiro processo pela comissão eleitoral, acho que chegaram mais ou menos a 80, salvo engano. No segundo processo, esse número diminuiu, mas eu não lembro exatamente quantos participaram dessa primeira etapa.

Rodrigo. Está certo. Na operação da ouvidoria propriamente dita, ao longo do tempo ela foi ficando melhor ou pior, em quais aspectos em linha de tempo mais concorreram ao problema de funcionamento.

Clóvis: A gente começou absolutamente do zero, sem sequer uma estrutura física minimamente adequada, a gente ficou em uma sala no pátio de garagem da Câmara Municipal de Curitiba. Nesta sala nós começamos com um computador, depois com o outro computador, acredito que a câmara não tinha de fato muito interesse em levar a diante o projeto porque nós tivemos dificuldades básicas para conseguir o mínimo necessário. Então por exemplo, um programa para receber denúncias, reclamações, elogios por parte da população, nós mesmos que desenvolvemos



esse programa através de um funcionário da própria Câmara Municipal de Curitiba que através de um software livre, desenvolveu esse programa para a ouvidoria municipal de Curitiba. Então o apoio que nós tivemos da presidência na época foi mínimo. Mas ainda assim a gente conseguiu, partindo do zero, estabelecer um regime operacional que se mostrou adequado, claro que havia necessidade de muito mais, nós trabalhamos na ouvidoria ao longo desse um ano e meio, um pouco mais que ela funcionou, com três servidores. Além do ouvidor, mais três servidores desenvolvendo todas as atividades para atender uma demanda de uma população hoje de praticamente dois milhões de habitantes. Então foi um esforço hercúleo deixar ela minimamente funcional. E acho que minimamente a gente conseguiu pelo menos estabelecer um programa de acesso que se mostrou bastante interessante e esse servidor da câmara inclusive acabou sendo convidado por outros estados, por outras câmaras, por outras assembleias, enfim, para mostrar esse programa que ele acabou desenvolvendo através de software livre para a ouvidoria de Curitiba.

Rodrigo: Então ela foi ficando melhor ou pior?

Clóvis: Foi ficando melhor.

Rodrigo: A terceira pergunta é exatamente em relação a essa estrutura que o senhor já adiantou. Como o senhor avalia essa estrutura, como pessoal, capacitação disponível, espaço físico, publicidade, da operação da ouvidoria.

Clóvis: Em que pese a ouvidoria, segundo a lei orgânica do município tenha autonomia financeira, isso na prática não se confirmou. Quer dizer, nós não tivemos um orçamento direcionado para a ouvidoria. Todas as nossas necessidades eram detalhadamente analisadas pela presidência da câmara que as dispunham ou não, conforme a sua própria avaliação, sem levar em consideração as necessidades que nós apresentávamos. Então em termos de... a estrutura, como eu disse, tínhamos uma sala no pátio da garagem da câmara. Conseguimos três computadores, três servidores da própria casa, não tínhamos autonomia financeira, conseguimos fazer de nós quatro que trabalhamos, dois fizeram curso de capacitação em ouvidoria. Basicamente foi isso. Nós corremos atrás mesmo da nossa própria formação, os servidores da mesma maneira, mas sempre dependendo exclusivamente do bom humor da presidência já que a gente não tinha um orçamento, então não tínhamos essa independência financeira.

Rodrigo: Essa, aliás, é a pergunta quatro. Como que era a receptividade dos setores da câmara aos requerimentos de gastos da ouvidoria.

Clóvis: Nós não tivemos gastos praticamente, ou melhor, tudo que nós requeremos, nos foi negado. O que nós tivemos de estrutura foram três computadores, o notebook, a linha telefônica, conseguimos fazer um panfleto explicativo com uma tiragem bastante reduzida. Além do panfleto que nós conseguimos fazer, um folder explicando como a ouvidoria funciona. O resto foi

através das mídias sociais, onde nós mesmos levamos ao conhecimento dentro da medida do possível.

Rodrigo: Nessa publicidade então foi basicamente por panfleto a questão fora mídia social que não tem custo.

Clóvis: Exclusivamente panfletos, eu não vou lembrar quantos exatamente, mas foi digamos o gasto da ouvidoria, eu fiz uma viagem ao longo desse período em um curso, fiz duas viagens, as duas para Brasília. Dois cursos do governo federal. E mais uma servidora fez um curso de capacitação que foi feito em Florianópolis. Então na verdade não tivemos gastos praticamente. Salvo o salário do ouvidor, o vencimento do ouvidor, que segundo a lei orgânica vencimento no mesmo valor dos secretários municipais e nós dispúnhamos de um cargo em comissão, mas tinha que ser servidor da casa. Então ele recebia uma gratificação por estar lá na ouvidoria, não era uma gratificação grande, não vou lembrar o quanto era.

Rodrigo. Sim. E tinha mais outros dois servidores de nível médio também que podia chamar.

Clóvis: Podia, mas a gente não conseguiu interessados.

Rodrigo: Não tinha interessados?

Clóvis: Não, dentro da câmara nós não conseguimos dois de nível superior nós conseguimos e a outra ficou um período conosco de nível médio, mas como não tinha nenhuma gratificação, essa pessoa não demonstrou mais interesse em

continuar. Então nós não conseguimos nunca fechar com os servidores da câmara porque todos tinham interesse em receber alguma gratificação a mais e lá na ouvidoria não tinha qualquer gratificação.

Rodrigo: A quinta pergunta é uma questão um pouco óbvia. Em algum ponto os meios de inadequação e falta atrapalharam ou alteraram os fins?

Clóvis: Não adianta a gente querer construir uma estrutura como essa sem ter os recursos administrativos e financeiros necessários para tanto. Então evidentemente que atrapalhou bastante, a gente poderia ter feito muito mais se houvesse respeito ao que a própria lei orgânica determina, mas não foi o caso.

Rodrigo: Quais os canais disponíveis ao contato do cidadão com a ouvidoria?

Clóvis: Nós criamos página no Facebook, criamos uma conta no Twitter e um sistema próprio, uma página própria da ouvidoria municipal de Curitiba onde nessa página, que era o meio mais adequado e mais utilizado, nessa página a pessoa registrava a sua reclamação e nós a respondíamos dentro do prazo legal estabelecido pela lei ordinária.

Rodrigo: Qual era mais ou menos a porcentagem, porcentagem média, dos cidadãos que compareciam presencialmente.

Clóvis: A gente tinha bastante gente que aparecia presencialmente, mas claro, 10% mais ou menos, 10% compareciam pessoalmente, o restante pela página da ouvidoria. Como o sistema todo de funcionamento estava na página, embora a gente aceitasse as reclamações pelo Facebook, ou as demandas pelo Facebook, a gente pegava do Facebook e jogava também dentro do sistema porque as próprias pessoas podiam acompanhar o andamento da sua reivindicação através do sistema que existia na página.

Rodrigo: E havia como saber mais ou menos uma faixa de classes sociais dos que buscavam a ouvidoria?

Clóvis: A gente não tem essa informação. Para tentar democratizar ao máximo, segundo a nossa leitura e entendimento, era esse o objetivo da ouvidoria, a gente não fazia questionamentos como muitos órgãos fazem, para ter isso, até para ser utilizado em ferramenta futura para outras situações. A gente não fazia, e foi deliberado isso. A gente não perguntava a faixa etária, não perguntava a faixa de renda, não perguntava o nível de escolaridade. Isso foi uma decisão que nós tomamos internamente de não fazermos nenhum tipo de questionamento nesse sentido, para não sermos, inclusive, acusados de criar um banco de dados com esse tipo de informação.

Rodrigo: A ideia de um princípio de informalidade mais sério.

Clóvis: Isso, exatamente. Nos parece que a ideia da ouvidoria é justamente essa. Se pautar pela informalidade.

Rodrigo: No seu entendimento qual foi o tema mais bem-sucedido de atuação da ouvidoria.

Clóvis: Eu acho que as demandas individuais dos cidadãos curitibanos são aquelas que mais demandavam o nosso esforço diário de trabalho. Demandas mais coletivas que nós tomamos a iniciativa de participar ou de buscar informações por conta própria, me parece que foi o grande mérito da nossa gestão. Então nós participamos ativamente das discussões sobre o funcionamento do transporte coletivo da cidade, sobre as questões ambientais da cidade, a questão do lixo, nós participamos ativamente das discussões. Questões relacionadas ao funcionamento da URBS, não só aquelas referentes ao transporte coletivo, mais as demais atribuições da URBS. Questões relacionadas a educação também, participamos ativamente. Demandas da juventude, das periferias, por mais espaços para lazer, etcetera. Iluminação, por exemplo, é um tema recorrente, mas dentro dessa categoria mais individual que seria o trabalho corriqueiros do dia-a-dia da ouvidoria.

Rodrigo: Deu para ver no relatório inclusive.

Clóvis: Isso. Mas eu acho que onde a gente poderia crescer era como esse representante da sociedade na busca por soluções mais voltadas a toda a comunidade. Não que não fosse relevante discutir a falta de iluminação de uma pessoa de determinado bairro,

mas essas demandas mais coletivas, eu acho que a gente poderia avançar mais.

Rodrigo: Certo. Quantas intervenções e recomendações foram feitas junto ao poder municipal?

Clóvis: Eu tenho que consultar os dados que eu não vou lembrar exatamente, mas foram diversas recomendações e a exatamente o termo que o termo que a lei ordinária, lei orgânica utiliza, nós fizemos diversas recomendações para a prefeitura, nos mais variados temas.

Rodrigo: Por alto?

Clóvis: Não vou lembrar. Eu tenho que consultar mesmo.

Rodrigo: Iluminação pública foi o tema mais recorrente no relatório de entrada, sendo entrada de questões individuais. Houve recomendação nessa área?

Clóvis: Houve recomendação nessa área. A alegação da prefeitura é de que a gestão anterior teria deixado um contrato de manutenção da rede se encerrar sem preparar o devido processo licitatório e isso, segundo a gestão do então prefeito Gustavo Fruct, era causa daquela situação, havia poucas equipes trabalhando nas ruas da cidade para promover essa manutenção, essas trocas que se fazem necessárias diariamente. Então nós recomendamos algumas medidas para que isso fosse minimamente normalizado porque é uma demanda, ainda era, não sei como é hoje, era uma demanda ainda um pouco amadora, a pessoa reclamava no 156, o 156

diariamente mandava para uma pessoa responsável e essa uma única pessoa responsável fazia uma seleção manual de localização por bairro aonde havia esses problemas de iluminação, e aí passava para as equipes de manutenção. Então era um esquema ainda um pouco amador, não era informatizado. Então além da falta propriamente das equipes de manutenção, todo, digamos, o organograma operacional, era bastante arcaico.

Rodrigo: Foi frutífera a recomendação? Houve alguma mudança por parte do poder público?

Clóvis: Nesse quesito específico melhorou porque houve mais equipes contratadas para fazer a manutenção, mas o sistema propriamente dito de atender as demandas, não.

Rodrigo: Entendi. Havia metas, exemplo, com base em relatórios de outros órgãos indicando problemas no município.

Clóvis: Como eu estou dizendo, a gente acompanhava, aí eu estou chamando essas demandas mais coletivas, nós acompanhávamos todas as prestações de conta na área da saúde, na área da educação, transporte coletivo, etcetera. E buscávamos questionar a prefeitura se estavam cumprindo aquelas metas. Esse era um dos trabalhos que nós fazíamos. Na medida do possível porque as demandas individuais eram muito grandes.

Rodrigo: Certo. Houve tempo para constituir hábito de operacionalização, trâmite interno dos problemas trazidos?



Clóvis: Acredito que a gente estava construindo isso. Esse programa que foi feito sem custo para a câmara, para a municipalidade, enfim, foi feito por um servidor da casa. E é alguma coisa que ainda estava sempre em construção, uma coisa que a gente ia aprendendo. Então essa nossa tramitação interna era uma coisa que ainda estava sendo aperfeiçoada, tinha muito para melhorar, com certeza.

Rodrigo: Houve tempo para poder criar padrões de resolução material de problemas, por exemplo, problema x, tem a solução x.

Clóvis: Não. Não houve tempo.

Rodrigo: Quais foram os principais problemas operacionais internos, o senhor entende, para funcionamento da ouvidoria, em termos externos, a mesma pergunta para questão interna, questão externa.

Clóvis: A gente estava criando um hábito externamente, então a própria prefeitura ainda não estava acostumada a receber uma cobrança com prazo de um órgão externo, então era uma coisa um pouco “o que estão me enchendo o saco aqui com essa história? Não basta o prefeito reclamando e agora ainda vem alguém de fora me dando prazo para cumprir determinada meta, determinado objetivo, ou atender determinada solicitação.” Então essa cultura ainda estava em gestação. Internamente, nós também estávamos criando a nossa cultura organizacional. Como eu te falei, é do zero, nós começamos com o ofício 01, com a recomendação 01. Quer

dizer, esse trâmite interno era alguma coisa que a gente ainda estava construindo e não foi possível em um ano e meio a gente deixar muito bem delineado um organograma de funcionamento interno como a gente gostaria.

Rodrigo: Certo. Em o que o senhor entende que a ouvidoria se desenvolveu? Quais áreas entende que ela estava caminhando para se desenvolver e tinha potencialidades para tal.

Clóvis: Eu acho que com um olhar realmente da sociedade para dentro do funcionamento, tanto do executivo, quanto do legislativo. Hoje a gente sabe que os vereadores, a maioria deles na casa, se prestam a atender demandas individuais. Quando isso na verdade não deveria ser a função principal deles, a função deveria fiscalizar o executivo e o legislar, evidentemente. E hoje a gente vê que não é exatamente assim que funciona. Isso deveria ficar muito mais a cargo da ouvidoria. E a ouvidoria nesse sentido funcionando como uma espécie de órgão recursal em relação a primeira reclamação ou sugestão, enfim, questionamento feito pelo cidadão. O cidadão reclama no 156, o 156 não atende aquela demanda, por exemplo o 156 entre outros canais que a prefeitura dispõe. Então a pessoa vai à ouvidoria como se fosse uma segunda instância e diz “eu estou reclamando do serviço público, um serviço que eu tenho direito e o serviço público não está resolvendo esse meu direito.” Mas especificamente em relação a avanço, eu entendo que é a participação da ouvidoria como esse órgão externo nas discussões referentes a programas e projetos do executivo e do legislativo. Mais um olhar para dentro desse processo.

Rodrigo: O senhor falou a respeito da atenção dos vereadores, da atividade deles, eu gostaria de fazer uma pergunta exatamente sobre a compreensão dos vereadores sobre a ouvidoria. Qual que é a sua análise, o seu entendimento sobre a compreensão dos vereadores acerca da ouvidoria.

Clóvis: Acredito que a maioria não compreendeu. Eu diria que provavelmente, dos 39 vereadores, talvez uns 40% compreenderam bem qual era a função, encaminhavam as demandas que chegaram aos seus gabinetes para a ouvidoria, passaram a entender que o ouvidor era na verdade um parceiro, não era alguém que estava ali buscando tirar a representatividade deles, ou que quisesse de algum modo interferir no trabalho deles, e nos buscaram como parceiros. Tem o exemplo de uma discussão que a gente atuou fortemente a pedido de um vereador, no caso da regularização de terrenos ali no Cabral, ali no Ahú, me fugiu o nome da Vila, mas é uma discussão antiga que existe e nós fizemos um trabalho muito interessante contribuindo para que aquelas famílias pudessem regularizar aquela área. Isso foi uma demanda que um vereador nos trouxe. Ele percebeu que não era uma atuação individual dele que iria contribuir para a solução dos problemas daquela comunidade. Nos buscou, falou “eu acho que a ouvidoria pode interferir melhor do que eu. Claro, estou à disposição, posso ajudar no que for necessário.” Mas nós conduzimos esse processo, conduzimos relatórios, tivemos reuniões com a procuradoria, fizemos audiências públicas, aliás outro aspecto importante, nós fizemos diversas audiências públicas sobre os mais diferentes

temas. Sempre no sentido de buscar, como eu frisei anteriormente, essas questões que dizem respeito mais a coletividade do que demandas mais individuais como um problema de iluminação na frente da sua casa, de buraco no asfalto, enfim.

Rodrigo: E como que era a relação da ouvidoria com a imprensa?

Clóvis: Ótima. A imprensa sempre nos abriu as portas, sempre que nós precisamos do apoio da imprensa, a imprensa nos recebeu bem. A imprensa ajudou bastante a divulgar e a imprensa estava compreendendo realmente isso de modo geral. O papel que era da ouvidoria. Diversas vezes a imprensa também nos procurou “a ouvidoria não vai fazer nada em relação a isso? Está havendo essa demanda na área de saúde, qual é a posição da ouvidoria em relação a essa falta de leitos? Fez alguma recomendação, fez uma audiência pública, foi inspensoar?”. Enfim, sempre tivemos uma relação muito boa.

Rodrigo: Bom, vou finalizar. Qual que é a sua opinião sobre a pretensão de extinção da ouvidoria.

Clóvis: Acho lamentável. Recentemente a gente assistiu à entrada em vigor de uma lei federal que estabelece os direitos do usuário dos serviços públicos e uma das colocações, uma das normas escritas dessa lei justamente é aquela que torna obrigatória a instalação de ouvidorias nos mais diversos órgãos e instâncias do setor público. Nós retrocedemos. A gente criou um modelo com participação popular, onde um ouvidor dependia menos de

indicação política, de uma discussão mais voltada com a comunidade, a nossa lei orgânica não foi alterada, continua a mesma. E pura e simplesmente a Câmara Municipal de Curitiba abandonou a ideia da ouvidoria. Então eu acho lamentável Curitiba ter trilhado esse caminho de abandonar puro e simplesmente, a gente sabe que Curitiba Instalou a primeira ouvidoria do Brasil ainda antes da Constituição de 88, a lei orgânica já previa desde 1990 a instituição da ouvidoria, essa lei só foi regulamentada lá em 2014/2015, enfim. Eu acho que a gente regrediu. A gente estava em um processo, um início de um processo de formação da consciência do que serve uma ouvidoria, isso foi interrompido e não me parece que haja interesse atualmente nem do poder executivo, e nem do poder legislativo municipal de dar continuidade a isso.

Rodrigo: Mais uma vez agradeço. Boa tarde.

Clóvis: Beleza, obrigado Rodrigo.

[00:29:16]



## **TRANSCRIÇÃO 4**

**Entrevista – Manoel Gomes**

28 de fevereiro de 2020

NOTA: em razão da adoção de diferentes mecanismos de gravação, os textos transcritos apresentam omissões e falhas ortográficas, em especial de pontuação, que podem interferir em sua interpretação. Em razão do grande volume de dados tratados ao presente trabalho, algumas revisões não puderam ser promovidas. Áudios originais disponíveis para verificação em <  
<https://drive.google.com/file/d/1Mx8iG2mKX-hifrsU8Y1WCp6QA20tAtwg/view?usp=sharing>> )



## **PARTICIPANTES**

Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes  
Rodrigo A. C. Baptista

## **TEMPO DE GRAVAÇÃO**

40 minutos e 16 segundos

## **MODALIDADE DE TRANSCRIÇÃO**

Sistema Audiotext

## **LEGENDA**

... → pausa ou interrupção.

(inint) [hh:mm:ss] → palavra ou trecho ininteligível.

(palavra) [hh:mm:ss] → incerteza da palavra transcrita / ouvida.

Rodrigo: Boa tarde. 28 de fevereiro de 2020. Professor Doutor Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes. Professor Doutor da Universidade Federal do Paraná que tem um histórico em relação a ouvidoria de estudo e de trabalho que é ímpar em nosso país. Primeiramente agradeço-lo pela disposição em nos receber, em nos conceder essa entrevista. Professor, direcionando as questões, primeira, suscitadamente qual é o histórico da ouvidoria nos três grandes momentos mundiais que o senhor inclusive aborda em sua tese de doutorado, se o senhor puder dar uma sintetizada.

Manoel: Sintetizo sim. Então, eu quero dizer que é uma satisfação enorme estar conversando com você, você tem sido, nos últimos anos, um parceiro nessa luta que nós tivemos para institucionalizar a ouvidoria no município de Curitiba, ainda que não tenhamos tido todo o sucesso desejado, por enquanto, mas sempre eu o tive como um dos defensores dessa instituição. Então é de fato uma satisfação enorme poder contribuir em qualquer trabalho que seja da sua lava. Em relação a esses momentos. Tradicionalmente, o Instituto Ombudsman foi considerado um instituto de defesa dos cidadãos e de controle do estado. Então se nós pegarmos todos os conceitos internacionais do Ombudsman, eles sempre estiveram conjugando essas duas figuras, como um agente de controle do estado, um agente de defesa dos cidadãos. Quando eu passei a aprofundar os meus estudos em relação ao instituto, por ocasião do meu trabalho de doutoramento, eu cheguei à conclusão que na verdade não se confunde a atividade preponderante do Ombudsman nas diversas etapas históricas pelas

quais o instituto foi passando. E fundamentalmente por que? Porque há uma inevitável adequação entre um instituto administrativo e a estrutura e a função do estado. Se nós estivermos em conta um estado de natureza liberal, nós seremos um perfil de instituição, de órgãos e entidades que o compõem com algumas funções. E assim também em relação ao estado de bem-estar social. Então a primeira questão que eu levantei na minha tese é se era correto o conceito do Instituto Ombudsman conjugando essas duas funções, de defesa de um órgão de controle do estado e um órgão de defesa do estado. Então a primeira divisão que faço é a seguinte, Rodrigo. No âmbito do estado liberal clássico, quando nasce o Instituto Ombudsman, e ele nasce na Suécia e nós não podemos esquecer que a Suécia foi o país que em primeiro lugar contemplou a modelagem de Montesquieu na sua constituição. Quando ele nasce ali, nasce como um órgão voltado principalmente para o controle do estado. O Ombudsman exercia em nome do parlamento, representando o parlamento, o controle do estado. É importante que se diga, todo o otelos do estado liberal clássico, é esse mesmo. Otelos para usar a expressão do Canutilho, do estado liberal clássico, era o controle do estado, para você garantir a liberdade individual era fundamental que o estado fosse controlado. Então o Ombudsman era um instrumento fundamentalmente de controle do estado. Quando ele tem essa função precípua, ele passa a ter também algumas características necessárias. Se ele é um órgão de controle, ele é regido pelo princípio da legalidade. Se ele é um órgão de controle, o titular da

pasta, o Ombudsman, tem que ser um sujeito que tenha conhecimento jurídico, enfim. Há um conjunto de características que são características típicas e adequadas ao exercício dessa função precípua. Obviamente que o Ombudsman ao controlar o estado, ele também exerce, reflete, secundariamente, a defesa do cidadão. Com o advento do estado de bem-estar social, isso muda. O Ombudsman, já a função precípua do Ombudsman, isso acontece a partir do governo Dinamarca, o Ombudsman, a função precípua passa a ser de órgão de defesa dos direitos do cidadão. Então aí a ideia não é o que o Ombudsman exerça fundamentalmente um controle do estado, a ideia é que ele exerça prioritariamente a defesa do cidadão em face dos atos praticados pelo estado. E é natural, e isso é adequado também ao perfil do estado do bem-estar social e é ao que o Canutilho chama de telos porque o telos do estado de bem-estar social era precisamente um estado propositivo, um estado que tinha que atuar em favor do cidadão. A primeira grande divisão que eu faço, discriminação que eu faço, é demonstrar como que a função precípua do Ombudsman do estado liberal e a função precípua no estado de bem-estar social, como são distintas, distintas também são as características da estrutura do Ombudsman, um defensor não precisa estar preso ao princípio da legalidade, ele pode ir além ao princípio da legalidade, trabalhando por exemplo no plano da moralidade pública, plano inclusive do que se convencionou chamar de poder discricionário do estado. Então essa é a primeira grande divisão que eu procedo em relação a isso. Eu acho que é uma divisão que tem procedência

porque está absolutamente adequada a racionalidade de ambos os estados, a racionalidade preponderante do Ombudsman no estado do bem-estar social, é compatível e adequada significativamente a racionalidade do estado de bem-estar social. Então esse tipo de controle eu fiz, e foi amplamente aceito, eu acho que isso alcançou inclusive doutrina internacional. Após essa classificação que modifica o conceito internacional de Ombudsman, passei a trabalhar com a questão da ouvidoria e em relação a ouvidoria, é possível identificar claramente essas duas fases, antes da reforma de 30 e pouco da administrativa. Claramente é possível nós distinguirmos no quadro geral das ouvidorias públicas no Brasil uma classificação que se volta uma para o controle, outra para defesa. E também com o advento da emenda constitucional 19, onde você modifica o perfil do estado, o estado deixa de ser, pelo menos formalmente, um estado de bem-estar social para ser um estado de natureza neoliberal, você com a emenda constitucional 19, você abre duas outras possibilidades. Do Ombudsman ser um órgão de aperfeiçoamento da administração vincado no princípio da eficiência, constitucionalizado na emenda constitucional 19 e o Ombudsman ser um órgão vincado no princípio da participação popular. De tal modo que nós teríamos aqui dois Ombudsman com racionalidades completamente diferentes. Um com uma racionalidade mais instrumental, formal, e outra com uma racionalidade mais participativa democrática. Então se nós a grosso modo, fizermos uma classificação das ouvidorias públicas brasileiras, nós caminharíamos mais ou menos dentro dessa

classificação que eu formulei. Um Ombudsman voltado para o controle, um Ombudsman voltado para a defesa do cidadão, um Ombudsman voltado mais para a eficiência da administração e Ombudsman voltado mais para a participação da sociedade civil. E aí cada um desses, cada um desses tipos têm uma estrutura própria, racionalidade próprias e algumas características e prerrogativas próprias. Se você trabalhar, por exemplo, com Ombudsman que tem como função o controle interno da administração, então você não precisa conferir esse Ombudsman, independente da autonomia na sua atuação. Se for um órgão controle externo, sim. Em cima dessa tipologia, nós temos uma estrutura e característica própria, um delineamento próprio de ouvidoria. De tal modo que quase que nós vemos que existe no Brasil quatro tipos de ouvidoria que podem ser tão distantes entre si e que talvez nem merecessem o mesmo nome.

Rodrigo: A análise que eu queria fazer nessa segunda pergunta, é mais sobre uma posição política a época da ouvidoria de Curitiba na década de 80 que o senhor esteve à frente.

Manoel: Então, a ouvidoria nasce em um processo de redemocratização do estado brasileiro. Isso é sintomático porque o Instituto Ombudsman é filho da democracia, ele só nasceu nos momentos e nos espaços políticos onde vigia a democracia. O bom exemplo disso é Portugal e Espanha. Cai o governo Salazar com a nova constituição democrática, nasce o Ombudsman. E o mesmo se diga em relação a Espanha, com a queda do governo Franco. Quando o Brasil começa o seu processo de redemocratização,

quando nós temos o primeiro prefeito eleito após o regime militar, a primeira pergunta que o nosso grupo político fez é o seguinte, como fazemos para nós redemocratizarmos essa administração pública que durante de 20 anos, foi organizada em torno de uma racionalidade intervencionista, de natureza militar, autoritária. Então o objetivo da criação do instituto da ouvidoria no Brasil foi inspirada nesse movimento que teve na Espanha e Portugal, na península ibérica. Ele nasce com essa intenção de abrir espaço dentro da administração pública para receptionar as demandas populares. E ao receptionar essas demandas populares, defendê-las dentro do espaço público. Isso obviamente reclama um processo de aprendizagem, um processo de natureza democrática. O cidadão do administrado que antes era tratado de uma determinada forma militar, em um regime democrático, deveria ser tratado de outra forma. Inclusive, especialmente, de uma forma que desse voz. Então como você poderá ver todos os documentos que eu publiquei na época, a ideia do Ombudsman era ouvir o cidadão, conferir voz ao cidadão e fazer com que essa voz do cidadão fosse internalizada dentro da administração pública. Especialmente nos espaços de formulação, controle e execução de política pública. Esse era o objetivo. O que a gente queria era, nós pusemos diversos cartazes na época, não sei se você viu, eu perdi, não tenho, o Paulo tem.

Rodrigo: Do orelhão?

Manoel: Do orelhão, do cotonete.

Rodrigo: Queria ter essa imagem.

Manoel: Mas eu acho que a gente consegue. Então a ideia era convocar os cidadãos para que eles se sentissem legitimadas para estar dentro da administração pública e exercer o seu legítimo direito de administrado.

Rodrigo: Imagino que esteja dentro da pergunta três que é para o que serve a ouvidoria na atualidade, essa pergunta eu faço fazendo uma comparação com relação a ouvidoria da década de 80.

Manoel: A sua pergunta merece ser dividida. Para o que serve a ouvidoria. Essa resposta que uma resposta que merece uma reflexão do meu ponto de vista é super importante, está condicionada a um tipo de ouvidoria. Então se você perguntar para que serve a ouvidoria hoje da prefeitura municipal tal que é uma ouvidoria que não é mais um agente de legitimação da administração pública, está lá para fazer marketing para administração pública. Então ela serve para marketing. Tudo depende fundamentalmente da tipologia em que se enquadre uma ouvidoria para nós vermos qual é a função precípua. Se ela tiver como função precípua a defesa do cidadão e for aparelhada para isso, ela serve para defender o cidadão. Então conceitualmente, se nós formos para a minha tese de doutorado, eu termino a minha tese de doutorado dizendo o seguinte, a ouvidoria é um instrumento fundamental e imprescindível para a consolidação da democracia brasileira. O objetivo da ouvidoria, conceitualmente ideal, seria aquela que você colocasse a voz do cidadão sobre a proteção do



servidor público em condição ideal de diálogo com os servidores públicos. Essa condição ideia de diálogo parto da ideia do Harmans, de você de fato incluir, procedimento de inclusão da vontade popular dentro da administração pública e essa inclusão ser monitorada para que você tenha uma isonomia entre vontade própria e vontade popular.

Rodrigo: A ideia é sempre abordar no máximo possível na tipologia extraorgância que o senhor mesmo fez.

Manoel: Isso.

Rodrigo: Que é a de Curitiba.

Manoel: A ouvidoria de Curitiba nasce como sendo uma ouvidoria intraorgânica, ela estava dentro do poder executivo. E o objetivo ali era a defesa dos direitos dos cidadãos. Então o que a gente queria naquele momento e isso está posto em todas as letras, em todos os trabalhos da ouvidoria da época. A gente queria que o seguinte "cidadão curitibano, você hoje tem um órgão, para, dentro da administração pública, que você tem acesso legitimado, você não precisa ter medo para reclamar, denunciar ou sugerir. A sua voz será ouvida pela administração pública." Esse era o objetivo da nossa ouvidoria de então. E quero lhe dizer que abrimos no meu período de dois anos, algo em torno de três mil processos contra servidores da administração pública. A ideia era que a gente tinha era o cidadão formulou uma reclamação, essa reclamação era acompanhada pela ouvidoria, e o ouvidor era o único agente público legitimado para defender interesse particular dentro da

administração pública, guardados obviamente os limites da defesa do interesse público. Nós atendemos desde buraco de rua, até mudança de sentido de rua, até fechamento de divisões. Prisões, na época existia prisões administrativas, realizamos prisões administrativas.

Rodrigo: Foram realizadas?

Manoel: Foram.

Rodrigo: E dessa época quais ou temas ou qual o tema que o senhor entende mais bem-sucedido na atuação da ouvidoria?

Manoel: Eu acho que sobretudo foi no âmbito que nós poderíamos convencionar de moralidade administrativa. Como eu disse para você nós nascemos com o objetivo de defender o cidadão, nós éramos um agente vigoroso de controle. Por exemplo, divisão de cemitério. A partir de reclamações, nós chegamos à conclusão que estavam vendendo espaços no cemitério municipal e existe uma gangue dentro da divisão de cemitérios. Nós fechamos a divisão, interditamos a divisão e levamos não sei quantos processos administrativos, etcetera. O impacto disso, o impacto do ouvidor, o impacto preventivo do ouvidor dentro da administração pública é enorme. Na divisão de urbanismo, por exemplo, nós implantamos agentes policiais lá dentro, sabíamos que existia gangues de emissão de alvará e efetuamos seis prisões administrativas, tivemos situações de suspensão imediata de servidor. A atuação mais exitosa foi no sentido de preventivo, no sentido de dizer "hoje você tem um órgão de controle que de fato



atua e atua de forma rápida, de forma informal, séria." Isso de um lado, de outro lado nós conseguimos algumas coisas do ponto de vista dos interesses da sociedade civil muito interessante. A primeira delas foi nós internalizarmos, regionalizarmos, o atendimento dos direitos básicos dos cidadãos nas periferias. Com convênio do poder judiciário, nós levávamos para a periferia o tribunal das pequenas causas, levávamos o setor de carteira de identidade do estado. O que hoje tem nesses centros de cidadania, isso nasceu conosco. Nós íamos como ouvidoria no bairro e ficava lá, o ouvidor mesmo junto com toda a estrutura administrativa, juízes, promotores, ouvindo a cidadania.

Rodrigo: Vindo a realidade atual, o mais moderno da ouvidoria. Qual que é o seu entendimento sobre a atual forma de eleição, aquela que são três eleições dentro de uma, em que primeiro a sociedade civil escolhe suas entidades para participar, entidades junto com outros três do legislativo mais três do executivo recebem os candidatos e a terceira fase, a lista tríplice vai para avaliação do plenário.

Manoel: Eu diria que conceitualmente esta é a forma ideal. Por que que é forma ideal? Porque o Ombudsman, o ouvidor, a rigor, tem que ter um assento na sua legitimação, na sua legitimidade de agir na sociedade civil. Ele é o elemento, ele deveria ser o olho da sociedade civil dentro da administração pública. Então eu acho que conceitualmente essa é a principal modelagem. Tivemos uma experiência pouco exitosa aqui em Curitiba, seguinte essa modelagem conceitual. Eu atribuo essa

inexistência da nossa experiência municipal em relação a essa modelagem por falta, do meu ponto de vista, de um lado maturidade da nossa administração em fazer um movimento de divulgação, de treinamento, de motivação da sociedade civil para que a sociedade civil realmente participasse. O que nós tivemos aí foi uma participação, uma coloração, muito mais corporativa do que propriamente societária. Nosso ouvidor parece que foi eleito fundamentalmente por seguimentos de entidades da própria administração pública, entidades representativas, não me recordo muito bem como foi o processo, mas sabia que tinha por exemplo, atuou de forma muito forte na associação dos guardas municipais. Então acho que faltou aquilo que sempre tem em todo processo de instalação das ouvidorias, um processo de natureza pedagógica em relação à população. Isso em 86 nós fizemos. Nós fizemos um esforço enorme em divulgar os serviços da ouvidoria, a importância da ouvidoria. Eu acho que faltou fundamental isso.

Rodrigo: Essa questão também adentra a próxima pergunta. O senhor está sempre adiantando. Como o senhor avalia a estrutura, seja de pessoal, foram teoricamente cinco pessoas para poder trabalhar, o espaço físico que não era adequado, a questão de publicidade e atuação em geral foi dada a operação da ouvidoria.

Manoel: Eu diria, fundamentalmente, que nós tivemos um erro preambular que foi no sentido de motivar a população para que de fato os representantes da sociedade civil, as entidades organizadas da sociedade civil que de fato participassem em massa. E entidades de fato representativas, o que deveria participar

conceitualmente seria entidades do porte da ordem dos advogados, da Associação Brasileira de Imprensa, as grandes entidades ambientalistas. Tivemos esse primeiro erro e tivemos um erro talvez ainda maior no processo de implantação da ouvidoria, a Câmara Municipal de Curitiba não levou a sério o instituto, não deu ao instituto a merecida atenção, merecida infraestrutura, de modo a viabilizar que a ouvidoria realmente fosse para os cidadãos curitibanos o que em princípio ela deveria ser. O que legalmente ela deveria ser. Isso de um lado, quero dizer também e não tenho muito pejo em dizer isso, a ouvidoria é um instituto unipessoal, e essa unipessoalidade que é uma marca talvez única do conjunto de instituições administrativas brasileiras, depende fundamentalmente da figura do ouvidor. Então há aí também algumas faltas a serem tributadas pelo ouvidor que foi eleito. Eu acho que o ouvidor tinha a responsabilidade de atuar de tal modo que sensibilizar a câmara, os órgãos públicos, no sentido de dar a devida infraestrutura para que ele executasse a sua missão. Isso durante dois anos, eu vi muito pouco ser feito em relação a isso.

Rodrigo: Certo. Havia setores sociais contra a ouvidoria? E políticos?

Manoel: Eu acho que setores sociais, eu imagino que não, não vi nada em relação a isso. Havia uma certa indignação pelo perfil do ouvidor, isso eu cheguei a ouvir, e também ouvia do ponto de vista dos políticos uma certa resistência que é uma resistência super compreensível. Essa resistência do poder legislativo em relação a ouvidoria sempre esteve presente e se expressa até pelo

longo período que ela teve de regulamentação do artigo do capítulo da lei orgânica. Todo esse período ela esteve latente, precisamente por conta de uma certa resistência da classe política porque se confunde, entendesse que o ouvidor, de alguma forma, competirá com os vereadores, com os membros do legislativo. E de fato é uma confusão porque na verdade o ouvidor seria um soldado a serviço dos agentes do legislativo. Então o que acontece é que não inobstante o fato de eu ter ido várias vezes falar no plenário da câmara, demonstrar isso, que o ouvidor é um servidor do legislativo. E nessa condição ele não compete com os vereadores, a atuação do ouvidor eleito talvez tenha reforçado isso porque até onde me consta ele fazia atendimentos diretos e tinha pretensões políticas, enfim, coisas que a gente ouve e que não tem nenhuma condição provar. Mas o ouvidor tem que ser um sujeito que está ali reforçando o poder legislativo e o poder dos vereadores.

Rodrigo: Para finalizar professor, em que que você entende a ouvidoria se desenvolveu nesses últimos tempos. Houve um desenvolvimento.

Manoel: Então, o grande receio que eu tinha quando eu criei a ouvidoria, quando pensamos a ouvidoria na década de 80, é que nós, ao importarmos a ouvidoria, nós não desvirtuássemos, que a internalização do Instituto Ombudsman no Brasil não sofresse deturpações. E pensando nisso nós criamos a ouvidoria para estar um ano junto ao junto ao poder executivo, depois faríamos uma avaliação como de fato fizemos, que avaliação externa sobre a atuação da ouvidoria, e depois mandaríamos para o legislativo para

que a ouvidoria mantivesse todas as características do Instituto Ombudsman. Fizemos isso, conseguimos manter a ouvidoria conceitualmente dentro da lei orgânica, Curitiba foi, aliás, a única cidade até onde me consta, que manteve integralmente esse perfil. E todas as outras experiências sofreram deturpação, todas as experiências que eu tenho conhecimento, sofreram deturpações. Então penso que hoje as ouvidorias públicas brasileiras estão muito distantes daquilo que seria o Instituto Ombudsman, o que seriam a defensoria pública pensada, por exemplo, como avançaríamos no projeto de construção. Nós de fato não temos no Brasil um Ombudsman, nós temos um instituto que se chama ouvidoria pública, que em alguns locais presta bons serviços, em outros locais não e que tem como apelo maior, a recepção de reclamação, sugestão e solicitações dos cidadãos junto ao poder público. Mas eu diria para você, e acho que não corro risco de errar, a grande maioria das ouvidorias brasileiras se assemelham mais a um serviço tipo 156, a um balcão de reclamação, do que propriamente uma ouvidoria.

Rodrigo: Quanto a ouvidoria de Curitiba, em que pese o gap da década de 80 a essa década. O senhor acha que houve tempo de constituir hábito da sociedade curitibana com relação ao instituto da ouvidoria?

Manoel: Não entendi bem a pergunta.

Rodrigo: Houve tempo de a sociedade curitibana se apropriar, instituir o hábito a instituição ouvidoria.

Manoel: Então eu acho que, veja, nós tivemos o advento da constituição de 88, a nossa ouvidoria é de 86. Nós instituímos em 86, houve um movimento do nada de um regime autoritário onde o silêncio era imposto, e quando não era imposto, a voz era sempre pronunciada com muito medo e receio de castigos do poder, etcetera. Nós tivemos, como eu disse, três mil processos. Então nós estávamos em um processo de popularização desse canal de reclamação junto a população, junto, é importante que se diga, que junto com Curitiba, diversas outras capitais passaram a trabalhar com o conceito de democracia participativa. Então a participação popular como um todo e a ouvidoria é um instrumento de participação, foi sendo apropriada progressivamente pela população, especificamente em relação a ouvidoria, como nós tivemos em 88 a Constituição e a nossa intenção era que a ouvidoria fosse institucionalizada junto ao legislativo. Estava no projeto da lei orgânica. Houve a interrupção desse processo. Obviamente, os curitibanos não tiveram a oportunidade de se apropriar dessa instituição até para que diante do absurdo que aconteceu recentemente na câmara de vereadores reduzindo, deturpando, talvez mutilando aquilo que foi posto na lei orgânica, os cidadãos brasileiros se rebelassem contra isso.

Rodrigo: Então muito menos dessa época inicial, muito menos dessa época agora pouco que foi basicamente um ano e pouco de exercício.

Manoel: E aqui também nós tivemos um episódio histórico complicado que foi o processo eleitoral. Nós saímos de um

governo que tinha como grande bandeira a participação popular e não estou aí fazendo uma defesa, mas se você fizer uma análise, por exemplo, da ampliação dos conselhos, espaços públicos de participação popular, criados em governos de esquerda nesse período de esquerda. Nós viemos com estofo participativo enorme. E esse estofo participativo foi absolutamente abortado por um regime de direita que é radicalmente contra o processo de participação popular dentro da administração pública. E quando eu digo isso que isso está expresso em um conjunto de leis, portarias e decretos que exterminaram praticamente os conselhos dentro do espaço da administração pública federal que continham representantes da sociedade civil. Então foram dois episódios históricos que acabam também contribuindo para que um instituto como esse que é um instituto, como eu disse, filha da democracia e da participação, tem um certo vigor do ponto de vista do seu grau de atratividade para a população brasileira. Quero dizer também que, vamos dizer assim, os institutos e as instituições democráticas, para vigirem, precisa ter esse processo de apropriação. Porque a partir desse processo de apropriação, e que essa cidadania exerce a defesa. E nós vemos diante da fragilidade da nossa democracia brasileira, como esse processo de apropriação é pouco significativo na nossa história. Se nós tivéssemos falando de sociedades de países onde tem democracias de terceira geração, mencionado por exemplo a Europa, o apego aos institutos democráticos, as instituições democráticas, é defendido com uma forma mais intensa do que ocorre aqui no Brasil. Vimos recentemente a

declaração do presidente da República convocando a população para ir no dia 15 de março protestar contra o legislativo e o judiciário. Esse tipo de coisa seria inconcebível no meu entendimento, nos países de democracia em terceira geração. O fato é que o Brasil tem muita pouca experiência histórica efetivamente democrática.

Rodrigo: É. Algo que gostaria de complementar da matéria, professor.

Manoel: Eu queria complementar insistindo na imprescindibilidade do Instituto Ombudsman para o aperfeiçoamento da democracia brasileira, ele tem como função uma atuação que é não convencional em relação aos demais órgãos de defesa e aos demais órgãos de participação, O Ombudsman não confunde com a defesa feita pelo ministério público, o Ombudsman também não se confunde com o orçamento participativo ou conselho. Quer do ponto de vista da sua atuação como órgão de controle, quer do ponto de vista da sua atuação como órgão de defesa, quer como a sua atuação como órgão de participação popular, ele tem uma atipicidade que os demais órgãos, instrumentos, não tem, de tal modo que eu acho que ele é um elemento que de fato complementa, e complementa de forma muito importante o aperfeiçoamento da democracia. Não consigo imaginar uma democracia qualificada como tal, realmente como democracia, sem que você tenha um espaço dentro da administração pública, onde o cidadão possa exercer de fato a sua cidadania, não a sua cidadania do ponto de vista dos interesses

particulares, mas a sua cidadania no seu exato direito de participar na formulação, na execução e no controle das políticas públicas. Então o Ombudsman é isso, ele viabiliza isso. E temos aí como exemplo as grandes democracias do mundo, todas elas com Ombudsman. O que eu queria dizer é que ainda eu carrego a esperança de nós agraciarmos a democracia brasileira nos três níveis de governo, com o instituto nos moldes do Instituto Ombudsman.

Rodrigo: Ok. Agradeço mais uma vez a participação.

Manoel: Uma satisfação.

[00:40:16]



## **TRANSCRIÇÃO 5**

### **Entrevista – Carlos Barbosa**

03 de março de 2020

NOTA: em razão da adoção de diferentes mecanismos de gravação, os textos transcritos apresentam omissões e falhas ortográficas, em especial de pontuação, que podem interferir em sua interpretação. Em razão do grande volume de dados tratados ao presente trabalho, algumas revisões não puderam ser promovidas. Áudios originais disponíveis para verificação em <  
<https://drive.google.com/file/d/1fqEMZhYMZexPggfIMVyqC66peoG2uVXI/view?usp=sharing>> )

## **PARTICIPANTES**

Carlos Barbosa  
Rodrigo A. C. Baptista

## **TEMPO DE GRAVAÇÃO**

37 minutos e 27 segundos

## **MODALIDADE DE TRANSCRIÇÃO**

Padrão

## **LEGENDA**

... → pausa ou interrupção.  
(inint) [hh:mm:ss] → palavra ou trecho ininteligível.  
(palavra) [hh:mm:ss] → incerteza da palavra transcrita / ouvida.

---

Rodrigo: Boa tarde. 03 de março de 2020. Estou aqui com o seu Carlos Barbosa Junior. A quem primeiramente agradeço a concessão dessa entrevista.

Carlos: Imagina.

Rodrigo: O Carlos Barbosa foi coordenador da ouvidoria, confere?

Carlos: Coordenador técnico.

Rodrigo: Isso. Aquela época de 2015/2016.

Carlos: Isso mesmo.

Rodrigo: Carlos, primeiramente quais eram as expectativas de vocês executores de como deveria atual uma ouvidoria a aquela época.

Carlos: Na verdade, a gente encarou isso como um desafio. A ouvidoria de Curitiba tinha ficado muito tempo sem funcionar e havia toda uma diferenciação também na forma de escolha do ouvidor. Então a equipe era muito reduzida, o senhor acompanhou esse percurso, de servidor efetivo da câmara que tinha que dar esse apoio para ouvidoria era eu que era o coordenador técnico e o Ramiro da Luz, só apenas dois. Tinha mais um estagiário na parte da manhã e estagiário na parte da tarde. Voltando à pergunta, a gente assumiu esse desafio, a gente tinha essa expectativa de um desafio mesmo, de possibilitar que como o canal 156 da prefeitura de Curitiba tinha uma série de problemas para dar resposta a solicitação de serviços dos cidadãos, a gente tinha essa expectativa de trazer uma maior agilidade em relação ao atendimento dessas demandas e também possibilitar a



administração pública, doutor Rodrigo, como se fosse um diagnóstico dos serviços por área da cidade. Então foi com esse espírito que a gente aceitou esse desafio.

Rodrigo: Ok. Como que você avalia a estrutura que foi dada em questão de pessoal, capacitação disponível, espaço físico e publicidade.

Carlos: Olha, a estrutura que a gente tinha no momento era muito precária. Eram duas pequenas salas, tinha uma pequena recepção, duas salas, uma delas era mais o trabalho técnico do atendimento e a sala do ouvidor. Então era uma estrutura muito pequena, muito enxuta, funcionava ali no estacionamento coberto do outro lado da rua. E como eu falei, como eu já mencionei, dois servidores apenas da câmara e dois estagiários, um na parte da manhã, um na parte da tarde. Então era uma equipe muito pequena e o local também era modesta, mas ao mesmo tempo ele supria as necessidades do órgão na época.

Rodrigo: E com relação a capacitação disponível?

Carlos: Como isso era uma novidade Rodrigo, a gente teve que procurar... eu mesmo tive que me capacitar para atender essa função e também o Ramiro da Luz que foi nós dois os únicos efetivos. Mas a gente buscou a capacitação, por exemplo, no Senado Federal, a gente já tinha conhecimento que a ouvidoria do Senado era de excelência. E a gente terminou tendo um contato com um programa do Senado de capacitação de pessoal do legislativo. E a gente fez uma capacitação eu, o próprio Ramiro e também os estagiários que participaram, a gente fez aqueles cursos

muito bons à distância do senado para capacitação disso. E além disso a gente fez contato aqui também com a CGU que também tinha uma formação nesse quesito. A gente participou de encontros e seminários para discutir essa questão do atendimento no serviço público.

Rodrigo: Certo. Fora a questão desses treinamentos, houve uma especialização de pessoal, treinamento para poder atuar de forma mais apta ao tema?

Carlos: O que a gente conseguiu fazer é que a gente trouxe para cá um sistema do próprio Senado Federal que facultou a gente que era de ouvidoria. Era um sistema de gerência de ouvidoria. Então a gente teve que capacitar as pessoas para operar esse sistema. E o sistema era muito bom, não deu problema nenhum, ficou em operação o tempo todo que a gente funcionou. Mas era também de simples operação, mas a qualificação que a gente teve que fazer também é no sentido de dar uma orientação de como, de forma objetiva, de forma rápida, ser eficiente no atendimento. O atendimento era presencial que era minoria, mas tinha muito por telefone. E também através do nosso sistema.

Rodrigo: Certo. Essa pergunta está relativamente interligada com relação a câmara, de como era a receptividade dos setores da câmara aos requerimentos de gastos da ouvidoria.

Carlos: Péssimo. Sempre foi muito complicado, eu lembro que eu solicitei várias vezes para... a gente foi inclusive em um encontro de tecnologia no Senado, eu e o Ramiro participamos. O Ramiro inclusive estava na mesa de abertura porque foi ele que

terminou de desenvolver esse sistema. Então isso foi case de sucesso, tanto que na abertura desse evento do Interlegis, o Ramiro estava na mesa por isso mesmo, porque ele conseguiu dar forma final para esse sistema que estava já há muito tempo sendo desenvolvido lá pelo Senado, pela equipe técnica do Senado.

Rodrigo: Que bacana. Em algum ponto então os meios, no caso aqui é a inadequação a falta, atrapalharam ou alteraram os fins da ouvidoria?

Carlos: Olha, eu creio que alterar os fins não, mas eles atrapalharam um pouco porque a gente tinha uma capacidade muito restrita de atendimento. Então era basicamente eu, o Ramiro e mais um estagiário por período. Era muita coisa para uma equipe desse tamanho. Eu acho que a estrutura pequena, número de funcionários muito reduzido, terminou atrapalhando um pouco o trabalho da ouvidoria, mas não estagnou, mas atrapalhou. Sem dúvida que atrapalhou.

Rodrigo: Quais canais eram disponíveis ao contato do cidadão com a ouvidoria e quais eram os mais utilizados.

Carlos: Existia a possibilidade de ser atendido pelo telefone, pelo próprio sistema criado para o atendimento e presencialmente. Como as pessoas que pedem no 156, a maioria também já faz por computador a solicitação e os próprios atendentes do 156 já passavam o nosso portal. Então a maioria dos atendimentos era pelo próprio sistema, era digital. Tinha o atendimento por telefone que vinha em segundo lugar, os telefones dependendo da situação tinha umas sazonalidades, por exemplo,

em relação a iluminação pública. O telefone tocava o tempo todo. E presencial, mas presencial era bem menos em relação aos outros, mas também eram demandas, questões muito específicas.

Rodrigo: E qual, no seu entendimento, foi o tema mais bem-sucedido que a ouvidoria atuou.

Carlos: Olha, é difícil elencar um tema, mas eu penso que, na época pelo menos, o que mais estava em uma maior demanda era a questão da iluminação pública. E o 156 não dava conta de responder isso. Eu acho que a atuação da ouvidoria cobrando da Secretaria de obras, às vezes o serviço estava no sistema da prefeitura lançado como se tivesse sido executado, mas na verdade não foi. E como a prefeitura não tinha esse monitoramento, não tinha fiscalização para isso, eu creio que o trabalho desenvolvido nesses dois anos foi muito importante para isso, para a prefeitura ter um diagnóstico dessa prestação de serviço, principalmente porque esse é um serviço de terceirizada. Então o que acontecia é que o cidadão solicitava o serviço no sistema 156, a gente ia verificar "não, foi realizado o serviço em tal data." Quando daí o cidadão mostrava para a gente que não tinha sido realizado o serviço. Então eu acho que nesse aspecto foi muito importante para a administração pública de Curitiba esse diagnóstico e essa capilaridade que a ouvidoria disponibilizou.

Rodrigo: Quantas intervenções e recomendações foram feitas junto ao poder municipal?

Carlos: De memória eu não tenho, até por conta que já faz bastante tempo. Mas foram várias, principalmente nessas questões

mais importantes, que tinha mais peso. Por exemplo na questão da iluminação pública, mas não só nessa. Também teve várias outras, inclusive foi feita audiência pública por essa questão de, por exemplo, teve um problema em um período de conflitos por exemplo, jovens para entrar em um shopping center. Virou, na época, no Brasil inteiro, o tal do rolezinho. Os jovens entravam com aquelas roupas de b-boys. E aí começou a ter problema de barrar a entrada desses jovens em um shopping aqui em Curitiba. Houve reclamação do pessoal do hip hop e a gente fez até uma audiência pública, chamou o Ministério Público, chamou o responsável pelo shopping, para tentar resolver o problema.

Rodrigo: Você se recorda, mais ou menos, quantas recomendações? Aproximado.

Carlos: Eu acho que foram cerca de 10 recomendações, entre 10. Mas como eu disse, as recomendações eram de questões muito mais candentes para relação aos serviços públicos no município.

Rodrigo: Certo. Houve recomendação em relação a iluminação pública?

Carlos: Com iluminação pública, a gente várias vezes alertou a prefeitura, o departamento de obras, a secretaria, da questão, inclusive eu lembro que a gente fez um ofício listando todos os serviços que lá no site da 156 constavam como terminados e que os cidadãos e cidadãos de Curitiba ligavam às vezes muito indignados para dizer para gente que era mentira, que não tinha

sido prestado o serviço. Nesse caso específico eu lembro que foram vários ofícios em relação a isso.

Rodrigo: Havia metas, por exemplo, com base em relatórios de outros órgãos indicando os problemas do município, como você falou por exemplo o 156.

Carlos: É que na verdade infelizmente a ouvidoria na época não teve um contato, por exemplo, ela foi em virtude de uma lei aprovada aqui no legislativo, mas o poder executivo não abraçou a ideia. Por exemplo, nós é que tínhamos que ligar para os órgãos dizendo "nós somos da ouvidoria de Curitiba." Então não houve reuniões em secretaria para apresentar a ouvidoria. O executivo trabalhou como se a ouvidoria... não deu muito crédito, não deu muita importância. Não teve esse acolhimento, também talvez por falta de entendimento da importância da questão da transparência, da agilidade no serviço público.

Rodrigo: Me parece que você já começou a responder a próxima pergunta que é, houve tempo para constituir hábitos de operacionalização de trâmite no tratamento dos problemas mais trazidos a ouvidoria? E a outra pergunta é se houve tempo de criar padrões de resolução material dos problemas, um é questão de hábito de operacionalização interno e o outro é padrões de resolução material, problema x, eu tenho resolução X. Problema y, eu tenho resolução y.

Carlos: Nessa parte interna a gente tinha um procedimento que era lançar tudo que chegava no sistema para poder semanalmente, isso chegava na quinta-feira a tarde, sexta-feira à

tarde a gente mandava a comunicação, o ofício, para a secretaria envolvida. Então toda semana a gente tentava fechar, às vezes não conseguia. Mas toda a semana, com essas quatro pessoas, a gente tentava fechar as demandas da semana e encaminhar até sexta-feira para a Prefeitura e encaminhava na sexta-feira e na outra semana ligava lá para saber se tinha chegado, o que estava previsto para acontecer. Também nesse período tem que lembrar, doutor Rodrigo, que era um período que teve uma recessão na economia. Então nos dois primeiros anos da gestão Fruit houve todo uma engenharia para corte de gastos e tudo para segurar a questão das despesas com a esperança que nos outros anos iria melhorar a situação econômica, mas não foi isso o que aconteceu. Ao contrário, a situação econômica piorou, então vários desses contratos que foram firmados no início da gestão, não foram renovados e também vários desses contratos os prestadores de serviços passaram a exigir aditivos na época e a Prefeitura não cedeu em relação a isso, até por conta que não tinha recurso. Então isso foi uma dificuldade adicional sim.

Rodrigo: Quais foram os principais problemas operacionais internos ao funcionamento da ouvidoria?

Carlos: Operacional interno era falta de pessoal para o atendimento. Basicamente seria isso. A câmara sempre cedeu, por exemplo, automóvel quando a gente precisava fazer inspeção em campo ou precisava visitar a prefeitura. Isso nunca faltou, esse apoio. Mas faltou o pessoal principalmente e também em um certo sentido, faltou essa formação continuada que a gente tinha pensado

em estabelecer, a gente até conseguiu, mas ela poderia ter sido muito melhor, se tivesse tido apoio da câmara. Eu lembro que em uma situação, no plenário da câmara, um vereador levantou a questão de um gasto que foi uma viagem para Brasília que foi feita por mim e pelo Ramiro. Dizendo que foi o mais alto gasto com passagem naquele exercício. Só que o vereador não sabia ou ele se enganou, que esse sistema que a gente foi buscar lá em Brasília e que operou aqui na ouvidoria enquanto ela esteve aberta, foi cedido pelo Senado Nacional. Então por exemplo, se a gente fosse comprar um sistema para fazer o que a gente fazia, a gente ia ter quatro, cinco vezes, aquele gasto de uma viagem para Brasília. Mas havia uma crítica em relação a esses gastos, sem dúvida. Isso aconteceu mesmo.

Rodrigo: Aproveitando essa abordagem sua, eu te pergunto como era a relação da ouvidoria com os vereadores.

Carlos: Essa é uma pergunta muito pertinente.

Rodrigo: Havia compreensão dos fins?

Carlos: Não, eu acho que não. Alguns vereadores perceberam que era uma coisa diferente, agora outros se sentiram como se a ouvidoria quisesse tirar o espaço deles porque a ouvidoria estava recebendo, por exemplo, demandas da cidade inteira. Então quando era o local de determinado vereador, o mesmo ficava ciumento, ou seja, estava mexendo na paróquia do vereador. Isso realmente aconteceu, diziam que o ouvidor era mais um vereador quando não era, não era absolutamente esse caso. A função do ouvidor é bem diferente de um parlamentar. Mas houve



sim, não havia uma compreensão, por exemplo, eu citei esse vereador que criticou os gastos da ouvidoria. Esse vereador é um exemplo de um homem público, com muita experiência e tudo, mas ele não se atentou para a natureza, que a ouvidoria é diferente da aderência, por exemplo. Houve uma tentativa de implantar isso, eu acho que a gente tem que louvar a Câmara Municipal de Curitiba, mas entre os vereadores não houve uma boa recepção. Alguns entendiam o trabalho, mas infelizmente era a minoria.

Rodrigo: Quais foram os principais problemas organizacionais externos ao funcionamento da ouvidoria.

Carlos: Externamente a nossa principal dificuldade é que a gente recebia demandas e encaminhava. Só que depois a gente ficava no escuro, era só o próprio cidadão ou cidadã que dizia para a gente o que tinha acontecido. A administração pública não dizia. Então esse era o principal nó da gente porque na verdade a gente ficava no escuro. A gente dependia da informação do próprio solicitante que muitas vezes realmente ia lá, mandava mensagem para a gente ou ligava para agradecer ou para criticar. Mas o órgão para onde foi o ofício, a solicitação, não respondia. Como tinha essa questão da autonomia em relação a prefeitura, então tinha uma certa dificuldade em relação a isso. Eu, doutor Rodrigo, cheguei a ir, a gente pessoalmente ia fazer o protocolo no como se fosse a casa civil da Prefeitura e passei por situações de esperar mais de 15 minutos de pé para ser atendido pelo diretor do gabinete técnico. Era um desprestígio que a gente sofria dentro da administração pública do município. Mas eu creio que esse desprestígio se deve

a essa questão mesmo do município não ter acolhido a ouvidoria. É uma coisa bem estranha isso, essa falta de urbanidade que a gente notava. Aquela coisa, a gente pensava "se um servidor público é atendido desse jeito, imagina o cidadão." Isso em um certo sentido para a gente, reforçava o nosso papel de trabalhar mais, atender do melhor jeito possível. Na verdade, era um demérito, era uma coisa ruim, mas terminava que a gente tinha mais pique para cobrar o que era necessário cobrar na administração pública do município.

Rodrigo: Fazendo uma comparação do início da atividade da ouvidoria com o fim, em que você entende que a ouvidoria se desenvolveu.

Carlos: No início, era uma coisa de a gente estar tateando, estar na escuridão, a gente não sabia nada da administração do município. A gente fez várias visitas, tanto no ICI, nas regionais, secretaria de obras. Uma outra recomendação também foi em relação a software livre que o Ramiro é um entusiasta de software livre, eu lembro que na época teve uma questão da secretaria querer assumir algumas funções do ICI, eu lembro que houve uma recomendação muito bem-feita nesse sentido. Mas eu estava dizendo, nós não éramos um órgão que participava, o ouvidor tentava, mas o prefeito não atendia, o prefeito marcava reunião, demorava semanas para atender. E a gente tinha toda aquela questão que os telefones tocavam o tempo todo. Você pergunta como era do começo para o final. No final do nosso trabalho a gente já tinha esse mapa na cabeça, então a gente já sabia mais ou menos e também a gente, com o fato de desenvolver o trabalho,

também já pegou alguns macetes de pedir algumas informações que no começo a gente não pedia, que depois era necessário de fazer, de as vezes dar um Google na área para verificar mesmo o que era. Às vezes a gente fazia um contato lá no ICI para saber, falava com o pessoal da chefia para saber se realmente... porque chegava qualquer tipo de reclamação. Mas essas mais comuns a gente pegou esse traquejo de dar o tratamento para a demanda porque a gente aprendeu nesses cursos que a gente fez de formação que não é só a demanda do cidadão, da cidadã, às vezes você tem que qualificar, às vezes nem o cidadão ou cidadã sabe o que ele quer. Então na verdade nesse aspecto eu acho que é importante também o trabalho da ouvidoria nessa questão da cidadania, doutor Rodrigo. É um órgão público que estava ali para ouvir o cidadão e a cidadã, ouvir o cidadão e cidadã que reclama, que solicita um serviço, que reclama do valor do IPTU. Então para nós era essa a nossa divisa.

Rodrigo: E nesse sentido, uma outra pergunta que está anexa aqui. Em quais áreas entende que ela estava caminhando para se desenvolver e tinha potencialidades para tal.

Carlos: Nessa questão mesmo do atendimento, do atendimento de demandas. Lixo, recolha de podas, por que o que acontece? Curitiba é uma cidade que tem muita arborização, e volta e meia acontece esses eventos de chuva desmedida e cai um monte de árvores na cidade. Então a segunda, terceira vez que a gente enfrentou esse problema, quando começava já a demanda a gente fazia o contato com o responsável na secretaria para saber como é

que estava, a quantas andava o serviço para gente até poder dar uma estimativa para quem estava solicitando. Então nesse aspecto eu acho que a gente estava indo em um bom caminho que é o negócio também de fazer gráficos, de analisar a cada dois meses, a cada mês, quais foram as maiores demandas, em que regiões da cidade acontecia, até para poder alertar os gestores em relação a isso.

Rodrigo: Como a recente lei você sabe que foi alterada.

Carlos: Sim.

Rodrigo: Ouvidoria de Curitiba para ouvidoria da câmara. Qual a sua opinião sobre essa alteração, um possível porquê dela.

Carlos: Eu fiquei muito chateado até profissionalmente frustrado, com o fim da ouvidoria porque eu achava que, além de ser um desafio, que era algo bom para a cidade. A ouvidoria termina aproximando os cidadãos do serviço público. Muita gente ligava em um primeiro momento xingando a gente e depois passava um tempo, a pessoa percebia que funcionava. Aí ligava para elogiar. Isso aconteceu muitas vezes. Eu mesmo, lembro que às vezes, por dia... eu não tenho condição de falar o número de ligações. Mas tinha dias que eu sonhava com o barulho do telefone. Mas tinha essa coisa que eu acho de aproximar o cidadão do serviço público e eu acho isso importante. Então com o final da ouvidoria, deu aquela frustração, mas eu vejo que naquele modelo, a ouvidoria tinha essa grande vantagem da autonomia. O ouvidor, pelo abjeto de ser escolhido, tinha uma autonomia dentro da lei, a lei orgânica, a lei da ouvidoria, de fazer o que fosse necessário.

Quando a ouvidoria é interna a um órgão, eu acho que é muito importante também que exista. Não estou querendo dizer que não é, mas eu acho que é diferente porque há uma subordinação, mesmo que não seja explícita, em relação ao diretor do órgão. No caso, a ouvidoria naquele período que eu fiquei lá, essa subordinação não existia. A gente atendia qualquer cidadão do mesmo jeito, não havia forma de passar na frente na fila, não havia forma de colocar a solicitação de substituição de lâmpada queimada no Jardim Social na frente da Vila Zumbi ou da Caximba. Era um sistema que funcionava recebendo as demandas e encaminhadas na ordem em que elas chegavam. Não tinha coisa de aliviar para tal freguesia, não, a gente tratava o serviço público como serviço público mesmo. Não tinha, nenhum administrador de regional ia ligar para gente para reclamar da ouvidoria, não tinha esse negócio, não tinha espaço para isso. Tinha bastante trabalho. Mas eu creio que a ouvidoria nesse aspecto tem essa vantagem da autonomia, mas por outro lado, vendo agora depois de tempo, eu percebo que não tem essa coisa... a ouvidoria em um certo sentido, era como se fosse um órgão estranho da administração pública municipal. Talvez mesmo em virtude da própria câmara e da prefeitura não terem recebido a ouvidoria. Se for procurar nos documentos de Curitiba da época, não tem muita referência da prefeitura a ouvidoria, não teve um período de abraçar. Não, não teve aquele negócio, por exemplo apresentar para o secretário de obras, apresentar para o secretário de Meio Ambiente "aqui é o pessoal da ouvidoria." Não, não teve. Então a ouvidoria começou

a funcionar sem que a maioria do serviço público do município de Curitiba tivesse a exata dimensão do que era. Eu lembro, só para ilustrar, eu ligava para alguns órgãos e falava que era em nome da ouvidoria, o funcionário ou funcionária desligava, não tinha conhecimento. As vezes tinha que ligar de novo em um outro ramal. Essa foi uma grande dificuldade nossa, de não ter sido recebido. O município de Curitiba não comprou a ideia da ouvidoria. A ouvidoria trabalha, e eu creio que trabalhou bastante, mas ela trabalhou meio escanteada. Eu acho que se tivessem recebido a ouvidoria, eu acho que poderia ter sido muito importante, até aquilo que eu mencionei antes, no diagnóstico do município em relação aos contratos, por exemplo, prestação de serviços. Então eu acho que era uma ferramenta para os administradores municipais saberem. São coisas, a gente fica falando às vezes, mas na realidade as coisas são complexas, tem uma série de dificuldades. Por exemplo, destinar resíduos ou lixo onde não é para destinar. A cidade tem uma série de demandas. Eu acho que faltou isso. Se Curitiba tivesse recebido um pouco mais amistosamente essa ideia, eu acho que todo mundo sairia ganhando, eu acho que o cidadão e a cidadã de Curitiba, mas principalmente o poder público.

Rodrigo: Algo com relação a publicidade que a própria ouvidoria fez? Houve algum trabalho nesse sentido?

Carlos: Houve. A gente fez, a gente chegou a produzir folder e pelas redes sociais a gente fazia bastante coisa de divulgação do trabalho da ouvidoria. Mas também a gente



caminhava em uma linha muito tênue porque aumentando a publicidade, ia aumentar o número de... e isso aconteceu. Nos primeiros meses a gente percebeu isso. Então a gente vivia assim. Claro que todas as audiências públicas, o ouvidor participou de várias delas, levava esse material, esses folders para dizer o que era a ouvidoria, a gente ia em órgãos públicos levando isso. Mas também a gente tinha esse problema porque aumentava a gama de atribuições e a equipe era, como eu disse, quatro pessoas.

Rodrigo: Ok. Algo que você queira complementar em toda essa situação, Carlos, para a gente fechar.

Carlos: É só mesmo essa questão da natureza da ouvidoria, é um órgão interno ou se é um órgão autônomo externo. Nos eventos que a gente participou, isso chamava muita atenção de ouvidores de vários órgãos que acharam muito interessante essa forma de ouvidoria que não era comissionada, um servidor designado para isso, que era uma espécie de escolha de eleição. Isso sempre foi muito importante no nosso trabalho ali. Mas também tem a desvantagem que a gente era como se fosse um órgão externo, não tinha sanção, a sanção que a gente tinha era fazer recomendação, oficialar o Ministério Público, essas coisas, mas no âmbito da administração de Curitiba, os servidores não sabiam, a grande parte dos servidores não sabiam que a ouvidoria era um órgão, para que que serve aquele órgão, como que eles tinham que atender a ouvidoria. Por exemplo, a gente era muito melhor atendido no ICI, no 156, do que na própria prefeitura porque o pessoal do 156 entendeu porque eles estavam andando de frente.

Eles entenderam para que era necessário a ouvidoria. A prefeitura eu acho que não entendeu.

Rodrigo: Como era essa relação com a imprensa?

Carlos: Algumas notícias. Por exemplo, a própria imprensa aqui da casa cobriu quando saiu a ouvidoria. Logo depois veio órgãos de comunicação. Iam na ouvidoria, viam como era o nosso dia-a-dia, procuravam saber que tipo de demanda a gente atendia. O ouvidor foi entrevistado várias vezes pela Gazeta do Povo, a televisão também. Para algumas coisas específicas. E a gente sempre atendeu muito bem a imprensa porque a gente sabia que era necessária a comunicação social para que a gente pudesse atingir o objetivo da gente. Mas como eu disse, a gente tinha pouquíssimos recursos. Até a gente podia ter feito mais alguma coisa de divulgação, mas a gente sempre estava naquela de muito pouca gente trabalhando. Eu saí daqui várias vezes muito além da carga horária para poder organizar as coisas para no outro dia a estagiária chegar às oito horas da manhã e as coisas não estarem desorganizadas. Foi um trabalho ao mesmo tempo difícil, mas também muito gratificante. Eu acho que foi um bom trabalho, foi um bom combate.

Rodrigo: Ok Carlos. Agradeço imensamente a sua disposição em ter disponibilizado esse espaço, de ter dado essa abertura do seu tempo de trabalho hoje dedicado na Assembleia Legislativa, no gabinete do deputado Goura, que a gente sabe bem que é bem dinâmico e bem puxado. Eu agradeço e desejo uma boa tarde, uma boa semana.

Carlos: Eu que agradeço, um abraço.  
[00:37:27]

## ANEXO 2 – NOTAS TAQUIGRÁFICAS AUSENTES DO SPL-CMC

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DE SESSÕES ORDINÁRIAS DOS DIAS 04 E 05 DE DEZEMBRO DE 2012 (ÍNTEGRA E PARTE, RESPECTIVAMENTE), NÃO DISPONIBILIZADAS NO SISTEMA DE PROCESSO LEGISLATIVO NO SÍCIO ELETRÔNICO DA CÂMARA DE CURITIBA

(T) ATA DA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA, DO 2º PERÍODO LEGISLATIVO ORDINÁRIO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 15ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2012, SOB A PRESIDÊNCIA DO VEREADOR SABINO PICOLLO – 1º VICE-PRESIDENTE - E SECRETARIADA PELOS VEREADORES CELSO TORQUATO E CAÍQUE FERRANTE, 1º E 2º SECRETÁRIOS RESPECTIVAMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Sabino Picollo):- Havendo número legal, invocamos a proteção e as bênções de Deus para declararmos aberta a presente Sessão. O Sr. 2º Secretário procederá a leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. 2º SECRETÁRIO:- (Lê) Ata.

O SR. PRESIDENTE (Sabino Picollo):- Está em discussão a Ata que acaba de ser lida. (Pausa). Não havendo restrições, declaramo-la APROVADA. O Sr. 1º Secretário procederá a leitura dos expedientes encaminhados à Mesa.

### EXPEDIENTE

O SR. 1º SECRETÁRIO:- (Lê) Proposições: (ver Ata).

O SR. PRESIDENTE (Sabino Picollo):- As proposições lidas terão o seu encaminhamento regimental, com exceção daquelas que dependem da deliberação do Plenário, as quais serão apreciadas na segunda parte da Ordem do Dia da próxima Sessão. Está encerrado o Pequeno Expediente. Com a presença dos seguintes Srs. Vereadores: (ver Ata), passamos à

### ORDEM DO DIA

O Sr. Zé Maria:- Para um registro à Casa, **(B)** Sr. Presidente. (Assentimento) Quero deixar registrado a minha indignação com relação a atitude tomada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, esse aumento abusivo de 1125% aos cartórios. Não sei da onde tiraram esse valor, como é que se calcula esse valor. Só que sei que aquele coitado quisera comprar uma casa, vai fugir de comprar, o construtor vai quebrar. Existem tantos movimentos com a Copel, com IPI zero para ajudar este País a crescer, e os homens aqui do poder estão colocando um aumento de 1125%. Um reconhecimento de firma passará a quarenta reais. Minha preocupação é tanta que eu pediria que esta Casa fizesse um convite ao Presidente da OAB, que viesse aqui nos ajudar porque eles também estão indignados. E os deputados estaduais que vão ter que aprovar isso, que pensem com cuidado, que daqui a dois anos também tem eleições e eles vão pagar um preço muito caro por isso.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro ):- Fica registro, e será feito um convite dos trinta e oito Vereadores ao Presidente da OAB. Com a palavra o

Vereador Paulo Salamuni.

O Sr. Paulo Salamuni:- Eu me disponho, por entendimento de V.Exa. e os demais, a fazer contato com o José Lúcio Glombo, para que possa vir aqui amanhã falar em nome da instituição.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Então o senhor fica como representante da Casa, para fazer o convite ao Presidente José Lúcio Glombo, para que compareça amanhã aqui para dar apoio a esta Casa, sobre essa indignação desse tributação excessiva na prestação de serviço dos cartórios. Com a palavra o Vereador Jair Cézar.

O Sr. Jair Cézar:- Muito obrigado, Sr. Presidente. Também da mesma forma, manifestar junto o Vereador Zé Maria, a nossa indignação, uma vez que a economia popular se vê atingida e muito numa medida dessa natureza. Como bem disse o Vereador, vários setores fazendo o máximo de economia, prova disso é esta Casa com restrição de despesas, isso no consenso de todos os Vereadores, não é a Presidência que impõe, é consenso de todos Vereadores, para serem comeditos ao máximo. Aqui não se faz um xerox de uma simples página de poesia para uma pessoa estranha, que não seja oficial a destinação. E nesse momento aparece a questão de pagar imposto de renda, o Senado pagar imposto de renda aos senhores senadores, que o nosso imposto de renda já é descontado na fonte, e agora também a título de gratificação de alimentação para deputado, como se eles não ganhassem o suficiente para comprar um prato de comida. Coisas dessa natureza que vem indignar a nação brasileira. E eu manifesto solidário ao pronunciamento do Vereador Zé Maria.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Com a palavra a Vereadora Maria Goretti.

A Sra. Maria Goretti:- Obrigada, Sr. Presidente. Bom dia a todos! Recebemos o convite da Comissão da Mulher Advogada, na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraná, para a 7ª Mostra de Cinema e Direitos Humanos Maria da Penha. Um evento promovido pelo Ministério da Cultura, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com apoio da Petrobras, OAB apoiando as entidades do Movimento de Mulheres, Movimento Feminista aqui no Paraná, em todo Brasil, para essa 7ª Mostra de Cinema e Direitos Humanos na América Latina, com mais trinta exposições sobre o tema, e, particularmente, hoje, às 14h, (P) na Cinemateca o vídeo “Maria da Penha, um caso de litígio internacional”. Depois uma roda de conversa sobre mulher em situação de violência doméstica e familiar com as Doutoras Helena Santos Rocha e Sandra Lia Leda Bastos, que é a nossa Presidente da Comissão da Mulher Advogada no Paraná. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Obrigada, nobre Vereadora. Concedemos a palavra ao Vereador Paulo Salamuni.

O Sr. Paulo Salamuni:- Sr. Presidente, é importante em cima do que trouxe o ilustre Vereador Zé Maria. Essa é a grande diferença, que esta Casa precisa e nunca se negou a isso, em todo momento estar dando satisfação à sociedade. E a cada quatro anos é julgada por ela, de uma ou de outra forma. Diferentemente e é por isso que é importante a presença da Ordem dos Advogados do Brasil amanhã aqui, porque exatamente esses outros órgãos que devem tanta satisfação à sociedade quanto nós, pois em última análise são mantidos por essa mesma sociedade acabam fazendo as coisas. O que mais me chamou a atenção é que eles falaram da reunião dos vinte e cinco Desembargadores e fizeram uma reunião secreta, quer dizer, aquela que era para ser aberta e com a presença da imprensa, já chegou com a decisão tomada. Isso é inaceitável venha de onde for. Nós somos exigidos a dar transparência, então eles lá deveriam no mínimo ter tomado essa decisão para onde a reunião foi marcada e não decidir em outro local e vir com essa decisão tomada, seja de onde for. Contra isso a Câmara precisa sempre se levantar contra para dizer que estamos fazendo o nosso dever de casa, mas que as outras instituições também precisam fazer o seu dever.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- O Sr. 1º Secretário procederá a leitura do primeiro projeto em pauta.

O SR. 1º SECRETÁRIO:- (Lê) Projeto de Lei Ordinária nº 013.00014.2012.

3ª SESSÃO PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS.

Projeto de Lei Ordinária nº 013.00016.2012.

2ª SESSÃO PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Informamos que os Srs. Vereadores poderão apresentar emendas até às 18h de hoje.

O SR. 1º SECRETÁRIO:- (Lê) Projeto de Lei Ordinária 005.00037.2012. 2º TURNO.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO.

O SR. 1º SECRETÁRIO:- (Lê) Projeto de Lei Ordinária 005.00110.2012. 2º TURNO.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO.

O SR. 1º SECRETÁRIO:- (Lê) Projeto de Lei Ordinária 005.00114.2012. 2º TURNO.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Em discussão. (Pausa). Em

votação. (Pausa). APROVADO. Para informe, com a palavra o Vereador Serginho do Posto.

O Sr. Serginho do Posto:- Sr. Presidente, em relação a esse Projeto que votamos agora, os documentos que estavam faltando já chegaram e estamos anexando ao Projeto.

O SR. 1º SECRETÁRIO:- (Lê) Projeto de Lei Ordinária nº08.000013.2012.

## 2º TURNO (D)

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO.

O SR. 1º SECRETÁRIO:- (Lê) Projeto de Lei Ordinária nº009.00065.2012

## 2º TURNO

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO.

O SR. 1º SECRETÁRIO:- (Lê) Projeto de Lei Ordinária nº005.000190.2011

## Substitutivo Geral nº031.00041.2012

## 1º TURNO

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO, o Substitutivo Geral. Fica prejudicado o Projeto original. Para justificar o voto, concedemos a palavra ao vereador Serginho do Posto.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Sr. Presidente. A minha justificativa, é apenas uma observação, porque, esta Comissão de Participação Legislativa, creio eu, que é o primeiro projeto que está sendo aprovado com a iniciativa desta Comissão. O Presidente é o Zezinho do Sabará. Eu acho que para a Casa, é um significado importante essa aprovação desse projeto, porque tudo o que foi proposto pelo projeto, hoje a Casa e o Município já vem cumprindo com determinações através de legislações. Mas, o significado é que foi uma sugestão de alunos de uma Universidade que fizeram a sugestão e depois de analisado nesta Comissão, veio ao Plenário desta Casa para que nós aprovássemos neste dia. Então, no artigo de conselho de políticas públicas. (Lê) Artigo 1º. Então, acredito que essa lei tem a previsão de vigorar em sessenta dias. (A) Acredito eu, nobres colegas, que o fato dessa Comissão estar inaugurando um projeto de lei agora, hoje se tomando oficial através da Comissão, tem um significado especial. Eu também fui Presidente dessa Comissão em 2005, lá tivemos algumas sugestões de projetos e que naquele momento não eram possíveis de prosperar e transformar em leis o que estamos fazendo a partir de agora com este projeto. Então, um projeto que hoje na prática já

se realiza isso através o Executivo e o próprio Legislativo tem feito e tem procurado ser transparente, mas com ações transparentes não apenas através de leis, e agora acabamos de votar este projeto que para mim tem um significado importante, que a comissão foi inaugurada com este projeto que fala e também traduz o que é a transparência hoje para os órgãos públicos, conselhos especificamente, tendo essa publicidade aos cidadãos. Eu acho que avança mais uma vez esta Casa, o projeto é mais um avanço também no quesito transparência que os cidadãos tanto nos cobram, se tornou pauta em vários parlamentos e principalmente em vários órgãos públicos. Digo isso, não só do nosso Legislativo mas também outros órgãos que possam ser atingidos com essas atitudes e leis que promovem a transparência em nosso país. Então, seria só a título de parabenizar o Vereador Zezinho do Sabará, e em seu nome parabenizo toda a Comissão. É importante destacar que é o primeiro projeto ora aprovado via Comissão de Participação Legislativa. Seria isto, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Para justificar o voto, com a palavra o Vereador Pedro Paulo.

O SR. PEDRO PAULO:- Sr. Presidente, demais componentes da Mesa Executiva, Srs. Vereadores, apenas para fazer um destaque quanto a importância deste projeto, sugeri inclusive uma abordagem antes da votação da Comissão Participativa, foi aqui feita uma justificativa pelo Vereador Serginho do Posto, porque nos permite um debate sobre os nossos conselhos municipais. Se tivéssemos um funcionamento pleno de alguns conselhos, teríamos o Executivo apenas executando a política, como é o caso na área da infância. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é um conselho deliberativo, ele delibera a política, cabe ao Executivo que também compõe parte desse Conselho apenas a execução da política através de seus programas. Eu entendo que mesmo depois de uma década quase de funcionamento dos conselhos municipais é preciso ainda um destaque maior quanto ao papel, as obrigações desses conselhos. Falei aqui da criança, mas poderia falar da saúde que também é um conselho deliberativo da assistência social, todos eles têm a participação de governo e de sociedade, é compartilhada a sua composição e deveriam eles estar não apenas formulando a política mas também avaliando a execução da política através dos programas do Executivo. Então, acho que este projeto é para garantir que as ações desses conselhos tenham transparência, ele vem de encontro a demanda por um avanço que temos que ter quanto ao funcionamento desses conselhos, que são importantes mas nem sempre cumprem plenamente as suas atribuições. (C) Não que seja culpa, não quero aqui dizer que é culpa de um ou de outro, não é isso. Acho que precisamos evoluir nesse processo de garantir que os conselhos municipais, todos eles, debatam a política, elaborem a política pública e fiscalizem a execução que na verdade mesmo não sendo deliberativo um determinado conselho, ele tem a obrigação de



acompanhar e também de formular a política pública na sua área. Então, eu parabenizo também a Comissão de Participação Legislativa pelo acolhimento dessa proposta. É claro que ela foi modificada da sua proposta original, mas manteve a preocupação central, garantir que os conselhos municipais de políticas públicas tenham a divulgação e a transparência das suas ações, o que vai contribuir num curto, médio prazo e quiçá num longo prazo para que tenhamos conselhos municipais plenamente cientes, côncios das suas responsabilidades. Parabenizo mais uma vez os membros da comissão, Vereador Zezinho do Sabará, Presidente dessa comissão, e os demais componentes pela apresentação dessa matéria ao plenário, e a aprovação dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Para justificar o voto, com a palavra o Presidente da Comissão de Participação Legislativa, Vereador Zezinho do Sabará.

O SR. ZEZINHO DO SABARÁ:- Sr. Presidente, é um momento bastante importante a aprovação desse projeto. É a primeira vez que se aprova um projeto de iniciativa popular da Comissão de Participação Legislativa. Vemos a população trazendo o projeto. Quero ler a justificativa. (Lê) “O presente Projeto de Lei representa um marco para esta Casa de Leis e se justifica pelo proponente e pela relevância do tema tratado. Apresentado como Sugestão Legislativa no mês de julho de 2011 pelo Centro Acadêmico Sobral Pinto, Instituição Acadêmica de Representação dos Alunos do Curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Campus Curitiba, é resultado de projeto de pesquisa acadêmica de grande valor. A relevância desse projeto reside, primeiramente, no fato de ser de iniciativa de uma instituição acadêmica, o que o torna particularmente importante, uma vez que demonstra o interesse e a preocupação de futura geração de profissionais do Direito com temas vitais como os aqui tratados. A questão dos temas é outra que revela a importância desse projeto. Transparência e participação popular são dois dos principais pilares que sustentam a Democracia. Assim, ao unir ambos, se alcança uma das razões de ser desta Casa Legislativa. Na defesa da proposição, o Centro Acadêmico Sobral Pinto monta um painel bem claro da importância dos conselhos municipais como instância de controle social e demonstra, através de tabelas, que esses conselhos são pouco transparentes em sua maioria, o que inibe a participação popular e o controle externo. Assim, contrariam o disposto no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Complementar 101/200 em seu art. 48, como muito bem frisaram os autores da sugestão. Propor a adequada publicidade e o aumento da transparência das atribuições, objetivos, gastos e orçamento dos conselhos de políticas públicas municipais, vão de encontro com a legislação brasileira, com os anseios da população e finalmente, com a viabilização dos objetivos fins desses conselhos. Abaixo reproduzimos justificativa do Centro

Acadêmico Sobral Pinto que acompanhou a Sugestão Legislativa que gerou o presente Projeto de Lei”. É um projeto importantíssimo (V) e vemos aí que é um avanço. É a primeira vez que se aprova um projeto de iniciativa popular, através da Comissão de Legislação Participativa. Parabéns a todos os vereadores que compõem o conselho. Quero agradecer a participação de todos, o esforço de todos os membros desse conselho que hoje comemora essa vitória. Obrigado a todos os vereadores.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Para justificar o voto, com a palavra Vereador Paulo Salamuni.

O SR. PAULO SALAMUNI:- Sr. Presidente, Srs. Vereadores. Fiz questão de subir a esta Tribuna para justificar o voto neste que, salvo o engano – a Mesa pode me corrigir – é o primeiro projeto aprovado pela Comissão de Legislação Participativa nesta Câmara Municipal de Curitiba. Hoje é um dia histórico aqui, Presidente, onde vamos aprovar, seguramente depois de duas décadas e meia de insistência de homens e juristas, como o Professor Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes, que está aqui, o Advogado Dr. João Elias, que foram respectivamente ouvidores da Prefeitura e do Governo do Estado, e homens que se debruçaram e se dedicaram a esse instituto que espelha a mais ampla democracia. E nessa esteira, este projeto que estamos votando, prezados vereadores, meus concidadãos, foi um projeto apresentado pelo Centro Acadêmico Sobral Pinto, da PUC do Paraná. Se os senhores acompanham a Rádio CBN ou a Rádio 95 e algumas outras, que pelo menos eu sintonizo, eles sistematicamente dizem: “Cidadão, Cidadã, a Câmara Municipal de Curitiba possui uma Comissão de Legislação Participativa que possibilita que instituições possam legislar. É uma forma direta de democracia”. Lembrando que nós participamos da democracia representativa. A nossa Lei Orgânica permite a democracia direta pelo referendo, pela iniciativa popular, pelo plebiscito e também pelas instituições à democracia direta que foi estabelecida por essa comissão. Quero enaltecer aqui o trabalho, e sempre homenageando essa mulher, a Vereadora Dona Lourdes, que no dia de ontem completou o octogésimo quinto aniversário. Mulher viúva e aposentada, exemplo para muitos jovens desta Cidade neste Estado do País, representando parcela da comunidade aqui do início até o fim, porque V. Exa foi presidente dessa Comissão de Legislação Participativa. E hoje o ilustre Vereador Zezinho do Sabará (E) que a preside. Eu tive o privilégio, Vereadora Dona Lourdes, lá nos idos de 1984, 85, de ser fundador, Dr. Manoel Eduardo, com a presença do grande jurista e democrata Sobral Pinto. Trouxemos ele para inauguração, desse que foi o primeiro centro acadêmico livre depois da ditadura na Universidade Católica do Paraná. De tanto outros expoentes que por lá passaram. Então, ao justificar este voto sim, é histórico porque partiu de um centro acadêmico que durante todos os Atos Institucionais, foram fechados sistematicamente, hoje tem a possibilidade de ser autor de um projeto de lei nesta

Câmara Municipal e ter tramitado. Então, levantou em boa hora, Vereador Pedro Paulo, V. Exa.. Já estava passando em branco aqui. É preciso enaltecer porque desta Casa, tanto de suas mazelas quanto das suas virtudes, precisamos tirar grandes lições. A exemplo do que aconteceu hoje com o aumento das custas judiciais, se fosse a Câmara Municipal nós estaríamos aqui sob fogo cruzado. Agora o Judiciário que tem uma função vitalícia, tem colegiados e não permite que a população tenha acesso a esses colegiados, e acaba causando abusivos recursos nos cartórios. Então, de modo, Sr. Presidente, que esta justificativa vem com grande alegria para a Casa. Vamos discutir a Ouvidoria, o Instituto do Ombudsman. Estamos discutindo aqui ... (Término de tempo).

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Para concluir, Vereador, o senhor tem mais trinta segundos.

O SR. PAULO SALAMUNI:- Pois não. Centro Acadêmico apresentando um projeto de lei por parte dos alunos do curso de direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, sobre os conselhos que representam uma possibilidade da participação popular junto com a sociedade civil, as organizações. Solicitando a mais absoluta transparência na Cidade de Curitiba. É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Obrigado nobre Vereador Paulo Salamuni. Suspendemos a Sessão por vinte minutos, para passarmos a palavra aos nossos convidados. O advogado da Cohab, Professor João Elias de Oliveira, também o advogado e Professor de direito da Universidade Federal do Paraná, Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes, para que também proceda um pouco sobre ouvidoria. Está suspensão a Sessão.

(Está suspensão a Sessão).

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Está reaberta a Sessão. Fazer um agradecimento ao Vereador eleito, que está presente a esta Sessão, Hélio Wirbiski, pelo PPS. Mais uma vez agradecemos e enaltecemos a presença histórica, nesta Casa, do Professor Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes, advogado e professor de direito da Universidade Federal do Paraná, e Sr. João Elias de Oliveira, advogado da Cohab, que nos proporcionaram esse momento importante, histórico para a Casa, marcando a democracia e republicanismo desta Casa de Leis da Cidade de Curitiba. Com a palavra Vereador Tito Zeglin, para informe.

O Sr. Tito Zeglin:- Obrigado. Está presente, acompanhando a Sessão, os trabalhos de hoje, o grande médico João Gualberto Chifer, ex-professor de farmacologia da Universidade Federal do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Seja bem-vindo Dr. João Alberto a esta Casa, que sempre recebe de braços abertos.

O Sr. Sabino Picolo:- Para comunicado à Casa, Sr. Presidente. (Assentimento). Não poderia deixar de comunicar a presença do meu amigo, irmão, Luiz Carlos Bederauze, que foi Vereador nesta Casa em 1988. Foi diretor do Banco do Estado do Paraná. Seja bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Também seja bem-vindo, Bederauze, ex-Vereador desta Casa (K) em 88. Ele foi diretor do Banco do Estado do Paraná. Seja bem-vindo. Betenheuser.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Seja bem-vindo, Betenheuser, ex-vereador desta Casa. Esta Casa o recebe de braços abertos. Para comunicado à Casa, com a palavra o Vereador Felipe Braga Cortes.

O Sr. Felipe Braga Cortes:- Na realidade, pedir à Comissão da Copa, ao Vereador Pedro Paulo, para que, fruto de novamente ter saído no jornal Gazeta do Povo, assunto pautado sempre pelo jornal, porque nós ficamos sabendo através do jornal, a situação do contrato com a CAP S.A. - Clube Atlético Paranaense e Agência de Fomento. Está estampado na primeira página da Gazeta do Povo, e nos traz preocupação porque essa frase, é importante que seja dita: "Uma das preocupações da Fomento Paraná é o silêncio, seja motivado pelo pedido de alteração no contrato". Quer dizer, foi pedido uma alteração de contrato no último dia 22 de novembro, feito pelo Clube para a Secretaria de Planejamento do Estado, conforme relatório da Agência, a qual o jornal Gazeta do Povo teve acesso. Essa mudança pode tornar necessário rever a legislação estadual e municipal. Então, uma mudança pedida no último dia 22, segundo o jornal Gazeta do Povo, pode motivar alteração de lei. Assim sendo, a Agência de Fomento notificou o Clube Atlético Paranaense, porque o prazo já extinguiu para assinatura do recurso vindo do BNDES.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Para requerimento à Mesa, com a palavra a Vereadora Professora Josete.

A Sra. Professora Josete:- Sr. Presidente, eu solicito votação nominal deste Projeto.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- O Sr. 1º Secretário fará a leitura do próximo projeto em pauta. No momento oportuno colocaremos em votação o requerimento da Vereadora Professora Josete.

O SR. 1º SECRETÁRIO:- (Lê) Projeto de Lei Ordinária nº 005.00061.2012.

Emenda Supressiva.  
Emendas Substitutivas.  
Emenda Modificativa.  
1º TURNO.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Em discussão. (M) (Pausa). Para discutir, com a palavra o Vereador João Luiz Cordeiro.



O SR. JOÃO LUIZ CORDEIRO:- Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar os Srs. Vereadores; os nossos servidores, sempre muito atentos; nossos visitantes; a imprensa que se encontra nesta Casa; também quero cumprimentar mais uma vez o Professor João Elias e o Professor Manoel, estarem aqui nesta Casa é um momento realmente histórico. Como a imprensa falou, é o xodó desta Mesa Executiva. É sim o xodó. E por que não? Sentimos a história sendo transformada não só em nível de Curitiba, mas em nível nacional. Esta Casa colocando e quebrando um paradigma histórico, mostrando que é possível sim colocar em transparência total o serviço público, visto aqui a partir de hoje, a partir desse projeto, a partir dessa proposta da criação da ouvidoria. Atualmente no Brasil, adquirem grandes destaques conceitos tais como defesa do cidadão, consumidor, usuário, cliente, voluntariado, responsabilidade social, entes reguladores, direitos coletivos, audiências públicas, participação e, intimamente ligados a eles, as instituições da ouvidoria e a figura do ouvidor. O constitucional princípio da eficiência e a cultura da reclamação, razão de ser da ouvidoria, consolidou uma aspiração social traduzida por uma nova postura cidadã, que exige o predomínio da gestão eficaz do bem público com a transparência e honestidade dos administradores, e a colocação da administração a serviço do cidadão através da criação de canais de comunicação que propiciem a ampliação da participação popular. Daí vem a legitimação do papel da ouvidoria que, ao operar com celeridade e eficácia, exercendo a real função de controle interno de uma instituição, permite reforçar a sua relação com a sociedade e especificamente com o cidadão que carece de direitos. Consequentemente, ao instituir uma ouvidoria, os organismos públicos ou privados demonstram essencial vontade de agir com eficiência contra as ações de má administração, contra os comportamentos abusivos e irracionais da burocracia, estimulando a transparência e a qualidade no atendimento e promovendo o adequado respeito ao cidadão. As ouvidorias públicas, na sua concepção atual, remontam à figura do Ombudsman, (**IL**) palavra de origem nórdica resultado da união das expressões “ombud”, representante, procurador, e “man”, homem, surgida na Suécia no ano de 1809 com o propósito de fortalecer os direitos do cidadão diante do poder do Estado. Desde as primeiras experiências e no trilhar em busca de um modelo adequado à nossa realidade, a ouvidoria brasileira esqueceu as teorias acadêmicas e as sólidas restrições impostas pelo ombudsman inspirador. Procuramos o nosso caminho e implementamos um desenho que se mostrou eficiente e condizente com o cotidiano operacional e cultural dos nossos organismos. Assim, bem claro fica a distinção entre o ombudsman tradicional e a ouvidoria brasileira que, apesar de terem adotado conceitos parecidos e similares nas suas ações operacionais, definitivamente não podem ser considerados como instituições iguais. O diferencial mais saliente é que o ombudsman transita do lado

externo da administração, é uma figura individual e não um coletivo, obrigatoriamente indicado, eleito ou apontado pelo Parlamento, possui independência plena e autonomia de ação, mandato fixado e, na maioria dos países, ocupa-se da defesa dos interesses e direitos dos cidadãos. Nós temos uma configuração diferente. Ao contrário do ombudsman, a quase totalidade das ouvidorias públicas brasileiras tem como característica principal o fato de serem órgãos integrantes da Administração, sejam elas do Executivo, Legislativo ou do Judiciário, exercendo as suas ações de modo individual como um Ouvidor ou então como um sistema ou rede, usando a reclamação como garantia do controle interno das instituições. Em seu agir, assume a representação do cidadão na sua qualidade de usuário e destinatário do serviço público. Um outro ponto importante de distinção localiza-se na independência e autonomia funcional. Distintamente do ombudsman, o detentor da função de ouvidor atua com relativa autonomia em relação às demais autoridades, sendo, quase sempre, um servidor beneficiário de cargo em comissão, não possuindo a necessária garantia de mandato, e podendo ser demitido a qualquer momento. A eficiência da ouvidoria dependerá exclusivamente das condições e competência profissional de quem a dirige e que tenha a habilidade de aparentar e demonstrar independência, personalidade e comprometimento, além de ter boa exposição pública através da mídia, razoável cumplicidade positiva e relacionamento com a comunidade e o necessário talento para o diálogo e o trânsito político. No caso de Curitiba, ligado ao Poder Legislativo, a ouvidoria exerce o controle externo da administração pública e possui total autonomia em relação as outras autoridades. Nesse contexto, e também para fazer valer um dos princípios fundamentais inseridos na Constituição da República, o da dignidade da pessoa humana, as Ouvidorias devem atuar sempre e cada vez mais na perspectiva do limite máximo de inclusão. E o que significa isso: significa que nenhuma demanda é irrelevante, como foi falado aqui, até o de menor tem o direito de fazer a sua reclamação, por mais absurda que a primeira vista possa parecer. Hoje a ouvidoria pública brasileira, sem dúvida, um canal de diálogo com a população, uma porta aberta com a participação popular através do escutar, da reivindicação e da reclamação. Um celeiro de recomendações para melhorias do serviço público, um espeço na era do respeito ao ser humano. O dirigente público e os privilegiados pelo saber e pelo poder têm que disseminar o conhecimento, combater a resignação, eliminar a passividade comportamental, sanear o ambiente público, já que o alicerce de uma estratégia capaz de levar os cidadãos a assumirem responsabilidade por seu destino deve ser a consciência da unidade da população. É aqui que a ouvidoria entra em cena. (**II**) O Ouvidor deve poder e ser o canal de comunicação adequado com a população, disseminando conceitos e provocando sua participação. Em conclusão, a essência da Ouvidoria reside em todo um trabalho contínuo de

transformação, em oportunidades Todos aqueles normais problemas surgidos do relacionamento público privado, da organização com os cidadãos, humanizando a relação e visando a necessária harmonia que necessitamos nesse grandioso processo”. Hoje, por ser um tema tão complexo e tão importante não pode sair somente do coração deste Vereador, teve que sair de um texto sugerido pela nossa diretoria, que mais uma vez ajuda esse Vereador. Mas digo aos Srs. Vereadores e Vereadoras e aos nossos visitantes, e convidados, importante sim é ser humano para poder fazer de uma cidade a melhor, quando você quer, e quando tem vontade tem capacidade e a capacidade é o dom de Deus, é a sabedoria que Deus nos dá, através da virtude do querer, do poder de ter coragem de seguir à frente, adiante, mesmo sem saber a possibilidade do teu futuro, mesmo sem saber o que é o dia de amanhã, porque se fosse assim a Vereadora Dona Lourdes com oitenta e cinco anos não estaria qui nesta Casa: “Ah, já tem oitenta e cinco, o que será do dia de amanhã?” Mas ela está aqui lutando pela vida de alguns seres humanos, talvez, seja pouco, mas é muito para Deus, porque ela faz para o próximo. Que tantos outros Vereadores que estão aqui tenham essa coragem ajudando, orientando e fazendo com que uma sociedade viva um pouco melhor, que este conjunto de ações de uma sociedade entre o Legislativo, Executivo e o Judiciário, mesmo quando vemos o contraditório como vimos aqui hoje um poder emanando e fazendo reuniões restritas e aumentando os seus serviços e aumentando as suas assessorias. Um poder Legislativo se faz isso, sai na primeira capa de um jornal e dizendo que você não tem como gente político essa possibilidade, tem que se resignar e pedir que não vai mais fazer, mas esse poder tem que sempre saber, que ele está tendo que respeitar, porque o mais importante é o cidadão. E é isso que hoje os senhores falaram, que está ficando na história, é na história desta cidade que tem que ficar esta Legisatura, de momento de atribulação e da transformação E a transformação, através dos trinta e oito Vereadores, está acontecendo nesta Casa, a próxima Legisatura vai ter muito trabalho para levar essa transformação à frente. É de muita responsabilidade, porque não é fácil, mudar, para muitos é muito difícil um novo modelo de administração, criar gestão no Poder Público é uma coisa que dá dor de barriga. Por que dá dor de barriga? Porque é mudar, é ter que trabalhar algumas horas a mais. Tenho visto aqui nesta Casa os nossos servidores, que não tem tido pena do seu esforço, tem feito, porque está qui mais um projeto, mais uma mensagem desta Casa sendo aprovada. É sinal que os trabalhadores desta Casa tem feito a sua parte, se bem como os Vereadores desta Casa pela Cidade de Curitiba. Concedo aparte a Pedro Paulo.

O Sr. Pedro Paulo:- (aparte) Agradeço a oportunidade e quero parabenizar V. Exa que tem conduzido com ousadia, às vezes um pouco demais, mas a ousadia é importante nesse momento em que a Câmara vive depois de passar por um

momento difícil, são as atitudes, é o comportamento novo da Câmara (P) que tem que mostrar o caminho que esta instituição tem que seguir. E neste caso não é diferente, quando discutimos a criação da Ouvidoria. Acho positivo e V. Exa. já fez a justificativa, já nos explicou a importância que tem esse Projeto, já tivemos os convidados também destacando isso. Tem uma questão que gostaria de ouvir a sua opinião, que é com relação a reeleição do ouvidor. Durante este ano reformamos aqui na Lei Orgânica, proibindo a reeleição do Presidente desta Casa. V. Exa. não acha que seria positivo também não permitir a reeleição do Ouvidor? Ele é eleito no primeiro ano da legislatura e vai poder ser reeleito, ou seja, ele poderá permanecer durante a Legisatura todo como Ouvidor. Se V. Exa. não concorda que também para esse cargo deveríamos ter proibida a reeleição?

O SR. JOÃO LUIZ CORDEIRO:- Nesse caso é uma primeira proposta e estamos avaliando. Ele tem direito a uma única reeleição e o Ouvidor tem uma independência dos poderes, ele é convocado através de um chamamento, vai precisar sempre passar por uma eleição tríplice, então, ele tem direito a uma reeleição. Se ele não propôs um trabalho ele sempre vai ter uma independência e sempre terá que passar uma arguição que irá avaliar se a reeleição dele será possível ou não. Essa independência muda a forma da nossa eleição da Mesa. Os moldes de eleição do Ouvidor são bastante diferentes da eleição da Mesa Executiva. Concedo um aparte ao Vereador Denilson Pires.

O Sr. Denilson Pires:- (aparte) Vereador, quero fazer minhas as palavras do Vereador Pedro Paulo, só complementar que espero que a Mesa que assumir na próxima Legisatura tenha a mesma coragem e atitude que esta Casa teve e que esta Mesa teve nos últimos meses. Coragem de ir para cima, de fazer as coisas acontecerem, muitos projetos engavetados por muitos anos aconteceram, foram discutidos, votados, aprovados e sancionados pelo Prefeito de Curitiba. Então, espero que a próxima Legisatura continue tendo, independente de quem seja o Presidente, a mesma postura corajosa, que tenha vontade que as coisas aconteçam nesta Casa. Por décadas esta Casa passou por uma estagnação, as coisas não aconteciam por desejo ou mistério, mas depois que V. Exa. assumiu a Presidência as coisas aconteceram. Algumas pessoas até comentaram que o senhor estava sendo muito ousado, muito atirado, mas é isso que esta Casa precisava depois do período que passou, que as pessoas compreendessem que esta Casa é do povo e que as coisas aqui tem que acontecer para o povo e pelo povo. Parabéns a V. Exa., parabéns a toda Mesa e parabéns a todos os Vereadores que fizeram esta Casa acontecer de verdade e ser uma Casa que legisla com fé, com carinho e com amor pela Cidade. Estou me despedindo desta Casa, mas com muito orgulho de ter participado aqui. O senhor enquanto Presidente fez algumas coisas que demoraram décadas para acontecer, como a reforma do Regimento Interno, a nossa Constituição do Município. (B)

Parabéns! E essa ouvidoria é mais uma prova inequívoca que esta Casa de Leis está crescendo a olhos vistos. A imprensa não divulga, Sr. Presidente, a imprensa tem medo de mostrar que esta Casa faz de verdade, ela não tem interesse em mostrar os grandes avanços que esta Casa fez. Mas a sociedade, no futuro, saberá que esta Legislação foi o marco na história política da Cidade de Curitiba.

O SR. JOÃO LUÍS CORDEIRO:- Obrigado, nobre Vereador. Com a palavra a Vereadora Líder da oposição, Noemia Rocha.

A Sra. Noemia Rocha:- (aparte) Quero falar em nome da oposição desta Casa, elogiá-lo também. Todas as palavras aqui ditas tem o aval da oposição, mesmo no contraponto, mas para o bem comum que é a Cidade de Curitiba. Parabênz-lo, e eu já disse isso ao senhor, que o senhor ocupou todos os cargos que nós Vereadores, mortais, desejamos a vida inteira e nem sempre conseguimos ocupar. O senhor é um privilegiado, e tenho certeza que essa sua ligação com Deus tem muito a ver com sua história, com sua trajetória, tudo é permissão de Deus. Mas queremos mesmo é parabenizá-lo, e de acordo com a oposição, pelo belíssimo trabalho realizado. E esse novo projeto veio a calhar, V.Exa. fez nesses sete meses uma história diferenciada de um trabalho muito sério, como foi dito aqui, de muita ousadia, pagou um preço alto mas acreditou, teve determinação e fez. Parabéns, Vereador, Presidente desta Casa, João Luís Cordeiro, nosso João do Suco.

O SR. JOÃO LUÍS CORDEIRO:- Obrigado, Vereadora Noemia Rocha. Com o aparte a Vereadora Julieta Reis.

A Sra. Julieta Reis:- (aparte) Vereador João do Suco, V.Exa., com muita simplicidade, mas com muita determinação deu um novo andamento a este Parlamento. Se pagou um preço alto, acreditou que não, pagou o preço por fazer aquilo que acreditava devia ser feito. Então, com muita determinação, muita vontade, muita fé, V.Exa. deu um direcionamento importante, e mais que isso, tornou esta Casa mais democrática e muito mais unida em torno daqueles propósitos que eram para ser decididos e foram decididos. Então, com simplicidade, força e fé, V.Exa. conseguiu.

O SR. JOÃO LUÍS CORDEIRO:- Obrigado, nobre Vereadora. Com o aparte o Vereador Valdemir Soares.

O Sr. Valdemir Soares:- (aparte) Esses elogios são provas realmente de um trabalho eficiente e próximo de todo colegiado aqui. Todo Parlamento aqui reconhece todas as ações de progressão desta instituição ou desta Casa de Leis. Não podíamos deixar também de nos somar aos Pares desta Casa, que atentamente e de uma forma muito coerente, muito sincera e muito leal destaca os avanços desta Casa, destaca os avanços deste Parlamento. E o Parlamento perde por não ter V.Exa. na próxima Legislação, por não dar continuidade num trabalho que acreditamos que dá um novo norte para a instituição Câmara Municipal de Curitiba. A criação da

ouvidoria, o novo Regimento Interno desta Casa, a Lei Orgânica da nossa cidade, a forma de conduzir os processos agora no final da legislação. Tivemos há pouco a notícia que o Prefeito Luciano Ducci sancionou a lei que proíbe a dupla função no transporte coletivo. Motorista não pode mais ser motorista e cobrador. Foi um avanço dentro de uma discussão democrática que dinamizamos nesta Casa, um dos projetos que diziam que não iria vir à votação, não iria ser aprovado, um projeto que falaram que não iria ser sancionado pelo Prefeito, que não iria acontecer na Cidade de Curitiba, a Câmara com pulso firme peitou todas as divergências, peitou toda e qualquer situação (A) que nos colocava contra essa possibilidade. E hoje tivemos a notícia que o prefeito sancionou este projeto, esta lei da Câmara Municipal de Curitiba e que a partir de 27 de março já estará sendo respeitada por todos os cidadãos e empresas de ônibus da nossa cidade. Então, é um dos projetos que essa ação dinâmica e essa ação de unidade que V.Exa. trouxe através da sua condução como Presidente da Câmara fez com que acontecesse na nossa cidade. Então, queremos prestigiar nossos queridos amigos que estão aqui, o João Elias, tive a oportunidade de trabalhar com ele na Cohab, grande amigo antigo, Professor, tem sido um ícone da questão do Direito na Universidade Federal do Paraná. E dizer a todos que estão nos ouvindo neste momento, seja pela Rádio Câmara, que também é uma ação que o senhor trouxe em conjunto com todas as bancadas desta Câmara para poder aproximar mais a população do que acontece neste parlamento. Então, V.Exa. recebe hoje todos esses elogios, recebe hoje todos esses atos de admiração num momento histórico para a nossa Cidade de Curitiba, a criação da Ouvidoria, porque V.Exa. realmente soube como conduzir, e com certeza será sempre amigo deste parlamento independente em qual legislação V.Exa. vier visitar esta Casa. Parabéns, ficamos muito felizes em participar deste momento histórico neste Legislativo.

O SR. JOÃO LUÍS CORDEIRO:- Obrigado, nobre Vereador, transmito esse elogio a todos nós que podemos fazer a transformação de uma sociedade. Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Tico Kuzma):- Continua em discussão. (Pausa). Para discutir, Vereadora Professora Josete, na sequência Vereador Paulo Salamuni, Vereador Serginho do Posto e Vereador Pedro Paulo. Antes, porém, gostaríamos de registrar a presença do Sr. Antônio Carlos Araújo – Diretor de Transporte Coletivo da Urbs, seja bem vindo.

O Sr. Denilson Pires:- Para informação à Casa, Sr. Presidente. (Assentimento). Sr. Presidente e Srs. Vereadores, só quero colocar sobre o que falou o Vereador Valdemir Soares, foi sancionado dia 27 o projeto da Prefeitura Municipal de Curitiba e é o primeiro projeto neste sentido aprovado no país inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Tico Kuzma):- Fica feito o registro de V.Exa..



Passamos a palavra à Vereadora Professora Josete.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Sr. Presidente, demais presente, primeiro parabenizar os dois representantes da sociedade que estão acompanhando essa votação, importante resgatar a nossa história. Sr. João Elias, Professor Manoel, este é um momento, como disse o Vereador Paulo Salamuni, histórico. Nós enquanto vereadores e vereadoras desta Casa temos que ter muita clareza da importância do avanço que será a aprovação deste projeto de lei. Eu avalio que vários aspectos da nossa Lei Orgânica, que foi aprovada em 1991, eles teriam a condição de serem implementados. Não houve nem por parte do Legislativo, nem por parte do Executivo neste período a sensibilidade para que pudéssemos avançar neste sentido. Acredito que é um momento muito importante para que resgatemos questões que surgiram num momento de reabertura democrática do nosso país. Não podemos descolar uma ação mais pontual, que é tarefa do município mas que tem a ver com uma concepção de sociedade e um momento histórico que o nosso país passou. Então, assim como a questão da ouvidoria que foi uma iniciativa de determinados setores da sociedade na Década de 80, em 87 mais precisamente, tivemos também ações que foram pontuadas por gestões que surgiram num momento de reabertura democrática e que ficaram paradas no tempo. Vou citar dois exemplos, tivemos a criação do Conselho Municipal da Condição Feminina também neste período e que hoje temos outros conselhos (ID) que avançaram e o nosso conselho meio que estagnou. Nós continuamos elegendo representantes de conselho. Mas, ele não teve mais efetiva, no sentido de ser um espaço de discussão e debate da sociedade. Outro exemplo, também na gestão do Prefeito Maurício Fruct, foi a criação do Conselho Municipal de Educação, que também não saiu do papel. Felizmente, tivemos a oportunidade de retomar essa discussão há alguns anos a partir da criação da lei de sistema municipal de ensino em 90. Em 2007, nós retomamos a questão do Conselho Municipal e hoje ele funciona, acho que está no início e temos que avançar. Mas, acho que foi um avanço também a partir da sensibilidade de alguns segmentos da sociedade, de organizações do magistério de Curitiba e que tiveram a oportunidade de pautar o Poder Executivo e fazer com que isso avançasse. Então, acho que são exemplos de ações que tivemos na década de 80 e que de repente, não teve uma continuidade. Então acredito que esse é um momento muito rico que estamos vivendo para garantir esse avanço que é um avanço no sentido da consolidação da democracia. Então fiz questão de registrar esses dois exemplos também e que agora temos um terceiro elemento que era a aprovação desse projeto para a constituição da Ouvidoria do Município de Curitiba, que eu acredito que nós temos que ter essa clareza, porque durante o debate do nosso Regimento Interno, e mesmo da revisão da Lei Orgânica, os Vereadores tinham dúvida. Não é ouvidoria da Câmara, é ouvidoria do Município de Curitiba, como órgão independente, tanto

do Executivo, quanto do Legislativo, e que nós temos que ter toda dimensão do que isso significa como já disse no processo de consolidação da democracia. Então, esse é um aspecto que nós temos que ressaltar e registrar, porque certamente a partir da aprovação dessa lei, nós teremos a oportunidade, enquanto cidadãos de todo o Município de Curitiba, de ter um espaço de participação popular mesmo, espaço de inserção de todos os cidadãos de Curitiba, que terão nesse órgão um instrumento de garantia da sua cidadania no sentido de buscar. Quando não atendidos, aqueles anseios e direitos da população, o espaço para realmente encaminhar todas as suas demandas. Então, acho que é muito importante que a gente enfatize esse aspecto. Gostaria de parabenizar à Mesa Executiva e principalmente a Comissão Executiva que retomaram esse debate. Eu já fiz menção ao Presidente João do Suco em outros aspectos e mais uma vez, acho que é o momento da gente parabenizar essa iniciativa, porque acho que é um novo momento que a Casa vive, como eu faço questão de ressaltar, porque é importante que nós tenhamos também o registro de alguns aspectos. É um novo momento da Câmara, a partir de uma crise grave que esta Casa viveu e, onde nós mais uma vez colocamos uma pauta positiva para a sociedade de Curitiba. Hoje temos aqui órgão da imprensa acompanhando esta Sessão e eu espero que o mesmo espaço que a imprensa garantiu no momento de crise para trazer a público, questões difíceis da Casa, de crise profunda. Esse mesmo espaço seja garantido neste momento para colocar a aprovação desse projeto como um avanço para a sociedade de Curitiba. Acredito que as pautas positivas têm que ser pautadas pelos meios de comunicação também. Acredito que esta Casa tem ações importantes que vêm no sentido de contribuir para o avanço das políticas públicas na cidade de Curitiba. E da mesma forma acho que esse é um aspecto importante que hoje é trazido para a apreciação da Casa e para posterior aprovação. E espero que isso seja pautado de forma efusiva inclusive pela imprensa da cidade de Curitiba, pelos órgãos de imprensa do nosso município. Bem, indo mais diretamente ao projeto, acompanhamos a sua tramitação. É um projeto que obviamente não é perfeito. Agora mesmo discutindo ali com os Vereadores Pedro Paulo, Jonny Stica, Paulo Salamuni, tem aspectos sobre os quais poderíamos ter nos debruçado melhor, mas acredito que ele avança muito e nesse período de tramitação buscamos conversar com o Vereador João do Suco e com a assessoria jurídica da Casa, com a Projuris, que ajudou a constituir esse projeto e apresentamos algumas emendas que julgamos pertinentes. Mas eu queria me ater a uma delas que acho que é de mais conteúdo, não só de acertos técnicos, que diz respeito a uma emenda ao Artigo 2º. Para aqueles vereadores que tiveram a oportunidade de ler o projeto e tiveram o interesse de acompanhar nesse momento também, na verdade o Artigo 2º trata mais especificamente da questão da eleição da ouvidoria, enfim, do ouvidor, e essa eleição é tarefa e função da Câmara Municipal através dos seus vereadores. Acredito

que esse é um aspecto importante e é uma responsabilidade enorme desta Casa também a partir do momento em que é ela que vai acabar elegendo o ouvidor do município de Curitiba. Obviamente os candidatos ou candidatas a essa função passarão por um processo de arguição pública e serão escolhidos entre os cidadãos de notório conhecimento da administração pública, cidadãos também de idoneidade moral e reputação ilibada que serão indicados por lista triplace. Então, a partir de uma lista triplace é que nós vereadores teremos a incumbência de eleger o ouvidor da cidade. E essa lista triplace vai ser indicada por uma comissão eleitoral composta de membros da sociedade civil organizada, do Executivo e do Legislativo municipais. Tivemos a preocupação de tentar avançar um pouco nesse aspecto porque a proposta da Mesa apontava uma comissão eleitoral constituída por nove membros que teria a princípio um presidente e relator escolhidos dentre esses nove membros e com uma composição de três vereadores representando o Legislativo. Então, esta Casa vai ter a tarefa também de indicar, espero que seja de uma forma democrática, num debate aberto com todos os vereadores, os três representantes do Legislativo que constituirão a comissão eleitoral. Além disso, três secretários municipais que representarão o Executivo e três membros representando a sociedade civil organizada. Foi nesse aspecto, em relação aos membros da sociedade civil que achamos que era importante avançar na proposta inicial da Comissão Executiva. O Parágrafo 2º então apontava a seguinte forma de indicação. (V) Então, a indicação da Presidência da Câmara Municipal, do refeito e, no caso, a representação da sociedade civil organizada, através de convites enviados a, no mínimo, nove entidades representativas, que em tempo hábil indicarão os três representantes da entidade civil organizada. Como o projeto não trazia explícito e não justificava o porquê de nove entidades, nós entendemos que era pertinente ampliarmos esse rol de entidades. Por quê? Porque poderemos ter mais de nove entidades indicadas. Também não indicava qual critério, por quê escolher nove entidades e quais os critérios para escolhê-las. Então, por conta disso, nós conversamos com a Projuris através do nosso assessor Dr. Rodrigo, e também com o Vereador nosso Presidente João Cordeiro, para ampliar um pouco essa participação da sociedade civil. Então, de comum acordo apresentamos uma emenda de diversos vereadores até aqueles vereadores que não tiveram a oportunidade de assiná-la convidamos para que também sejam autores desta emenda. Então, podem estar assinando ainda. Nós colocamos a indicação desses nove membros, mantendo a indicação e o convite para as nove entidades, mas também agregando a esse parágrafo a publicação em edital de jornal de grande circulação, para que outras entidades que se julguem com a possibilidade de estar apontando, indicando representantes para concorrer ao cargo de Ouvidor, possam fazê-lo. Acho que é um espaço importante onde, de repente nós, enquanto Câmara, talvez não tenhamos

num determinado momento, a clareza de algumas entidades que possam ter também a possibilidade de estar indicando representantes e que são entidades importantes e que fazem um trabalho. (Término do tempo).

O SR. PRESIDENTE (Tico Kuzma):- Em votação o Requerimento Verbal da Vereadora Professora Josete, que solicita mais dez minutos para sua conclusão. (Pausa). APROVADO.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- E que façam um trabalho na sociedade curitibana, enfim, como representantes na sociedade civil e que possam estar participando desse processo também. Então, na verdade, só ampliamos para além de, no mínimo, nove entidades representativas que terão cartas convites dirigidas à publicação e edital de grande circulação para que a sociedade como um todo possa fazer o debate e poder estar indicando os seus representantes para estarem compondo aí um grupo de entidades que tenham a condição de participar desse processo eleitoral. Acho que é uma emenda simples, mas que na verdade tem a intenção de garantir uma participação mais efetiva da sociedade. Acredito que vários outros aspectos aqui já foram pontuados. Os Vereadores Paulo Salamuni e Pedro Paulo também vão estar se colocando,. Então, não vou me estender muito. Pedi a extensão do tempo para que se houvesse algum vereador que quisesse fazer alguma colocação, um aparte. A princípio nenhum vereador se colocou, então vou fechando por aqui a minha intervenção, mas dizer que nós entendemos que esse é um aspecto importante de debate (E) e creio que nós temos que pensar que esse é um novo momento. Eu queria fazer menção ao projeto que foi aprovado, anteriormente, a partir de uma intervenção de entidades junto à Comissão de Participação Legislativa, que é o primeiro projeto aprovado por esta Casa, e que eu vejo como um avanço também e que nós temos a possibilidade de fazer com que a partir da próxima Legislatura, a Comissão de Legislação Participativa, seja, de fato, um espaço de participação popular. Que nós possamos a partir da aprovação desse primeiro projeto tornar mais público isso para a sociedade, e nós possamos avançar nesse processo de construção da democracia participativa. Hoje o nosso País avançou muito no que diz respeito à democracia representativa, através dos Paramentos, enfim, da eleição dos nossos Executivos, mas acredito que nós temos muito ainda que avançar. Temos instrumentos tanto na Constituição Federal quanto na Lei Orgânica do Município, que ainda não são utilizados de forma mais ampliada em relação a democracia participativa. Um deles são os projetos de iniciativa popular que eu acho que temos que garantir e a Casa tem responsabilidade. Então, acho que para a próxima Legislatura é importante que nossos Vereadores e Vereadoras possam também no exercício dos seus mandatos pautar esse debate com a sociedade, uma participação mais efetiva e utilizar dos espaços, instrumentos de democracia participativa para que a gente possa avançar. Sejam projetos de

iniciativa popular, seja referendo, ou outros mecanismos que sabemos que tanto a legislação federal como a Lei Orgânica do Município possuem que nós, mesmo que de forma muito tímida, acessamos esses instrumentos. Muito bem lembrado aqui pelo nosso assessor, Dr. Rodrigo, porque houve uma confusão. Como o projeto tem algumas nuances, às vezes, a imprensa não consegue traduzir exatamente. Como foi vinculado em alguns sites da imprensa, seriam nove membros que constituiriam a ouvidoria. Na verdade não é isso, o ouvidor é um cargo único e nós teremos a partir da lei uma comissão eleitoral de nove membros que vai conduzir esse processo. Acho importante destacar isso. Bem lembrado aqui também pelo Dr. Rodrigo, que o ouvidor terá uma assessoria, sendo um cargo que é em comissão. Lembrando que fizemos uma devolução ao autor porque houve uma alteração no projeto original, onde seriam três cargos em comissão que prestariam assessoria ao ouvidor, e que houve uma alteração no meu entendimento positiva, por parte da Comissão Executiva, que é um cargo em comissão e dois outros cargos que serão ocupados por servidores da Casa. Acho que temos servidores aí bastantes habilitados e competentes para executarem a tarefa e não teríamos a necessidade de termos mais dois cargos em comissão. Então, acho que é importante que destaquesmos isso. Aí como tinha sido feito um estudo de impacto inicial, depois com o substitutivo foi alterado e solicitamos um novo impacto que prontamente foi atendido na solicitação, dessa forma o projeto pode continuar sua tramitação. Acho que até nesses mecanismos que às vezes são técnicos e que a gente não se atem muito, acho que a Casa tem avançado e tem uma preocupação também de tecnicamente apresentar os projetos (K) de forma mais detalhada e garantir todo o procedimento para que não haja nenhum questionamento posterior. Então, parabenizar a Mesa, todos os vereadores e tenho a certeza de que a aprovação desse Projeto é mais um avanço no processo da consolidação da democracia, como eu já disse, e de buscar mecanismos e instrumentos de participação popular na consolidação da democracia participativa na nossa Cidade. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tico Kuzma):- Continua em discussão o Projeto. (Pausa). Para discutir, com a palavra o Vereador Paulo Salamuni. Gostaríamos de registrar e agradecer a presença do vereador eleito pelo PSC, Vereador Tiago Gevert. Seja bem-vindo a esta Casa.

O SR. PAULO SALAMUNI:- Sr. Presidente, Srs. Vereadores, é preciso mesmo que nós registremos, ratifiquemos o momento importante pelo qual passa esta Casa. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, servidores deste parlamento, meus concidadãos, ilustres amigos e colegas por quem tenho uma grande estima e apreço, Dr. João Elias, amigo de longa data, Dr. Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes, eu lembro que nós fazemos parte de uma geração que viu este momento de transição no país. Nós, do nosso jeito, com as forças e armas que tínhamos, no bom sentido,

vimos essa transição, tivemos o privilégio de participar do primeiro comício das diretas aqui, com tantas figuras que hoje são históricas. Eu vejo a Vereadora Maria Goretti, me lembro bem porque com o seu marido, meu amigo de longa data, Amauri Scudero, tivemos esse privilégio de participar do primeiro comício das diretas, de conviver com pessoas como Teotônio Vilela, Ulisses Guimarães, Leonel Brizola, e nunca imaginávamos que tudo isso faria parte de uma história, de uma história que ainda precisa caminhar muito. E eu a comparo talvez com uma bateia de minerador, Vereador Iris Simões, em que o garimpeiro vai com toda a sua experiência ao rio, pega o que tem lá, gira, gira, com toda experiência que a vida lhe deu, com toda determinação, com toda garra, e vão saindo as impurezas até colher o brilho. A nossa vida e a democracia talvez sejam uma bateia de minerador permanente, que vai ter que ser girada com determinação, com vontade, com sacrifício, para que toda impureza saia e um dia nós possamos colher o brilho. Isso tudo faz parte de uma história. Quer dizer, eu tive esse privilégio, como tive o privilégio de ver dentro da minha caminhada, na minha família, o meu saudoso pai, que esse mês completa dez anos de falecimento, ter sido o primeiro reitor eleito, depois de tanta perseguição dentro da universidade. Invariavelmente eu acordava naquela casa da rua Sete de Abril, esquina com Conselheiro Carrão, onde hoje existe um bar, o Baronesa, que é o nome da primeira locomotiva do Brasil, e meu pai era um aficionado pela estrada de ferro, porque nasceu próximo das Vilas Oficinas, em Ponta Grossa, e acordava com professores de outras universidades do Brasil ou alunos no quarto ao lado, perseguidos pela ditadura porque tinham ideias. Eu ainda tive o privilégio, Vereador Julião Sobota, de ter no rol da casa, pessoas do porte de um Vieira Neto, de um Lamartine de Oliveira, do Dante Romanó, Adahil Springer Passos, Nilton Freire Maia, pessoas que perderam um pouco a forma de homens como estes na atual conjuntura. De modo que quando vemos um instituto (M) desses sendo votado, uma instituição, talvez algumas pessoas e mesmo os colegas não possam entender o tamanho da dimensão que isso significa. Eu tenho aqui, Srs. Vereadores, em minhas mãos, todo o relatório do projeto de lei que foi enviado para esta Casa no ano de 1987. Tem o Decreto Lei 215 de 1986, que originou tudo, e depois o projeto de lei que veio a esta Casa em 1987, que não pôde ser votado, Vereadora Dona Lourdes, porque recebeu, Vereador Algaci Tulio, um parecer de inconstitucionalidade, pois a Lei Orgânica do Município em 1987 não previa esse instituto, ilustre Dr. João Elias, como nós conversamos, não havia a possibilidade, a compreensão de que existiria, pela Constituição da Cidade de Curitiba, um instituto como esse. E, aí, quando veio a Constituinte, o ressurgimento, a ressignificação do País, do Estado e da Cidade, a partir de 1988, em 1989 veio a lei, a Constituição do Estado do Paraná e, em 1990, e daí promulgada já em 1991, a Constituição dos municípios brasileiros, dando assim uma ampla liberdade, porque



o município ganhou uma condição de ente federativo com autonomia financeira absoluta. Muitos ainda cometem um equívoco em achar, Vereador Jorge Yamawaki, que há uma escada, tipo Município, Estado e País. Não existe! A República Federativa é a união dos municípios e dos estados, todos com ampla independência dentro da jurisdição das suas fronteiras. O que não pode, obviamente, são leis que vão de encontro às Constituições e leis maiores, mas ao encontro tudo pode aqui dentro. Então, não houve a possibilidade da criação da ouvidoria, eu me lembro como se fosse hoje, e isso me emociona, me emociona. Porque esta Casa passou por momentos de dificuldade homérica. E eu lembro de uma pessoa que foi muito cara a mim e aos dois amigos que aqui estão, o saudoso Reverendo Elias Abrahão. E lá em um dos seus sermões, ele era imbatível no sermão, ele dizia assim: “São os momentos mais escuros da noite exatamente aqueles que precedem a alvorada.” E foi, Vereadora Noemia Rocha, nos momentos mais escuros desta Casa, da história desta Casa, quiçá, que surgiu um novo dia, uma nova aurora. Porque, diferente, Professor Manoel Eduardo e Dr. João Elias, dos problemas que aconteceram na Assembleia, esta Casa não se furtou em instalar uma CPI, em aprofundar, dentro das suas prerrogativas constitucionais, responsabilizar e deixar ao judiciário que faça a sua parte, ao Tribunal de Contas. Mas em meio a tudo isso, nós emergimos uma nova Lei Orgânica, que ela própria se confessa humilde e inacabada porque permite emendas, não é uma cláusula pétrea como um todo. Ainda, depois disso, surge o Regimento, um novo Regimento para a Casa. E tudo nesta Legislativa! Então, eu imagino, assim, meus amigos Vereadores, que, como político, a exemplo das senhoras e dos senhores, somos caçadores de nuvens e que acabamos sendo apanhados por uma tempestade, e uma delas, benfazeja, permite-nos estar no topo dessa montanha neste momento.

O Sr. Algaci Tulio:- Eu me inscrevo para um aparte na sequência.

O SR. PAULO SALAMUNI:- Com prazer. Então, meus amigos, bem-aventurados os que chegam, Vereador João Luiz Cordeiro. Nós não nos desencaminhamos, (L) nós não cedemos da longa marcha, nós não nos desmoralizamos, nós não capitulamos ante a pressões aliciadoras e comprometedoras. Esta Casa manteve a independência, nós não desertamos, nós não caímos do caminho. E para isso foi preciso coragem, e a coragem é a matéria-prima da civilização. A mesma coragem, Dr. Manoel Eduardo, quando V.Exa., do nada, começou a erigir essa ideia de ombudsmann, me lembro como se fosse hoje as nossas reuniões. A mesma coragem, Dr. João Elias, quando disse sim ao assumir uma ouvidoria de tamanha complexidade como é do Estado da grandeza do Paraná. E, sem essa coragem, o dever e as instituições perecem sem a coragem, as demais virtudes sucumbem na hora do perigo, sem a coragem não haveria cruz nem os evangélicos. Então, quando eu vejo esse instituto e começo dizendo que ele só não

foi possível naquele momento por uma lei, porque não havia essa recepção. Aí houve um segundo momento, e V.Exas. também entenderam que houve quatro processos revisionais da lei orgânica que não chegavam até os seus últimos termos, até os termos finais, mas esse último chegou e os senhores, invariavelmente, sempre disseram seu sim quando nós aqui, vários membros da comissão, nos socorremos em V.Exas. para dizer que era importante que a ouvidoria permanecesse escrita na lei orgânica, porque se não fosse assim, nós não poderíamos votar a lei que hoje estamos votando. E conseguimos fazer com que ficasse, me lembro bem o Vereador Celso Torquato, na época o Procurador que acompanhou foi um dos criadores da ouvidoria, o Dr. Luiz Miguel Justo Silva, acompanhou todo processo revisional e, agora recentemente, quando houve a dúvida, naquele momento, por uma confusão perfeitamente compreensível, porque a olhos de leigos, nós somos boa parte leigos em matérias constitucionais e administrativas, onde se fazia uma confusão entre o papel do próprio Vereador e do ombudsmann. Ora, o que tem de democrático aqui, Vereador Sérgio, ele foi além, porque esta lista tríplice, Vereador Algaci, poderia ser feita aqui por esta Casa, mas, Vereador Jairo, nós fomos além, e fomos nos socorrer na sociedade civil que vai, juntamente, três membros da sociedade civil, que ela própria vai escolher, da OAB, da associação comercial da Universidade Federal, do sindicato de trabalhadores, enfim, junto com três Vereadores escolhidos aqui e três secretários escolhidos pelo Poder Executivo para apresentar uma lista tríplice com os requisitos. E, nessa lista tríplice, a ninguém é dado o direito e sim o direito do Vereador, este, só este poderão eleger o Ouvidor. Porque um pressuposto básico dessa mesma democracia que nós aprofundamos, arraigamos aqui é que o poder emana do povo e todos os senhores e senhoras que estão aqui estão referendados pelo voto e pela vontade popular. E ninguém pode substituir essa vontade. Então, ficou bem assim, Presidente João, foi além ainda do esperado. E eu volto a repetir, enquanto alguns outros órgãos em outras esferas criam dificuldade para o povo mais humilde ter acesso, nós estamos escancarando a porta do poder, nós não temos medo de enfrentar a transparência, a democracia. Esta Casa só tem sentido se o povo estiver junto com ela. E foi bem dito aqui dessa Tribuna: não há requisito, não há formalidade. Se um jovem for agredido nessa ou em outra praça, (T) ele pode ir até o Ouvidor, não precisa ter a autorização do pai, da mãe, não precisa ser emancipado, ter procuração, procurar um advogado. Vejam que maravilha! E aí sim o Ouvidor e a sua estrutura procurará dar uma continuidade. É óbvio que é diferente, não é controle interno, a Câmara tem controle interno pela Corregedoria, ela é o controle da cidade, é intra poderes, porque as pessoas, às vezes, confundem. Concedo aparte a Algaci Tulio e a Vereadora Maria Goretti.

O Sr. Algaci Tulio:- (aparte) Vereador Paulo Salamuni, confesso que a

cada vez que V. Exa ocupa esta Tribuna, me emociono porque imagino esta Casa sem esse tribuno. Tive, ao longo de meus trinta anos de carreira política, o privilégio de conviver com extraordinários tribunos: Luiz Alberto Martins de Oliveira, tribuno de primeiríssima qualidade, o próprio polemico Senador Roberto Requião, e V.Exa. tem uma mistura de Paulo Salamuni e Rafael Greca de Macedo, isso no bom sentido, porque reconheço que V. Exa é também um historiador V. Exa quando relembra fatos desta cidade, deste país, coloca essa mistura da cultura, da inteligência nos seus pronunciamentos. Por isso, eu poderia ter feito um aparte...(término do tempo).

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Pede mais quinze minutos o Vereador que ocupa a Tribuna. Pausa. (APROVADO).

O Sr. Algaci Tulio:- ... Poderia ter feito apertes aos oradores anteriores, mas deixei para fazê-lo, até como uma forma de homenageá-lo, dentro da minha simplicidade, reconhecendo o papel importante feito aqui nestes seis meses de mandato do nosso Presidente João Luiz Cordeiro, que talvez ate pagou uma não reeleição pelo fato de ter assumido a presidência num momento conturbado desta Casa. E eu, desta mesma Tribuna, sempre falava, precisamos passar a Casa à limpo para entregá-la para a próxima Legislatura. E é o que fizemos, alguns pagaram o preço disso, mas valeu à pena, faria tudo novamente se assim fosse necessário. Quero dizer a V. Exa, que ao mesmo tempo, em que faço essa mistura de Roberto Requião, Luiz Alberto Martins de Oliveira e Rafael Greca, dizer quão triste seria esta Casa se não o tivessem reeleito, não só por isso mas pelo trabalho que V. Exa executou aqui ao longo desses quatro anos da reforma da Lei Orgânica do Município, do Regimento Interno, agora da Ouvidoria, tudo isso que fizemos nesta Casa, o seu trabalho extraordinário ao lado do companheiro Pedro Paulo na CPI que esta Casa também executou. Queria dizer aos companheiros visitantes que nos honram hoje aqui e vejo aqui meu amigo João Elias, de longa data, companheiro de várias campanhas políticas da famosa campanha dos doze dias e outras que vieram na sequência, do Dr. Manoel que nos honra com sua presença, que nos deu uma aula de democracia, de inteligência. Esta Casa a cada dia cresce mais e precisa crescer, estar ao Lei de Diretrizes Orçamentárias do povo porque ficou muito tempo engessada do povo. Tenho certeza, que a próxima legislatura que virá aí e com a sua presença e fico orgulhoso que a nossa bancada minúscula da Oposição releve todos os seus com pantes: Vereadora Noemia Rocha, Professora Josete, Pedro Paulo, V. Exa e o Vereador Jonny Stica. Isso nos orgulha, porque é uma demonstração (P) de que o fizemos aqui nesses quatro anos, o que essa bancada fez valorizou e teve o reconhecimento da população. Por isso, para concluir e dar condição para que outros possam apartear-lo, dos estertores da minha carreira política que encerro no próximo dia vinte, quando esta Casa encerra o seu período também. Vou me recolher a minha insignificância lá em Guaratuba, onde vou me

envolver voluntariamente, despido de qualquer interesse político, nas necessidades da nossa Guaratuba e já indico de cara uma campanha que já começamos que é a “Ponte já!”. É inadmissível ainda estarmos nos sujeitando à travessia em balsas enferrujadas, remendadas, com risco de acidentes, que Deus queira que não aconteçam. É preciso lutar e essa luta continuarei fazendo lá, mas estarei atento, acompanhando e tendo a emoção de ouvi-lo quem sabe sentado na Presidência desta Casa, que acho que seria o melhor prêmio que os Vereadores reeleitos e o que vão chegar no ano que vem poderiam dar a um tribuno, a uma pessoa que tem história, que tem história de família. E lembro do saudoso Riad Salamuni, com quem tive a honra de conviver durante muito tempo. E uma das propagandas da campanha do Gustavo Fruet cai bem para o senhor: Paulo Salamuni, você está pronto!

O SR. PAULO SALAMUNI:- O que me toca e falo aqui para os meus colegas, parti para o meu sétimo mandato, sem nunca ter feito parte da Mesa, sem nunca ter sido da situação. Acho que já fui mais longe do que pedi e tive mais do que mereci. Entrei junto com o Vereador Aldemir Manfron e só tem o Vereador Jairo Marcelino, que foi decano aqui. Só quero fazer uma homenagem ao Vereador Jairo Marcelino que foi testemunha disso tudo que falamos aqui. Ele bem lembrava que tem alguns Vereadores, alguns eu tive o privilégio de conviver e outros nem tanto, mas a exemplo de Luís Julião, Jefferson Vanderlei, Adhail Springer Passos, Valdir D'angelis, Lauro Carvalho Chaves, Santiago Losso, José Maria Correia, o Luiz Carlos Betenheuser, o Rafael Greca, Zélia Passos. E tive o privilégio de ser Vereador com a mãe e com o filho, o André Passos. Tudo isso até me emociona mesmo, é o sentimento de que é possível fazer. E aí rendo todas as homenagens à Mesa, como foi bem dito aqui e enaltecido pelo Vereador Denilson Pires, que precisa fazer, não dói nada fazer, é a sensação de construir, Vereador Algaci Tulio. E justiça se faça a sua experiência nos ajudou a todos aqui. O senhor já poderia estar recolhido muito antes se quisesse, já passou por tudo o que tinha que passar. Sempre presente em todas as Sessões, no começo, no meio e no fim, da mesma forma que nas Comissões que se dispõe. Combina-se reuniões o Vereador está presente. Vamos fazer auditorias? O Vereador está presente. Sempre está presente, de modo que estamos escrevendo. Vi também o Vereador Francisco Garcez, imaginar nessa Comissão de Legislação participativa, que na época o Presidente foi o então Vereador Jotapê. E fomos assim, sempre procurei dar a minha contribuição (B) independente de quem estava presidindo. Nunca podia imaginar que ia levar anos, porque era até uma angústia, eu pensava assim: será que não tem uma instituição que vai apresentar projeto de lei? De repente, é o Centro Acadêmico que fundamos, sem que houvesse dessa parte nenhuma articulação, quer dizer, vamos ver a hora que chegou. Porque várias instituições tentaram passar projeto, mas não pode ser por exemplo partido político, não pode ter esse tipo de desenvolvimento, porque daí tem os

representantes legais. E hoje passar o primeiro de alunos da universidade, é realmente uma mudança de paradigma...

O Sr. Algaci Tulio:- (aparte) Só para dizer que esse é o primeiro projeto popular aqui na Câmara, a exemplo do que foi na Assembleia Legislativa o projeto de iniciativa popular quando da não venda da Copel. Essa é a participação popular.

O SR. PAULO SALAMUNI:- Foi a primeira participação de um projeto que tramita sem que fosse de iniciativa do Executivo ou de um Vereador, porque não tivemos ainda um projeto que tramitou de iniciativa popular propriamente dito, na Assembleia Legislativa foi uma iniciativa popular, mas é da sociedade civil, ela não vem sob a égide de um partido, de um Vereador ou de um grupo de Vereadores ou de uma Bancada Isto tem que se registrar mesmo, parece pouca coisa mas é história. Jamais se imaginaria décadas atrás que um Centro Acadêmico no auge da Ditadura pudesse apresentar um projeto de lei numa Casa como esta, ou numa Assembleia, ou em nível nacional. Ouço com prazer a Vereadora Maria Goretti.

A Sra. Maria Goretti:- (aparte) Obrigada, Vereador Paulo Salamuni. Agradecer V.Exa. da lembrança que faz da nossa militância, minha e do meu esposo, meu companheiro, Amauri. Incrível, trinta anos se passaram, muito obrigada pela lembrança, Quero dizer que é privilégio conviver com V.Exa. e os demais Vereadores desta Casa, um mandato muito curto, pouco mais de cinco meses nesta Casa, e num momento iluminado da Casa, no momento em que a Casa consegue aprovar tantos projetos que vem para fortalecer a democracia brasileira, fortalecer a transparência, defender cada vez mais a cidadania nossa, curitibana e de todo País. Que bom saber que o senhor está no seu 7º mandato e vem outro aí muito promissor. Que o senhor continue defendendo os interesses do povo de Curitiba, defendendo a nossa cidadania, a cidadania brasileira. Muito obrigada, pela sua lembrança, mais uma vez, e cumprimentar o nosso Presidente João Luis Cordeiro, pelo seu mandato, já fiz em outros momentos, Presidente, mas mais uma vez registrar aqui, a honra, a satisfação de conviver nesse período com V.Exa., que tem se desdobrado e tem conseguido colocar em prática todos os projetos que vem para resgatar a credibilidade desta Casa. Então, meus cumprimentos, Sr. Presidente, e cumprimentar nossos visitantes. Acho que ele não se lembra de mim, mas eu lembro do senhor, Dr. João Elias, é uma satisfação muito grande reencontrá-lo, e cumprimentar também o Professor Manoel Eduardo, que eu não conhecia, mas como outros Vereadores já falaram, nos deu uma aula nesta Casa em relação ao surgimento, a criação, o funcionamento das ouvidorias no mundo e no Brasil. É uma satisfação reencontrá-los, e mais uma vez, Vereador Paulo Salamuni, pela sua trajetória, sua história de vida, sua militância legislativa, e que continue trabalhando sempre em defesa dos bons projetos para Curitiba, para nossa cidade e nossa gente.

O SR. PAULO SALAMUNI:- Agradeço o aparte, e quero registrar,

lembrar, que o Amauri, hoje é nosso Secretário que representa o Estado do Paraná, em Brasília. Eu me lembro sim e foi muito bom os tempos que passamos, e saber que a vida, os desígnios dela é isso mesmo, (A) a cada um reserva uma tarefa. Passo o aparte ao Vereador Sabino Pícolo. Quero fazer um registro em relação ao Vereador Sabino Pícolo, ele teve uma prudência que lhe é peculiar e nós não podemos reclamar absolutamente nada da forma serena, tranquila quando tocou o barco no momento mais difícil desta Casa. Sempre nos consultou, teve uma índole democrática, isso sempre me chamou muito a atenção. Aproveito para de público cumprimentá-lo, porque é aquela história, tem que ter um comandante experiente para tocar o barco em meio ao nevoeiro ou a tempestade, e foi naquele momento difícil que houve esse bem. Muito obrigado a este trabalho de V.Exa..

O Sr. Sabino Pícolo:- (aparte) Agradeço, Vereador Paulo Salamuni. E aproveitando este comentário, só conseguimos atravessar a tempestade graças a união e a participação de todos os vereadores. Você lembra que fizemos os cafês da manhã, consultei todos os partidos, todos os vereadores, todos os líderes e fizemos a coisa sempre ouvindo os partidos, todos os vereadores? E foi assim que atravessamos e demos continuidade aos trabalhos com o nosso Presidente Vereador João do Suco. Quero lembrar aqui ao Vereador Íris Simões, quando ele chegou nesta Casa no mês de novembro ele fez um comentário sobre as Sessões que estava participando de que estávamos votando cada dia um projeto importante. Ele ressaltava a importância dos projetos, projetos bons, projetos que foram bem discutidos e a qualidade dos projetos e dos debates desta Casa. Então, aproveitar as palavras do experiente Vereador, Deputado Federal, Presidente da Câmara que elogiou os projetos desta Casa. Uma pena que a imprensa não estava aqui e não está para registrar esses nossos debates. Aproveitando, Vereador Paulo Salamuni, eu não poderia deixar de registrar a presença do meu amigo Manoel Eduardo, foi ele quem ajudou a instalar a comissão participativa aqui nesta Casa, ideia que o Jotapê participando de um congresso no Nordeste trouxe de lá. E eu tive o privilégio de instalar essa comissão e eleger o primeiro presidente. Então, hoje vem o primeiro projeto dessa comissão, projeto importante, um projeto que vem dos estudantes. Eu acho que os nossos universitários tem que voltar a participar igual participamos na nossa época, a época da UPES, da UNE, ali surgiram os grandes líderes estudantis que na sequência foram governador de estado, senador, ministro. Estamos carentes da participação estudantil na vida política. É muito importante. E também não podia deixar de agradecer e ressaltar o meu amigo, meu irmão Elias, ele que foi um Ombudsman do Governo Jaime Lerner, eu era um Ombudsman do Banestado, que ele instalou em cada secretaria, em cada empresa vinculada ao Governo Estadual, toda empresa tinha seu ouvidor que trazia as informações a ouvidoria central. E ele falava que lá na Suécia onde surgiu a palavra Ombudsman, era o quarto poder. Não sei se ainda



prevalece, mas o ouvidor tem uma importância muito grande na sociedade, tanto no Município, quanto no Estado e na União. Então, parabéns por hoje estar junto conosco, pelo trabalho que você fez, pelo conhecimento que você trouxe para esta Casa. Claro que não vamos dispensar nunca a sua assessoria, o seu conhecimento nessa área, é muito importante. Parabéns, Paulo, pela explanação, Vereador João do Suco pela continuidade dos trabalhos que está indo muito bem. Obrigado pela participação, João Elias e o nosso Jurista Manoel. Obrigado. (D)

O SR. PAULO SALAMUNI:- O Vereador Sabino toca num ponto importantíssimo. Nessa primeira Ouvidoria Pública, eu não lembro, Dr. Manoel e Dr. João Elísio. Antes dessa Ouvidoria Pública, daí é que disseminou Ouvidorias Públicas e Privadas, por todo o Brasil. Hoje abre a Folha de São Paulo, a Copel tem ouvidor, a Petrobras. As empresas de telecomunicação, foi uma disseminação do bem de algo. Lógico cada um dentro da sua característica. Nós temos cento e duas Cidades, salvo engano, das cinco mil quinhentos e sessenta e quatro, que tem ouvidorias. Mas, nenhuma com esse tipo que sai de uma lei aberta, de dentro do Legislativo. Ou é por decreto, ou é por outro tipo que não é bem como já foi dito, aceita pela comunidade internacional. Então, de modo que realmente hoje é um dia que nos toca a todos, porque nós estamos cumprindo o nosso papel de legislar e fiscalizar. E, aqui Vereador João do Suco, nós tivemos alguns episódios, porque é óbvio que no momento em que se legisla, que trás assuntos polêmicos, você fica às vezes, refém de situação. E, aconteceu aqui uma situação, há alguns dias, entre uma votação de primeiro e segundo turno. Tivemos uma instituição que veio, eu embora entenda e ache legítima, não há nenhum problema. Mas, é um pouco da forma e eu nunca me senti tão orgulhoso da Câmara Municipal de Curitiba, como um todo. Jamais esta Câmara pode curvar sua coluna vertebral ante qualquer tipo de pressão. É legítimo discutir, antes durante. Então, eu concluo dizendo, neste processo nós não somos conduzidos, nós conduzimos. Parabéns, à Câmara de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Em discussão. (Pausa). Para discutir, concedemos a palavra ao Vereador Serginho do Posto.

O Sr. Tico Kuzma:- Sr. Presidente. (Assentimento). Obrigado, Sr. Presidente. Para deixar registrado e pedir um minuto de atenção aos Srs. Vereadores que devem ter recebido na semana passada um documento do Colégio, Ivone Pimentel, a qual solicitam aos Vereadores que acompanhem a questão da reforma do Colégio, e as obras. Então, tivemos uma reunião, na quinta-feira, juntamente com representantes do Colégio, e os representantes do Colégio pediram que a gente comunicasse aos Vereadores a decisão dessa reunião na quinta-feira, na Superintendência e Desenvolvimento Educacional, Diretoria de Engenharia, Projetos e Orçamento. Então, foi apresentado aos Vereadores, Sr. Presidente, um novo cronograma para as obras de reforma do Colégio estadual Ivone Pimentel que

iniciam dia 17 de dezembro, com a entrega de projetos e orçamentos. 28 de dezembro deste ano, a publicação do edital. Dia 4 de fevereiro do ano que vem, a licitação. Dia 7 de fevereiro do ano que vem publicação do resultado da licitação. Dia 28 de fevereiro do não que vem, assinatura de contrato e ordem de serviço para início (C) de execução daquela obra. A execução da obra está prevista em onze meses, previsão de entrega para 2014. É uma obra diferente porque é uma obra de ampliação e reforma e está mais ou menos orçada em cinco milhões de reais. Vou passar uma cópia desse cronograma para cada um dos Vereadores. A comunidade se reuniu no sábado na escola. Um abraço simbólico à escola, Presidente, e a solicitação da comissão para que os vereadores continuem acompanhando esse cronograma para que realmente seja executado.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Obrigado. Para informe à Casa, Vereador Íris Simões.

O Sr. Íris Simões:- Sr. Presidente, João Luiz Cordeiro, agradeço. Peço desculpas ao Líder Serginho do Posto. Recebemos há pouco no plenário desta Casa a visita de Antônio Carlos Araújo, que é diretor da Urbs. É importante, Srs. Vereadores, porque na semana passada recebemos aqui o presidente do Sindimoc e aprovamos naquele mesmo dia a vinda do presidente da Urbs para que pudéssemos ajudar na resolução da questão do 13º Salário dos motoristas e cobradores e servidores do transporte coletivo de Curitiba. Nesta semana tivemos a notícia do acordo de pagamento do 13º Salário até o dia 28 deste mês. Já foi pago a primeira e ontem recebi a ligação do presidente do sindicato, o Anderson Teixeira, agradecendo esta Casa. Ele vem aqui na semana que vem para fazer o agradecimento porque a iniciativa de estar aqui, nobre líder e senhores Vereadores, e esta casa ter aprovado a vinda de um representante da Urbs fez que a atitude da Urbs, as empresas de ônibus fizessem que o 13º salário fosse pago ainda este mês de dezembro. Está de parabéns esta Casa pela iniciativa. Não é de uma pessoa só. Mais um dado importante do acordo firmado com os motoristas e cobradores: em março, por esse atraso de alguns dias, vinte e poucos dias do pagamento do 13º, haverá um adicional de 3% em março de 2013 no salário dos cobradores e motoristas do transporte coletivo de Curitiba. Fica para mim e tenho certeza para esta Casa o exemplo da nossa atuação, da liberdade que o senhor presidente e esta Câmara tem dado às entidades que fazem parte da sociedade organizada de virem para esta Casa e nós, como legisladores, como representantes do povo, buscarmos as respostas. Isso foi importante. Faço esse registro agradecendo ao Sr. Presidente, aos Srs. Vereadores e também ao Antônio Carlos Araújo que é diretor da Urbs que esteve aqui e iria falar hoje mas como temos a discussão desse projeto importante o tempo estava curto. Era esse o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente, e agradecer a nobreza de me conceder a palavra e também ao líder do Prefeito Serginho do Posto. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Obrigado. Para comunicado à Casa, Vereador Juliano Borghetti.

O Sr. Juliano Borghetti:- Só comunicar que hoje darei o título de Vulto Emérito de Curitiba ao Sr. Mariano Lemanski pelos projetos como Lupaluna e Águas do Amanhã. Todos os Vereadores são convidados a comparecer.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Para comunicado à Casa, Vereadora Julieta Reis.

A Sra. Julieta Reis:- Informar aos componentes da Comissão de Legislação, Justiça e Redação que, logo após a sessão, faremos uma rápida reunião para apreciar três projetos. Conto com a presença de todos os membros. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Para registro à Casa, Vereador Pedro Paulo.

O Sr. Pedro Paulo:- Iria deixar para depois, mas apenas registrar o aniversário do José Messias dos Santos, que faz setenta e nove anos hoje. Ele é pai da Rosângela Amatuzzi, que é funcionária desta Casa. Ficou conhecido como Juca Quiabo. Foi militante do movimento social, fazendo setenta e nove anos hoje. Apenas deixar registrado pela importância e contribuição que ele deu à política.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Um abraço a esse nobre cidadão. Vamos solicitar (V) ao Vereador que ocupa a Tribuna, então, vereador por favor.

O Sr. Tico Kuzma:- É de suma importância Vereador, queria aproveitar a presença dos vereadores, lembrando que hoje às 14h a Comissão de Segurança Pública juntamente com a Comissão de Direitos Humanos têm uma reunião com representantes da Polícia Militar também com moradores do Bairro Alto, para tratar daquele incidente e do que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Com a palavra Vereador Serginho do Posto.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Obrigado, Sr. Presidente. Eu não vou utilizar o tempo que teria para fazer a minha contribuição a respeito desse projeto, a pedido de alguns colegas, e procurarei ser sucinto, mas não poderia deixar de externar também a minha aprovação do projeto e um contentamento em geral desta Casa. Cumprimentar os convidados, Dr. João, Dr. Manoel Eduardo que talvez não se lembre mas em 2005, logo que iniciamos aqui nesta Casa a minha primeira legislatura, V.Sa prestou grandes serviços auxiliando o nobre colega Paulo Salamuni em várias questões, principalmente na estrutura da Comissão de Legislação Participativa, onde tivemos muitas consultas que V.Sa. nos prestou aqui de forma voluntária, pode-se dizer, mas nos colocando e nos trazendo a visão do Judiciário, com essa visão jurídica que V. Sa tem nos orientado muitas vezes em vários projetos

que ora algumas comissões discutiam. Então, lembro-me dessas duas passagens. Também na primeira revisão da Lei Orgânica teve a sua participação, que agora é lei. O momento desta Câmara é um momento de ação de graças. Digo isso, Sr. Presidente, porque o senhor é ministro da Igreja Católica. E por que digo? Em um curto período de tempo, poderia considerar um período de quinze meses, esta Casa vem se modernizando, fazendo com que as legislações sejam modernas e, de fato, a democracia possa ser exercida de forma ampla e irrestrita. Acredito que é um passo muito grande que o conjunto desta Casa – aí faço a minha homenagem a V. Exa, na figura de Presidente – mas ao conjunto desta Casa que vem construindo legislações e mudanças no dia a dia como tivemos nos últimos meses. Digo isso porque reformamos a Lei Orgânica, agora aprovamos e reformamos o Regimento Interno, aprovamos diversas leis como a Corregedoria desta Casa, que hoje são dois cargos que foram criados na gestão recente, e agora a Ouvidoria. Acredito que o papel da Ouvidoria é amplo e democrático. A figura do ouvidor, além da sua moral para estar no cargo, ele tem que ter moral no aspecto do cargo que ocupará. Ele tem a função, eu acredito, também é, de desburocratizar para o acesso dessas instituições ora envelhecida pelo modelo vigente até hoje. Entendo que o movimento burocrático envelheceu. Tem que modernizar. A figura do Ouvidor não será, na minha concepção, uma figura que estará dentro de um gabinete. Ele estará próximo ao cidadão (E) nas suas inspeções observando os acontecimentos e as sugestões, reclamações que serão trazidas a esse cargo e fazendo essa checagem. Então, a estrutura ...

A Sra. Professora Josete:- Um aparte Vereador.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Na sequência Vereadora. Essa estrutura da ouvidoria, Vereadora Dona Lourdes, não representa estar num gabinete aqui no anexo desta Câmara, e, sim, o papel fundamental de atender o cidadão em todas as causas de forma aberta e amplamente atendendo os reclames, amplamente atendendo os interesses difusos da sociedade. Eu acho que esse é o papel fundamental da figura da ouvidoria e do ouvidor, com uma estrutura muito pequena, diga-se de passagem, mas vem se disseminando de uma forma além do poder público, dos poderes e órgãos públicos que hoje já possuem, mas num modelo privado já há muito tempo. O jornal A Folha de São Paulo instituiu a figura do ouvidor em 1989, logo após a nova Constituição da República. Papel fundamental. Quando observamos qual o papel desse ouvidor, nessas instituições, fora dos setores públicos, a gente observa que aquela informação simples, Vereadora Dona Lourdes, que o consumidor dessa instituição, seja ela uma instituição comercial, busca informações, ou seja ela também de uma agência reguladora, como hoje tivemos instituído no Brasil várias agências reguladoras. Agora o Estado do Paraná criou a agência reguladora no setor de pedágio. Também acredito que seja um avanço.

Dentro dessas agências a figura do ouvidor. A Associação Brasileiro de Ouvidor vem a cada ano se especializando, dando uma certificação para essa figura que estará ocupando o cargo de ouvidor, Dr. João, especialize-se, busque a certificação, os parâmetros que esse ouvidor terá enquanto desempenhar as suas funções. Acredito que no aspecto amplo difunde mais a democracia. Acredito que o papel de ouvidor difunde mais quando ele vai ouvir a população, o próprio nome já diz, mas também a ação dele será diretamente buscando as informações e os esclarecimentos para que aquele cidadão possa ser atendido. Passo a palavra à Vereadora Professora Josete, já encerrando meu pronunciamento.

A Sra. Professora Josete:- (aparte) Obrigada Vereador. Na verdade solicitei o aparte até por conta de poupar tempo. Só queria fazer uma correção quando falei da emenda ao Art. 8º, acabei passando alguns informações equivocadas. Então, na verdade o coordenador técnico que é mantido com o símbolo FG-5, mas é um cargo que será ocupado por um servidor efetivo do Município. Então, essa foi uma alteração porque antes não havia essa questão. Na verdade era um funcionário efetivo, e a gratificação FG-6, mas passou para FG-5. No Inciso II na verdade não haverá pagamento de função gratificada, que estava previsto um FG-6 também. Então, será um servidor efetivo de nível superior do Município, advogado, preferencialmente, e dois servidores efetivos de nível médio do Município também. Então, não haverá a alocação de dois funcionários do Legislativo. Então, só para corrigir porque acabei me equivocando. São muitas informações, muitos projetos, e a gente já está misturando os dados. Só para corrigir e não ficar um registro equivocado. Obrigada.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- A emenda substitutiva ao projeto, veio justamente para corrigir a questão do coordenador técnico e hoje terá função FG-5, servidor do Município, mais um servidor efetivo (K) com nível superior, e dois servidores efetivos em nível médio. Serão quatro servidores que estarão disponíveis ao ouvidor que será indicado e eleito por esta Casa. Então, a promoção deste Projeto que está sendo votado nesta Casa, neste dia de hoje, tem um sentimento histórico para a Cidade, Vereadora Dona Lourdes, como o Dr. Manoel nos colocou a história do ouvidor, a função do ouvidor, no meu entendimento, terá um caráter muito importante que vem contribuir com esta Casa. Em outros países a figura do ouvidor é considerado como um defensor do povo. Ele tem também esta característica. A Espanha tem também esta nomenclatura, muito conhecido como defensor dos direitos do povo, e nós, representantes do povo. É importante, esta matéria sendo aprovada no dia de hoje demonstra os avanços que ocorreram nos últimos meses nesta Casa. Eu gostaria de apenas fazer esse registro, parabenizar o conjunto de vereadores desta Casa promovendo mais esta Lei ao Município de Curitiba, Vereadora, em especial a Mesa, na figura do Sr. Presidente João Luiz Cordeiro.

Seriam essas as minhas considerações. E, também, dizer ao convidado Sr. João Elias que no momento em que esta Casa divulgou que estaria elaborando o projeto, a Valéria Prockmann, Jornalista conhecida desta Casa por vários membros, até sugeriu a sua indicação para que contribuísse nesse processo, assim como o Dr. Manoel Eduardo. Então, fica aqui o nosso agradecimento a V.Sas. na contribuição para que hoje o Projeto pudesse vir em aprovação de 1º Turno. Portanto, fica aqui o meu registro e também o meu voto favorável a esse Projeto, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Continua em discussão. (Pausa).

O Sr. Serginho do Posto:- Para requerimento à Mesa, Sr. Presidente. (Assentimento). Por se tratar de uma matéria relevante nesse processo de avanços nesta Casa, eu solicito votação nominal para este Projeto.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Em votação o requerimento verbal do Vereador Serginho do Posto, que solicita votação nominal para o Projeto. (Pausa). APROVADO. Em votação o Projeto, ressalvadas as emendas. A Sra. 4ª Secretária procederá a chamada dos Srs. Vereadores para a votação.

A SRA. 4ª SECRETÁRIA:- (Procede a chamada dos Srs. Vereadores, votando os seguintes: ver Ata).

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Votaram 36 (trinta e seis) dos Srs. Vereadores (M) com a expressão SIM. APROVADO. Em votação a Emenda Substitutiva nº 035.00009.2012. (Pausa). A votação será nominal. Esclarecemos aos Srs. Vereadores que aqueles que forem favoráveis deverão votar com a expressão SIM, os que forem contrários, com a expressão NÃO. O Sr. 2º Secretário procederá a chamada dos Srs. Vereadores para a votação.

O SR. 2º SECRETÁRIO:- (Procede a chamada dos Srs. Vereadores, respondendo e votando os seguintes: ver Ata).

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Votaram 37 (trinta e sete) dos Srs. Vereadores com a expressão SIM. APROVADA. Em votação a Emenda Supressiva nº 033.00023.2012. (Pausa). A votação será nominal. Esclarecemos aos Srs. Vereadores que aqueles que forem favoráveis deverão votar com a expressão SIM, os que forem contrários, com a expressão NÃO. O Sr. 2º Secretário procederá a chamada dos Srs. Vereadores para a votação.

O SR. 2º SECRETÁRIO:- (Procede a chamada dos Srs. Vereadores, respondendo e votando os seguintes: ver Ata). (L)

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Votaram 37 (trinta e sete) dos Srs. Vereadores com a expressão SIM. APROVADO. Em votação a Emenda Substitutiva nº 035.00016.2012. (Pausa). A votação será nominal. Esclarecemos aos Srs. Vereadores que aqueles que forem favoráveis deverão votar com a expressão



SIM, os que forem contrários, com a expressão NÃO. O Sr. 2º Secretário procederá a chamada dos Srs. Vereadores para a votação.

O SR. 2º SECRETÁRIO:- (Procede a chamada dos Srs. Vereadores, respondendo e votando os seguintes: ver Ata).

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Votaram 37(trinta e sete) dos Srs. Vereadores com a expressão SIM. APROVADA. Em votação a Emenda Modificativa nº 034.00047.2012. (Pausa). A votação será nominal. Esclarecemos aos Srs. Vereadores que aqueles que forem favoráveis deverão votar com a expressão SIM, os que forem contrários, com a expressão NÃO. O Sr. 2º Secretário procederá a chamada dos Srs. Vereadores para a votação.

O SR. 2º SECRETÁRIO:- (Procede a chamada dos Srs. Vereadores, respondendo e votando os seguintes: ver Ata).

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Votaram 37(trinta e sete) dos Srs. Vereadores com a expressão SIM. APROVADO. O Sr. 2º Secretário procederá a leitura do próximo projeto em pauta.

O SR. 2º SECRETÁRIO:- (Lê) Projeto de Lei Ordinária nº 008.00010.2012

#### 1º TURNO

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO.

O SR. 2º SECRETÁRIO:- (Lê) Projeto de Lei Ordinária nº 008.00018.2012

#### Emenda Modificativa

#### 1º TURNO

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Em discussão. (Pausa). Em votação o Projeto. (Pausa). APROVADO. Em a Emenda Modificativa. (Pausa). APROVADA.

O SR. 2º SECRETÁRIO:- (Lê) Projeto de Lei Ordinária nº 005.00130.2012

#### 1º TURNO (T)

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO. Encerrada a pauta, passamos à segunda parte da Ordem do Dia. O Sr. 2º Secretário procederá a leitura dos requerimentos que dependem de deliberação do Plenário

O SR. 2º SECRETÁRIO:- (Lê) Requerimento do Vereador Tito Zeglin, que solicita informações sobre o logradouro público sem denominação, situado no início da Rua Pedro Claudino da Rocha, paralelo à Rua Nova Esperança no bairro Sítio Cercado.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Em discussão. (Pausa). Em

votação. (Pausa). APROVADO.

O SR. 2º SECRETÁRIO:- (Lê) Requerimento da Vereadora Noemia Rocha, que solicita informações sobre o tramite de solicitações, inscrições de imóveis junto à Cohab de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO.

O SR. 2º SECRETÁRIO:- (Lê) Requerimento do Vereador Professor Galdino, que solicita informações sobre o processo de reciclagem na Câmara Municipal de Curitiba e a possibilidade de incentivo através de campanhas internas.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO.

O SR. 2º SECRETÁRIO:- (Lê) Requerimento do Vereador Professor Galdino, que solicita informações sobre a observância e fiscalização por parte da Prefeitura Municipal, da Lei Federal nº 6.242, que dispõe *in verbis* sobre o exercício da profissão de guardador e lavador autônomo de veículos automotores e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO.

O SR. 2º SECRETÁRIO:- (Lê) Requerimento do Vereador Jonny Stica, que solicita informações sobre a liberação de valores para o Fundo Municipal de Cultura no atual exercício financeiro.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO.

O SR. 2º SECRETÁRIO:- (Lê) Requerimento do Vereador Professor Galdino, que solicita informações sobre as câmeras, recentemente, instaladas no Mercado Municipal de Curitiba, localizado na Avenida Sete de Setembro.

O SR. PRESIDENTE (João Luiz Cordeiro):- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO. Já fizemos quatro vezes a chamada, fica valendo. Ninguém mais desejando fazer uso da Tribuna, damos por encerrada a presente Sessão, convocando outra Ordinária para quarta-feira, dia 5 de Dezembro à Hora Regimental, com a Ordem do Dia publicada no Diário Oficial da Câmara. Está encerrada a Sessão às 12h35min.

**(P)** ATA DA 53ª SESSÃO ORDINÁRIA, DO 2º PERÍODO LEGISLATIVO ORDINÁRIO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 15ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2012, SOB A PRESIDÊNCIA DO VEREADOR SABINO PICOLLO – 1º VICE-PRESIDENTE - PELOS SECRETARIADA VEREADORES CELSO TORQUATO E TITO ZEGLIN, 1º SECRETÁRIO E SECRETÁRIO AD HOC, RESPECTIVAMENTE.

Às 09h05 dá-se início à Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Sabino Picolo):- Havendo número legal, invocamos a proteção e as bênçãos de Deus para declararmos aberta a presente Sessão. O Sr. Secretário Ad Hoc procederá a leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. SECRETÁRIO:- (Lê) Ata.

O SR. PRESIDENTE (Sabino Picolo):- Está em discussão a Ata que acaba de ser lida. (Pausa). Não havendo restrições, declaramo-la APROVADA. O Sr. 1º Secretário procederá a leitura dos expedientes encaminhados à Mesa.

## EXPEDIENTE

O SR. 1º SECRETÁRIO:- (Lê) Proposições: (ver Ata).

O SR. PRESIDENTE (Sabino Picolo):- As proposições lidas terão o seu encaminhamento regimental, com exceção daquelas que dependem da deliberação do Plenário, as quais serão apreciadas na segunda parte da Ordem do Dia da próxima Sessão. Está encerrado o Pequeno Expediente. Com a presença dos seguintes Srs. Vereadores: (ver Ata), passamos à

## ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Sabino Picolo):- Está suspensa a Sessão.

Está suspensa a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Sabino Picolo):- **(B)** Está reaberta a Sessão.

O Sr. Paulo Salamuni:- Sr. Presidente, para um comunicado. (Assentimento). A exemplo do que fez o Vereador Francisco Garcez, registrar ao nosso Presidente do Centro Acadêmico Sobral Pinto, que não poderia ter sido para nós, cidade, nós, Câmara, e a nós, Vereadores que integramos esse Centro Acadêmico, essa primeira iniciativa que se transformou em lei da Comissão de Legislação Participativa e que tem um simbolismo muito grande. Infelizmente, a velocidade da coisa pública, dos parlamentos, não é aquele que almejamos ou gostaríamos que fosse, mas de qualquer forma é importante dizer que num País cada vez mais livre, a primeira iniciativa de lei que não saiu de uma mensagem do Sr. Prefeito e nem de iniciativa dos Vereadores, que tem como natureza legislar e fiscalizar, saiu do Centro Acadêmico que V.Sª preside. Realmente, ontem, foi um momento histórico, e eu dizia que enquanto o Tribunal de Justiça faz uma Sessão fechada e complica, obstar a iza o acesso da população mais humilde e mais pobre aos trabalhos majorando preço de cartórios, etc., nós aqui votamos um novo Regimento, votamos uma Ouvidoria que surgiu lá de dentro dos bancos universitários sem custo nenhum para o cidadão, jogo rápido, sem procuração, e votamos esta lei. Então, cumprimento o Vereador Zezinho do Sabará e fico muito emocionado, que a exemplo do Vereador Sabino Picolo e o Vereador Jotapê, se não me engano, fomos os que estávamos naquela comissão inicial, na Comissão de Legislação Participativa, que permite a sociedade como pessoa jurídica, legislar. Parabéns, realmente é um significado muito grande. E a exemplo do Vereador Francisco Garcez, também fomos líderes estudantis contemporâneos, tivemos o privilégio de trazer, em vida, esse fabuloso Jurista Heráclito de Fontoura Sobral Pinto, para inaugurar o Centro Acadêmico. Logo depois ele veio a falecer. Então, parabéns, seja sempre bem vindo e transmita esse anseio, quem sabe, num debate um grupo de Vereadores possa agora ir levar essa boa nova para toda a Faculdade de Direito e acadêmicos da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Sabino Picolo):- Agradecemos o comunicado. A Sra. 4ª Secretária procederá a leitura do Ofício 018/12, do Conselho de Ética desta Casa.

A SRA. 4ª SECRETÁRIA:- (Lê) Ofício 018/12, do Conselho de Ética.

O SR. PRESIDENTE (Sabino Picolo):- (A) A Sra. 4ª Secretária procederá a leitura dos projetos que estão para recebimento de emendas.

O Sr. Serginho do Posto:- Para comunicado à Casa, Sr. Presidente.

(Assentimento). Na verdade é só para acrescentar a abertura e a iniciativa do Centro Acadêmico e também parabenizar o Vereador Pedro Paulo pela iniciativa da criação do Conselho da Juventude, que também será um instrumento que vocês jovens poderão participar ativamente da política, utilizando também e participando do conselho. Seria muito importante levar essa mensagem aos acadêmicos para que possam construir essa oportunidade e o acesso as políticas públicas do nosso município. Então, só para aproveitar a oportunidade. Corrigindo, é Estatuto da Juventude, o Conselho já foi criado por lei nesta Casa o ano passado e agora o Vereador teve a iniciativa de criar o estatuto.

O SR. PRESIDENTE (Sabino Pícolo):- Agradecemos. A Sra. Secretária procederá a leitura dos projetos que estão para recebimento de emendas.

A SRA. 4ª SECRETÁRIA:- (Lê) Projeto de Lei Ordinária nº013.00015.2012.

1ª Sessão para recebimento de emendas.

Projeto de Lei Ordinária nº013.00016.2012.

3ª Sessão para recebimento de emendas.

Projeto de Lei Ordinária nº013.00017.2012

3ª Sessão para recebimento de emendas.

O SR. PRESIDENTE (Sabino Pícolo):- A Sra. Secretária procederá a leitura do primeiro projeto em pauta.

A SRA. 4ª SECRETÁRIA:- (Lê) Projeto de Lei Ordinária nº 005.00190.2011.

2º TURNO.

O SR. PRESIDENTE (Sabino Pícolo):- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO.

A SRA. 4ª SECRETÁRIA:- (Lê) Projeto de Lei Ordinária nº 005.00061.2012.

Emendas Aditivas

2º TURNO.

O SR. PRESIDENTE (Sabino Pícolo):- A Sra. Secretária procederá a leitura das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Sabino Pícolo):- Em discussão. Projeto e Emendas. (Pausa). (D) Para discutir, concedemos a palavra ao Vereador Paulo Salamuni.

O SR. PAULO SALAMUNI:- Sr. Presidente. Srs. Vereadores. Meus

conciadãos, servidores. Eu volto a reiterar que no dia de ontem, Vereador Iris Simões, enquanto surgiu esse problema das custas de cartório. Nós aqui estávamos por lei, institucionalizando um órgão que não tem custo nenhum para a sociedade. Algo célere, ninguém precisa pagar e dispor absolutamente nada, rápido, acessível. Vimos aqui acadêmicos apresentando, projeto de lei. Quando se poderia imaginar isso há trinta anos, aqui neste País, quando se fechavam, os centros acadêmicos, por simples manifestações. E, hoje vem à Tribuna falar aos representantes do povo. Ontem eu faloque particularmente para mim é uma emoção de quem há exatos vinte cinco anos , iniciava na Prefeitura, nos idos de 1985/86. E, a minha primeira função como Advogado na Prefeitura, foi a implantação com o Dr. Manuel Eduardo Alves Camargo e Gomes. E hoje Procurador do Município Luís Miguel Justo Silva, a implantação da Ouvidoria, que funcionou no átrio, no sagal da Prefeitura Municipal. Era uma novidade absoluta, acabou criando uma paúra geral, dizendo agora chegou o dedo duro oficial. Mas, não era nada disso, muito pelo contrário. Com a presença do Dr. João Elias e Manuel Eduardo, vejamos como é importante esses dez minutos que se interrompem as vezes, de uma Sessão, para alguém que vem contribuir legislativamente. Eles deram algumas contribuições a mais a este projeto que é bom, poderá até vir a ser aperfeiçoado. Mas, o importante é que no andar das carruagem as abóboras se assentam. Vamos ver como funciona na prática, para ver o que tem que se ajustar a frente. Essas emendas (C) sugeridas de assinatura de diversos vereadores. Vou falar rapidamente sobre todas elas. O Projeto supramencionado: “É incompatível o cargo de ouvidor com exercício de outra atividade público privada, ressalvado o cargo de magistério superior, ou seja, de professor”. “O ouvidor tomará posse perante a Câmara Municipal prestando compromisso de bem desempenhar as atribuições previstas em lei”. Uma emenda perfeitamente atinente. Toma posse perante quem o elegeu e o compromisso perante os representantes do povo. E não pode exercer por óbvio nenhuma outra atividade a não ser de professor. Se é empresário, se licencia da sua empresa e vai exercer. Se é servidor público, se licencia do seu cargo e vai exercer. Só pode acumular o do magistério. A outra emenda diz assim no Inciso I, “Entre as palavras ilegalidade, abuso do poder acrescente-se má administração”. O que significa a má administração? Que às vezes, Vereador Algaci Tulio, não é só a ilegalidade, o abuso do poder, mas o fato de não administrar bem, de não produzir, de não ter os resultados esperados para a população. Então, foi acrescentado esse item má administração. Senão, só poderá ser punido se houver algum desvio, algo diferente. Não, não precisa ter desvio, não precisa ter abuso. Pode não estar surtindo efeito a posição. Em vários órgãos o que se precisa é exatamente ter resultados. Se esses resultados não estiverem aparecendo, o ouvidor pode entrar para dizer do desempenho daquela pasta, daqueles diretores, daqueles superintendentes. Porque



sabemos que às vezes algumas indicações o cidadão fica ocupando o posto e não produz o que a sociedade espera dele. Então, acrescentamos mais esse item. Também nesse item ainda colocar: “Difundir amplamente os direitos individuais e de cidadania bem como as finalidades da ouvidoria e os meios de se recorrer a esse órgão”. Esse é um detalhe importante “Apresentar anualmente um relatório circunstanciado das atividades e os resultados obtidos à Câmara Municipal”. Quer dizer, o ouvidor deve satisfação aos representantes do povo dando detalhes de quantos atendimentos, quantos desses resultaram, foram atendidos, quantos não foram atendidos, que tipo de reclamação, porque ajuda a Câmara no mister de fiscalizar.

O Sr. Serginho do Posto:- Na oportunidade um aparte, Vereador.

O SR. PAULO SALAMUNI:- Na sequência, com prazer.

O Sr. Íris Simões:- Eu também, Vereador, me inscrevo.

O SR. PAULO SALAMUNI:- Pois não. O Artigo 4º - a intervenção do ouvidor. Isso é importante: “Não suspenderá prazos administrativos”, ou seja, nenhum órgão administrativo pode alegar “ah, já está na ouvidoria” e para. Não, os prazos dos outros órgãos continuam todos normais, senão alguém manda para a ouvidoria, o cidadão entra e fica isento de cumprir prazo nessa ou naquela secretaria. É uma emenda dizendo que os prazos das outras secretarias serão cumpridos. A outra emenda diz “Poderá dirigir-se ao ouvidor qualquer pessoa brasileira ou estrangeira, física ou jurídica, que se considere lesada ou ameaçada por ato do poder público municipal”. Parágrafo 1º - “As reclamações e representações formuladas ao ouvidor não dependem de interesse direto e pessoal, podendo ser apresentadas em qualquer época”. (V) (Lê parágrafo 2º) Então, senhores, são estas as emendas de ontem para hoje. É mais uma prova inequívoca da importância da votação em segundo turno, que por muito tempo pareceu apenas uma mera formalidade. Veja, que tivemos a oportunidade, com o prestimoso auxílio aqui do Dr. Rodrigo com a assessoria da Mesa, emendas de segundo turno de votação, as assinaturas foram colhidas e será submetido, aperfeiçoando o projeto que ontem foi tão profundamente, até exaustivamente, debatido aqui nesta Casa. Eu ouço com prazer o Vereador Serginho do Posto, o Vereador Íris Simões e o Vereador Pedro Paulo.

O Sr. Serginho do Posto:- (aparte) Obrigado, Vereador Paulo Salamuni. Mais uma vez reiterar a satisfação deste projeto de lei à Casa, inaugurando uma nova página e novas legislações que propomos nos últimos meses. Acho que são avanços que, talvez, os reflexos positivos que esta Casa obterá a partir daí, mediante a várias mudanças que vêm acontecendo, através do conjunto desta Casa que tiveram condições de promover essas ações. Acredito que a lei que cria a Ouvidoria é uma lei muito ampla, é uma lei que tem um atingimento para a população muito democrática e muito, posso dizer, não só positiva, mas também como uma condição

que o cidadão terá, como mais uma, de recorrer as suas demandas e as suas necessidades. Acredito que hoje temos um ritual do Judiciário para que você entre com uma ação. Você tem um ritual, até mesmo do Ministério Público para propor uma representação. Temos o próprio ritual aqui na Câmara Municipal, quando o cidadão quer propor uma lei, acabamos de inaugurar a lei pela Comissão de Legislação Participativa. Então, acredito assim que é um momento muito positivo, que esta Casa vive e as legislações que propusemos nos últimos meses terão um atingimento e, acredito, lá na frente colher bons frutos aos cidadãos. Gostaria de destacar à sua pessoa em relação, principalmente, à Ouvidoria, porque essa iniciativa V.Exa. teve no passado, procurou trazer para esta Casa, e em muitas discussões, conversávamos nesses últimos anos da necessidade da reforma da Lei Orgânica, da reforma do Regimento Interno, da revisão, e a partir daí, essa criação da Ouvidoria. Então, hoje observamos que criação da Ouvidoria Municipal. A criação do SIT, que é uma lei federal, mas teve atingimento da Lei da Ficha Limpa. Regimento Interno, Lei Orgânica, acredito que são cinco principais leis, e outras que talvez não esteja lembrando neste momento, mas que estão Casa nos últimos meses teve um esforço muito concentrado em cima disso. Isso também gostaria de parabenizar à Mesa, mas ao conjunto desta Casa que teve a percepção e acredito que está dando uma resposta muito positiva para a população através dessa legislação. Então, ontem já fiz minha defesa (E) a favor da ouvidoria, entendendo em que é um momento em que nós, provavelmente, o modelo deste Legislativo a partir do ano que vem, será um modelo diferente. Falei que é importante estarmos aqui para acompanhar o desenvolvimento disso tudo. Na prática como que vai funcionar? Ela tem no critério, a ouvidoria, está dizendo que no início da Legislatura temos sessenta dias para convocação, eleição e a partir daí o funcionamento dela. Vamos também trabalhar, de imediato, uma das ações em que esta casa deverá, a partir do ano que vem, tomar de imediato quanto a implementação e funcionamento da ouvidoria. É um quadro enxuto. Acredito que é um cargo, como disse ontem, não é um cargo de gabinete, acho que o ouvidor terá o papel fundamental de estar nas comunidades conversando com a população, para que tenha a sua principal atividade como o atendimento ao cidadão. Esse é o objetivo maior da lei que estamos aprovando hoje. Então, fica aqui as minhas considerações e parabenizando V. Exa. pelo esforço ao longo dos anos para que hoje viesse a concretizar esse projeto. Seria isso.

O SR. PAULO SALAMUNI:- Agradeço Vereador Serginho do Posto. É importantíssima essa informação que faz V. Exa.. Temos que entender que quando há uma bancada de situação e uma de oposição, não há questões pessoais. A impessoalidade no serviço público, a questão republicana, democrática, tem que estar muito acima. Tem algumas pessoas que ao serem guindadas a um mandato popular ainda não entendem ... (Término de tempo).

O SR. PRESIDENTE (Tico Kuzma):- Em votação o requerimento verbal do Vereador que ocupa a Tribuna, que solicita a prorrogação do seu tempo por mais quinze minutos. Em votação. (Pausa). APROVADO. Antes do Vereador continuar com o uso da palavra, gostaríamos de registrar e agradecer a presença do estudante do curso de mestrado em administração da PUC-PR, Luiz Gustavo Nascier Veiga, que acompanha a Sessão. Seja bem-vindo também. Com a palavra Vereador Paulo Salamuni.

O SR. PAULO SALAMUNI:- Agradeço Sr. Presidente. Então, dá para hoje nós aqui, Vereador Serginho do Posto, termos uma reflexão muito serena. Há um livro muito interessante de um grande jurista e político italiano, Norberto Bópio, que elogia a serenidade. É óbvio que a atividade política é uma atividade apaixonante, passionante, mas ela tem momentos para isso. É o palanque, a disputa, e é natural, é bom que haja. Que seja uma grande festa, uma grande entrega de todos. Após isso há a responsabilidade de administração. Então, tanto a oposição consciente, bem feita, quanto a situação, são fundamentais em qualquer projeto democrático. Esta Câmara, ao longo do tempo, tenho pensado muito com os Vereadores mais experientes, aproveitando toda experiência com a volta do Vereador Iris Simões, esta Casa amadureceu muito. Com todas as suas dificuldades. Nunca talvez seja uma Casa ideal, porque não existe um plano ideal, não existe a Cidade acabada, pronta. Mas quando V. Exa. toca nesses pontos, veja só, um sinal de maturidade. Lá atrás, quando propusemos o projeto de lei, em 87, veio para esta Casa com uma mensagem do então Prefeito Roberto Requião, não pode ser implantada porque não havia previsão na Lei Orgânica, e ficou vinte e cinco anos sendo trabalhada. Em alguns momentos, como é sazonal isso, caiu quase no esquecimento. V. Exa. que participou de várias comissões revisionais, lembra que nós em alguns casos quase sepultamos a ouvidoria. Então, veja, eu aqui na minha maturidade, aprendi muito, posso até cometer novos erros, mas não os erros do passado. Meu falecido pai que era ambientalista, dizia que o homem (K) é o único animal da natureza que quando enfrenta perigo numa trilha, volta dez vezes pela mesma trilha. Nenhum outro animal, pelo instinto de sobrevivência, quando vai por uma trilha e enfrenta perigo, ele nunca mais volta por lá, porque está em risco a sua vida. Mas, o homem não! Parece que ele erra, insiste, volta, e vão acontecendo os problemas. Então eu, particularmente, quando senti esta vontade inequívoca do Presidente João do Suco e da Mesa Executiva, eu simplesmente apoiiei, eu não quis me adonar do Projeto, porque eu estou trabalhando pelo resultado. Eu hoje, Vereadora Dona Lourdes, me contento em ver implantado. Quem é o pai... Não! Todos nós somos! Passou aquela questão inicial, “mas era meu...”, “é de fulano...”, “é de sicrano...”, e cria uma confusão, e os meios acabam atrapalhando os fins. Então, desde que siga bem intencionado... Eu me lembro, Vereadora Professora

Josete, quase imploramos aqui, porque às vezes é muito fácil. Porque alguém diz: “A iniciativa é de fulano”, e de repente você perde a causa. Inclusive, a ideia dessa Comissão de Legislação Participativa, uma delas, é permitir que não seja por intermédio de um vereador a iniciativa de um projeto, porque as vezes a questão pessoal, a questão partidária, a questão ideológica não permite que se avance uma grande ideia, só porque a autoria é daqui ou dali. Então, quando eu vejo essa discussão que nós estamos tendo aqui, sentindo um pouco mais de parlamento, podendo discutir esse tipo de matéria, eu me sinto dizendo que valeu a pena toda essa caminhada da Câmara, que a Câmara vale a pena, porque nós não podemos desacreditar dela. Inclusive, Presidente Tico Kuzma, no jornal Gazeta do Povo de hoje, veja Vereador Aldemir Manfron, pela primeira vez em três, quatro anos, tem um monte de notícias duras, Vereadora Julieta Reis, em relação ao Tribunal, e a única notícia positiva é da Câmara Municipal! Chega quase a ser inacreditável, Vereador Francisco Garcez, porque tanto fomos forçados no aço, direto, durante três anos a fio, e hoje vem a crítica, que está lá no Tribunal de Justiça, que parecia intocável. E aqui nós tivemos ontem esse Projeto aprovado, de iniciativa de um Centro Acadêmico, sem arroubo, normalmente, todo mundo trabalhando maduramente. Tivemos a Ouvidoria, Vereador Tico Kuzma, tivemos a reunião conjunta das Secretarias de Segurança, presidida por V.Exa., e a Secretaria de Direitos Humanos, por intermédio do Vereador Pedro Paulo, daquele episódio da Advogada que teve todo aquele problema. E estava aqui o Coronel dando a mão para a Advogada, pedindo desculpas em nome da Polícia, aqui na Câmara Municipal! Esse é o papel da Câmara, e não é difícil fazer isso! É que dá impressão que pela afoiteza das questões menores, como eu sempre digo, nós entramos em estresse pelo paliteiro do banquete, e não discutimos o banquete. Então, situações como essa são agendas positivas. E rapidamente essa agenda positiva, que deverá continuar na próxima legislatura com uma ampla liberdade para todos, vai colocar a Câmara cada vez mais numa agenda positiva para que o que tem de errado, e tem muita coisa de errado, e não é só aqui, em vários lugares tem, mas que isso não se sobreponha ao que de bom fazemos aqui em nome do povo de Curitiba. Concedo aparte ao ilustre Vereador Iris Simões.

O Sr. Iris Simões:- (aparte) Muito obrigado, nobre Vereador Paulo Salamuni, Sr. Presidente, Srs. Vereadores. Eu não participei ontem, Vereador, do debate, só ouvi, porque eu não participei da elaboração, do acompanhamento desse Projeto. Quando aqui cheguei já era pauta para votação de ontem. Mas, é um Projeto realmente de grande valia e histórico para a Casa. Assim como ontem foi também sancionado o Projeto, (M) e está aqui o Vereador Denilson Pires, que é líder da categoria, de não ter mais o motorista/cobrador ao mesmo tempo; um projeto desta Casa.

O SR. PAULO SALAMUNI:- Sem dúvida. E que contou com o apoio de todos nós. Foi um belíssimo projeto.

O Sr. Íris Simões:- (aparte) E veja que esse projeto é de um alcance além da categoria, de trazer mais trabalhadores para o transporte coletivo, porque quem percorre o anel central, onde percorrem aqueles ônibus menores, para ali, o ônibus fica parado, com o motorista cobrando, isso e aquilo, ele fica parado ali, é um trânsito a mais.

O SR. PAULO SALAMUNI:- Além da exigência do trabalhador.

O Sr. Íris Simões:- (aparte) Imagine como é que fica o motorista? Que para, abre a porta, cobra, faz troco, aquela coisa toda. Então, quero parabenizar aqui o Vereador Denilson Pires, sei do trabalho que ele fez aqui, a categoria, esta Casa, esse projeto de ontem e mais outros que vieram. Mas, Vereador, peço o aparte também para ilustrar o quanto é difícil isso, e eu, que não estarei aqui na próxima Legislatura, rogo àqueles que estão e aos que virão para que percebam isso, o quanto é difícil para uma Casa como a Câmara Municipal de Curitiba estar na agenda positiva da mídia.

O SR. PAULO SALAMUNI:- É. É quase impossível.

O Sr. Íris Simões:- (aparte) Vai muito tempo. Vejam o que é um escândalo na Câmara, o que é um escândalo no Tribunal de Justiça. Se nós nos fechássemos naquela sala e decidíssemos algo em favor de alguém, em sessão fechada, o Ministério Público iria pedir a prisão do Presidente, de todos nós. Eu pergunto: onde está o Ministério Público nessa questão vergonhosa do Tribunal de Justiça? Onde está? Porque não dá mídia. E outra coisa: para ser juiz, desembargador, tem que ter DNA. Eu entrei outro dia na página: é irmão, é pai, é mãe, é tio, é avô. É impressionante! Eu, Simões, não tenho um DNA disso. Porque eu tive que trabalhar, sair da roça, vender bergamota na beira da estrada, vim para a Cidade, office boy, e como é que eu ia fazer um concurso para juiz? Assim como a maioria daqueles que estão aqui. Já pararam para pensar? Vão lá, o nome é compridão, vai, vai e vai, juiz, desembargador. Ouçam o que disse o presidente do Tribunal de Justiça à RPC: “Todos os valores colocados em patamares”, vejam que o palavreado já é rebuscado, “são satisfatórios para a população.” Eu pensei: esse cara está fora da realidade, esse cara não vive neste País.

O Sr. Algaci Tulio:- Será que ele ouviu a população?

O Sr. Íris Simões:- (aparte) Vereador Algaci Tulio, com a experiência que tem, esse é o problema. Mitsubishi para não sei o que, verba para lanche, verba para livro, verba para não sei o que. É claro que a distância deles para a comunidade do Vereador Edson do Parolin e da vida que ele tem, da defesa que ele faz, eles não sabem!

O SR. PAULO SALAMUNI:- E, Vereador Íris, se me permite, com um

agravante, porque aqui, a cada quatro anos, todos são julgados pelas urnas.

O Sr. Íris Simões:- (aparte) Tem que passar pelo crivo.

O SR. PAULO SALAMUNI:- Lá é vitalício. Então, esse é o problema.

O Sr. Íris Simões:- (aparte) Eu coloco e faço um desafo: cadê o Ministério Público, que defende? Meu Deus, não pode! E a Câmara já pautou, e a OAB vem aqui. A Câmara pautou a questão do abuso dos policiais, estiveram aqui. A Câmara pautou a questão dos motoristas e cobradores, sobre o décimo terceiro salário, ontem esteve aqui o diretor da Urbs. Nós não pudemos discutir; era um grande momento para discutirmos outras coisas da Urbs. Por que é que as empresas não estão tendo o dinheiro? Então, quero, Vereador Paulo Salamuni, louvar a iniciativa do projeto em pauta, em segunda discussão e votação, e dizer que a Câmara levou não um “chacoalhão”, passou um tornado. Mas, e parece cultura japonesa, em poucos meses as pontes foram ligadas, os asfaltos construídos e estamos deixando, eu posso dizer aqui, e o Vereador Algaci Tulio, com a experiência que tivemos em outros Paramentos e aqui na Casa também, estamos ajudando, nesse final de Legislatura, a deixar um legado para a próxima.

O SR. PAULO SALAMUNI:- Claro. É isso que todos (L) têm que entender, Vereador. É que aqui não há mais necessidade de ter paternidade de projeto, quando é bom todos ganham. E eu invoco ainda aqui, sobre o que aconteceu, Vereador Algaci, o Fernando Sabino, escritor: nós fazemos da queda um passo de dança. Quer dizer, podíamos ficar prostrados lá, fomos do nosso jeitinho, saindo, limpando as pautas, nos recompondo, com agenda positiva, e nesse momento que falta: eu gostaria. Quer dizer, acho que a próxima Mesa, próxima direção da Câmara, seja lá quem for, precisa retomar a questão do Plenário, de ter condições, temos que voltar, para que mais gente venha, a questão da TV Câmara, porque com uma pauta dessa hoje, com a Casa sempre cheia aqui, todos ganham.

O Sr. Íris Simões:- (aparte) Para encerrar, nobre Vereador, também uma coisa que senti nesta casa é que as relações pessoais se recompuseram, porque não há nada que indique que uma relação, uma diferença política de situação e oposição possa levar a um desconforto pessoal que não possam se cumprir. Eu vejo um ambiente leve e acho isso importante. Queria terminar com isso, Vereador, e agradecer pelo aparte.

O Sr. Algaci Tulio:- (aparte) Só para complementar, Vereador, ainda na esteira do que disse o Vereador Íris Simões, veja o absurdo com relação às custas dos cartórios. Por exemplo: um reconhecimento de firma, que é uma coisa que todo mundo precisa fazer, passará de três reais e seis centavos para trinta e sete e cinquenta. O que representa um aumento de 1.125%. O preço de uma certidão de união estável, que está muito em voga agora, porque se juntou, ficou uma semana, já é união estável, vai subir 229%: de oitenta e oito reais para duzentos e noventa e



três; um registro de emancipação de menor vai saltar de vinte e um para oitenta e oito e quarenta e cinco, 318%. É um absurdo. É melhor ficar solteiro, é melhor não adotar criança. É melhor não reconhecer firma de mais nada, porque não tem condições.

O SR. PAULO SALAMUNI:- Concedo aparte ao Vereador Pedro Paulo.

O Sr. Pedro Paulo:- (aparte) Obrigado, Vereador. Trinta segundos apenas para concordar com o conteúdo do debate que os colegas fizeram e também registrar a indignação que é de todos em relação ao Tribunal de Justiça. A justificativa foi pior ainda. E em relação à matéria que V.Exa. discute, é mais um instrumento que nós teremos de controle também da sociedade sobre esse Poder Legislativo. Quicá nós teremos outros poderes controlados pela sociedade ou pelo menos com instrumentos de controle como nós temos aqui na Câmara. Corregedoria, Conselho de Ética, que fiscaliza atitudes, comportamento dos próprios Parlamentares, que é interno, mas agora a ouvidoria que estará aberta à sociedade, as denúncias, as sugestões, enfim, e alguém que será escolhido aqui da sociedade para um controle, além do que, o próprio controle sobre as contas da Casa que nós aprovamos na nova lei orgânica, também de uma demanda em razão até dos acontecimentos. Esta Casa está de parabéns e são as atitudes desta Casa que reconstruirão sua imagem. Não serão mais recursos gastos em publicidade, em propaganda, como muitos executivos fazem inclusive. A imagem construída na mídia é diferente da imagem de seu comportamento. São atitudes como essa desta Casa e dos Vereadores que reconstruirão a nossa imagem perante a sociedade. Parabenizo o senhor pela prioridade que deu a esse tema e pela condução desse processo todo.

O SR. PAULO SALAMUNI:- Eu agradeço, Vereador Tico Kuzma. (T)

Sabe a lição que tiramos disso, é não ter medo de ousar nesse sentido, é não ter preconceitos, não é porque vem de um outro lado que já se coloca como suspeição: “Ah, tem alguma coisa que está errado; tem uma bomba relógio...” Este é o exercício, de tentar achar que todos estão contribuindo. Nós não vamos mais olhar no espelho retrovisor daqui para frente e, sim, no para-brisa. É lógico, quando tiver problemas, se resolve, mas esses são exceções, não pode tomar como regra, acabou essa época: “Temos a maioria, ponha-se, vota-se e tal...” Ai, a reação é proporcional e todos perdem, porque sempre vai ter meia dúzia seja lá quem for, e dê o nome que dê, seja situação ou oposição, que não vai aceitar, e aí vira uma hecatombe. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Tico Kuzma):- Continua em discussão o Projeto e Emendas.(Pausa). Em votação o Projeto. (Pausa). Agora, em votação a Emenda Aditiva nº 032.00076.2012. (Pausa). APROVADO. Emenda Aditiva nº 032.00077.2012. (Pausa). APROVADO. Emenda Aditiva nº 032.00078.2012. (Pausa). APROVADO. Emenda Aditiva nº 032.00079.2012. (Pausa). APROVADO. Emenda Aditiva nº 032.00080.2012. (Pausa). APROVADO o Projeto e as Emendas. Em relação ainda ao assunto das custas, Vereador Paulo Salamuni e Iris Simões, na verdade o Vereador João Luiz Cordeiro até me ligou, porque está em reunião, para que marquemos a reunião com a OAB convidando e também recebemos a ligação da Femoclan, que ela quer usar a Tribuna na segunda-feira também, falando sobre as associações de moradores o quanto representariam.

[...]

# ANEXO 3 - RELATÓRIO DA OUVIDORIA - LEVANTAMENTO DE MANIFESTAÇÕES

Arquivo originalmente disponível na página eletrônica oficial da Ouvidoria do Município de Curitiba:

<http://www.ouvidoria.curitiba.pr.leg.br/institucional/noticias/publicado-levantamento-2015-2016>

Acesso em agosto de 2017.

Documento não acessível por esta via desde, pelo menos, dezembro de 2018.



Ouvidoria Municipal de Curitiba

Curitiba, 6 de dezembro de 2016.

## Levantamento de manifestações

Maio de 2015 a Dezembro de 2016

A Ouvidoria Municipal de Curitiba recebeu no período de Maio de 2015 a Novembro de 2016 um total de 1779 manifestações conforme o levantamento realizado em 06 de dezembro de 2016 e tabulado abaixo.

### Dados

Categorias das manifestações

Categoria	Quantidade	Percentual
iluminação pública	581	32,66%
coleta de lixo vegetal	151	8,49%
fiscalização de trânsito	93	5,23%
coleta de entulho	73	4,10%
transparência	73	4,10%
poda de árvore	58	3,26%
galeria de águas pluviais	48	2,70%
operação tapa buracos	46	2,59%
falta de atendimento	45	2,53%
poluição sonora	42	2,36%
fiscalização de comércio	30	1,69%
inspeção mosquito da dengue	30	1,69%
manutenção	29	1,63%
semaforização de trânsito	27	1,52%
fiscalização de obras	25	1,41%
atendimento médico	16	0,90%
demora no atendimento	16	0,90%
limpeza de terreno	15	0,84%
atipico	14	0,79%
coleta de lixo	13	0,73%
educação infantil	13	0,73%
implantação de asfalto	13	0,73%
transporte coletivo	13	0,73%
caixa de captação	12	0,67%
denúncia de funcionário público	12	0,67%
fiscalização de saneamento	12	0,67%
fiscalização de terreno	12	0,67%
legislação municipal	12	0,67%
prazo para resposta	12	0,67%



## Ouvidoria Municipal de Curitiba

recuperação de calçada	12	0,67%
seguro desemprego	10	0,56%
corte de árvore	9	0,51%
ouvidoria municipal	9	0,51%
fiscalização	8	0,45%
bon atendimento	7	0,39%
manutenção de imóvel público	7	0,39%
multa	7	0,39%
serviço público estadual	7	0,39%
atendimento a moradores de rua	6	0,34%
atividade de lazer	6	0,34%
central 156	6	0,34%
coleta de lixo reciclável	5	0,28%
criação de animais	5	0,28%
desvio de recurso público	5	0,28%
perícia do ICS	5	0,28%
ressarcimento	5	0,28%
animais de rua	4	0,22%
concurso público	4	0,22%
limpeza pública	4	0,22%
remoção de animal morto	4	0,22%
remoção de toco	4	0,22%
serviço de empresa particular	4	0,22%
cartão transporte	3	0,17%
drenagem de rio	3	0,17%
fiscalização de imóvel	3	0,17%
mau uso de recurso público	3	0,17%
nota fiscal eletrônica	3	0,17%
pagamento de funcionário público	3	0,17%
redução de velocidade	3	0,17%
refic	3	0,17%
taxi	3	0,17%
abertura de rua	2	0,11%
acessibilidade	2	0,11%
acesso a serviço público	2	0,11%
alteração em registro de imóvel	2	0,11%
assédio moral	2	0,11%
bloqueio de rua	2	0,11%
guarda municipal	2	0,11%
inspeção residencial	2	0,11%
integração rua da cidadania	2	0,11%
limpeza de praças e parques	2	0,11%
obstrução de calçada	2	0,11%
pedido de orientação	2	0,11%
quebra de sigilo	2	0,11%
salário de aposentados	2	0,11%



## Ouvidoria Municipal de Curitiba

sigiloso	2	0,11%
análise de solo	1	0,06%
atualização cadastro RH	1	0,06%
boleto de multa	1	0,06%
cartão do amazen da família	1	0,06%
central de leite	1	0,06%
cobrança de propina	1	0,06%
cobrança de taxa de água	1	0,06%
conselho tutelar	1	0,06%
construção de calçada	1	0,06%
desratização	1	0,06%
desvio de doações	1	0,06%
estreitamento de rua	1	0,06%
falta de aulas	1	0,06%
falta de medicamento	1	0,06%
falta de segurança hospitalar	1	0,06%
farol do saber	1	0,06%
fechamento de estacionamento	1	0,06%
feira de artesanato	1	0,06%
feiras livres	1	0,06%
fiscalização de órgão do governo estadual	1	0,06%
fiscalização de templos religiosos	1	0,06%
fiscalização industrial	1	0,06%
galeria de esgoto	1	0,06%
hasteamento de bandeira	1	0,06%
identificação de prédio público	1	0,06%
iptu	1	0,06%
limpeza de rua	1	0,06%
limpeza de valeta	1	0,06%
limpeza terreno	1	0,06%
nomeação de rua	1	0,06%
numeração predial	1	0,06%
ouvidoria	1	0,06%
plântio de árvore	1	0,06%
portal 156	1	0,06%
portal da ouvidoria	1	0,06%
publicação em rede social	1	0,06%
recuperação de tubulação	1	0,06%
remoção de veículo abandonado	1	0,06%
restaurante popular	1	0,06%
restituição de pagamento em duplicidade	1	0,06%
Sem classificação	1	0,06%
sic	1	0,06%
zoológico	1	0,06%
<b>Total</b>	<b>1779</b>	<b>100,00%</b>



Ouvidoria Municipal de Curitiba



Ouvidoria Municipal de Curitiba

Manifestações por mês

Meses	Quantidade
maio/2015	42
junho/2015	20
julho/2015	108
agosto/2015	93
setembro/2015	60
outubro/2015	58
novembro/2015	75
dezembro/2015	54
janeiro/2016	56
fevereiro/2016	119
março/2016	152
abril/2016	163
maio/2016	138
junho/2016	134
julho/2016	137
agosto/2016	125
setembro/2016	80
outubro/2016	86
novembro/2016	65
dezembro/2016	14
Total	1779

Manifestações por situação

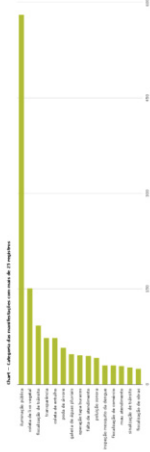
Situação	Quantidade
Aceito	153
Pendente	133
Rejeitada	117
Resolvida	406
Tramitando	970
Total	1779

Manifestações por tipo

Tipo	Quantidade
Denúncia	219
Dúvida	19
Elogio	10
Pedido	29
Reclamação	1338
Solicitação	155
Sugestão	9
Total	1779

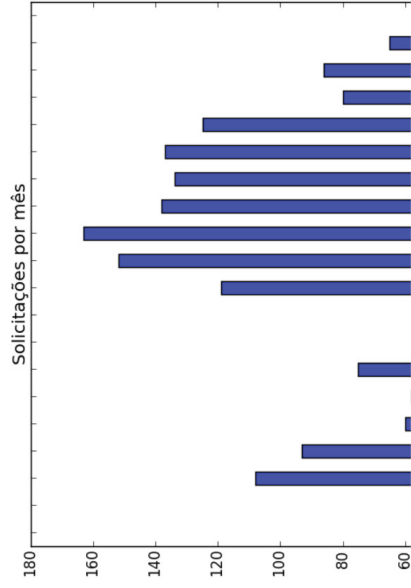
Gráficos

Categorias das manifestações com mais de 25 ocorrências

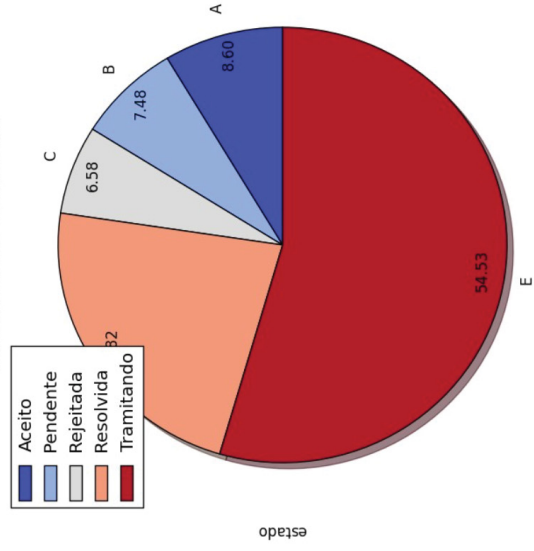




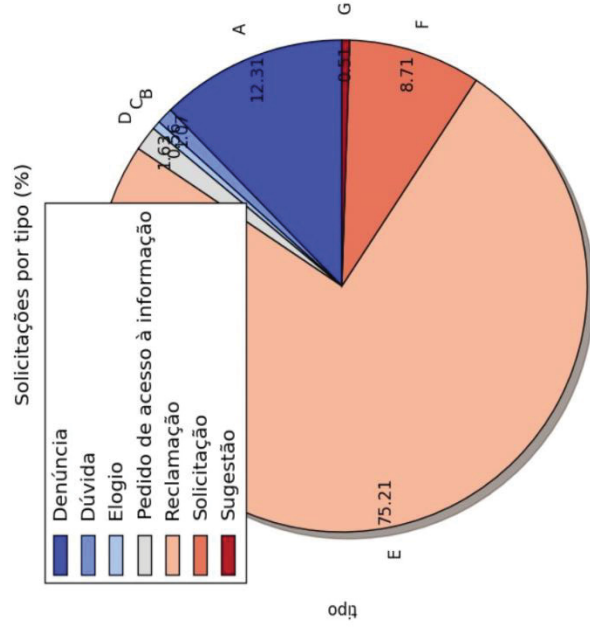
## Ouvidoria Municipal de Curitiba



Solicitações por situação (%)



## Ouvidoria Municipal de Curitiba



- Final dos Anexos -